EM MEIO À CRISE

Souza Dantas e a França ocupada

1940-1942

Alvaro da Costa Franco
Organizador

Fundação Alexandre de Gusmão
Centro de História e Documentação Diplomática
Brasília / Rio de Janeiro, 2008

Em meio à crise: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942 /
Alvaro da Costa Franco (Org.). – Rio de Janeiro : Centro de História
e Documentação Diplomática ; Brasília : Fundação Alexandre de
Gusmão, 2008.
476 p. ; 14 x 21 cm.

ISBN 978.85.7631.122-5

1. Souza Dantas, Luiz Martins de, 1876-1954 – Correspondência.
2. Diplomatas – Brasil – Correspondência. 3. Brasil – Relações
exteriores – França. I. Centro de História e Documentação Diplo-
mática. II. Fundação Alexandre de Gusmão.

EM MEIO À CRISE

Souza Dantas e a França ocupada

1940-1942

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

Centro de História e
Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Alvaro da Costa Franco

A *Fundação Alexandre de Gusmão* (FUNAG), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, bloco h,
anexo 2, térreo, sala 1
70170-900 - Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033 / 6034
Fax: (61) 3411 9125
www.funag.gov.br

O *Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), da Fundação Alexandre de Gusmão / MRE, sediado no Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, prédio onde está depositado um dos mais ricos acervos sobre o tema, tem por objetivo estimular os estudos sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil.

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
20080-002 - Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 2233 2318 / 2079
chdd@funag.gov.br / chdd.funag@veloxmail.com.br

SUMÁRIO

O diplomata e o homem 7

1940 27
1941 167
1942 301

Índice Onomástico 423

O DIPLOMATA E O HOMEM

Souza Dantas foi um ícone da diplomacia brasileira na primeira metade do século passado, considerado, entre os colegas do ministério, nos meios políticos e na imprensa brasileira, como uma figura emblemática das qualidades que se supunham essenciais ao diplomata. Sua cativante simpatia, sua habilidade, sua capacidade de fazer amigos entre brasileiros e estrangeiros, a prestimosa e generosa atenção que dava aos patrícios – dos mais altamente colocados aos mais modestos – alimentavam esta imagem. Sua permanência à frente da embaixada em Paris, de 1922 a 1944, e o adiamento de sua aposentadoria além do limite da idade regulamentar são como que a prova material da excepcional situação de que gozava no Brasil.

Com os anos, sua imagem se foi esmaecendo, guardada apenas nos desvãos da evanescente memória dos velhos diplomatas e nas lembranças registradas em livros ou artigos de imprensa por alguns de seus contemporâneos, como Gilberto Amado, Argeu Guimarães, Heitor Lyra, Assis Chateaubriand, Levi Carneiro, Augusto Frederico Schmidt, Afonso Arinos, Antonio Camillo de Oliveira, Pio Correa ou Pascoal Carlos Magno. Uns eram quase da mesma geração, outros, mais moços, tiveram a oportunidade de conhecê-lo no que parecia ser o seu habitat natural, Paris.

Em 2002, um jovem historiador, Fábio Koifman, exumou dos arquivos o perfil notável da ação humanitária de Souza Dantas, que permitiu a muitos dos perseguidos pelo regime nazista escapar aos horrores dos campos de concentração, à tortura e à morte, ao salvar das mãos da *Gestapo* refugiados judeus, a quem concedeu, a despeito das instruções do Estado Novo, vistos que lhes permitiam vir para o Brasil ou, pelo menos, escapar do território francês. Em seu livro, *Quixote nas Trevas*, Koifman revelou, em

sua plenitude, uma dimensão pouco conhecida de Souza Dantas, sagrado hoje como um dos "Justos" que não hesitaram em pôr-se do lado dos perseguidos. Despertou, também, um novo interesse por este diplomata, já então quase desconhecido, que apresentava tantas facetas inesperadas: homem do mundo, boêmio, diplomata impecável; com amigos entre os jornalistas, aristocratas, homens políticos, intelectuais, artistas; afável com todos, sem distinções de classe ou de idade, e, sobretudo, aureolado de amizades femininas.

Luiz Martins de Souza Dantas descendia de uma família baiana, de ilustres políticos. Era neto do conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, que foi chefe de gabinete e titular de várias pastas no Império, e sobrinho de Rodolfo (Epifânio de Souza) Dantas, também ministro sob a monarquia. O pai de Luiz, também chamado Manoel Pinto de Souza Dantas, continuara, sob o Império, a tradição familiar na política. Esta vocação, interrompida pela República, levou-o à carreira consular, para a qual veio a ser nomeado em 1908. No mesmo ano, um outro filho do velho conselheiro Dantas, José Pinto de Souza Dantas, seria também nomeado para a carreira. É de supor que o barão do Rio Branco, que fora grande amigo de Rodolfo Dantas, estendesse sua proteção à família.

Luiz nasceu a 17 de fevereiro de 1876, no Rio de Janeiro, onde fez seus estudos, diplomando-se bacharel em ciências jurídicas e sociais. Colou grau em 6 de janeiro de 1897, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Era uma pequena turma, em que foi colega de James Darcy, objeto de uma duradoura amizade. Foi logo nomeado, a 23 de janeiro, adido, não remunerado, na legação em Berna. Voltou ao Brasil, em licença, sendo nomeado, a 16 de março de 1900, segundo secretário na legação em São Petersburgo, onde se apresentou em 20 de junho. Iniciava formalmente, aos 24 anos, sua carreira diplomática. Ficou ali encarregado dos negócios do Brasil de dezembro de 1900 a junho do ano seguinte.

Serviu ainda como secretário em Roma (1902) e, promovido a primeiro secretário, em Buenos Aires (1908), onde foi colaborador de Domício da Gama. Estava no posto em momentos difíceis das relações brasileiro-argentinas, especialmente quando da questão do telegrama n. 9. Várias vezes, assumiu a encarregatura de negócios, interinamente, sendo promovido a conselheiro em 1910 e permanecendo em Buenos Aires durante a missão Campos Salles. Designado para chefiar, como ministro residente, a legação na Turquia (junho de 1912), não chegou a assumir o posto. Encarregado de negócios depois da partida de Campos Sales (13 de julho de 1912), foi efetivado, como ministro, chefe da legação em Buenos Aires, função que exerceu de 1913 a 1916, quando foi chamado ao cargo de subsecretário do Ministério das Relações Exteriores (maio de 1916). Assumiu interinamente a pasta, entre junho e novembro desse ano, período em que ocorreu seu desentendimento com Rui Barbosa, episódio que merece ser considerado à parte. Voltou a assumir o ministério durante alguns dias de maio de 1917, até a posse de Nilo Peçanha. Foi, então, designado ministro plenipotenciário em Roma (1917) e Bruxelas (1919), voltando a Roma – como embaixador – ainda em 1919.

Em 1922, iniciou Souza Dantas a sua longa gestão em Paris, onde deveria aposentar-se em 1941, aos 65 anos. Foi, entretanto, prorrogada sua permanência no posto, em virtude da guerra e da dificuldade de substituí-lo. Como continuou, de fato, a exercer a chefia da missão e sendo, depois, internado em Bad Godesberg, sua aposentadoria foi anulada e Souza Dantas foi efetivamente aposentado somente em dezembro de 1944, por um decreto-lei do presidente Vargas, portanto, aos 68 anos.

Não terminou, entretanto, sua atividade profissional. Em 1946, foi designado chefe da delegação do Brasil à I Assembléia Geral da ONU, que se reuniu em Londres, e, logo depois, membro da delegação brasileira à Conferência da Paz, chefiada pelo então ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. Completara 70 anos.

Como ministro em Buenos Aires, Souza Dantas já revelara sua notável capacidade de articulação social e profissional. Multiplicava suas relações, na política, no jornalismo, nos meios intelectuais ou nos salões da oligarquia argentina. Ligou-se de tal forma à sociedade romana, que, passados muitos anos, em 1926, quando o Brasil lutava pela cadeira de membro permanente do Conselho da Liga das Nações, foi mandado a Roma para expor ao governo italiano a posição brasileira. Tinha ali relações pessoais com Mussolini, que, ao fim de sua missão diplomática, quatro anos antes, o tratara de *cives romanus*; era amigo de Gabriele D'Annunzio; todas as portas lhe estavam abertas. Em Paris, integrou-se a ponto de tornar-se não um estrangeiro de prestígio, mas parte da sociedade parisiense, do mundo político e intelectual francês, onipresente, conhecido de todos e bem acolhido por todos.

Esta situação peculiar podia suscitar críticas, como a de Lévy-Strauss, que considerava Dantas um brasileiro alienado à cultura francesa. Mas, de brasileiros, não conheço queixa ou afirmação de que tenha desatendido interesses nacionais ou deixado de proteger a quem quer que batesse à sua porta. Por disciplina profissional, inclinação pessoal, generosidade natural, talvez por interesse, nunca deixou de atender ao zeloso cumprimento de instruções, de prestar seu apoio pessoal aos brasileiros de visita ou de passagem, de socorrer os que estavam desvalidos. Do diplomata, se pede que reúna o perfeito conhecimento de seu próprio país, de sua cultura e interesses e a compreensão profunda da cultura, interesses, posturas e idiossincrasias de seus interlocutores, de forma a captar-lhes a simpatia e encontrar a sintonia adequada à negociação e conjugação de vontades. Não é fácil reunir todos estes predicados e a preponderância de um ou outro pode frustrar a eficácia do agente. Souza Dantas parece ter revelado, em sua gestão de nossa embaixada na França, uma combinação muito feliz de qualidades e competências. Esta – e não simplesmente manobras nos bastidores da política – seria a explicação de sua excepcional resiliência em Paris.

São inúmeros os depoimentos e testemunhos, em memórias, discursos, homenagens, artigos de jornal, sobre a sociabilidade, a simpatia, a cortesia, a amabilidade, o encanto pessoal, a inteligência, o talento de conversar, o sentido de oportunidade, a capacidade de cativar seus interlocutores e de fazer amigos de Souza Dantas. Fala-se de *gentleman*, *charme*, *don de gentes*, socorrendo-se de expressões estrangeiras quando as vernáculas parecem insuficientes. Afonso Arinos, entretanto, ressalta "o seu jeito familiarmente brasileiro, conservado apesar da longa e ininterrupta estada no estrangeiro". A gentileza de Souza Dantas não provinha de um verniz mundano. Sua maneira de ser transcendia considerações de fortuna ou de classe; era cavalheiro com todos. Para os que já tenham dificuldade em situar e entender esta linguagem, um especialista de recursos humanos, de nossos dias, diria que Souza Dantas era a expressão máxima de um homem de relações públicas.

A confirmar esta imagem coletiva estão todas as homenagens e distinções que recebeu em vida, como embaixador ou aposentado, ou depois de sua morte. Apenas para citar alguns exemplos, caberia lembrar que, quando terminou sua missão em Roma, o chefe do governo foi a seu embarque; aos 13 anos de embaixador em Paris foi objeto de uma grande homenagem, de que participaram figuras as mais representativas do mundo político e intelectual da França; ao regressar ao Brasil, de passagem por Lisboa, depois do internamento em Bad Godesberg, teve um excepcional convite para a casa de Salazar; em 1951, já aposentado, festejou-se – com alguma imprecisão cronológica – seu jubileu diplomático, numa grande manifestação em Paris, de que se pode colher os ecos na imprensa francesa, portuguesa e brasileira. Morto, o governo francês deu-lhe as honras de um chefe de missão – que já não era há 10 anos – em cerimônia fúnebre que reuniu, ainda uma vez, políticos, jornalistas e intelectuais franceses. Também o *Diário de Notícias*, de Lisboa, registrava em duas colunas completas a perda do grande diplomata. No Brasil, os

jornais dedicaram-lhe notícias e artigos, alguns dos quais publicamos nos *Cadernos do CHDD*, em 2004, por ocasião do cinqüentenário de seu falecimento, notadamente os de autoria de Assis Chateaubriand, Paschoal Carlos Magno, Augusto Frederico Schmidt e Levi Carneiro.

Outra qualidade sempre associada à memória de Souza Dantas é sua generosidade. São numerosas as referências ao seu desapego ao dinheiro, ao fato de que liquidara os bens que tinha no Brasil e que praticamente nada deixou ao morrer. Dependia, para viver em Paris, depois da aposentadoria, de um auxílio que regularmente lhe davam os herdeiros de sua esposa. Ouvi, certa vez, do embaixador Paulo Carneiro, amigo e auxiliar de Souza Dantas, o registro de que o acompanhara nas visitas que fizera a uma série de pessoas desvalidas, a quem ajudava regularmente, para, às vésperas de deixar Paris, dar-lhes uma soma um pouco maior, que paliasse suas necessidades nos tempos difíceis que as esperavam e em que não mais poderia socorrê-las. Paulo Carneiro comentou que ficara surpreso com o número de pessoas a quem socorria, generosa e discretamente.

A crise da II Guerra Mundial revelou, numa nova dimensão, a amplitude de suas qualidades humanas. Hoje, graças à exaustiva pesquisa do professor Fábio Koifman, sabe-se do notável comportamento de Souza Dantas que, discretamente e, muitas vezes, ao arrepio das instruções do governo Vargas, concedeu vistos a judeus para que pudessem refugiar-se no Brasil ou, pelo menos, sair da França. Esta postura humanitária de Souza Dantas revela um traço profundo de seu caráter. São inúmeros os testemunhos de sua generosidade e do seu desprendimento. Quem percorrer as circulares do Ministério das Relações Exteriores, quando Souza Dantas era subsecretário de Estado, encontrará, na circular que determinava rapidez nas providências para a repatriação de brasileiros desvalidos, o tom e o espírito compassivo e generoso de Souza Dantas. Seu comportamento para com os perseguidos do nazismo não foi, portanto, um ato isolado, nem se deve

atribuí-lo às relações com o mundo israelita, decorrentes da origem de sua mulher. Terá brotado do fundo de um sentimento que lhe era natural. Foi o mais significativo e expressivo de sua generosidade, pelas circunstâncias e pelo número de pessoas a quem socorreu, confirmando apenas, numa grande escala, seu espírito humanitário.

Souza Dantas sempre manteve laços com os meios intelectuais dos países onde vivia. Em Roma, fez-se amigo de D'Annunzio; em Paris circulava livremente no mundo literário, de forma muito especial nos meios teatrais, onde seu gosto literário se mesclava às relações nem sempre platônicas com artistas famosas.

Souza Dantas foi solteiro até os 57 anos. Em 1933, casou com Elisa, viúva Stern, nascida Meyer, de uma rica família norte-americana, filha de Marc Eugene Meyer, ligado à casa bancária Lazard Frères, irmã de Florence Blumenthal, esposa esta de George Blumenthal, um dos mais poderosos banqueiros dos Estados Unidos, e de Eugene Meyer Jr., industrial e banqueiro que desempenhou, entre 1917 e 1933, importantes funções governamentais nos Estados Unidos, inclusive a de presidente do conselho do *Federal Reserve System*. Ao afastar-se do governo, em 1933, Eugene compra o *Post*, começando a grande aventura de um dos principais jornais do país, o *Washington Post*. Casamento de razão para ambas as partes, segundo se diz. De um lado, o brilho de uma excepcional situação social em Paris; de outro, a folga financeira, a bonita residência da Rue de Constantine e, depois, a moradia no Ritz. O clima de pré-guerra levou Elisa de volta aos Estados Unidos, onde morreria em 1952.

Souza Dantas era um personagem de Paris. Basta folhear livros como o do jornalista Jean-Pierre Dorian, *Le Gant de Velours*, ou *Cinquante ans de panache*, de André de Fouquières, para aferir o quanto estava integrado ao *tout Paris*. O amplo anedotário acerca da sua vida parisiense obscurece, entretanto, aspectos importantes de sua experiência profissional e de seu caráter.

O homem cortês e amável Souza Dantas era capaz de atitudes drásticas. Fábio Koifman cita uns tantos desafetos, colegas de carreira, alguns candidatos a seu posto de Paris, sendo o caso mais significativo de suas reações radicais a ruptura com Rui Barbosa, senador e jurista de enorme prestígio, que, baiano como os Dantas, fora a eles intimamente ligado. Com o velho conselheiro Dantas, deu seus primeiros passos na política, na imprensa e na advocacia. Foi amigo fraterno de Rodolfo, que – a convite dos Dantas – acompanhou numa viagem à Europa; com ele e Sancho de Barros Pimentel montou, em 1887, o escritório de advocacia no Rio de Janeiro, na rua da Alfândega.

Souza Dantas, que, até o início do ano de 1916, fora ministro em Buenos Aires, assumira interinamente, na sua qualidade de subsecretário das Relações Exteriores, a chefia do Itamaraty. Rui Barbosa fora escolhido pelo governo para representar o Brasil nas cerimônias comemorativas do centenário do Congresso de Tucumán, que a Argentina cercava de grande aparato. A missão de Rui, iniciada a 6 de julho, se complementaria por uma intensa atividade cultural, mediante conferências e entrevistas de imprensa. Entre aquelas, pronunciou, a 14 de julho, data nacional da França, na Faculdade de Direito, a intitulada *Conceptos Modernos del Derecho Internacional,* que veio a ser conhecida como "O Dever dos Neutros", em que assumiu posição francamente favorável aos aliados no conflito europeu. O Brasil seguia ainda a política de neutralidade, que só abandonaria em 1917. Rui partira do Rio com o texto pronto e traduzido (por Manuel Bernardez) para o espanhol. É evidente que pretendia utilizar a oportunidade para um pronunciamento de grande repercussão. Aparentemente, não dera a conhecer, ao jovem ministro interino das Relações Exteriores, suas intenções. Embora não haja registro nos arquivos, sabe-se que o ministro da Alemanha no Rio de Janeiro manifestou ao governo brasileiro seu desagrado pela posição assumida por seu embaixador, em missão especial, em Buenos Aires. Não encontrei comunicações entre a Secretaria de Estado e

a legação em Buenos Aires sobre o assunto, mas a imprensa da época deu-lhe imensa cobertura, a que Rui não deixou de reagir. Seu principal argumento era o de que, findas as cerimônias oficiais, não falara como embaixador, mas como jurista. Tinha, nos termos do convite, nos discursos pronunciados pelos anfitriões e em sua própria oração, bons fundamentos para esta linha de argumentação. O que a enfraqueceu foi a reclamação de um salário mensal de embaixador, que acabou por receber, por decisão presidencial e que ofereceu, então, a uma obra de caridade. Souza Dantas alegou a falta de precedentes, mas acabou cedendo, depois de levado o assunto ao nível presidencial. Atribui-se a estes fatos a ruptura entre os dois.

Outro motivo parece, entretanto, haver interferido na desavença. As relações entre Rui e Souza Dantas saíram afetadas do incidente, mas não chegara a haver uma ruptura. Segundo o próprio Rui, Souza Dantas foi recebê-lo a bordo, no regresso de Buenos Aires, e conduziu a senhora Rui Barbosa, d. Maria Augusta, até sua residência. Segundo a mesma fonte – um rascunho autógrafo de Rui, inacabado, em que desabafa sua mágoa com o incidente –, nesta ocasião, Dantas a teria tratado com inesperada frieza. É o mesmo documento, depositado nos arquivos da Casa de Rui Barbosa, que nos informa que alguns dias depois, a 19 de agosto, Souza Dantas disse ao filho de Rui Barbosa, Alfredo, que não falaria mais a seu pai – "que morrerá sem falar comigo", nas palavras de Rui. A ruptura deu-se, portanto, a 19 de agosto. Nesta data, Souza Dantas recebera um telegrama de Buenos Aires com notícia da publicação, em *La Prensa*, de uma nota sobre uma dívida de jogo de um diplomata brasileiro, ex-chefe de missão na América Latina, que teria sido paga pelo ministério. Tratava-se, na percepção de Souza Dantas, de uma farpa de Zeballos. Souza Dantas, antes de ser ministro em Buenos Aires, ali fora secretário de Domício da Gama, nos anos do telegrama n. 9, e não mantinha boas relações com Zeballos, que continuava a exercer grande influência em *La Prensa*, sempre adversa ao Brasil.

Pretendia ver em Souza Dantas um continuador de Rio Branco, cuja política não cessara de satanizar. Rui, certamente, se situava acima do que devia considerar quizílias de menor importância. Aproximara-se de Zeballos durante esta viagem à Argentina, o que, segundo um telegrama do encarregado de negócios em Buenos Aires, datado de 1º de agosto, causara "surpresa e comentários irônicos", embora lhe parecesse "que não se lhe deu aqui importância maior". Não havendo aceito – e tardando 10 dias em responder – um convite semelhante do senador Lainez, diretor de *El Diario*, amigo e recomendado de Souza Dantas, aceitara proferir uma conferência em *La Prensa*, por iniciativa de Zeballos, a quem, aliás, defenderia, na imprensa do Rio, da tempestade levantada pelas referências que o publicista argentino fizera a Pinheiro Machado, tratando-o de "último caudilho do Brasil, daqueles caudilhos, tão comuns na América do Sul, que cimentavam sua força em um consórcio, nem sempre bem definido, entre o poder oficial e a popularidade", para, em seguida, afirmar que "já o Brasil não se presta aos caudilhos nem a prestígios artificiais". Zeballos, que abominava Rio Branco e os seus amigos, cortejava seus desafetos. Sua aproximação com Rui, certamente justificada pelos notáveis talentos do homem público e jurista brasileiro, teria sido avivada pela lembrança das relações delicadas entre os dois grandes brasileiros? Estaria hostilizando Pinheiro Machado, no intuito de afagar Rui Barbosa? Ao defender Zeballos, Rui se alinhava aos inimigos de Rio Branco, cuja memória permanecia indelevelmente ligada à imagem de nossa diplomacia. Naquele mesmo dia 19 de agosto de 1916, Souza Dantas afirmou, em telegrama de caráter particular ao segundo secretário Lourival de Guilhobel, saber que Rui estaria fazendo trabalho para "afundar-me e elevar Zeballos". Em reposta, no dia seguinte, Guilhobel mencionou uma entrevista com o senador Lainez, em que este se referira à "traição de Rui", possivelmente aludindo à sua aproximação com Zeballos.

Souza Dantas, que, segundo parece, não desdenhava a freqüência das casas de jogo, sentiu-se visado pela notícia de *La Prensa*. Atribuiu sua inspiração a Rui. Negou que o ministério tivesse arcado com dívidas de diplomata, quem quer que fosse, e ofereceu o cargo ao presidente, pedindo uma plena averiguação dos fatos. Valendo-se de suas relações na imprensa, fustigou Rui a propósito de suas pretensões salariais, causando-lhe profundo desgosto. O assunto teve, naturalmente, ampla repercussão jornalística. Rendeu ainda a Souza Dantas uma verrina de Zeballos no número de outubro de sua *Revista de Derecho, Historia y Letras* e algumas veladas, mas ferinas, alusões em discurso pronunciado por Rui no Senado.

Parece claro que Rui olhava Souza Dantas, ministro interino das Relações Exteriores, como a um jovem afortunado e sem maiores méritos, membro de uma família à qual fora estreitamente ligado, mas da qual se julgava credor pelos serviços que entendia haver-lhe prestado. Não cogitaria de ouvir suas ponderações. Souza Dantas devia sentir-se ferido na sua autoridade ministerial – frágil, pois que interina –, atingido no seu prestígio de chefe de missão em Buenos Aires, que fora até poucos meses, e traído por um protegido de sua família que, coroado pelos louros, esquecera as benesses do passado. Fraquezas humanas, a que não escaparam nem o mais talentoso dos brasileiros nem o mais gentil, cortês e humanitário dos diplomatas.

Este episódio – alguns detalhes do qual só conhecemos pelo citado desabafo de Rui – merece ser referido, porque apresenta um aspecto pouco lembrado do temperamento de Souza Dantas, capaz, como se vê, de uma reação drástica ("uma grosseria", nas palavras de Rui), mesmo com um homem de grande prestígio e influência. *Do jagunço ao gentil-homem* foi o título dado por Assis Chateaubriand ao artigo que publicou em *O Jornal*, quando da morte de Souza Dantas. Ao arguto jornalista não escapara este aspecto pouco lembrado daquele que fora, "sempre", um interlocutor amável e suave.

Outro aspecto de Souza Dantas ocultado pelo anedotário mundano é sua competência profissional. Sua capacidade de relacionamento não era intransitiva; associada à sua habilidade, traduzia-se, em termos profissionais, em acesso aos meios políticos, empresariais, jornalísticos e intelectuais e, por seu intermédio, no êxito das negociações que lhe eram confiadas.

Foi um embaixador que se assinalou sempre pelo prestígio nos países em que lhe coube representar o Brasil, sobretudo em Paris, onde sua situação era, mais que privilegiada, única.

Coube-lhe conduzir importantes negociações bilaterais, como as relativas aos empréstimos governamentais, denominados em franco-ouro, que acabaram sendo objeto de uma decisão da Corte da Haia; as relativas a projetos siderúrgicos franceses no Brasil, com apoio dos Rothschild; ou à liberação de produtos adquiridos pelo Brasil à Alemanha, dificultada pela ocupação francesa do Ruhr. Importantes negociações, de repercussão internacional, dependiam também de Paris. Foi a intervenção de Souza Dantas junto ao governo francês que assegurou ao Brasil, em 1925, a participação na reunião da comissão de reparações de guerra, de que nos queriam excluir. Na ocasião, o ministro Félix Pacheco felicitou-o pela "bela vitória pessoal", realçada pelo fato de não haver a embaixada em Londres, sede da reunião, conseguido que o Brasil fosse convidado. Durante anos, o embaixador em Paris foi acionado para persuadir o governo francês a apoiar as pretensões brasileiras em matéria de indenizações de guerra, ao amparo do artigo 263 do Tratado de Versalhes, direitos que o Brasil pretendia não deverem ser prejudicados pelas disposições do plano Dawes. O fato de que, finalmente, nossas pretensões não hajam sido coroadas de êxito, prevalecendo, com o plano Young, o interesse europeu em recuperar a economia alemã, não diminui o mérito do agente que, dedicadamente, acompanhou o assunto entre 1925 e 1930. Igualmente, as longas, penosas e infrutuosas negociações para assegurar ao Brasil uma cadeira permanente no Conselho da Liga das Nações foram objeto de um atento e perti-

naz trabalho de Souza Dantas, cuja correspondência oficial mostra o seu constante diálogo sobre o assunto com Briand e revela a missão que o levou a Roma, na tentativa de persuadir Mussolini do bem fundado de nossas razões.

Com suas qualidades, seria fácil a Souza Dantas ser um grande embaixador numa missão bilateral, mas sua habilidade foi também testada na diplomacia parlamentar, na Liga das Nações, onde foi chamado a representar o Brasil em reuniões do Conselho Executivo, no período anterior à criação de nossa delegação permanente, e em comissões especiais, como a incumbida dos problemas de nacionalidade dos colonos alemães na Polônia ou a da situação das minorias na Lituânia, de ambas as quais foi relator. Fato excepcional, a atuação de Souza Dantas no caso da Lituânia mereceu uma referência – ainda que sem citá-lo nominalmente – na Mensagem Presidencial ao Congresso para o ano de 1926, na parte relativa às relações exteriores:

> o representante do Brasil foi o relator de quase todas as questões sobre minorias, algumas de grande importância, como as relativas à Lituânia, formulando conclusões desde logo aceitas pelos próprios interessados, que louvaram sem reservas o alto senso de imparcialidade e de justiça, revelado pela solução dada ao problema.

*

Este volume não pretende documentar toda a longa carreira de Souza Dantas. Dedica-se aos anos mais difíceis do seu percurso diplomático, aqueles em que, rompida a II Guerra Mundial, permaneceu como embaixador na França, em Paris e Vichy. Internado pelo governo alemão, permaneceu em Bad Godesberg, por mais de um ano, entre 13 de fevereiro de 1943 a 28 de março de 1944. Estes anos de provação foram também os anos em que mais plenamente revelou sua generosidade e seu espírito humanitário.

Não pretendemos voltar a esta página de sua vida, exaustivamente tratada por Koifman, em seu livro *Quixote nas Trevas*; consagrada por Israel, que nele reconheceu um dos "Justos" que desafiaram o poder totalitário para salvar vidas humanas; relembrada, ainda em 2008, pelo presidente da República, na cerimônia realizada no próprio Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Coerentes com os propósitos do CHDD, buscamos apenas mostrar uma feição do diplomata, publicando uma seleção de sua correspondência oficial com a Secretaria de Estado neste período crítico da conjuntura internacional, com o duplo propósito de contribuir para a compreensão de nossa política exterior, durante um período particularmente interessante da história mundial e nacional, e revelar a postura de um embaixador que se notabilizou por representar, na sua melhor forma, uma época e um estilo.

A coletânea se inicia pelo "mês político" de janeiro de 1940, já declarado o estado de guerra entre a França e a Alemanha, sem que os grandes enfrentamentos se houvessem iniciado. Era a *drôle de guerre*. Termina em novembro de 1942, data das últimas comunicações do embaixador, que seria logo depois internado em Bad Godesberg pelo governo da Alemanha, potência ocupante do território francês. A leitura dos primeiros documentos nos transporta a um momento em que os roteiros do conflito pareciam todavia incertos, a truculência nazista se revelava parceladamente – verdade é que em etapas de crescente horror – e, no Brasil, um pragmatismo, alimentado, em certos casos, por simpatias totalitárias, via na procrastinação – o adiamento de uma tomada de posição entre os Aliados e o Eixo – a política mais adequada aos interesses nacionais. Aos poucos, as tendências foram-se tornando mais claras, o nazismo foi progressivamente desnudado em todo o seu absurdo e em toda a sua crueldade. As limitações do governo Pétain foram-se explicitando e a resistência, interna e externa, das forças patrióticas francesas assumia uma configuração mais nítida.

Os documentos aqui transcritos não são necessariamente da autoria do embaixador, mas evidentemente refletem suas opiniões e avaliações. Usualmente, os relatórios mensais dos principais acontecimentos políticos – os chamados *meses políticos* – não eram redigidos pelo próprio chefe da missão, mas eram por ele revistos; já os telegramas terão, mais freqüentemente, sido de sua lavra. A transcrição dos meses políticos permite, entretanto, uma visão mais clara e ordenada dos acontecimentos, tais como observados por nossos diplomatas na França. O tom pessoal de certas informações, colhidas muitas vezes pelo próprio Souza Dantas, as posturas corajosas que assumiu em relação aos refugiados, as avaliações dos acontecimentos e atores políticos delineiam o perfil do diplomata e, ao mesmo tempo, a configuração de nossa política exterior.

Quando, a 10 de junho de 1940, o governo francês deixou Paris em direção ao sul, os chefes de missão junto a ele acreditados o acompanharam. Souza Dantas partiu dia 11 para Billaumire (Indre-et-Loire), de onde seguiu para Bordeaux, ali permanecendo de 16 a 21 do mesmo mês; de 22 a 24 esteve em Perpignan, voltando a Bordeaux no dia 25. O governo francês decidindo estabelecer-se em Clermont-Ferrand, Souza Dantas transferiu-se para La Bourboule, uma estação de águas a 50 quilômetros daquela cidade, onde estava em 1º de julho. Finalmente, acompanhou o governo a Vichy, onde já se encontrava no dia 12 de julho, assistindo à reunião da Assembléia Legislativa que deu poderes ao Executivo para reformar a constituição do que viria a ser o Estado Francês.

Estabelecida a sede da embaixada em Vichy, no Hotel du Parc, os escritórios da embaixada em Paris continuavam a funcionar, sob a responsabilidade do ministro-conselheiro Rubens de Mello. Esta peculiar situação explica as informações paralelas, mandadas pelo embaixador e pelo ministro. Julgou-se que, em alguns casos, especialmente o dos *meses políticos*, seria conveniente editar também as informações de Paris, que contribuem para melhor conhecer o cenário da França ocupada pelas tropas alemãs.

A 12 de novembro de 1942, um pelotão militar alemão invade os escritórios da embaixada em Vichy, mantendo detidos os funcionários diplomáticos, com exceção de Souza Dantas, durante as três horas que durou a perquisição. Na véspera, tendo em conta a ocupação da chamada zona livre pelas tropas alemãs, o embaixador determinara a destruição das cifras e dos arquivos da missão. O embaixador foi então instruído pelo Itamaraty a deixar o território francês com todo o pessoal da missão e dos consulados, sem que isso importasse o rompimento de relações. As instruções não puderam ser cumpridas. A 29 de dezembro, os colegas latino-americanos ofereciam uma homenagem a Souza Dantas por haver completado 20 anos de embaixador na França. O marechal Pétain enviou-lhe um presente nesta ocasião, mas, a 23 de janeiro de 1943, nem decorrido um mês, o governo de Vichy fez saber a Souza Dantas que deveria deslocar-se, acompanhado de todo o pessoal diplomático e consular, para Mont-Doré-les-Bains, onde ficariam internados.

O governo de Vichy era inteiramente impotente para exercer qualquer tipo de proteção a funcionários diplomáticos junto a ele acreditados, ainda que, formalmente, do ponto de vista brasileiro, a sua retirada do território francês não implicasse a ruptura das relações diplomáticas. Depreende-se, de telegramas da embaixada em Lisboa, que o próprio Pierre Laval – que era, aliás, amigo de Souza Dantas – viu frustradas as gestões que fizera para autorizar a partida do embaixador.

Souza Dantas e os brasileiros foram depois transferidos, a 13 de fevereiro, para Bad Godesberg, na Renânia, onde permaneceram internados até que chegasse a Lisboa um grupo de súditos alemães ditos "semi-oficiais", que ainda se encontrava no Brasil, depois da partida do pessoal diplomático e consular, cuja saída fora vinculada à partida dos diplomatas brasileiros acreditados na Alemanha e Itália. As negociações com a Alemanha, conduzidas pelo governo português, incumbido da proteção dos interesses brasileiros junto ao *Reich*, foram longas e difíceis, havendo, em

dado momento, sido amalgamadas com as negociações similares conduzidas pelo governo norte-americano com respeito aos cidadãos alemães localizados nos Estados Unidos e em vários países latino-americanos. Souza Dantas e os 26 brasileiros só foram autorizados a deixar a Alemanha a 28 de março de 1944, depois de um ano e 42 dias de internamento, bem mais longa do que a imposta aos agentes diplomáticos acreditados em Berlim, Viena e Copenhague, aos funcionários dos consulados em Berlim, Paris, Hamburgo, Bremen, Frankfurt, Colônia e aos membros da comissão militar sediada em Essen, que permaneceram em Baden-Baden de 11 de fevereiro a 2 de outubro de 1942.

Entrementes, o governo brasileiro reconhecera, a 26 de agosto de 1943, o Comitê Francês de Libertação Nacional e, um mês depois, acreditava Vasco Leitão da Cunha como delegado junto ao Comitê, em Argel.

Na adversidade, Souza Dantas portou-se com a dignidade de sempre, solidário com os demais colegas internados – funcionários da embaixada e dos consulados em Marselha e Lion, ao todo 27 brasileiros – negando-se, inclusive, a aceitar o tratamento diferenciado que os alemães pretendiam conceder ao chefe de missão. As condições do internamento eram duras, alegadamente em virtude de medidas similares adotadas no Brasil para com os funcionários alemães.

*

A bibliografia em francês sobre o período de Vichy é abundante e reflete todos os matizes da sensibilidade e dos estados de espírito da opinião pública da França sobre um dos episódios mais difíceis da história contemporânea. Não temos como avaliar o interesse que, para a historiografia francesa, possa ter a documentação que ora publicamos. É, certamente, de real valor para o conhecimento de nossa política exterior nos anos 30 e 40, como

ilustração de um estilo de diplomacia e testemunho das qualidades humanas de Souza Dantas.

Como em toda seleção, fomos constrangidos pelos limites de espaço. Ativemo-nos à correspondência de natureza política, selecionando os textos mais significativos. O recente livro do professor Fábio Koifman – *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo* – tornou desnecessária a pesquisa sobre a atividade consular, a concessão de vistos e a proteção de nacionais brasileiros.

Somos os únicos responsáveis pelos erros e acertos da escolha. Na transcrição, atualizou-se a ortografia e foram introduzidas algumas alterações na pontuação. O índice onomástico se propõe a fornecer ao leitor, não familiarizado com os meios políticos e militares da França de então, informações básicas sobre os personagens citados. A série documental está ordenada por ordem cronológica, independentemente de sua origem ou natureza. A transcrição foi feita no Centro de Hisória e Documentação Diplomática (CHDD), sob a supervisão de Maria do Carmo Strozzi Coutinho, por Carla Cristina Oliveira de Miranda, estudante de história na UERJ, então estagiária no Centro.

ALVARO DA COSTA FRANCO

EXPLICAÇÃO AO LEITOR

Principais tipos de documentos do Ministério das Relações Exteriores, citados no livro:

AIDE MÉMOIRE: documento não assinado, mas autenticado por rubrica, de natureza informal, sem vocativos ou fechos, que registra uma posição.

BILHETE VERBAL: idêntico ao ofício verbal, é, entretanto, mais sucinto.

CARTA CREDENCIAL e CARTA REVOCATÓRIA: cartas assinadas pelo chefe de Estado e dirigidas a outro chefe de Estado, pelas quais se acredita um chefe de missão diplomática ou se informa do fim de sua missão, respectivamente.

CARTA DE CHANCELARIA: carta assinada pelo ministro de Estado das Relações Exteriores e dirigida a uma autoridade estrangeira do mesmo nível.

CIRCULAR: modalidade de comunicação por mala diplomática ou telegrama, destinada, simultaneamente, a vários postos no exterior ou às unidades da Secretaria de Estado.

DESPACHO: documento oficial enviado pelo MRE a suas repartições no exterior.

NOTA: comunicação oficial trocada entre governos de países; entre o MRE e o corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro; e, no exterior, entre as missões diplomáticas brasileiras, as chancelarias dos países onde estão acreditadas e as demais missões.

NOTA VERBAL: comunicação oficial, similar à anterior, não assinada, apenas autenticada por rubrica.

OFÍCIO: forma de correspondência oficial entre órgãos da administração pública e destes com particulares; no MRE, é o documento enviado por um chefe de missão diplomática ou repartição consular à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

OFÍCIO VERBAL: documento similar ao anterior, não assinado, apenas autenticado por rubrica.

TELEGRAMA: documento equivalente a ofício e a despacho, trocado entre o MRE e suas missões no exterior, por via telegráfica (atualmente, por meio eletrônico), também chamado despacho telegráfico, circular telegráfica, etc. Dele constam, freqüentemente, duas datas, que se referem ao dia do envio e o dia do recebimento. "Em/4/5/X/40", por exemplo, significa que a comunicação foi enviada no dia quatro e recebida em cinco de outubro de 1940.

1940

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 31 de janeiro de 1940.

Mês político na França[1]
Janeiro de 1940.

N. 1

O panorama político-militar da Europa não sofreu maiores alterações no mês de janeiro ora findo. A situação dos beligerantes, do ponto de vista exclusivamente militar, é a mesma. O inverno rigoroso – o termômetro em Paris chegou a marcar menos 20 graus centígrados – que reinou em toda a Europa durante o mês limitou forçosamente a atividade militar a ações de reconhecimento, sem maior significação, na frente ocidental. A aviação, também, por sua vez, esteve mais ou menos em repouso. E, no mar, a guerra marítima não consignou maiores feitos. Os beligerantes, evidentemente, não permaneceram inativos em outros setores. Sua diplomacia trabalhou intensamente junto aos Estados neutros, sobretudo àqueles que, pela sua posição, se encontram mais vizinhos dos países em guerra. A Escandinávia, Holanda, Bélgica e Suíça, assim como os Bálcãs, estiveram, mais do que nunca, em foco. A resistência vitoriosa da Finlândia aos ataques da URSS parece haver afastado, pelo menos por ora, a ameaça que constituiria, para a Suécia e a Noruega, o estabelecimento das forças russas no golfo de Botnia. Se bem que ainda persista aquela ameaça, a verdade é que a habilidade política dos estadistas escandinavos vem-na neutralizando com vantagem. Quanto à Holanda e à Bélgica, houve, em meados do mês, certo pânico, produzido pelas notícias da iminente invasão de seus territórios pelas forças armadas alemãs. Em Bruxelas, as autoridades

[1] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 31 da embaixada do Brasil em Paris, de 31/01/1940.

militares belgas determinaram a passagem para a fase "D" do reforçamento do exército, se bem que, em comunicado oficial, o governo belga afirme que "a situação não inspira atualmente nenhuma intranqüilidade". As autoridades holandesas, por sua vez, adotaram novas medidas de defesa, levantando, nas suas linhas de águas geladas, barricadas de gelo. No sudeste europeu, acentuaram-se certos sintomas de nervosismo. Voltou-se a falar na eventualidade de um ataque russo contra a Romênia, em direção da Bessarábia; na pressão, cada vez maior, da Alemanha contra aquele país, que o petróleo tornou presa altamente cobiçada; na invasão da Transilvânia pelas forças húngaras e de movimento de tropas búlgaras na fronteira rumaica [*sic*], visando a Dobrudja. Na verdade, a situação nos Bálcãs é das mais precárias. A sorte da paz, nessa região assaz turbulenta da Europa oriental, continua à mercê de qualquer pretexto. As reivindicações húngaras com relação à Transilvânia, que o Tratado de Trianon concedeu à Romênia, atuam, no momento, como fator decisivo para os futuros destinos da política balcânica. A solução do conflito húngaro-romeno dificilmente comportará postergamentos indefinidos. As atuais circunstâncias favorecem, indiscutivelmente, a causa da Hungria. Dissolvida a "Pequena Entente", com o desmembramento da Tchecoslováquia, desapareceu, *ipso facto*, para o governo de Budapeste, o maior, senão o único, obstáculo para a realização de suas aspirações nacionalistas. A posição intransigente do governo de Bucareste, que ainda há pouco declarava, pela voz de seu ministro das Relações Exteriores, que não havia nada no Tratado de Trianon que justificasse a sua revisão, não é de natureza a afastar o perigo da extensão da guerra ao sudeste europeu. Vem cabendo, nessa emergência, à política oportunista da Itália, o papel de fator, senão conciliador, pelo menos moderador. A Itália, que se tornou, pela conquista da Albânia, grande potência balcânica, representa hoje, naquela região, o papel de fiel da balança. Sua diplomacia, feita de força e argúcia, mantém, por enquanto, o equilíbrio que, entretanto, os interesses que lhe são

peculiares, como país mediterrâneo por excelência, podem fazer periclitar. Sua posição com relação ao conflito húngaro-romeno é por demais conhecida. Há pelo menos dez anos, o senhor Mussolini se arvorou em paladino da causa revisionista do governo de Budapeste e, ainda hoje, é com a Itália fascista que a Hungria conta em primeira linha para a revisão do Tratado de Trianon. A entrevista realizada, em Veneza, entre o conde Csaky e o conde Ciano, nos dias 6 e 7 do mês passado, despertou, em conseqüência, o interesse e a curiosidade do mundo político europeu, dando lugar a comentários e interpretações na imprensa, os mais contraditórios. O comunicado oficial divulgado após aquela reunião não fez maiores luzes sobre os motivos que a teriam determinado. Soube-se, porém, que os dois ministros dos Negócios Estrangeiros examinaram, detidamente, a situação política nos Bálcãs e seu desenvolvimento futuro em face dos interesses húngaros e romenos e de uma eventual agressão russa. Outros elementos de juízo, entretanto, autorizam a suposição de que em Veneza se tenha estabelecido o plano da campanha política, e eventualmente militar, da Hungria conforme os resultados práticos da Conferência Balcânica a realizar-se em Belgrado a 2 de fevereiro, à qual concorrerão a Iugoslávia, Grécia, Romênia e Turquia. A imprensa francesa, não ocultando a importância e alcance das conversas de Veneza, procurou, porém, focalizá-la principalmente sob o aspecto exclusivo de um de seus eventuais objetivos: o exame da situação em face da intromissão soviética nos assuntos balcânicos. Neste momento, a política húngara marca certo compasso de espera. Os resultados da próxima Conferência Balcânica determinar-lhe-ão, futuramente, o rumo definitivo.

2. A demissão do senhor Hore-Belisha, ministro da Guerra da Grã-Bretanha, verificada a 6 do mês passado, produziu, como era de esperar, funda emoção nos círculos políticos franceses. O senhor Belisha é, com justiça, considerado como um dos paladinos da aproximação anglo-francesa. É, por outro lado, o criador do novo exército britânico, o homem que, violentando a tradi-

ção, forçou o estabelecimento da conscrição militar na Inglaterra e, pelo afastamento de certos chefes militares, democratizou o exército, recorrendo à colaboração dos mais capazes, com a abstração de suas origens sociais. Lamentando embora o afastamento de um amigo fiel e decidido, a imprensa francesa acolheu, com simpatia, a nomeação do senhor Oliver Stanley para ministro da Guerra, filho de lorde Derby, antigo embaixador britânico em Paris, considerado, também, como elemento francófilo de valor.

3. O Parlamento francês reiniciou os seus trabalhos legislativos a 9 do mesmo mês. A sessão inaugural da Câmara dos Deputados começou em meio de grande tumulto, provocado pela presença de alguns deputados comunistas. A intervenção pronta e enérgica do presidente Herriot, que convidou aqueles deputados a abandonar o recinto, o que fizeram ato contínuo, pôs termo ao conflito, e deu lugar a uma manifestação patética por parte dos parlamentares presentes, em homenagem à Finlândia. O governo apresentou, por essa ocasião, um projeto de lei, determinando a cassação do mandato dos deputados comunistas que não houvessem repudiado, publicamente, o pacto germano-russo. Esse projeto de lei, aprovado pela Câmara dos Deputados e, posteriormente, pelo Senado, já entrou em vigor. De acordo com seus termos, perderam o mandato os deputados e senadores comunistas que não se manifestaram contra aquele pacto até a data de 26 de outubro de 1939 passado. A antiga representação comunista ficou, assim, reduzida a meia dúzia de deputados. Do Senado, foi excluído o senhor Cachin.

4. No terreno diplomático, cabe-nos ainda referir o acordo comercial franco-espanhol, assinado a 13 do corrente. Pelo mencionado acordo, a França receberá, em troca de trigo e fosfatos, ferro e cobre da Espanha. A conclusão desse ato pôs em evidência, primeiramente, o progresso que as relações entre a França e a Espanha têm realizado no sentido da normalidade. Com esse objetivo, a ação desenvolvida pelo venerando marechal Pétain, embaixador francês junto ao governo de Madri, tem sido verda-

deiramente notável. O herói de Verdun, pouco a pouco, tem feito o governo do general Franco esquecer os erros da política da frente popular francesa de apoio à República Espanhola, durante a guerra civil. Seu tato e afabilidade vão realizando obra de inestimável alcance, restabelecendo, no país vizinho, o antigo prestígio da França e assegurando-se, dessarte, uma neutralidade, antes benévola, na guerra em que se acha empenhada.

5. Merece igualmente nota à parte a entrevista, que se realizou em Londres, entre os ministros do armamento francês e inglês, os senhores Raul Dautry e Leslie Burgin. Essa entrevista está na tradição da atual guerra. Os governos de Londres e Paris vêm agindo como se constituíssem um só e mesmo governo. Não se trata mais de uma aliança entre os dois países amigos, dizia recentemente o ministro Paul Reynaud, mas sim de uma verdadeira união. Efetivamente, em matéria de guerra, seja no seu aspecto puramente militar, seja no econômico ou financeiro, em terra, no mar e no ar, a fusão dos recursos de ambos os impérios é completa. A entrevista Dautry-Burgin resultou na abertura de novos acordos, tendendo ao aproveitamento em comum dos produtos em bruto dos referidos impérios, bem como de todos os seus recursos industriais.

6. Cabe-nos agora fazer uma breve referência ao discurso que o senhor Churchill, primeiro-lorde do Almirantado, pronunciou a 20 deste mês e que tanta emoção provocou nos países neutros do continente. O senhor Churchill, segundo as versões publicadas na imprensa desta capital, teria declarado que era dever dos países neutros, sobretudo dos pequenos, ameaçados pela política de hegemonia alemã, formarem ao lado das potências democráticas que combatiam, neste momento, pelos ideais de paz, liberdade e independência. Evitariam, assim, a sorte corrida pela Áustria, Tchecoslováquia, Polônia que, por desunidas, foram liquidadas uma a uma, separadamente. Essas declarações do primeiro-lorde do Almirantado britânico foram acolhidas, nesta imprensa, sem maiores comentários. Mas, na imprensa holandesa, belga, italia-

na e, sobretudo na Suíça, produziram efeito desastroso. A imprensa alemã tirou partido das ousadas manifestações do estadista britânico, apontando-as como a prova insofismável das intenções da Inglaterra de acender novos focos de guerra, confirmando, assim, tudo quanto a propaganda alemã vinha afirmando. Efetivamente, não se pode ocultar a infelicidade e inoportunidade daquelas declarações. A Bélgica, Suíça, Holanda, assim como os países escandinavos, desejam preservar, a todo o preço, a sua neutralidade, a fim de poupar às suas populações os horrores da guerra moderna.

7. Outro fato que deve ser lembrado é o incidente anglo-japonês, provocado pela visita realizada, por um navio de guerra britânico, a bordo do navio *Asama Maru* e da detenção de 21 alemães que viajavam naquele paquete. Esse incidente, que deu lugar a manifestações públicas contra a embaixada da Inglaterra, em Tóquio, parece que se acha em vias de solução. Os governos do Japão e da Grã-Bretanha mantêm, entretanto, os seus pontos de vista sobre o direito de visita que assiste aos beligerantes e o de captura de cidadãos pertencentes ao inimigo que estejam aptos para o serviço militar. Essa questão é hoje de palpitante atualidade. Não há, entretanto, como resolvê-la favoravelmente aos dois pontos de vista. Só a força militar, pelo menos por enquanto, prevalecerá na matéria. Cabe, a propósito, aludir aos incidentes verificados com o navio brasileiro *Cuiabá*, no porto do Havre, em princípios de setembro de 1939, do qual foram desembarcados vários passageiros alemães que viajavam para o Brasil, em companhia de suas famílias brasileiras, e com o *Neptunia*, do qual foram desembarcados três cidadãos brasileiros e uma senhora alemã, viúva de brasileiro, domiciliada no Brasil. Depois de demoradas gestões, a embaixada obteve a liberação dos mesmos. Outro incidente verificado, nos primeiros dias de janeiro, ocorreu com o *Almirante Alexandrino*, que se encontrava nas alturas de Vigo. Chamado à fala pelo navio-patrulha francês *Sergent Gouarne*, aquele navio brasileiro viu-se obrigado a parar, havendo sido submetido à demorada visita das autoridades navais francesas. Por essa

ocasião, foram retirados de bordo 20 sacos da correspondência do Brasil destinada à Alemanha.

8. A embaixada, logo que teve conhecimento daquela ocorrência, apressou-se em protestar, junto ao governo francês, contra a apreensão do correio, apoiando-nos nos dispositivos do artigo 1º da XI Convenção de Haia (1907) que firmam o princípio da inviolabilidade da correspondência postal. Aquele governo replicou, sustentando o direito que lhe assistia de examinar os sacos postais, pois a experiência da guerra de 1914/1918 havia demonstrado que era possível utilizá-los para passar contrabando. Na mesma ocasião e em virtude de incidente semelhante, os Estados Unidos da América protestaram junto ao governo britânico, sem maiores resultados. A Inglaterra adota, na matéria, a mesma tese francesa. Aliás, a doutrina anglo-francesa foi exposta no *memorandum* de 15 de fevereiro de 1916.

9. Pareceu-nos, diante disso, inútil estabelecermos polêmica com este governo. A verdade é que, em face dos interesses das potências beligerantes e dos meios modernos de guerra, aquela Convenção, bem como muitas outras, não tem aplicação na prática. São letra morta. Mais valeria denunciá-las.

10. Aqui estão, senhor ministro, em rápida síntese, as principais ocorrências do mês.

11. Não nos aventuramos a previsões sobre o desenvolvimento eventual do atual conflito. Aguarda-se, com o declínio dos rigores do inverno, a intensificação da luta. Nesse sentido, os jornais andam cheios de palpites. Em Londres, como em Berlim e Paris, fala-se muito no próximo início da guerra total. Os discursos recentemente pronunciados pelos senhores Chamberlain, Daladier e Hitler talvez justifiquem esses rumores. O ambiente, entretanto, ainda é de expectativa.

Paris, em 31 de janeiro de 1940.
L. M. de Souza Dantas

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 29 de fevereiro de 1940.

Mês político na França[2]
Fevereiro de 1940.

N. 2

O mês de fevereiro, malgrado os esforços desenvolvidos pelos beligerantes, no sentido de conquistar, cada um para seu lado, o apoio dos países neutros, não trouxe a menor modificação no quadro das hostilidades. Tudo, ao contrário, permaneceu inalterável, não se confirmando, por outro lado, os rumores que começaram a circular, nos últimos dias de janeiro, a propósito do início da guerra na frente ocidental, com todos os horrores que se esperam desse violento choque de massas, superiormente organizadas. A exemplo dos meses anteriores, os combates nessa frente limitaram-se a escaramuças de patrulhas de reconhecimento e a simples tiros de barragem, sem maiores vantagens para as forças que se contemplam das duas linhas tidas por inexpugnáveis – *Maginot* e *Siegfried*. A própria Rússia, apesar da violência com que vem atirando suas tropas contra a Finlândia, num sacrifício bárbaro de dezenas de milhares de vidas e considerável perda de material bélico, não conseguiu, nesse período, resultados apreciáveis, havendo mesmo fundadas esperanças, por parte das potências aliadas, de que ela não consiga levar avante, vitoriosamente, seu inglório propósito de domínio daquele país. Acredita-se, com efeito, que a Finlândia, graças ao auxílio de toda sorte que vem recebendo do mundo civilizado, sobretudo dos países escandinavos, da Inglaterra e da França, e aos degelos da primavera, consiga resistir por muito tempo à pressão do invasor, levando-o, final-

[2] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 68 da embaixada do Brasil em Paris, de 29/02/1940.

mente, a aceitar uma paz sem vitória, baseada no atual *statu quo*. Resta saber, porém, se a Alemanha estará disposta a aceitar uma solução dessa natureza. A guerra naval, por sua vez, não teve a intensidade dos outros meses, sendo relativamente reduzido o número de barcos postos a pique, quer pelas minas, quer pelos submarinos alemães, o que prova a eficiência do serviço de comboios, posto em prática pela Grã-Bretanha. Não foi mais intenso, por certo, o papel da aviação militar, cujos efeitos se reduziram, quase que exclusivamente, nesse período, a vôos de reconhecimento, de parte a parte, e lançamento de boletins sobre as grandes cidades: os dos aliados procurando incitar os alemães contra os seus governantes e os dos alemães tendo por escopo amedrontar as populações civis, como se verificou do que atiraram, há dias, sobre esta capital, e no qual diziam simplesmente o seguinte: *Français, preparez vos cercueils!*[3]. Esses *raids*, entretanto, servem para demonstrar que a defesa aérea das grandes capitais não é tão eficiente quanto propalam as respectivas autoridades.

2. Diante do exposto, forçoso é reconhecer, como já disse, que a atividade dos beligerantes, no mês de fevereiro, foi reduzida ao mínimo indispensável na frente ocidental, como, aliás, fazia prever o rigor do atual inverno europeu. Acredita-se, por isso, que só no mês de março, com a entrada da primavera, é que se definirão as forças até agora inativas dos beligerantes. Pensam outros, porém, que o centro de gravidade da guerra se vai deslocando aos poucos para o Oriente. A esse respeito, os jornais franceses publicam notícias significativas, tais como a presença, na Galícia oriental, de tropas e material bélico do *Reich*, de fortificações em Odessa, Novorosis e Batum, de pressão sobre a Romênia, etc. Esses indícios, que nada têm de tranqüilizadores, são interpretados aqui como uma prova de que a Alemanha, não ousando atirar-se sobre a linha *Maginot,* procura, de concerto com a Rússia, levar a guer-

[3] T.E. – "Franceses, preparem seus caixões!"

ra ao Próximo Oriente, na esperança de conquistar fáceis vantagens, que compensem a imobilização de suas tropas ao longo da linha *Siegfried*. Diante desse perigo, que muitos consideram iminente, a França confiou a direção de suas forças, no Oriente europeu, ao general Weygand, que já tem mais de um milhão de homens em armas, dispostos a enfrentar qualquer tentativa de expansão germano-russa nos Bálcãs. A Inglaterra, por sua vez, está concentrando várias divisões australianas no Egito, a fim de evitar, nesse setor, possíveis surpresas do inimigo.

3. A conferência dos Estados balcânicos, realizada no princípio do mês e durante a qual se fixaram certos princípios tendentes a desenvolver entre eles uma política de solidariedade, a ser praticada com sincero espírito de compreensão, foi assim uma conseqüência das ameaças que parecem pesar sobre os seus destinos. De um modo geral, essa conferência alcançou resultados práticos interessantes, podendo-se concluir, das suas deliberações, que a paz balcânica se acha estreitamente ligada à paz danubiana. A nota oficial, publicada nessa ocasião, não fala de neutralidade, nem de assistência mútua, e isso faz supor que os países nela representados, embora praticando uma política de não-agressão, não se ligam formalmente por meio de fórmulas rígidas e absolutas. Por outro lado, a decisão que tomaram, de desenvolver relações amigáveis com os Estados vizinhos, destina-se a criar um clima favorável à aproximação que parecem desejar com a Hungria e a Bulgária, hipótese em que a Itália e a Turquia, respectivamente, figurariam como intermediárias. Salvo, pois, um imponderável qualquer, tão comum, aliás, na quadra que atravessamos, não parece provável que a Alemanha consiga tirar maiores vantagens da pressão que vem exercendo sobre os Estados balcânicos.

4. O bombardeamento, pela aviação japonesa, da estrada de ferro do Iunnan, durante o qual perderam a vida cinco cidadãos franceses e perto de cem passageiros de raça amarela, causou penosa impressão nesta capital, não tanto por se tratar de uma empresa francesa, senão também pela repercussão que esse incidente

pudesse vir a ter nos domínios das relações entre os dois países. Graças, porém, à serenidade da diplomacia francesa, o assunto não teve maiores conseqüências, apesar de os japoneses haverem reincidido várias vezes no bombardeamento da referida estrada de ferro. Telegramas de Tóquio, publicados hoje pela imprensa, anunciam que o incidente acaba de encerrar-se, satisfatoriamente, com a apresentação de desculpas pelo governo japonês, e conseqüente promessa de indenização pelas vidas francesas sacrificadas naquela ocasião.

5. A campanha contra o comunismo prosseguiu, em fevereiro, com redobrada energia. Com efeito, depois de uma sessão movimentada, durante a qual tomaram parte vários oradores, a Câmara adotou, por unanimidade, as conclusões da comissão especial encarregada de indicar os nomes dos deputados comunistas que incidiam na pena de exclusão, pronunciada pela lei de 20 de janeiro último. Sessenta deputados foram assim privados de seus mandatos. Em compensação, os srs. Declerq, Dewes, Truchard, Jardon, Raux, Fernand Valat e Pillot foram mantidos nos seus lugares, por se haverem afastado a tempo do partido comunista. Os srs. Marcel Thorez e A. Marty, maiorais do citado partido da França, foram por sua vez privados da nacionalidade francesa, o primeiro por crime de deserção e o segundo por inteligência com o inimigo.

6. O incidente provocado em águas territoriais norueguesas pela abordagem do navio auxiliar alemão *Altmark*, por parte do destróier britânico *Cossack*, e conseqüente liberação dos prisioneiros ingleses que nele se encontravam, emocionou profundamente a opinião internacional, provocando ruidosas polêmicas na imprensa européia. Discursando a respeito, o primeiro-ministro britânico assinalou que a doutrina norueguesa, além de estar em contradição com a lei internacional (que o sr. Chamberlain, aliás, deixou de citar), tendia a legalizar o abuso das águas territoriais neutras pelos vasos de guerra alemães, coisa que o governo inglês não podia tolerar. A imprensa francesa, como era natural, espo-

sou o ponto de vista de Londres e afirmou que o discurso do sr. Koht, ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, pronunciado por ocasião desses fatos, era notável pelas suas lacunas e contradições. A exemplo das afirmações britânicas, o jornal *Le Temps* assinalou os seguintes aspectos da questão, muitos dos quais não passam de meros sofismas: 1º – que o *Altmark* não fora examinado pelas autoridades norueguesas; 2º – que o oficial em função no porto de Bergen aceitara docilmente a recusa do comandante alemão ao pedido de visita de seu navio; 3º – que o *Altmark* fez uso de sua telegrafia sem fio em águas territoriais norueguesas; 4º – que o oficial norueguês responsável repelira o oferecimento inglês de conduzir o navio a Bergen, para ser visitado, e recusara-se a acompanhar os marinheiros ingleses quando abordaram o navio alemão. A Alemanha, por sua vez, protestou energicamente, em Oslo, contra o fato das autoridades norueguesas haverem permitido a violência que o *Altmark* sofrera em suas águas territoriais. A Noruega, porém, defendeu-se dignamente de todas essas acusações, sustentando ao mesmo tempo o protesto que apresentara, logo de início, ao *Foreign Office*, contra a violação de suas águas. Nessa ocasião, o governo norueguês acentuou que o *Altmark* não fizera escalas em Bergen nem em qualquer outro porto norueguês, razão pela qual o limite de permanência de 24 horas não se aplicava ao caso. Frisou, além disso, que nem as convenções de Haia de 1907, nem as leis sobre a neutralidade norueguesa estipularam limites de tempo para a passagem de navios pelas suas águas. Como o *Altmark* não fizera escala em seus portos, entendia o governo desse país que lhe faltavam motivos para verificar se se tratava ou não de um navio empregado no transporte de prisioneiros de guerra. Repetia, assim, que estava no seu dever de aplicar corretamente as leis internacionais relativas ao assunto. Se, pois, o governo britânico quisesse manter a posição assumida, o governo norueguês propunha que a questão fosse submetida a arbitragem. Parece, entretanto, que o gabinete inglês, convencido da precariedade da sua doutrina,

prefere tratar do assunto por via diplomática, que lhe permitirá chegar a um acordo, sem os inconvenientes da publicidade, que um julgamento arbitral certamente provocaria.

7. O gabinete francês, no período que estudamos, obteve, uma vez por unanimidade e outra com um só voto contrário, duas ordens-do-dia de confiança, que ecoaram favoravelmente nos diversos círculos da opinião européia: a primeira a 10 de fevereiro, após a reunião do "comitê" secreto, em que o presidente Daladier e o ministro do Ar, pelas explicações dadas, conseguiram manter intacto o prestígio do governo; e a segunda a 27 do mesmo mês, por ocasião dos debates sobre as questões relativas ao funcionamento dos serviços de propaganda e da censura, tratadas em três longas sessões da Câmara. O sr. Daladier, nessa ocasião, anunciou que ia confiar a direção dos serviços de informações e radiodifusão a uma personalidade política, que faria parte do gabinete. Fez saber, igualmente, que a partir daquela data a censura seria suspensa com relação aos artigos que exprimissem opiniões políticas. Semelhante deliberação representa uma incontestável vitória, não só dos partidos políticos, mas também das grandes empresas jornalísticas, que se vinham empenhando, de algum tempo para cá, pela suspensão da censura, que acusavam constantemente de inepta. Daqui por diante, pois, todos os jornalistas serão responsáveis, pessoalmente, pelas opiniões que emitirem.

8. A doutrina de guerra e de paz da Alemanha acaba de ser mais uma vez definida pelo chanceler Hitler, no seu discurso de Munique. A Alemanha, proclamou ele nessa ocasião, exige a Europa Central como esfera de sua influência no continente ou, melhor, como parte do seu espaço vital. E nesse espaço vital, preveniu, os alemães do *Reich* não permitirão, de maneira alguma, qualquer intervenção de terceiros. "A Europa Central é nossa", declarou, "e nela não toleraremos combinações que sejam dirigidas contra nós". As potências democráticas, no entanto, defendem um ponto de vista muitíssimo diferente. Com efeito, falando no mesmo dia em Birmington, o sr. Chamberlain declarou nova-

mente que a Inglaterra e a França combatem contra o domínio do mundo pela Alemanha, batem-se para reparar as injustiças infligidas pelos alemães aos povos livres, pela liberdade de consciência individual e religiosa, para abolir o militarismo e a acumulação dos armamentos que empobrecem a Europa, para obter a independência dos poloneses e tchecos, batem-se, enfim, para assegurar a liberdade e a segurança de todos, na Europa. Repetiu, além disso, que, com o atual governo alemão não pode haver segurança alguma para o futuro, pois seus chefes já demonstraram várias vezes que não merecem a menor confiança. O princípio da segurança tangível, exposto nessa ocasião pelo primeiro-ministro britânico, enquadra-se, dessarte, na fórmula do sr. Daladier, segundo a qual a paz justa e durável deve ser acompanhada de garantias materiais positivas.

9. A reunião, em Copenhague, dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, Suécia e Noruega foi outro assunto que despertou a maior atenção no continente. Seus resultados, entretanto, causaram certo desapontamento neste país, onde se esperava que os Estados escandinavos, nessa reunião, assumissem uma atitude mais desassombrada com relação ao conflito russo-finlandês. O comunicado oficial publicado na ocasião revelou, ao contrário, o embaraço extremo em que eles se encontram, entre o desejo de auxiliar eficazmente a Finlândia e o receio de se verem envolvidos na guerra européia. Acuados, assim, pela força das circunstâncias, a uma neutralidade de fachada, nada mais lhes competia fazer do que desejarem, como desejaram, que o conflito russo-finlandês terminasse o mais breve possível, por uma solução pacífica, que salvaguardasse a inteira independência da Finlândia. No mais, limitaram-se a declarar que acolheriam com satisfação todo o esforço que conduzisse a negociações entre os beligerantes, em vista de uma paz justa e permanente. O ponto mais importante desse comunicado, porém, foi aquele em que os ministros escandinavos, defendendo a política de neutralidade que adotaram, comprometeram-se a conjugar todos os seus esfor-

ços, no sentido de pôr um fim às constantes violações dos seus direitos pela guerra naval, que tantas perdas lhes têm causado desde o início das hostilidades. E era tudo quanto podiam fazer os Estados escandinavos, nesta hora tormentosa para a humanidade, em que o único argumento valioso repousa exclusivamente na boca dos canhões.

10. De todos os fatos do mês, porém, o que mais forte impressão causou nos círculos internacionais foi sem dúvida a missão que trouxe à Europa o sr. Sumner Welles, delegado especial do presidente Roosevelt. Convém acentuar que o sentido dessa missão foi perfeitamente compreendido em Paris, que lhe atribuiu desde logo diretas ligações com a do sr. Myron Taylor junto da Santa Sé. Uma e outra foram noticiadas neste país com grandes provas de simpatia, não tanto pelo resultado que possam vir a ter e que, certamente, serão insignificantes ou mesmo nulos, senão pela oportunidade que terão os gabinetes de Paris e Londres de mostrar, mais uma vez, quão diferentes são os princípios pelos quais se batem os aliados e a Alemanha. Nada se sabe, por enquanto, com relação à entrevista do sr. Welles, em Roma, com o sr. Mussolini. Acredita-se, porém, que ela tenha girado em torno da ação futura a ser desenvolvida pelos Estados Unidos e a Itália, de acordo com a evolução da guerra.

11. A missão do sr. Myron Taylor, por outro lado, é julgada à luz da mensagem que presidente Roosevelt enviou a Sua Santidade e cujos dizeres são interpretados aqui como uma demonstração de que a paz justa e durável, a que se refere o presidente americano, baseada na liberdade de cada um e na integridade de todas as nações, não é evidentemente a paz que almeja o *Reich* alemão.

12. No intuito de evitar interpretações tendenciosas quanto aos fins das últimas iniciativas internacionais do presidente Roosevelt, o sr. Cordel Hull acaba de fazer importantes declarações, que esclarecem perfeitamente o ponto de vista americano, a respeito dos problemas decorrentes da guerra européia. Disse ele, entre

outras coisas, que as consultas de Washington aos governos dos países neutros, a propósito da organização econômica do mundo quando a paz for restabelecida, haviam sido feitas, por via diplomática, a todos os governos, indistintamente, e tinham por objeto organizar um mundo melhor, baseado no desarmamento e na maior liberdade dos intercâmbios. Como assinalou o jornal *Le Temps*, desta capital, o sr. Hull não ocultou que os Estados Unidos trabalham no sentido de evitar que, finda a guerra, a autarquia e outras formas de totalitarismo econômico dominem a atividade do mundo. Essa *enquête*, porém, como frisa o próprio secretário de Estado americano, nada tem a ver com a guerra atual e não pode ser considerada como constituindo uma tentativa de mediação. Exposta assim a questão, torna-se evidente que essa iniciativa do presidente Roosevelt visa consolidar um regime de liberdade econômica, oposto, por conseguinte, a qualquer regime autárquico. Basta isso, na opinião do referido jornal, para afastar qualquer idéia de mediação no sentido de um compromisso, que não poderia salvaguardar a independência política e econômica de todos os povos do continente. Qualquer veleidade de paz, nesse sentido, por parte do *Reich*, estaria, pois, desde logo, condenada ao mais fragoroso fracasso.

13. Ao findar o mês, o Conselho de Ministros, em reunião presidida pelo chefe de Estado, tomou várias providências reclamadas pela situação econômica do país, no sentido de fixar as modalidades de um novo sacrifício que as circunstâncias obrigam o governo a pedir ao povo francês. As despesas ocasionadas pela guerra são, na verdade, de tal importância, que a experiência de 1914-1918 não pode mais servir de precedente ou medida. Por outro lado, o seu financiamento constitui um ônus tanto mais pesado quanto a atividade econômica do país, necessariamente reduzida pela importância do "setor mobilizado", não satisfaz às necessidades quase ilimitadas do Tesouro. Salvaguardar, pois, essa atividade e obter, além disso, do povo francês a mais estrita economia, tais são, na hora presente, os dois aspectos primordiais da

tarefa que o governo pretende realizar. Assim é que, por medida de precaução, o Conselho de Ministros resolveu pôr em prática as seguintes medidas, tendentes, muitas delas, a evitar a evasão do ouro: 1° – decreto relativo às despesas no estrangeiro; 2º – restrições de consumo: a) recenseamento geral e distribuição de cartas de racionamento; b) regulamentação das padarias e confeitarias, que ficarão fechadas, daqui por diante, três vezes por semana; c) regulamentação do serviço dos restaurantes, que só poderão servir dois pratos por refeição, sendo um de carne; d) incorporação de farinha de fava à farinha de trigo; e) redução do consumo dos produtos petrolíferos; f) redução do consumo do álcool; g) decreto sobre o controle dos preços, que não poderão ser elevados sem autorização especial; h) medidas relativas à produção agrícola, com aproveitamento das zonas ocupadas pelos exércitos; i) convenção com o Banco de França; j) aproveitamento da mão-de-obra feminina, etc. Com essas medidas, que têm em vista, antes de tudo, a possibilidade de o atual conflito ser de longa duração, o governo francês espera poder enfrentar, vitoriosamente, a crise econômica que ameaça perturbar a vida do país. Produzir mais e consumir menos, eis o *slogan* do sr. Paul Reynaud, ministro das Finanças.

L. M. de Souza Dantas

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de abril de 1940.

Mês político na França[4]
Março de 1940.

N. 3

No mês de março, ora findo, tanto no terreno militar e econômico como no campo da diplomacia e da política interna, foram consignados fatos e sucessos de importância e significação para o desenvolvimento futuro da guerra entre as potências democráticas do ocidente e o III *Reich* totalitário. Efetivamente, a atividade verificada, naquele período, no mundo internacional europeu apresenta, dentro da desordem aparente da sucessão vertiginosa dos acontecimentos, aspectos do maior interesse para o observador imparcial da situação. Militares e diplomatas, políticos e economistas deram, em seus respectivos setores, a medida do esforço de que são capazes para a consecução da finalidade a que se propõem na luta atual: a vitória dos princípios que defendem no campo de batalha. De um modo geral, pode-se dizer que a situação, no que concerne aos países beligerantes, não sofreu modificações. Os que prediziam o início de operações militares de grande escala para o mês de março – mês favorável às surpresas do *Reich* alemão – foram defraudados nas suas previsões e esperanças. Pelo menos no setor ocidental da guerra, onde, além da atividade de patrulhas e de vôos de reconhecimento, a que já estamos habituados, pouco ou nada se verificou de anormal. Os exércitos adversários, ao abrigo das linhas *Maginot* e *Siegfried*, respectivamente, observam-se à distância, como se aguardassem o sinal de ataque que os chefes precavidos não se resolvem a dar. De

[4] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 105 da embaixada do Brasil em Paris, de 01/04/1940.

uma e outra parte, segundo se assevera nos círculos bem informados, o potencial bélico daqueles exércitos vem sendo, diariamente, aumentado. Uns e outros vão acumulando, em quantidades nunca vistas, os engenhos de guerra, as munições e os soldados; desdobrando, aqui e ali, as linhas de proteção; aproveitando melhor os acidentes dos terrenos, como se a guerra devesse ter apenas o caráter defensivo. Porque a verdade é que o vulto das obras levantadas em ambas as linhas, umas terminadas e outras ainda em curso, acabarão tornando impossível, por inviável, qualquer operação de envergadura de natureza ofensiva. Da aviação, de que muito se falava e se esperava – e que tanto na Espanha como na Polônia decidiu do curso da luta – há, por enquanto, pouco a dizer. Os ataques aéreos de Scapa Flow – base naval inglesa – e da ilha de Sylt – base de aviação alemã – foram, nesses primeiros seis meses de guerra, os empreendimentos de maior vulto consignados, respectivamente, nas fés de ofício das aviações alemã e britânica. Os vôos pacíficos, levados a efeito pelos aviadores ingleses sobre Praga, Viena, Berlim e diversas cidades da Polônia, assim como os dos aviadores germânicos sobre Paris e as regiões do norte e do leste da França, com fins de propaganda, dizem, por enquanto, apenas da qualidade e potência dos aparelhos e do arrojo e resistência física dos pilotos. Do ponto de vista militar, não tiveram maior significação.

2. No tocante à guerra marítima, a ação dos submarinos alemães decresceu, consideravelmente, de atividade. Como também diminuiu, notoriamente, a das minas magnéticas após a descoberta britânica da "cintura de proteção" que, provocando a desmagnetização daquelas minas, parece haver resolvido, de modo definitivo, a questão da defesa dos navios contra as surpresas das explosões submarinas.

3. Por outro lado, a ação do bloqueio inglês contra a Alemanha intensificou-se a partir de 1º de março. As medidas postas em prática para deter e apreender as mercadorias procedentes da Alemanha, com destino aos países neutros, dão a medida exata

dos propósitos que animam a Grã-Bretanha na luta em que se lançou contra o *Reich*, luta de vida ou morte e, portanto, implacável. Nesse setor da guerra marítima, só conta o interesse dos beligerantes. O dos neutros, que tanto já sofreram na última Grande Guerra, está sendo, nesta, totalmente desconhecido e sacrificado. Mercê dessa política foi que se produziu o conflito ítalo-britânico. Disposto a executar as medidas previstas pelo governo de Londres, o controle britânico, fazendo caso omisso do protesto da Itália contra a apreensão do carvão alemão que lhe era destinado, deteve, no dia 5 de março, cinco cargueiros italianos, procedentes de Rotterdam, conduzindo-os para Downs. No dia seguinte, eram apreendidos mais onze, enquanto outros seis resolviam não abandonar aquele porto holandês. A tensão entre a Inglaterra e a Itália, provocada por esse fato, tornou-se, de momento a momento, mais aguda, chegando mesmo a ameaçar com a extensão da guerra ao Mediterrâneo. Venceu, entretanto, o espírito de transigência recíproca. No dia 9 do mesmo mês, em virtude de acordo prévio, entre os governos de Roma e Londres, o controle britânico tomou a deliberação de deixar passar aqueles cargueiros, que se encontravam em Downs, com suas respectivas cargas de carvão, ao passo que o governo italiano ordenava a partida dos navios que ainda se encontravam nos portos holandeses, mas sem as cargas respectivas. Esse incidente, comentado abundantemente nos jornais franceses, que apoiavam, como era de esperar, a tese inglesa, não deu, porém, lugar, como em outra ocasião teria seguramente dado, a manifestações de hostilidade contra a Itália.

4. Impunha-se uma referência, no presente relatório, a esse aspecto da guerra marítima, porque ilustra, de modo incontrovertível, a atitude dos países beligerantes em face do direito dos neutros e revela, por outro lado, a inanidade dos princípios consagrados do Direito Internacional e nas convenções internacionais, sobrepujados facilmente pelo direito da força.

5. Ainda no terreno militar, cabe-nos, agora, reportar-nos sucintamente ao conflito russo-finlandês que, à margem da guerra anglo-franco-germânica e às suas costas, chegou a constituir séria ameaça à paz e à tranqüilidade tradicionais dos países escandinavos.

6. Segundo se depreende da atitude dos governos de Paris e Londres e, aliás, dos próprios fatos, a contenda entre a URSS e a Finlândia interessou consideravelmente à França e à Grã-Bretanha. Malgrado a resistência e o heroísmo sem par de que as tropas finlandesas deram as mais edificantes provas, na luta contra um inimigo muitas vezes superior em homens, munições, aviação e outros engenhos bélicos, a sorte das armas acabou por decidir-se a favor de Moscou. O auxílio, prestado pela França e a Grã-Bretanha à pequena Finlândia, não bastou nem mesmo para assegurar-lhe uma luta defensiva prolongada. Na verdade, o de que a Finlândia precisava era de homens. Mas como fazê-los chegar da França e da Inglaterra? Levá-los por mar, para desembarcá-los em Petsamo, que se achava em poder das tropas russas, pareceu, aos técnicos, empresa impraticável. Havia, sim, um meio mais certo: seria transportá-los através dos territórios da Noruega e da Suécia. Para isso, tornava-se, porém, necessário obter a autorização expressa dos governos de Oslo e de Estocolmo. Conforme as declarações feitas no Parlamento pelo senhor Eduardo Daladier, então presidente do Conselho de Ministros francês, aqueles governos foram, em tempo, consultados sobre o particular. Ambos, porém, negaram aquela autorização, alegando que, autorizá-la, seria estender aos seus territórios o conflito, envolvendo-os na guerra anglo-franco-germânica. Soube-se, com efeito, que o governo do *Reich* fizera saber, em tempo, aos governos norueguês e sueco que a entrada de tropas inglesas e francesas nos seus territórios seria considerada como ato inamistoso para com a Alemanha, cujo governo saberia tirar imediatamente as conseqüências daquele fato. Diante disso, o próprio governo de Helsinque resolveu desistir do apelo que esteve prestes a dirigir às duas potên-

cias democráticas, preferindo negociar a paz com Moscou. E, efetivamente, após breves negociações, os delegados da Finlândia concluíam, com os delegados russos, no dia 12 de março, o acordo que pôs termo às hostilidades. No dia 15, o Parlamento finlandês, por 145 votos contra 3, aprovava o tratado de paz. A capitulação da Finlândia causou, tanto nos círculos políticos como na opinião pública francesa, uma emoção espetacular. O general Duval – reformado –, crítico militar da *Revue des Deux Mondes* e o interessante comentador da guerra civil espanhola, escrevendo sobre a rubrica "A situação militar", assim se manifesta: "A capitulação da Finlândia constitui êxito para a Alemanha. Ninguém porá mais em dúvida que, para nós, constitui, porém, acontecimento lamentável". Mais adiante acrescenta: "O êxito da Alemanha, na Finlândia, não é somente moral; é também material. Aliás, na guerra, é muito raro que o êxito moral não tenha conseqências materiais tangíveis." Depois de outras considerações, aqui e ali intercaladas de claros, abertos pela censura, o general Duval escreve: "A exemplo de Bismarck, Hitler receia as coalizões; não lança mão, porém, tão-só da diplomacia para evitá-las; suprime, antes, um a um, os que podem realizá-la. Nós lhe deixamos, em tempo de paz, toda liberdade de ação: e assim continuamos a proceder em tempo de guerra. A Alemanha, com a capitulação da Finlândia, melhorou sua própria situação junto dos neutros". Mostra, a seguir, que a derrota da Finlândia representa para a Alemanha garantia preciosa de seu abastecimento em minerais, pois já agora imporá aos países escandinavos uma neutralidade definitiva. E prevê o recrudescimento imediato da atividade de sua diplomacia nos países balcânicos para a conquista das matérias-primas que lhe fazem falta.

7. Nos trechos que acabamos de transcrever do interessante estudo crítico do general Duval, estão admiravelmente indicadas a importância e a significação da capitulação da Finlândia e esboçadas, com mão de mestre, as repercussões que poderão vir a ter no conflito anglo-franco-germânico.

8. Guiados ou não por esse raciocínio, tanto os círculos políticos como a opinião pública francesa, passados os primeiros momentos de emoção, começaram a se agitar nervosamente, dando mostras de desconformidade crescente com a orientação do governo, presidido pelo senhor Eduardo Daladier, na direção da guerra. Esse estado de alma, comum a todo o país, repercutiu na sessão secreta realizada pela Câmara dos Deputados a 20 de março. A moção de confiança apresentada pelo presidente Daladier reuniu apenas 239 votos a favor, consignando-se em 300 o número das abstenções. Diante dessa votação – que registramos, sobretudo, como um sentido de irresponsabilidade parlamentar –, o Ministério Daladier abandonou o poder. Reação imediata da política externa sobre a política interna.

9. A formação do novo governo foi questão de horas. Havendo-se o senhor E. Daladier negado a constituir o novo ministério, o presidente da República confiou ao senhor Paul Reynaud, até então ministro da Fazenda, aquela pesada incumbência. Em menos de 24 horas, o senhor Reynaud levava a bom termo sua tarefa. O debate de política geral que se seguiu, na Câmara, segundo a tradição, à apresentação do novo governo ao Parlamento e à leitura da declaração ministerial, terminou, no dia 22, com um escrutínio que decepcionou a opinião pública acostumada, desde o começo da guerra, às votações unânimes. Efetivamente, o Gabinete Reynaud teve apenas 268 votos, contra 156 e 111 abstenções; ou seja, por outras palavras, 1 único voto de maioria, para a qual concorreram poderosamente os 35 votos do próprio ministério. Como resultado dessa votação, acreditou-se, a princípio, na reabertura da crise política; mas o senhor Reynaud, medindo com segurança a gravidade da situação em que se acharia o país e revelando-se o homem de pulso e energia que, em alguns meses de administração severa e honesta saneou as finanças públicas, restabelecendo a confiança da nação no franco, resolveu enfrentar as dificuldades com galhardia e não recuar ante o vulto da empresa. Manteve-se assim no poder. Suspensos, entrementes, os

trabalhos parlamentares, a Câmara voltará a abrir suas portas a 2 de abril próximo, quando, então, o novo governo terá de responder às interpelações que já estão anunciadas, expondo, por outro lado, o seu programa de ação.

10. Não adiantaremos prognósticos sobre os resultados dos debates que se hão de travar, seguramente, nessa ocasião. As oscilações da política são de tal ordem, que não seria de surpreender que a Câmara, cuja maioria pende mais para a esquerda do que para a direita, deitasse abaixo um governo como o que preside, nesse momento, o senhor P. Reynaud, de cor acentuadamente esquerdista. Nova crise, nas atuais circunstâncias, poderia, entretanto, ser fatal ao regime parlamentar francês. Já em certos círculos se vem aventando, por enquanto muito timidamente, a hipótese de uma ditadura, como a tábua de salvação do país. Não acreditamos nessa eventualidade. Nos momentos de perigo nacional, que a história aponta em muitas de suas páginas, o Parlamento francês tem sabido mostrar-se à altura dos sagrados cometimentos que lhe incumbem, como lídimo representante das tradições de patriotismo e fiel porta-voz dos anseios da nação.

11. O Ministério Reynaud foi bem recebido pela opinião pública do país e, no estrangeiro, teve, de um modo geral, imprensa favorável. Na Inglaterra, sobretudo, a ascensão ao poder do antigo ministro das Finanças foi recebida como um gesto cordial da França para com sua grande aliada. O nome do presidente Reynaud, para os ingleses, é sinônimo de política comum dos dois Estados amigos. O novo chefe do governo francês é, na verdade, um dos grandes artífices da aliança franco-britânica. Foi o negociador, em dezembro de 1939, dos acordos, assinados com a Inglaterra, pelos quais os dois impérios resolveram pôr em comum todos os seus recursos financeiros e econômicos. Sua influência, pois, há de se fazer sentir na política de guerra britânica. O senhor Reynaud constitui, efetivamente, um trunfo de primeira ordem que a França tem, na Inglaterra, e de que há de saber utilizar-se. A propósito, cabe-nos fazer referência à "declaração"

conjunta, dos governos de Paris e Londres, de 29 de março, após a sexta reunião do Conselho Supremo de Guerra, efetuada na capital do império britânico. Em virtude daquela declaração, que veio dar uma expressão pública e solene à situação de fato, os dois governos se comprometem a não negociar, nem a concluir armistício ou tratado de paz separadamente, assim como a não discutir os termos da paz senão depois de acordo completo entre ambos, relativamente às condições que sejam consideradas como garantias efetivas e duradouras de suas seguranças. Ademais, comprometem-se igualmente a manter, depois do restabelecimento da paz, a mesma comunidade de ação, em todos os domínios, pelo tempo que for necessário para a salvaguarda de ambas e a reconstrução de uma nova ordem internacional que "assegure à Europa a liberdade dos povos, o respeito do direito e a manutenção da paz com o concurso das outras nações". A importância dessa declaração, que vale não só para o presente senão para o futuro, encontrou, como era de esperar, eco entusiástico e unânime nas colunas de todos os jornais franceses. O presidente P. Reynaud, cuja ação à frente do governo se inicia assim sob auspícios tão favoráveis, colheu, com justiça, os aplausos irrestritos de todo o povo francês.

12. A primeira parte da "declaração", cujos pontos essenciais vimos de transcrever, não apresenta, de fato, caráter de novidade. Sabia-se que os aliados estavam decididos a conduzir a guerra de comum acordo, até a sua conclusão; não se ignorava que, virtualmente, já estava acordada a proibição da assinatura de uma paz separada; compreendia-se perfeitamente que, chegado o momento, a França e a Inglaterra se poriam de acordo quanto às condições da paz, antes de discuti-las com o adversário vencido. De importância capital, porém, e sobretudo se se considerar a atitude observada pela Grã-Bretanha nos anos que se sucederam à última Grande Guerra, é a segunda parte da referida "declaração" que contém, ao mesmo tempo, uma promessa solene de colaboração futura entre os dois Estados e uma exposição, em termos

genéricos, de seus fins de guerra: a restauração da segurança na Europa "com o concurso de outras nações".

13. O povo francês viu, nessa declaração, uma garantia para o futuro. Não se repetiriam, assim, os dias aziagos e incertos que marcaram o pós-guerra de 1918, quando a Grã-Bretanha, atendo-se, estritamente, à sua linha tradicional de oposição à potência mais forte do continente, encorajava certas reivindicações alemãs, refreando a França nos seus projetos de estrita aplicação do Tratado de Versalhes. Daí, o entusiasmo que aquela declaração despertou neste país e os aplausos tributados ao novo presidente do Conselho de Ministros que, nessa qualidade, soube, de um só golpe, conquistar a admiração, o respeito e a consideração de todos os seus concidadãos, sem distinções partidistas.

14. O discurso que o presidente Reynaud pronunciou pelo rádio, no dia 27 de março, dirigindo-se à nação francesa, acusa de maneira enfática a força do pulso do timoneiro que o presidente Albert Lebrun colocou à frente da administração pública. O presidente do Conselho, em fórmulas breves e incisivas, expôs o seu programa de governo que se pode resumir nestas palavras: fazer a guerra e fazê-la em todos os domínios, com a convicção cega de vencê-la.

*

15. No terreno diplomático, entre os fatos dignos de nota especial, cabe lugar de destaque à missão do senhor Sumner Welles à Europa, na qualidade de delegado pessoal do presidente Roosevelt. De 26 de fevereiro a 20 de março, ou seja, em pouco menos de um mês, o subsecretário de Estado americano visitou Roma, Berlim, Paris e Londres, detendo-se de dois a três dias em cada uma dessas capitais, onde conferenciou com os respectivos chefes de governo e as personalidades de mais destaque. Sobre os fins dessa missão, é forçoso ater-nos às declarações do ilustre via-

jante, consoante as quais teria apenas caráter puramente informativo, sem nenhuma relação com um eventual oferecimento de mediação ou sugestão de uma fórmula de compromisso. Não estamos longe de aceitar como expressão da verdade aquelas declarações. Suspeitamos, entretanto, que teria sido outro o primeiro objetivo. O presidente Roosevelt teria, provavelmente, desejado auscultar a opinião dos diferentes chefes de governo interessados na luta quanto aos fins de guerra, visando ao exame posterior das possibilidades, após estudo comparativo das opiniões manifestadas, de uma tentativa de acordo ou conciliação. Esse primeiro objetivo teria sido abandonado, após as entrevistas em que o senhor Sumner Welles comprovou o abismo imenso que separa os pontos de vista das potências democráticas dos dos Estados totalitários. Daí o ter-se visto o presidente americano obrigado, pelas circunstâncias, a limitar os objetivos da excursão do seu delegado: à reunião de elementos destinados à sua informação pessoal.

16. A visita do senhor von Ribbentrop à Roma, onde se entrevistou com o conde Ciano e, posteriormente, com Sua Santidade o Papa Pio XII, seguida do encontro de Brenner do *Duce* e do *Führer*, deram lugar a toda sorte de rumores e comentários, relacionando-as à presença naquela capital do subsecretário de Estado americano e ao adiamento de seu regresso para os Estados Unidos. A imprensa francesa viu, na entrevista dos dois ditadores, uma manobra em favor de uma paz de compromisso, com o eventual apoio da Igreja e do presidente Roosevelt. Nada porém se poderá saber, por ora, de concreto, do que ali se terá realmente passado e da relação que poderá vir a ter com a missão do senhor Sumner Welles. Pode-se, no entanto, afirmar, sem receio de errar, que as circunstâncias atuais não favorecem nenhuma tentativa de acordo entre os beligerantes. As teses sustentadas por uns e outros se distanciam de léguas.

*

17. Retornemos agora rapidamente à entrevista efetuada no Brenner, fronteira ítalo-alemã, entre o chefe da Itália fascista e o *Führer* da Alemanha nacional-socialista. Parece fora de dúvida que os senhores Hitler e Mussolini procuraram, naquele encontro, já hoje histórico, concertar uma ação comum, visando, em primeiro lugar, uma nova tentativa de paz, objetivo esse, porém, que as circunstâncias do momento não favoreceram.

18. Sabe-se, também, que, no mesmo encontro, os dois ditadores teriam passado revista à situação geral, decorrente da guerra, tanto do ponto de vista estritamente militar como do econômico. À míngua de grandes operações de natureza militar, a guerra vai tomando, acentuadamente, o aspecto de uma luta desesperada, da parte dos aliados, para isolar a Alemanha, transformando-a em uma espécie de imensa fortaleza sitiada, pelo reforço do bloqueio; e da parte do *Reich*, para reduzi-lo ao mínimo, procurando criar na Europa danubiana e balcânica, a favor dos seus interesses, naturalmente, um formidável bloco econômico, que lhe serviria de fonte segura de abastecimento.

19. Para esse fim, houve, a princípio, a idéia da formação de um grupo central, que seria constituído pelo *Reich*, a URSS e a Itália, e de outro, menor, formado pela Hungria, Iugoslávia, Bulgária e Romênia. Parece que não foi, entretanto, possível – pelo menos até agora – levar a efeito o primeiro agrupamento, em virtude de certas divergências de ordem ideológica entre a Itália e os sovietes. É certo, todavia, que os senhores Hitler e Mussolini chegaram a acordo com relação à exploração econômica dos pequenos países do sudeste europeu.

20. É assim que, pouco depois da realização da entrevista do Brenner, missões alemãs, compreendendo técnicos de nomeada, sob a direção do ministro Clodius, visitaram Belgrado, Sófia e Bucareste, iniciando negociações que, neste momento, ainda se acham em curso.

21. Se os esforços da Alemanha derem os resultados que ela espera, conseguindo fixar aqueles países dentro da órbita de sua

economia, o bloqueio, proclamado pela Grã-Bretanha, terá sofrido um golpe sério. Mas os aliados, acompanhando de perto os movimentos do adversário, já estão intervindo no mercado daqueles Estados, realizando compras de vulto, de maneira a lhes diminuir as disponibilidades de exportação para o *Reich*. Por outro lado, os navios da esquadra britânica já se estão movimentando, também, no Mediterrâneo como no Adriático, estabelecendo o controle dos navios de comércio que se encontram naquela zona, a serviço do inimigo. Ainda é cedo, porém, para adiantar qualquer previsão relativamente aos efeitos da ação que uns e outros desenvolvem, neste momento, no pequeno mundo balcânico. Se a proximidade geográfica da Alemanha e da Itália desses mercados é-lhes de indiscutível vantagem, a superioridade no mar e os imensos recursos financeiros de que os aliados dispõem constituem fatores cuja importância salta aos olhos.

22. A atual situação de indecisão não pode, evidentemente, prolongar-se por muito tempo. Mais cedo do que a maioria espera, poderemos encontrar-nos diante de tais sucessos, que o termo do conflito passe a ser apenas uma questão, senão de semanas, possivelmente de meses.

Paris, 1º de abril de 1940.
L. M. de Souza Dantas

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de maio de 1940.

Mês político na França[5]
Abril de 1940.

N. 4

Abril, do ponto de vista das hostilidades, foi o mês da Escandinávia. Nela, com efeito, é que se desenrolaram os grandes acontecimentos desse período, que puseram em contato, pela primeira vez, nesta guerra, as forças dos aliados e do *Reich*. Recordemos, porém, de maneira objetiva, os fatos que os determinaram. Há muito que os aliados vinham sentindo a necessidade de tornar mais efetivo o bloqueio econômico da Alemanha. Na Inglaterra, principalmente, semelhante medida era considerada como complemento indispensável das operações militares contra o inimigo. A derrota da Finlândia pelas tropas vermelhas, emocionando a opinião pública das duas grandes democracias em guerra, tornara ainda mais premente a sua aplicação. A guerra, no consenso geral, devia entrar, finalmente, numa fase dinâmica, em que os combatentes substituíssem, de uma vez para sempre, os discursos dos srs. Chamberlain e Daladier. A queda deste último, determinada pelas abstenções que se verificaram nas duas casas do Congresso francês, significava, como assinalou o Senado, que as operações militares deviam ser conduzidas com energia crescente. Pouco depois, reunia-se em Londres o 6º Conselho de Guerra dos Aliados, nos quais [*sic*] se tomaram importantes medidas nesse sentido. O problema do abastecimento da Alemanha continuava a ser, nessa ocasião, a preocupação predominante de Paris e Londres. Para impedi-lo, na opinião dos círculos oficiais

[5] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 152 da embaixada do Brasil em Paris, de 01/05/1940.

britânicos, só havia um meio eficaz – minar as águas territoriais da Noruega. Sem essa providência, qualquer outra medida complementar de coerção do inimigo estaria destinada de antemão ao mais absoluto revés, uma vez que continuavam abertas ao comércio alemão as portas dos mercados intermediários da Escandinávia. A barragem daquelas águas teria, além disso, a vantagem inestimável de fechar completamente o caminho de ferro sueco, que a Alemanha recebia livremente pelo porto de Narvik. Convencidos da necessidade dessa medida, os srs. Paul Reynaud e lorde Halifax entregavam, a 5 do corrente, aos ministros da Noruega e da Suécia, em Paris e Londres, uma nota conjunta, informando os dois governos das medidas que os aliados haviam resolvido tomar. Três dias depois, isto é, a 8 deste mês, os ministros da França e da Grã-Bretanha em Oslo entregavam, por sua vez, ao ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega uma comunicação pela qual se notificava ao governo norueguês que, em virtude dos atentados praticados no mar pela Alemanha e da utilização pelos navios alemães das águas territoriais norueguesas, os aliados haviam decidido impedir a livre passagem, através dessas águas, dos navios que transportassem contrabando de guerra, pela colocação, naquela zona, de uma extensa barragem de minas. O texto dessa comunicação foi transmitido, no mesmo dia, a todas as missões diplomáticas acreditadas em Paris e Londres e a seus respectivos governos, e irradiado, para conhecimento da navegação, por todas as estações emissoras da França e da Inglaterra.

2. A imprensa desta capital externou-se, desde logo, de maneira favorável à medida em questão, repetindo, nos seus comentários, os argumentos da nota franco-britânica, justificativos do atentado que acabava de ser praticado contra a soberania da Noruega. Os protestos desse país, constantes de uma nota entregue aos representantes diplomáticos dos aliados em Oslo, foram dominados pela satisfação que o bloqueio de suas águas produzira em todas as esferas da opinião pública desta capital. Acreditava-se, então, que a guerra entrara, finalmente, numa fase de maior

movimento e intensidade. As diatribes da imprensa em Berlim, fazendo constar que a Alemanha saberia reagir, com a máxima energia, contra as medidas em questão, tampouco impressionaram o espírito público. A própria notícia, que começou a circular nessa tarde, de que a frota alemã fora vista a caminho das águas escandinavas, não teve, aqui, maior repercussão, fiados, como estavam todos, na certeza de que a esquadra britânica, que devia estar por aquelas paragens, não tardaria em pô-la fora de combate. Chegou-se mesmo a supor, no entusiasmo dos primeiros momentos, que o bloqueio das águas norueguesas constituía uma armadilha que a Inglaterra preparara, com grande habilidade, para forçar a Alemanha a fazer sair sua frota das bases em que se encontrava. Seu aniquilamento, por conseguinte, na opinião geral, era apenas uma questão de horas. Derrotada a Alemanha, nesse setor, fácil seria combatê-la noutras regiões, uma vez que seu prestígio, até então intacto, de potência invencível, sairia gravemente comprometido dessa campanha. Não foi, portanto, sem grande consternação que se teve conhecimento, nesta capital, da resposta fulminante da Alemanha, ocupando, imediatamente, sem combate, a totalidade do território dinamarquês e conquistando, com surpreendente rapidez, não só a capital da Noruega, como todos os pontos importantes de sua costa, como Narvik, Trondhjem, Bergen e Stavanger. Esses feitos inesperados do inimigo desnortearam completamente a opinião pública francesa. No meio da confusão que se estabeleceu, a Inglaterra e seu governo passaram a ser alvo dos apodos da opinião exaltada da França. Ninguém podia compreender que sua frota, achando-se naquelas paragens, e tendo notícias dos movimentos da esquadra alemã, não houvesse sequer tentado barrar-lhe a passagem em direção à costa norueguesa e evitado, assim, a realização de mais um golpe teatral do *Führer*. A falta de notícias diretas do teatro das operações, aliada às freqüentes contradições que se notavam nos telegramas que a imprensa publicava sobre o desenrolar das batalhas, então em curso nas costas norueguesas, ainda mais contribuía

para desorientar o espírito público, abalando-lhe a resistência, senão a própria confiança na vitória final dos aliados. Que faz, afinal de contas, a esquadra britânica? Era a interrogação que se ouvia em toda parte, a propósito desses acontecimentos. E por mais que a imprensa procurasse denegrir os processos pouco escrupulosos do *Reich*, que trepidara em ocupar o território de um país fraco, como a Dinamarca, ao qual se achava ligado por um recente pacto de não-agressão, o fato é que o prestígio militar da Alemanha saíra aumentado dessa operação. A lenda da invencibilidade de suas tropas, espalhada pelas estações emissoras alemãs, passou a ser objeto de comentários nos principais círculos desta capital, onde se começava a recear que só a entrada dos Estados Unidos na guerra tornasse possível a vitória dos aliados. Chegou-se mesmo a afirmar, nesses mesmos círculos, que a força militar do *Reich* era igual, senão superior, à da França e Inglaterra reunidas. Acreditava-se, por outro lado, que só um golpe teatral contra a Itália poderia restabelecer o prestígio internacional dos aliados e restituir à opinião pública dos dois países a indispensável confiança na vitória. Eram freqüentes, então, as críticas que se faziam aos gabinetes de Paris e Londres. Acusavam-nos, em geral, de serem incapazes de obrar com eficiência, de perderem seu tempo com discursos e notas, de chegarem invariavelmente atrasados, de nada quererem arriscar, pensando que o simples bloqueio econômico da Alemanha lhes permitiria ganhar a guerra sem maior efusão de sangue. Do inimigo, em compensação, dizia-se que era dinâmico, que sabia o que queria, que preparava minuciosamente seus planos de agressão e executava-os, no momento dado, integralmente, sem se preocupar com as conseqüências, nem com o clamor internacional. Sentia-se, nessas críticas, que o povo começava a rebelar-se contra os processos dilatórios de seus governantes, bem como contra sua excessiva prudência e falta de iniciativa, que só serviram, até então, para favorecer os golpes de audácia do inimigo. No intuito de galvanizar a opinião pública, a imprensa parisiense não cessava de con-

denar, com violência, a ação do sr. Hitler na Escandinávia, dizendo, entre outras coisas, que ele se atirara de cabeça para baixo na mais nefanda e tenebrosa das aventuras, da qual sairia, sem sombra de dúvida, irremediavelmente perdido. A atitude da Noruega, por sua vez, era objeto de constantes louvores, sendo mesmo comparada a sua resistência ao gesto heróico da Bélgica, em 1914. Entrementes, o almirantado britânico anunciava o fechamento da saída do Báltico por meio de um extenso campo de minas, colocado de Bergen ao Zuidersee, operação que era completada, pouco depois, por novas barragens de minas entre o Skager-Rak e o golfo da Finlândia. Pretendiam então os técnicos navais que, dessarte, toda a frota alemã ficaria para o futuro completamente imobilizada em suas bases. Os acontecimentos que se produziram ulteriormente, porém, demonstraram que a citada imobilização não era tão eficaz quanto pretendiam as autoridades inglesas. Raro é o dia, com efeito, em que o almirantado britânico não anuncie novos torpedeamentos de transportes de cargueiros alemães, em águas norueguesas, o que prova que as aludidas barragens não perturbam grandemente o movimento da frota alemã. Semelhantes notícias, entretanto, serviram para levantar o moral do público francês. Todavia, foi preciso que se anunciasse a batalha de Narvik, durante a qual a frota britânica destruíra a totalidade dos destróieres inimigos que ali se encontravam, em número de sete, para que a confiança voltasse a reinar em todos os espíritos. A ocupação daquele porto pelas forças britânicas, seguida de novas vitórias navais – que reduziram de um terço o potencial da frota alemã – e de importantes desembarques de tropas franco-britânicas em vários pontos da costa norueguesa, consolidaram ainda mais aqueles sentimentos. Admitia-se, então, que as tropas alemãs, separadas de suas bases, não poderiam, pelo menos teoricamente, opor maior resistência ao avanço dos aliados. Todas essas previsões, no entanto, falharam completamente, diante da relativa facilidade com que as tropas alemãs continuam a receber os reforços de que necessitam, em homens e material. Neste mo-

mento, segundo anunciam os comunicados oficiais, as tropas alemãs procuram atingir a cidade de Stoeren, no intuito de estabelecer ligações entre Oslo e Trondhjem, no que são impedidas pelas forças franco-britânicas, entrincheiradas naquela cidade. Os aliados, por sua vez, continuam a estabelecer novas bases ao longo da costa e a desembarcar, além de tropas, grande quantidade de canhões para a defesa aérea e aviões de caça. Tudo indica, portanto, que as tropas inimigas se acham em vésperas de importantes combates. Os jornais aliados, entretanto, procuram preparar o espírito público para uma campanha de longo fôlego, de maneira a evitar que a falta de vantagens imediatas possa afetar o moral da retaguarda.

3. A invasão da Suécia pela Alemanha, que tanto se receou no início das operações contra a Noruega, chegando-se ao ponto de considerá-la como iminente, deixou, entretanto, de verificar-se. E já agora, diante das últimas declarações do sr. Ribbentrop, parece que esse perigo se acha por enquanto afastado. Acreditam os círculos diplomáticos desta capital que semelhante mudança de atitude deve atribuir-se em grande parte ao veto que o sr. Stalin teria oposto à entrada de tropas alemãs naquele país. Por outro lado, a imprensa francesa, ao dar curso a esses rumores, declara que a Alemanha, renunciando a essa invasão, perdeu a única possibilidade que tinha de atirar rapidamente numerosas tropas contra os aliados, na Noruega, querendo dizer com isso que as possibilidades de vitória do inimigo se acham irremediavelmente comprometidas.

4. A decretação do estado de sítio na Holanda e a prisão do sr. Stoyadinovitch, na Iugoslávia, personagem que representou importante papel na mudança das diretrizes internacionais desse país, foram consideradas, nesta capital, como constituindo os primeiros frutos da lição da Escandinávia. Os neutros, finalmente, começavam a compreender o perigo, que havia, de se fiarem nas promessas da Alemanha. Nessa ocasião, o primeiro-ministro holandês declarou que nenhuma das potências beligerantes devia

recear um ataque de surpresa através de seu território, por isso que, quem quer que tentasse atravessá-lo, encontraria pela frente a maior resistência possível. Idêntica doutrina, afirmou, devia prevalecer com relação às Índias neerlandesas. Respondendo, por outro lado, a certas declarações do primeiro-ministro japonês, o governo de Haia fez saber que não havia procurado, nem jamais procuraria, a "proteção" de uma terceira potência para garantir a segurança daquela região e que estava absolutamente disposto a repelir qualquer intervenção nesse sentido. A posição assumida pelos Estados Unidos a respeito da manutenção do *status quo* das Índias neerlandesas contribuiu, pouco depois, para dissipar a inquietação que provocara a atitude pouco tranqüilizadora do gabinete de Tóquio.

5. O Conselho Supremo dos Aliados realizou mais duas reuniões no mês de abril, uma em Paris e outra em Londres, sendo voz corrente que se tomaram, nessa ocasião, importantes deliberações no sentido de evitar que a Alemanha continue a expandir-se à custa dos países vizinhos. Consta, nesse particular, que as forças aliadas estão prontas para enfrentar qualquer nova tentativa de expansão territorial do inimigo, onde quer que ela se verifique. As sessões em questão tiveram a caracterizá-las a presença de representantes da Polônia e da Noruega que, daqui por diante, tomarão parte em todas as reuniões do aludido Conselho.

6. A situação criada pela ocupação da Dinamarca provocou, como era natural, diversas providências do governo francês, figurando entre elas a que mandou aplicar aos dinamarqueses residentes na França o regime estabelecido por um dos primeiros decretos aprovados no início da guerra, que manda assimilar ao território inimigo todos os territórios por ele ocupados. Como conseqüência dessa medida, foram detidas mercadorias que se destinavam à Dinamarca, bloqueadas as contas dos dinamarqueses pelo Banco da França, etc. Até este momento, entretanto, nada se resolveu a respeito da legação da Dinamarca nesta capital, que continua a funcionar normalmente.

7. A tensão existente nas relações entre a Itália e os aliados agravou-se consideravelmente no mês de abril, a ponto de fazer suspeitar que o gabinete de Roma se dispunha a abandonar a atitude ambígua, que adotara desde o início das hostilidades, para entrar na luta ao lado da Alemanha. Foram de tal monta, nesse período, os ataques da imprensa italiana contra os aliados, que o governo francês resolveu suspender, durante alguns dias, a entrada de jornais da península, no intuito de evitar que se tornassem ainda mais tensas as relações entre os dois países. A fim de pôr um termo a esse estado de coisas, o sr. Paul Reynaud, em declarações feitas perante as Comissões de Negócios Estrangeiros das duas casas do Parlamento, recordou que, antes e depois do início da guerra, a França fizera saber ao governo de Roma que estava disposta a procurar, amigavelmente, por meio de negociações diretas, uma solução justa para as questões em suspenso entre os dois países. Frisou ainda que, não obstante a falta de resposta do gabinete de Roma, o governo francês permanecia convencido da possibilidade de se chegar a um acordo sobre as necessidades e os legítimos interesses dos povos ribeirinhos do Mediterrâneo. Não obstante essas declarações do sr. Paul Reynaud, a Itália permanece refratária a qualquer entendimento com a França, como permanece inalterável o tom agressivo dos jornais italianos a respeito dos aliados. A designação do sr. Dino Alfieri, reconhecidamente germanófilo e partidário, ao que se diz, da entrada de seu país na guerra, para embaixador da Itália em Berlim, parece indicar, por outro lado, que o governo fascista não está longe de atender aos apelos da Alemanha, no sentido de compartilhar da luta contra os aliados. A imprensa francesa, entretanto, salvo algumas exceções, continua a não querer dar uma importância exagerada ao que se passa do outro lado dos Alpes. Para ela, a ameaça italiana, que é latente, não deve perturbar a ação dos aliados na Noruega. Em primeiro lugar, porque a esquadra franco-britânica pode operar, simultaneamente, ao norte e ao sul, com igual eficiência. Em seguida, porque acredita que a atitude da Itália será ditada, em

grande parte, pelos acontecimentos que se desenrolam nas proximidades do círculo polar. Para resumir, direi que a opinião dominante nesta capital é que a Itália, país eminentemente prático, só entrará na guerra quando acreditar que poderá tirar vantagens imediatas dessa atitude. Poucos são os que pensam de maneira contrária e acreditam numa decisão iminente do sr. Mussolini, que lhe custaria, desde logo, a perda de todas as colônias italianas. Forçoso é reconhecer, no entanto, que a atmosfera entre Roma, Paris e Londres nunca esteve tão carregada como nos dias que correm. Um simples gesto de imprudência, de parte da Itália ou dos aliados, poderá servir de pretexto para o rompimento das hostilidades no Mediterrâneo.

8. Findava-se o mês quando o sr. Ribbentrop reuniu o corpo diplomático e os correspondentes dos jornais estrangeiros em Berlim, para fazer-lhes uma comunicação de singular importância. Essa comunicação, entretanto, constou apenas de uma forte diatribe contra a Noruega, cuja atitude favorável aos aliados, no dizer do sr. Ribbentrop, ocasionara a invasão de seu território, e de elogios descomedidos à perfeita neutralidade da Suécia. Sobre a ocupação da Dinamarca, porém, nem uma palavra. Criticando com veemência essas declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros do *Reich*, a imprensa francesa aproveitou a oportunidade para recordar toda a série de felonias praticadas pela Alemanha, nestes últimos três anos, entre as quais situou a ocupação da Dinamarca e a invasão da Noruega. Na sua opinião, as palavras do sr. Ribbentrop, tão cínicas quão mentirosas, só podem servir para enganar a opinião pública alemã, e nunca para provocar confusões nos círculos internacionais, que se acham completamente a par das causas que determinaram a intervenção do *Reich* na Escandinávia.

9. No momento atual, a atenção européia acha-se igualmente voltada para as negociações comerciais em curso entre as diferentes capitais e cujos desenvolvimentos comportam interessantes indicações do ponto de vista da evolução política de certos países. É por esse meio, com efeito, que a Alemanha procura realizar

desígnios no sudeste europeu, exercendo uma pressão direta sobre os Estados danubianos e balcânicos, a fim de conseguir os produtos de que necessita. A quinta coluna, de que se serve com freqüência o *Reich*, estaria chamada, por outro lado, a exercer, brevemente, um grande papel na conquista dos Bálcãs. As negociações comerciais entre a União dos Sovietes e a Iugoslávia são, no entanto, as que mais preocupam, no momento, os círculos aliados, pelas conseqüências que elas possam vir a ter no domínio das relações políticas entre esses dois países. Semelhante iniciativa dos sovietes provocou certa reação por parte da imprensa italiana, que considera a Iugoslávia como fazendo parte da esfera de expansão da Itália nos Bálcãs. Se é verdade, pois, como se pretende aqui, que é a própria Alemanha que anima essas conversações, torna-se difícil compreender que ela tenha adotado uma atitude dessa natureza, no momento em que procura, por todos os meios ao seu alcance, dar uma feição real ao mecanismo do eixo Roma-Berlim e tornar ainda mais estreitos os laços que a ligam à Itália fascista. No meio da confusão reinante na Europa, semelhantes negociações constituem, sem dúvida, um de seus traços mais obscuros e característicos.

10. Para terminar, direi que os acontecimentos na Noruega serviram para fortalecer a posição do Gabinete Paul Reynaud, tão duramente posto à prova no dia de sua apresentação perante as Câmaras. Compreendendo, finalmente, que o momento atual não comportava divagações, as forças políticas do país cerraram fileiras em torno do atual presidente do Conselho, querendo demonstrar assim que, na hora do perigo, sabem colocar os interesses da França acima de todas as divergências partidárias. Pode-se afirmar, portanto, sem receio de contestação, que, neste momento, a coesão francesa é real e absoluta.

Paris, 1º de maio de 1940.
L. M. de Souza Dantas

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de junho de 1940.

RESERVADO

Mês político na França[6]
Maio de 1940.

N. 5

A expectativa de uma "guerra branca" foi defraudada, para surpresa de uns e desapontamento de outros. A inatividade militar de cerca de oito meses, a contar da data de ruptura das hostilidades entre anglo-franceses e alemães, havia formado, no ânimo geral, a convicção de que seria possível uma guerra sem batalhas, que se decidiria no campo da diplomacia. O ministro Goebbels, com tenacidade sem par, apenas superada pela habilidade, orientava o seu trabalho de propaganda, por todos os meios a seu alcance, naquele sentido. A França, cujos exércitos se veriam condenados a apodrecer na linha *Maginot*, seria poupada e a Grã-Bretanha, ameaçada nas Índias pela Rússia e, no Mediterrâneo, pela Itália, acabaria por ceder à pressão alemã. Chegar-se-ia, assim, a uma paz rápida e moderada. Desviados, por esse raciocínio falso, da realidade política e da psicologia dos povos, os meios políticos e militares aliados deixaram-se embalar por ilusões fagueiras e que hoje pesam, mais do que quaisquer outros fatores, nos revezes e desastres com que se iniciou a fase dos grandes combates entre ingleses, franceses e alemães.

2. A campanha da Noruega, iniciada a 3 de abril e virtualmente terminada a 3 de maio, pela retirada das tropas anglo-francesas de Andalsnes e Namsos, não teve sequer o mérito de provocar uma

[6] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 192, reservado, da embaixada do Brasil em Paris, de 01/06/1940.

reação salutar nos círculos responsáveis franco-britânicos. A Alemanha, firmando suas posições nas costas meridionais da Noruega – em Stavanger, Bergen e Trondhjem – venceu a primeira fase da luta em que se acham empenhadas as três potências militares mais fortes do continente. A ocupação da Dinamarca assegurou-lhe, por outro lado, a certeza do abastecimento de suas tropas na Noruega.

3. Um simples exame da carta geográfica revela a importância dessas posições conquistadas pela Alemanha para o desenvolvimento futuro de seus planos de guerra contra a Grã-Bretanha: aproximação das costas britânicas e ameaça constante das bases navais inglesas de Scapa Flow e Shetland, pela poderosa aviação alemã.

4. A ocupação de Narwick, no círculo polar, pelas forças inglesas não tem, nesta época do ano, maior significação nem alcance. Com efeito, o ferro sueco, que nos meses de inverno é encaminhado para a Alemanha por aquele porto, passa a ser transportado de Lulea, no golfo de Botnia, de maio a outubro, para os grandes portos alemães do Báltico, fora, portanto, de todo controle ou intervenção britânica.

5. Seja como for, o fim desastroso da campanha aliada na Noruega provocou enorme emoção na opinião pública francesa, iludida pelos comunicados oficiais e os comentários otimistas de sua imprensa. A verdade, que os fatos revelavam, não pôde ser ocultada por mais tempo. Nos meios políticos aliados, a reação foi imediata: o nervosismo e a agitação atingiram grande intensidade e o descontentamento propagou-se rapidamente por todas as camadas da população. Em Paris, como em Londres, responsabilizavam-se os respectivos governos, acusados de lentidão e de falta de iniciativa. Na Câmara francesa, bem como na Câmara dos Comuns, observavam-se o mesmo mal-estar e desconformidade com os métodos e processos adotados na condução da guerra. Era esse o ambiente político nos dois países aliados, quando estourou, como uma bomba, na madrugada de 9 de maio, a notícia de que as forças alemãs haviam penetrado na Holanda, Bélgica e

Luxemburgo, levando tudo de roldão diante de si. E, como prenúncio sério de dias mais difíceis, a aviação alemã lançava-se a grandes empreendimentos, bombardeando, com violência inaudita, cidades da retaguarda holandesa e belga, assim como alguns dos mais importantes centros industriais da França, aeródromos, estradas de rodagem, estradas de ferro, estações, fábricas de munição e armamento, etc...

6. Acorrendo ao pedido de auxílio da rainha Guilhermina e do rei Leopoldo, as forças aliadas penetraram, ato contínuo, em território belga, dirigindo-se, a marchas forçadas, ao encontro do invasor.

7. A Holanda, cuja organização defensiva poderia oferecer maiores dificuldades ao avanço alemão, constituiu a meta principal dos esforços do estado-maior do *Reich*. Destacamentos de páraquedistas foram lançados sobre os aeródromos holandeses, tropas de reforço foram transportadas em aviões e desembarcadas na retaguarda, ao passo que agentes alemães, inteligentemente distribuídos por todo o país, acorriam aos pontos atacados para servir de guias àquelas forças. Estabeleceu-se, assim, no país atacado, enorme confusão que desorganizou, por completo, os elementos de defesa com que a Holanda contava. Vencida, após duros combates, a primeira linha de defesa holandesa, formada pelo Ijasel e o Mosa, as tropas alemãs ocuparam Arnhem, a 15 quilômetros da fronteira, infiltrando-se, rapidamente, pela margem ocidental daquele rio. As linhas de inundação do norte de Amersfoort e na região de Utrecht foram habilmente contornadas pela margem sul do Mosa e, avançando por Bois-le-Duc e Gertruidenberg, o exército invasor batia às portas de Rotterdam.

8. Entrementes, a família real, assim como o governo holandês, partiam de Haia para refugiar-se na Inglaterra.

9. Após quatro dias de luta encarniçada, e por ordem do general Winkelman, comandante-em-chefe do exército, as tropas holandesas depunham as armas. A campanha da Holanda estava terminada, abrindo aos exércitos alemães grandes perspectivas. A

capitulação do exército holandês causou aqui, como era natural, enorme desapontamento, pois se acreditava numa resistência maior, dada a sua organização e os meios de defesa de que o país dispunha.

10. A ala esquerda das forças alemãs, por sua vez, depois de cruzare rapidamente o Luxemburgo, penetraram no Luxemburgo belga. Mais ao norte, após a ocupação da cidade holandesa de Maastricht, aquelas forças atravessaram o canal Alberto, cercaram Liège e continuaram sua marcha em direção dos pontos vitais da defesa belga. De Liège ao Mosela, combate-se com extrema violência. Namur oferece séria resistência. Nas Ardenas francesas, a luta chega ao paroxismo. Nos dias 14 e 15, no setor de Namur a Sedan, ocupado pelas forças do general francês Corap, travam-se combates encarniçados entre alemães e franceses. Após duros esforços, as tropas alemãs conseguiram cruzar o Mosa, em diversos pontos, entre Namur e Dinant, de um lado, e Sedan, do outro. Havia sido assim rota a frente francesa e destruído o 9º corpo do exército francês. Pela brecha de 100 km aberta nos dispositivos do adversário, o exército alemão infiltrou-se rapidamente, precedido por numerosas colunas blindadas, artilharia motorizada, carros de assalto do tipo pesado, pára-quedistas, motociclistas e formidável aviação de bombardeamento.

11. A notícia desse desastre causou emoção considerável em todo o país. Os boatos e rumores mais absurdos corriam em todas as direções. Em Paris, a população, tomada de pânico indescritível, abandonava aos milhares a capital, em busca de lugar seguro no interior.

12. No dia 21, o presidente Paul Reynaud proclama, da tribuna do Senado, a pátria em perigo e anuncia que "em conseqüência de erros incríveis que seriam punidos severamente, as pontes sobre o Mosa não haviam sido destruídas, o que permitiu a passagem das *Panzerdivisionen*[7] alemãs". "As forças no setor de Namur-

[7] T.E. – Divisões de infantaria compostas de tanques blindados.

Sedan, mal enquadradas e compostas de elementos inferiores, revelaram-se impotentes para resistir ao choque das forças atacantes". Daí, "o desastre total, a desorganização do exército Corap", concluiu o presidente do Conselho de Ministros.

13. Malgrado o grande revés sofrido pelo exército francês, nem por isso a luta esmoreceu. Antes, pelo contrário, recrudesceu violentamente em toda a extensão da linha de combate.

14. Mercê do rompimento da frente francesa, as forças alemãs, divididas em dois grupos, esboçaram rapidamente duas grandes ameaças: uma sobre Paris e outra sobre Calais e os demais portos da Mancha. Movendo-se com grande rapidez, as tropas mecanizadas do *Reich* avançaram, de um lado, até o sul de Laon, a menos de 130 quilômetros de Paris, alcançando nessa região o canal de Oise-Aisne. O avanço em direção ao mar não se processou menos rapidamente. Infiltrando-se, depois da ocupação de Saint-Quentin, pelo corredor aberto nas linhas francesas entre Arras e Peronne, as tropas alemãs chegaram a Boulogne, que caiu em seu poder depois de sangrentos combates, com perdas consideráveis para ambos os lados. O exército francês que combatia no Escalda, ao lado do corpo expedicionário britânico e das forças belgas, procurou em vão fechar aquele corredor – por onde continuavam passando contingentes alemães, poderosamente armados –, a fim de fazer junção com as tropas que lutavam no Somme. A situação piorava cada dia mais. A batalha do Artois e das Flandres, ao iniciar-se, estava irremediavelmente perdida. Por sua vez, de recuo em recuo, o exército belga viu-se subitamente acuado entre Tournai e Gand e forçado a retirar-se sobre o Lys, em posição extremamente difícil. Essa retirada levou as tropas francesas a abandonarem o setor Maubeuge-Valencienne, buscando apoio no setor de Lille e Cassel. Tudo foi debalde. Nada salvaria mais a situação dos exércitos aliados que um adversário, superior em número e engenhos bélicos, perseguia com verdadeiro açodamento.

15. Nessa emergência, o rei Leopoldo, contrariando o ponto de vista do próprio governo, presidido pelo sr. Pierlot, toma a

resolução de dar por terminada a luta, capitulando em campanha rasa. A atitude do monarca belga, retirando-se da luta, agravou consideravelmente a posição dos exércitos franco-britânicos, já agora com o flanco esquerdo descoberto e, portanto, à mercê da força alemã. A notícia da capitulação das tropas belgas provocou, após os primeiros instantes de surpresa, enorme indignação nos meios aliados. Fazendo-se eco do sentimento geral da opinião pública anglo-francesa, o senhor P. Reynaud verberou, pelo rádio, o gesto do soberano belga, a quem acusou impiedosamente de traição premeditada. Por sua vez, o presidente Pierlot dirigiu, também pelo rádio, uma proclamação ao povo belga dessolidarizando-se [*sic*] do rei, "que violara a constituição que havia jurado observar", e prometendo aos aliados o concurso, sem reserva, de todos os belgas patriotas, empenhados em salvar a honra nacional. "Havendo-se colocado sob o poder do invasor", disse o chefe do governo belga, "o rei não se acha mais em condições de governar, pois evidentemente, a função do chefe do Estado não pode ser exercida com o controle do estrangeiro".

16. Na imprensa desta capital, Leopoldo III foi arrastado, sem dó nem piedade, pela rua da amargura, atirando-se-lhe em cima os mais aviltantes doestos. Não nos cabe, por certo, julgar a atitude do monarca belga, nem as razões que determinaram seu ato, rendendo-se ao inimigo, não só porque escapa à nossa competência, mas também porque desconhecemos a defesa do rei, inculpado de felonia.

17. A defecção belga apressou, sem dúvida nenhuma, o fim da batalha de Flandres. Se, como já dissemos, a posição dos exércitos franco-britânicos já era precária, muito precária mesmo, bem se pode imaginar como não se teria ela agravado com a retirada da luta de cerca de 400.000 soldados! Apesar disso, tem-se a impressão de que as forças alemãs não puderam aproveitar-se, como esperavam, da situação, que lhes era totalmente favorável, para desfechar um golpe de morte contra as tropas adversárias. Com efeito, dada a posição dos exércitos aliados, cercados por

três pontos e com uma única saída para o mar, por Dunquerque, contra a qual avançavam os alemães, tanto do norte como do sul, parecia materialmente impossível que se pudessem salvar a tempo, evitando uma capitulação que tudo indicava iminente. Assim, aliás, pensavam e escreviam os críticos militares mais conhecidos. O espírito de luta e a bravura dos soldados anglo-franceses multiplicaram, entretanto, seus recursos de resistência ao assalto do inimigo, que não poupou esforços nem sacrifícios para reduzi-los à impotência. O exército francês do norte assim como o corpo expedicionário britânico ganharam, indubitavelmente, em velocidade o inimigo: retiraram-se a tempo sobre Dunquerque, onde puderam estabelecer um campo de defesa com as condições necessárias para deter o avanço alemão até seu total reembarcamento. Naturalmente, essa operação militar deverá ter custado a perda de quase a totalidade do material de guerra que, nas condições em que se efetuava a retirada e o reembarcamento, sob o fogo inimigo, não era possível transportar. Pode-se, pois, afirmar que a derrota militar sofrida pelos aliados, no Artois e nas Flandres, por mais lamentável que tenha sido, permitiu, por outro lado, aos soldados das potências democráticas que revelassem ao mundo o espírito indomável de que se acham animados e o elevado moral com que, batidos embora, souberam enfrentar as vicissitudes de uma guerra em que não hão de ser apenas as vitórias que contem para o êxito final, senão também a resolução firme, a fortaleza de ânimo e o sentido do heroísmo que caracterizam sobretudo o soldado francês, na boa como na má fortuna. Dunquerque, mais do que como derrota, passará à história como símbolo dessa força quase sobrenatural que marca as qualidades superiores de um povo e de uma raça que, decadente ou não, está palpitante em todas as páginas da história da civilização.

18. Em Dunquerque, premidos por todos os lados, submetidos à violência dos bombardeamentos mais implacáveis, o exército francês do norte e o corpo expedicionário britânico continuam,

neste momento, defendendo-se com obstinação. Grande parte dessas tropas, apoiadas nas unidades da marinha aliada, já foi reembarcada para a Grã-Bretanha e é de supor, pelas notícias que nos chegam, que pequenos contingentes apenas não poderão escapar à pressão do inimigo.

19. A empresa levada a efeito pelas forças alemãs, em menos de um mês – a capitulação da Holanda e da Bélgica e derrota dos exércitos aliados no Artois e nas Flandres, com a conseqüente ocupação dos portos da Mancha –, é, sem dúvida alguma, feito sem precedentes na história militar do continente. Mas o esforço despendido pelo *Reich* nessa campanha não redundará, afinal, numa vitória de Pirro?

20. Ainda a respeito dos sucessos verificados, durante o mês de maio, cabe-nos referir a outros fatos de importância no terreno político, político-militar e diplomático.

21. Em primeiro lugar, como conseqüência da ruptura da linha francesa no Mosa, o presidente P. Reynaud, com a energia e a rapidez de ação que o caracterizam, tomou providências imediatas e draconianas a fim de remediar, da melhor maneira, a situação que parecia perdida. Dentre essas providências, devemos pôr em evidência a da substituição do generalíssimo Gamelin pelo velho general Weygand, comandante das forças aliadas no Oriente Próximo. A substituição do antigo chefe da missão militar francesa no Brasil provocou enorme sensação nos círculos políticos e militares do país. A imprensa, vigiada de perto pela censura, noticiou o fato sem aludir ao nome do antigo generalíssimo, entoando, por outro lado, verdadeiros ditirambos ao general Weygand que é considerado como o herdeiro mais fiel do gênio militar de Foch. Além dessa providência, outras de grande alcance também foram tomadas: a destituição de 15 generais e chefes de comando e a inclusão do marechal Pétain, como vice-presidente, no gabinete presidido pelo senhor Reynaud. No terreno puramente político, verificou-se, pela terceira vez, a remodelação do Ministério Reynaud que se traduziu, principalmente, na supressão de quase

todas os subsecretários de Estado e na designação de dois membros da direita, os senhores Marin e Ybarnegaray, como ministros de Estado. Merece nota à parte a passagem do ministro G. Mandel, das Colônias para a pasta do Interior, onde à sua energia conhecida caberá proceder à limpeza da retaguarda dos elementos trabalhados pelo comunismo e da "quinta coluna", expressão criada na guerra civil espanhola para designar os inimigos da República que, organizados clandestinamente, desenvolviam grande atividade de sabotagem, propagação de notícias falsas, etc... O senhor Mandel, justificando a fama de "pulso de ferro", começou sua ação no governo pela derrubada em massa de prefeitos e vice-prefeitos das municipalidades do norte e pela prisão de milhares de indivíduos suspeitos.

22. No campo diplomático, há a assinalar a destituição do embaixador Alexis Léger que há muitos anos ocupava o cargo de secretário-geral do Quai d'Orsay. Foi nomeado para substituí-lo o embaixador da França junto à Santa Sé, o senhor François Charles Roux, indo para seu lugar o sr. W. d'Ormesson, colaborador do *Figaro* e defensor destemido de uma política de aproximação com a Itália.

23. Eis, senhor ministro, num breve resumo, a história dos acontecimentos ocorridos no mês ora transato.

24. Junho talvez seja o mês da grande decisão das batalhas em curso. O exército francês do general Weygand, firmado no Somme e no Aisne, do mar – região de Abbeville – a Montmédy, ponto de partida da linha *Maginot*, passando por Amiens, Perrone, Saint-Quentin, Nesle, Ham e Laon, aguarda o choque das forças alemãs em busca do caminho para Paris. Nada podemos adiantar. Devo deixar, entretanto, constância da tranqüilidade com que, nos meios militares e políticos, se espera o desenrolar dos sucessos, havendo confiança absoluta nas forças de resistência e na capacidade bélica das tropas que, sob o comando do general Weygand, deverão barrar, definitivamente, a marcha dos soldados do *Reich*. A opinião pública, passado o pânico dos últimos

dias, acompanha, sossegadamente, os sucessos do dia e mostra-se confiante em seus chefes militares.

Paris, em 1º de junho de 1940.
L. M. de Souza Dantas

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS
EM/11/VI/40

Guerra na Europa

132 – TERÇA-FEIRA – 19H00 – A entrada da Itália na guerra, ao lado da Alemanha, embora esperada, provocou enorme indignação nos círculos oficiais franceses. O presidente do Conselho de Ministros pronunciou um discurso pelo rádio, expondo serenamente a situação, condenando a atitude da Itália e proclamando o propósito firme da França e da Inglaterra de continuarem juntas na guerra até a vitória. Paris apresenta hoje um aspecto desolador, dando a impressão de uma cidade morta. Nas últimas vinte e quatro horas, o êxodo da população foi de uma proporção verdadeiramente trágica. Os órgãos da administração pública se retiraram para diferentes departamentos. A cidade está sob o controle militar. Sob o ponto de vista militar, a situação parece ter piorado sensivelmente, pois as forças alemãs aumentaram a pressão sobre as forças francesas, que cedem em todos os pontos das linhas de batalha. Com o avanço alemão na margem esquerda do Sena, nas proximidades de Mantes, assim como sobre o rio Ourcq, esboça-se uma manobra de cerco a Paris. Desapareceu a última esperança possível de reação, por parte das forças francesas.

L. M. DE SOUZA DANTAS
* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-BORDÉUS
EM/25/26/VI/940

Guerra na Europa

23 – TERÇA-FEIRA – 21H00 – Ainda não foram divulgadas na íntegra as condições do armistício assinado entre a França e a Alemanha e aquela e a Itália. A imprensa local publica, entretanto, um resumo das condições. Do armistício franco-alemão constam, entre outras, as seguintes cláusulas: a ocupação do território francês a partir de uma linha traçada de Genebra passando por Beaune, Moulins, Bourges e Vierzon, seguindo depois até Tours e daí tomando a direção sudeste até Saint-Jean de Pied-de-Port, passando por Mont-de-Marsan; nesse território o *Reich* se beneficiará do direito de potência ocupante sem intervir, porém, na administração do país nem no seu regime. O governo francês fica livre de transferir-se para Paris ou outra qualquer cidade do território não ocupado. As forças francesas de terra, mar e ar serão desmobilizadas e desarmadas. As fortificações terrestres e costeiras serão entregues; a esquadra será desmobilizada e internada nos seus portos. Os navios mercantes serão recolhidos também aos respectivos portos e os postos de telegrafia sem fio deverão cessar toda e qualquer emissão. A França custeará as despesas de manutenção do exército de ocupação. Será criada uma comissão de armistício que, sob a presidência de militares alemães, fiscalizará a aplicação das medidas do convênio. Outras cláusulas referem-se ainda às fortificações, ao material bélico, à desmobilização, aos prisioneiros de guerra, etc. Pelo armistício com a Itália, estão previstas a ocupação do território francês em poder das forças italianas por ocasião da assinatura do acordo; a desmilitarização pela França de larga zona na fronteira franco-italiana; a concessão à Itália, pelo prazo da duração do armistício, da utilização do porto de Djibuti e da estrada de ferro de Adis-Abeba, assim como a desmilitarização, até o fim definitivo das hostilidades, de Toulon,

Bizerta, Ajaccio e Oran. Esperam-se, dentro de 48 horas, os termos completos de ambos os armistícios. A opinião pública acompanha com apatia e resignação o desenvolvimento dos sucessos, satisfeita, entretanto, de que a guerra tenha terminado. O governo decretou o dia de ontem de luto nacional, tendo sido celebrado na catedral, em memória dos mortos, um oficio fúnebre com o comparecimento das mais altas autoridades públicas e do corpo diplomático estrangeiro. Os jornais publicam editoriais alusivos à situação, concitando a população a reagir e retomar o trabalho, para reconstrução da pátria.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de julho de 1940.

RESERVADO

Mês político na França[8]
Junho de 1940.

N. 6

O mês de junho assinalou-se por dois grandes, dois importantíssimos acontecimentos, cujas conseqüências se farão sentir, de maneira imperiosa, nos destinos da Europa: a entrada da Itália na guerra e a derrota esmagadora da França. Não se conclua daí, porém, que o primeiro desses fatos tenha contribuído para tornar possível o segundo. Absolutamente. A França, quando a

[8] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 208, reservado, da embaixada do Brasil em Paris, de 01/07/1940.

Itália entrou no conflito, já se achava praticamente derrotada. Não há dúvida que a decisão italiana contribuiu para aumentar o estado de desorientação em que se encontrava o governo francês, tornando-lhe ainda mais difícil, senão impossível, qualquer veleidade de resistência. O golpe, realmente, foi duríssimo, mas não podia, nem devia, surpreender os governantes da França. Há muito, com efeito, que a atitude da Itália não se prestava a ilusões otimistas por parte dos aliados. Sua política inicial de não-beligerância, adotada para fugir às regras da neutralidade, cedia lugar, com o correr dos meses, a um estado de pré-beligerância, que indicava claramente os propósitos do governo de Roma. O gabinete de Paris, entretanto, timbrava em não dar maior importância aos preparativos bélicos da Itália. Verdade é que, uma vez ou outra, o sr. Paul Reynaud declarava em discursos, mais ou menos patéticos, que a França não se recusava a um entendimento amistoso com a Itália, do qual resultasse a satisfação de suas justas aspirações, mas quando o embaixador italiano o procurava para saber as concessões mínimas que a França estaria disposta a fazer, o sr. Reynaud ladeava a questão, evitando comprometer-se. É que, no fundo e apesar dos reveses sofridos, o governo continuava a acreditar na vitória final dos aliados. Não lhe convinha, por conseguinte, fazer concessões à Itália, que pudessem ser interpretadas em Berlim como uma prova de fraqueza da França. Ademais, como declarou em discurso, o sr. Reynaud acreditava em milagres. Nada mais natural, portanto, que acreditasse na vitória da França. Além disso, era voz corrente que a Itália só entraria na guerra quando tivesse a certeza de que a partida estava ganha. A França, pois, podia ficar tranqüila, porque os acontecimentos jamais permitiriam que a Itália tivesse aquela certeza. Assim pensavam, ou pareciam pensar, os seus dirigentes. E erraram, mais uma vez, de forma lamentável.

2. A atitude da Itália, no entanto, era a que mais convinha aos interesses da Alemanha. Com efeito, mesmo afastada do conflito, ela prestava assinalados serviços a sua companheira de eixo, não

só porque imobilizava, no Mediterrâneo, grande parte das frotas aliadas, que, sem o perigo italiano, aumentariam o potencial marítimo da Grã-Bretanha no Atlântico, senão também porque retinha na fronteira dos Alpes quarenta divisões francesas, que, do contrário, iriam engrossar os efetivos aliados ao norte da França. E isso sem falar nas imensas vantagens, de todo gênero, que a Alemanha tirava dos portos italianos, abertos, como estavam, ao comércio internacional. Sua entrada na guerra, pois, no momento em que as tropas alemãs se achavam a poucos quilômetros de Paris, não foi, como se disse aqui, um golpe traiçoeiro e covarde, mas uma simples resultante das combinações prévias, que não podiam deixar de existir entre Roma e Berlim. O erro dos aliados, por conseguinte, e erro gravíssimo, foi não terem obrigado a Itália a definir-se claramente, logo no início das hostilidades, sob pena de considerá-la beligerante. Houvessem tomado essa providência, imediatamente após a declaração de guerra à Alemanha, é bem possível que fosse outro o rumo dos acontecimentos.

3. É cedo ainda para dizer-se, com segurança, quais os motivos que determinaram o rápido e surpreendente desmoronamento da resistência francesa. Desde já, porém, e baseado nos sucessivos discursos que o marechal Pétain pronunciou, entre 17 e 25 de junho, é possível afirmar-se que várias foram as causas que concorreram para o desastre militar da França. A primeira delas, e das mais importantes, foi a ilusão em que viveram, durante largos meses, a França e a Inglaterra, quanto aos recursos materiais da Alemanha e a capacidade ofensiva de seus exércitos. Era voz corrente, com efeito, aqui e em Londres, que a Alemanha não dispunha de recursos para sustentar uma guerra longa, que o seu material era de qualidade inferior, que os seus quadros de oficiais eram deficientes, que o povo, indignado com as privações que vinha sofrendo, sob o regime dos *Ersatz*,[9] não tardaria a re-

[9] T.E. – "Substituto". O termo passou para outras línguas como adjetivo, de conotação pejorativa, com o significado de "substituto de qualidade inferior".

voltar-se, etc. A própria vitória fulminante sobre a Polônia não chegara a convencer os aliados do erro em que incidiam, menosprezando a força do inimigo. Julgavam-na, antes, uma conseqüência da péssima organização militar da Polônia, do que, propriamente, uma resultante do poder ofensivo da Alemanha. Os ensinamentos dessa campanha, em que os alemães aplicaram uma nova tática, muito diferente das que até então se vinham praticando, de nada aproveitou aos aliados, que dela não souberam tirar as conclusões que se impunham. Acreditavam eles que essa tática não poderia ser utilizada na frente ocidental, por isso que a existência da linha *Maginot* tornava impossível a sua aplicação. Supunham, além disso, que, para vencer a resistência alemã, bastava o bloqueio que lhe vinha movendo a frota dos aliados. A guerra, portanto, se resumia numa questão de tempo, e o tempo, afirmavam, trabalhava para os aliados. Fiados nesse raciocínio, deixaram de tomar, com urgência, as medidas que se impunham, isto é, prolongar a linha *Maginot* até a Mancha e multiplicar suas encomendas de aviões e material bélico, nos Estados Unidos. A campanha da Noruega, imposta pelos ingleses, foi outro erro grave, de conseqüências lamentáveis para o prestígio dos aliados. Ficara provado, então, como reconheceu, aliás, o sr. Winston Churchill, que a marinha de guerra, mesmo possante como a britânica, nada podia fazer diante de um ataque em massa de aviões de bombardeio. Animados por esses feitos, os alemães atiravam-se, pouco depois, sobre a Holanda e a Bélgica, levando de vencida, com rapidez fulminante, todos os obstáculos que se lhe antepunham. Três dias depois, a fronteira francesa era forçada na altura de Sedan. Daí por diante, os acontecimentos se sucediam num ritmo acelerado. A Holanda era dominada em poucos dias; as tropas alemãs avançavam em território francês, procurando atingir rapidamente a costa; o general Gamelin era substituído pelo general Weygand no comando supremo dos exércitos aliados; o rei dos belgas capitulava em rasa campanha, abrindo aos inimigos as portas de Dunquerque. A rapidez dos ataques alemães desnorteava os pla-

nos de resistência dos aliados. Já então o exército francês se achava dividido em dois grupos, o que ficara isolado na Bélgica, e o que procurava resistir na linha imaginada por Weygand, na região do Somme. A 3 de junho, Paris era bombardeada pela primeira e única vez durante as hostilidades. Dois dias depois terminava a batalha das Flandres, com a partida precipitada, de Dunquerque, dos últimos remanescentes do exército francês e do corpo expedicionário britânico na Bélgica. Vinte e quatro horas mais tarde, a linha Weygand era atacada por 150 divisões alemãs, doze das quais motorizadas, e transposta em vários pontos. A 10 de junho, o governo francês deixava Paris para instalar-se no departamento de Indre e Loire, no que foi acompanhado pelos chefes de missão acreditados nesta capital e quase todo o pessoal das respectivas embaixadas e legações. Nesse mesmo dia, a Itália declarava guerra à França e à Inglaterra. O êxodo da população parisiense, que já vinha se processando, com intervalos, desde 16 de maio, assumiu, nesse momento, proporções inacreditáveis. A 13 de junho, Paris era declarada cidade aberta, sendo ocupada na madrugada seguinte pelas tropas alemãs, sob o comando do general von Küchler, e não von Bock, como consta, por engano, de outros ofícios. O governo francês, nessa ocasião, transferia-se para Bordéus. A desorientação e o pânico dominavam o país, sendo inevitável, de um momento para outro, o colapso fatal. Dois dias depois, com efeito, formava-se o Ministério Pétain, cujo primeiro ato foi solicitar ao inimigo as condições de um armistício, que permitisse a suspensão das hostilidades. Enquanto, porém, se negociavam essas condições, o exército alemão continuava a sua marcha vencedora, cercando as tropas francesas, que se rendiam em massa, sem lhe opor a menor resistência.

4. Alarmado com o desmoronamento da resistência francesa, o governo britânico, ou, melhor, o sr. Winston Churchill desenvolveu a maior atividade no sentido de evitar que a França assinasse uma paz em separado com o inimigo. Todos os seus esforços, no entanto, resultaram vãos. A França, exausta e desorientada,

não pôde atender aos apelos da Inglaterra, rompendo os compromissos, que com ela assumira, de só terminar a guerra com o aniquilamento total do regime alemão. E a 22 e 24 de junho concluía com a Alemanha e Itália, respectivamente, os tratados de armistício que punham termo às hostilidades. Não se conformou, entretanto, o governo britânico com essa decisão do gabinete francês. No mesmo instante, com efeito, rompia relações com o governo de Bordéus, passando a reconhecer o general De Gaulle, último subsecretário da Defesa Nacional do Gabinete Reynaud, como o único representante da França livre. Mais ainda, por intermédio desse oficial, procurou conquistar para a causa dos aliados o apoio da frota e das colônias francesas. Tudo em vão, porém. As colônias e a frota preferiram a derrota, ao lado do governo francês, às incertezas de uma vitória, ao lado dos ingleses. De todo esse esforço inútil, resultou apenas a formação, problemática, de uma legião francesa na Inglaterra. Magro resultado, por certo, para tão grande trabalho. Entrementes, o serviço de propaganda do sr. Goebbels aproveitava todos esses elementos de divergências para separar os dois aliados da véspera, apontando a Inglaterra como a única responsável pelo desastre militar da França. Assomado e versátil, o povo parisiense não tardou a prestar ouvidos a essa campanha insidiosa, a ponto de tornar-se, de um momento para o outro, o mais declarado inimigo dos ingleses no continente. Ainda nesse particular, a vitória da Alemanha foi completa.

5. As demais causas determinantes da derrota da França, como reconheceu o próprio marechal Pétain, podem ser resumidas da seguinte forma: falta de efetivos, falta de material, falta de amigos e falta de energia do povo francês. Entregue constantemente à política inferior dos cambalachos partidários, a França não tivera tempo nem energia para armar-se. Assim é que, em maio de 1940, como reconheceu o marechal Pétain, a França possuía, nos campos de batalha, quinhentos mil homens a menos do que em igual período de 1917. Seu material, por sua vez, era inferior ao do adversário, bastando dizer-se que, só no terreno da aviação, a pro-

porção era de um avião francês para seis alemães. A falta de amigos a que se refere o marechal Pétain, embora não constituísse um fator decisivo da derrota, nem por isso deixava de ser impressionante. Em 1918, com efeito, dois terços, mais ou menos, dos países da Europa e da América, além do Japão e da China, achavam-se em estado de guerra contra a Alemanha. Em 1940, todavia, poucos foram os países da Europa que se aliaram, espontaneamente, à França, ao passo que as três Américas, o Japão e a China permaneciam afastados do conflito. De todas as causas apontadas, no entanto, a que mais influiu, na opinião geral, para o colapso da França, foi a falta de energia de seu povo e de seus exércitos. Inúmeras, realmente, foram as pessoas que procuraram isentar-se do ônus da mobilização, invocando todos os pretextos que as leis lhes facultavam, ou inventando outros, que as autoridades militares facilmente destruíam. Era, portanto, à força que essas pessoas cumpriam o seu dever para com o país. Não houve, em toda a França, um só movimento de entusiasmo pela guerra. Além disso, a guerra demorou a chegar na frente ocidental. Obrigados à mais absoluta inação, os soldados deixavam-se vencer pelo aborrecimento e só tinham em mira uma coisa – rever suas famílias. Para distraí-los, organizaram-se, então, em Paris e nas províncias, comissões de todo gênero, destinadas a arranjar-lhes madrinhas, com quem pudessem corresponder-se e que lhes enviassem, de vez em quando, doces, frutas, cigarros e roupas de lã. Os artistas mais famosos do país transportavam-se, por sua vez, para as linhas de frente, onde proporcionavam aos soldados as últimas canções de Paris. Enquanto, porém, os soldados franceses passavam os dias nessas distrações, ou escrevendo às suas madrinhas, que lhes mandavam bombons e roupas de lã, o soldado alemão, que não desfrutava de iguais atenções, preparava-se para a guerra. E o resultado foi o que se viu: divisões inteiras que se rendiam, ou fugiam espavoridas diante da potência formidável do inimigo. Subiu a um milhão e novecentos mil o número de prisioneiros franceses feitos pela Alemanha, em pouco mais de

trinta dias de batalha, o que levou o povo desta capital a declarar que "o soldado de 40 não tem o mesmo valor daquele de 14".[10] As populações civis, por outro lado, não se portaram com maior bravura: fugiam, apavoradas, ao saber que os alemães se aproximavam de suas cidades e aldeias. E abandonavam tudo – roupas, propriedades, interesses, para só se ocuparem de fugir. Calcula o marechal Pétain que o êxodo dessas populações orçou em perto de dez milhões de almas. Nunca, em toda a sua gloriosa história, a França havia assistido a um pânico mais completo e desordenado. Eis, em resumo, algumas das causas imediatas da derrota da França; as outras, as remotas, as que se originaram dos erros do governo, essas só o tempo poderá desvendar.

6. As cláusulas do armistício franco-alemão foram duras e severas. Por elas, a França foi obrigada, entre outras coisas, a desmobilizar e desarmar seu exército territorial, sua marinha e sua aviação de guerra, comprometendo-se, por outro lado, a entregar à Alemanha, em perfeito estado, o respectivo material; a colocar em depósito, sob controle alemão e italiano, todas as armas e munições existentes em território não ocupado; a entregar, em perfeito estado, os territórios a serem ocupados, bem como o conjunto das fortificações, dos campos de aviação e o território costeiro, com todos os depósitos e estoques de munição; a entregar os planos das fortificações existentes em território não ocupado, assim como os das obras fortificadas existentes em território ocupado; a internar e desarmar todos os seus navios de guerra, exceto os que forem destinados a salvaguardar seus interesses coloniais; a suspender sua navegação comercial; a recolher seus aviões; a suspender o funcionamento de suas estações rádio-emissoras; a entregar todos os prisioneiros alemães, sem cláusula de reciprocidade; e a concordar com a ocupação de seu território, a partir de uma linha que vai de Genebra a vinte quilômetros a leste de Tours e, daí, até a fronteira franco-espanhola. O tratado de armis-

[10] N.E. – Traduzido do francês original.

tício franco-italiano, por sua vez, obedece, em linhas gerais, às cláusulas do armistício franco-alemão, ressalvando, entretanto, os interesses italianos no Mediterrâneo e na África.

7. Privado de sua capital, que ficou incluída na zona de ocupação, o governo viu-se na contingência de instalar-se em Clermont Ferrand, cidade pequena e sem recursos, de onde, entretanto, poderá administrar o país sem incorrer na censura de obrar sob a pressão dos alemães, como fatalmente aconteceria, se pretendesse regressar a Paris. O Parlamento, por outro lado, não podendo ficar em Clermont Ferrand, por falta absoluta de acomodações, parece que irá para Vichy. Vários serviços administrativos, entretanto, tais como os de arrecadação do Ministério das Finanças, a Prefeitura de Polícia, o Conselho Municipal e o Corpo de Bombeiros continuarão a funcionar em Paris, mantendo-se, porém, logo que for possível, em contato diário com as autoridades de Clermont Ferrand.

8. O isolamento em que ficou esta capital, desde a véspera da ocupação alemã, pela suspensão dos serviços postais, telegráficos e telefônicos com o resto da França e do mundo, tendo apenas a orientá-la as informações tendenciosas de três jornais controlados pelas autoridades alemãs e uma ou outra emissora de rádio, igualmente tendenciosa, não nos permite fazer um juízo seguro sobre os acontecimentos que se desenrolam no continente. Pelo pouco, entretanto, que nos foi dado ouvir e observar nesta capital parece fora de dúvida que a decisão adotada pelo Gabinete Pétain, de solicitar a suspensão das hostilidades, era a única que se impunha no momento. A França, exausta e desorganizada, com perto de oitenta por cento de suas indústrias de guerra em poder do inimigo, com os seus exércitos cercados e em plena desagregação, não podia, evidentemente, prosseguir na luta. Prolongá-la, pois, como pretendia o sr. Paul Reynaud, além das fronteiras, com a partida do governo para o território de uma de suas possessões na África, seria uma insensatez, que só aproveitaria à Alemanha. Esta, com efeito, não relutaria em fazer com a França o mesmo que fez

com a Polônia, Noruega, Holanda e Luxemburgo, privando-a, dessarte, de todos os seus atributos de nação soberana que, bem ou mal, os tratados de armistício lhe conservaram. Não há dúvida que sua esquadra e suas colônias deveriam continuar a guerra, uma vez que se achavam intactas e teriam para auxiliá-las todo o poder da frota britânica. Sua obediência passiva às cláusulas do armistício provou, entretanto, que elas também estavam cansadas de lutar. O país entregava-se, dessarte, com todo o seu império, à discrição do vencedor. Baldados foram, assim, os esforços dos srs. Churchill e De Gaulle para reanimarem as energias de um povo que aceitava, resignado, as imposições do inimigo. É que, no fundo, como declarou o marechal Pétain, em memorável discurso, a França deixara de acreditar na vitória da Inglaterra. As afirmações do sr. Churchill, nesse sentido, não passavam, aos olhos do presidente do Conselho francês, de "planos vãos e esperanças ilusórias". O tempo dirá, no entanto, com quem está a razão, se com o velho militar francês, que aceitou a derrota, se com o estadista britânico, que não descrê da vitória.

Paris, 1º de julho de 1940.
Rubens de Mello

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-LA BOURBOULE
EM/5/VII/40

Paradeiro embaixador Pimentel Brandão

Transmito: "Referência ao telegrama de Vossa Excelência n. 129, dirigido à embaixada do Brasil junto ao governo francês. Acabo de chegar a esta cidade procedente de Bordéus, de onde telegrafei a Vossa Excelência sobre a atitude do governo belga em face

do rei Leopoldo. Havendo Vossa Excelência determinado que aguardasse ordens na França, tenho acompanhado sempre aquela embaixada, com a qual penso partir para Vichy sábado ou domingo próximo. Assinado: M. de Pimentel Brandão".

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-LA BOURBOULE
EM/5/6/VII/940

Proteção interesses italianos

36 – SEXTA-FEIRA – 18H45 – Referência ao telegrama de Vossa Excelência n. 133. Impossível obter-se informações na confusão atual. Os meios de comunicação estão extraordinariamente deficientes, os trens ainda não funcionam e as linhas telefônicas cortadas na maior parte do país.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/12/13/VII/40

Guerra na Europa

40 – SEXTA-FEIRA – 21H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 39. O Senado e a Câmara reunidos ontem, separadamente, em sessão preparatória, aprovaram o artigo único do projeto apresentado pelo governo, concebido nestes termos: "A Câmara (Senado) declara oportuna a revisão das leis constitucionais". Esta tarde teve

lugar a reunião da Assembléia Nacional que votou a moção seguinte: "A reunião da Assembléia Nacional concede poderes amplos ao governo da República, sob a assinatura e a autoridade do marechal Pétain, presidente do Conselho de Ministros, com o fim de promulgar, por um ou vários atos, a nova Constituição do Estado Francês. Essa Constituição deverá assegurar os direitos do trabalho, da família e da pátria". A moção foi aprovada por 569 votos, mas houve 80 votos contra e 15 abstenções, o que até certo ponto é de natureza a invalidar a união sagrada em torno do nome de Pétain. Assisti à sessão que se prolongou das 2 às 8 horas da noite. A minha impressão pessoal é que a transformação política da França processou-se em meio da apatia geral. Os jornais noticiam que o marechal Pétain reunirá na sua pessoa os poderes de chefe de Estado e de chefe do governo.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/12/13/VII/40

Guerra na Europa

44 – SEXTA-FEIRA – 23H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 40. Os primeiros atos constitucionais foram hoje promulgados. Pelo primeiro, o marechal Pétain assume funções de chefe de Estado. Pelo segundo, atribui plenitude ao poder governamental, o direito de nomear e demitir os ministros de Estado responsáveis apenas perante o chefe de Estado, legislar em Conselho de Ministros até a criação da nova Assembléia, promulgar leis e assegurar a sua execução, nomear funcionários civis e militares, dispor das forças armadas, perdoar e anistiar, assim como decretar o estado de sítio. Não pode declarar guerra sem prévio assentimento da As-

sembléia. Pelo terceiro, as atuais Câmaras Legislativas subsistirão, até que sejam constituídas novas assembléias. Pelo quarto, no impedimento do marechal Pétain do exercício das funções de chefe de Estado, antes da ratificação da nova constituição, o ministro Laval assumirá o poder de pleno direito. O novo ministério é composto de 12 pastas e 3 secretarias de Estado. A maior parte dos membros do ministério são políticos conhecidos. Laval, vice-presidente do Conselho de Ministros; ministro dos Negócios Estrangeiros, Beaudoin; da Defesa Nacional, Weygand. Proximamente, serão designados os governadores das províncias. A administração será descentralizada.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS
Por intermédio da embaixada em Berlim
EM/13/VI/18/VII/40

Guerra na Europa

145 – SEXTA-FEIRA – 10H13 – O general Her,[11] governador militar desta cidade, mandou afixar hoje ao meio dia, em diversos pontos da cidade, boletins comunicando à população que, tendo sido nomeado para comandar o Corpo do Exército, passava aquelas funções ao general Dentz. Declara ainda nesse documento que Paris foi desarmada hoje, passando assim a ser considerada cidade aberta. Termina afirmando que seriam tomadas todas as medidas relativas ao abastecimento da cidade. O prefeito de polícia, por sua parte, mandou ler uma proclamação ao povo, pelo rádio, aconselhando calma à população, assegurando-lhe todas as garantias.

[11] N.E. – General Pierre Hering.

Devido ao congestionamento da Porta de Orléans, único ponto de saída desta cidade, os últimos fugitivos de Paris servem-se do Sena, que apresenta movimento de embarcações que se [...] para as regiões de Indre e de Loire. O serviço postal foi suspenso esta manhã, receando-se, a cada momento, que o mesmo aconteça com relação ao serviço telegráfico. Todo o comércio fechou hoje; quase todos os hotéis e restaurantes de Paris se acham também fechados. Paris está inteiramente vazia e dá a impressão de uma cidade abandonada.

RUBENS FERREIRA DE MELLO

Nota: Este telegrama foi remetido pela embaixada em Berlim com o bilhete verbal n. 110, de 5/VII/40.

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS
EM/13/VI/18/VII/40

Guerra na Europa

146 – QUINTA-FEIRA – 21H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 145. Acabo de ser procurado pelo general Dentz, novo governador militar de Paris. Declarou, entre outras coisas, ser a situação gravíssima, estando preparados os boletins, que serão afixados amanhã em diversos pontos, [*sic*] à população a máxima calma e não hostilizar o Exército invasor. Declarou ainda que a perda de Paris não significa absolutamente a cessação das hostilidades, pois o governo francês está disposto a defender, palmo a palmo, o seu território. O general Dentz deu-me a impressão de considerar a situação quase perdida. Acrescentou que, como governador militar, lhe tocará a dolorosa incumbência de entregar a cidade ao inimigo. Pediu-me finalmente, que transmitisse a

Vossa Excelência e ao governo brasileiro seus protestos de reconhecimento pelo fato de havermos conservado em pleno funcionamento nossa embaixada em Paris. Hoje, mais do que nunca, o aspecto da cidade é simplesmente desolador. Os raros transeuntes que ainda se encontra são fugitivos, com embrulhos, em busca de asilo nos departamentos vizinhos. Um oficial de grande valor e amigo, recentemente chegado das linhas de frente, contou-me que os *tanks* alemães não encontram obstáculo em sua marcha, semeando pânico e destruição nas tropas francesas, das quais parte, desorientadamente, perde-se de seus respectivos chefes. Acrescentou não se ver um só avião francês nos diversos setores que ainda defendem a capital. Diante da desolação existente, receio que a França não possa resistir ao abalo moral da ocupação de Paris. A impressão geral é de completo descalabro.

RUBENS FERREIRA DE MELLO

Nota: Este telegrama foi remetido pela embaixada em Berlim com bilhete verbal n. 110, de 5/VII/1940.

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS
EM/14/VI/18/VII/40

Guerra na Europa

150 – SEXTA-FEIRA – 20H00 – Tropas alemãs ocuparam Paris esta madrugada, sob o comando do general von Bock, sem encontrar a menor resistência. O referido general depositou esta manhã uma coroa de flores no túmulo do Soldado Desconhecido, assistindo no Arco do Triunfo o desfile das divisões que se dirigem em direção ao sul no intuito de ocupar as cidades vizinhas. O número de curiosos era muito reduzido. As casas comerciais, exceto

alguns cafés, continuam fechadas, sendo absolutamente nulo o movimento de veículos. O general von Studnitz, governador interino de Paris, fez saber que toda pilhagem será remissível pelo governo, declarando que dentro de 48 horas o comércio deve reabrir, aconselhando a população a conservar-se calma, por isso que nada lhe acontecerá. Pelo último discurso do presidente Reynaud, irradiado – que o embaixador Souza Dantas certamente transmitiu a Vossa Excelência –, recebemos a impressão de que a França não poderá prosseguir a luta. Tudo faz crer que o governo francês não tardará em pedir um armistício para negociar sua rendição. Reina ordem nesta cidade.

RUBENS DE MELLO

Nota: Este telegrama foi remetido pela embaixada em Berlim com bilhete verbal n. 110, de 5/VII/1940.

* * *

EMBAIXADA EM PARIS
EM/22/VII/40

Guerra na Europa

161 – SEGUNDA-FEIRA – 19H00 – À proporção que se familiarizam com a vida e os costumes locais as autoridades de ocupação, vão-se tornando cada vez mais evidentes os seus propósitos de domínio, que se manifestam por uma série de atos arbitrários, tais como: requisições de hotéis e o conseqüente despejo de todos os seus hóspedes no curto espaço de duas ou três horas; arrombamento e utilização de casas e apartamentos desocupados; requisições dos automóveis que encontram, sem indenizar os respectivos proprietários, etc. Procuram, por outro lado, influir de maneira decisiva na orientação da opinião pública, valendo-se para isso

dos três jornais que circulam nesta cidade: *Le Matin*, *Paris-Soir* e *Dernières Nouvelles*, cujos artigos e notícias refletem o ponto de vista das autoridades militares de ocupação. Todos atacaram vigorosamente a composição do último Gabinete Pétain, declarando, entre outras coisas, que o país ficara desapontado por ver que o novo gabinete da França ia ser dirigido pela mesma camarilha de indesejáveis que a levara à conflagração e à derrota. Acentuam que Pétain continua a merecer a confiança do país, mas exortam-no a cercar-se de gente nova, insinuando que a Alemanha não se deixará ludibriar pela falta de sinceridade dos velhos políticos franceses. Atacam vigorosamente a Inglaterra, que responsabilizam por haver obrigado a França a entrar no conflito e anunciam para dentro de poucas semanas o seu esmagamento pela Alemanha. Os únicos comunicados que publicam são alemães e italianos e só se referem de passagem aos ingleses para apontar-lhes as mentiras e falsidades. Iniciaram violenta campanha contra os judeus, que apontam como responsáveis pelo descalabro em que se encontra o país, procurando açular contra eles o ódio da população. São inúmeros os restaurantes e casas comerciais que ostentam tabuletas com a proibição de entrada dos alemães, por pertencerem a judeus. Tudo isto é significativo e obedece ao plano adotado pela *Gestapo*[12] para expulsar os judeus do território ocupado, com a conivência da própria população. A vida da cidade continua a ressentir-se da anormalidade da situação, sendo ainda de 70 por cento o número das casas comerciais que permanecem fechadas. É esperado com a maior ansiedade o regresso do governo francês, pois acredita-se que sem isso a vida da cidade jamais se normalizará. Consta que a decisão tomada pelo governo francês de instalar-se em território ocupado obedeceu à necessidade de pôr um fim a certas tendências que se manifestam nos meios franceses de Paris, de franca hostilidade ao

[12] N.E. – Abreviatura para *Geheime Staatspolizei* = "polícia secreta do Estado".

governo Pétain. Apesar do mal-estar existente, reina ordem nesta cidade.

RUBENS FERREIRA DE MELLO

Nota: Este telegrama veio por intermédio da embaixada em Lisboa, no telegrama n. 75.

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de agosto de 1940.

RESERVADO

Mês político na França[13]
Julho de 1940.

N. 7

A ocupação alemã, que dividiu a França em duas partes distintas e praticamente incomunicáveis – a zona ocupada e a zona livre – criou em todo o país um sentimento de apreensão, que se manifesta a cada passo nos diversos ramos da atividade francesa. A impressão que se tem, com efeito, diante da confusão reinante, provocada, principalmente, pela falta de comunicações regulares entre Paris e Vichy, é que as duas cidades se ignoram reciprocamente. Os fatos, aliás, confirmam essa impressão. Paris, na realidade, ignora, em grande parte, o que se passa em Vichy e o pouco que sabe – com relação aos fatos que se desenrolam naquela estação termal transformada, de um momento para outro,

[13] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 219, reservado, da embaixada do Brasil em Paris, de 01/08/1940.

em capital política da França – chega-lhe, em geral, truncado, por intermédio de estações rádio-emissoras francesas, ou então, o que é mais freqüente, pelos telegramas que a imprensa publica, procedentes de Genebra e de Berlim. Ignora, além disso, o que acontece no resto do país, não só porque os jornais da zona livre estão proibidos de circular na zona ocupada e vice-versa, mas também pelas dificuldades, que continuam a existir, provenientes do estado precário das comunicações postais e da interrupção dos serviços telegráficos e telefônicos entre os departamentos franceses. As notícias do estrangeiro, por sua vez, só lhe são fornecidas por intermédio de Berlim, de maneira que não se pode fazer uma idéia exata do que se passa no mundo, pois tais notícias, como é natural, refletem exclusivamente o ponto de vista do governo alemão, que tudo interpreta ao sabor de seus interesses. E daí uma série de mal-entendidos, de boatos de toda a sorte, que engendram, fatalmente, a desconfiança e a discórdia. Habituada, além disso, a ser a cabeça que governava a França, Paris não se conforma com o papel subalterno que os acontecimentos lhe reservaram e vinga-se desse estado de coisas, que a diminui aos olhos do país, criticando as resoluções de Vichy e, mesmo, o que é freqüente, hostilizando o próprio governo, que acusa de não haver compreendido a situação em que se encontra França, apesar da revolução branca operada a 10 deste mês, que transformou radicalmente o seu regime político. Ainda hoje, o *Paris-Soir*, que não perde ocasião de injuriar o governo, escreve em *manchette*, na primeira página, que *Vichy, capitale du foie, devient celle de la mauvaise foi*.[14] Nota-se, aliás, na imprensa parisiense, o propósito deliberado de achincalhar as pessoas que lá se encontram, tachando-as de pusilânimes, por haverem, no momento do perigo, abandonado a capital. Malgrado, porém, todas essas críticas, a preocupação que a domina é o regresso do governo a Paris, sem o qual, afirma,

[14] N.E. – "Vichy, capital do fígado [*foie gras*], torna-se a da má-fé". A homofonia de "foie" e "foi" permite um trocadilho, que se perde na tradução.

o país não poderá reerguer-se da catástrofe que o abateu. Todo o mês de julho, com efeito, passou-se na expectativa desse acontecimento, que se tornou ainda mais desejado depois que o marechal Pétain anunciou em discurso, pelo rádio, que havia solicitado à Comissão de Wiesbaden a necessária autorização para instalar-se em Versalhes e para que os ministérios voltassem a funcionar nesta capital. Julho findou, porém, sem que Paris assistisse à realização desse desejo. Cada dia que passava ia engendrando, assim, os mais desencontrados boatos, alusivos aos motivos que estariam retardando a volta do governo a esta capital. Para certos espíritos, que tudo encaram através de um prisma político, semelhante demora residia no fato de as autoridades militares de ocupação, obedecendo, nesse particular, a instruções de Berlim, não desejarem, absolutamente, a presença em Paris dos elementos que compõem o Gabinete Pétain, que as mesmas teriam acusado de estarem a soldo do capitalismo internacional e representarem os velhos grupos políticos, que levaram este país à guerra. Procurariam, assim, as autoridades alemãs exercer uma pressão tal sobre o marechal Pétain, que acabaria por obrigá-lo a organizar um novo gabinete, composto exclusivamente de elementos simpáticos ao nazismo alemão. Pretendem outros, no entanto, que essa demora se explica pelas exigências que teria feito o marechal Pétain, impondo como condição para o regresso do governo a completa evacuação de Paris pelas tropas alemãs. Tais exigências, no dizer de pessoas que se reputam bem informadas, teria provocado uma contraproposta de Berlim, pedindo em troca da evacuação de Paris a cidade de Lion. E daí novas negociações e novas delongas. Um outro grupo, mais numeroso do que os anteriores, afirma, por sua vez, que as autoridades alemãs, ou melhor, os dirigentes do *Reich*, não desejam, de forma alguma, o regresso do governo francês, embora façam acreditar, de maneira ostensiva, que estão de acordo com sua instalação em Paris e Versalhes. Semelhante procedimento, declaram os mais pessimistas, teria por fim criar um movimento de franca hostilidade ao governo, que seria acusa-

do, então, de não haver querido regressar a Paris. Alcançado que fosse esse objetivo, as autoridades alemãs tratariam, sem demora, de formar um governo seu, na região ocupada, senão em toda a França, sob o pretexto de manter a ordem e evitar que se produzissem graves dissensões intestinas no país. Um último grupo, finalmente, composto, em geral, de gente do comércio, acredita sem reservas no próximo regresso do governo, mas deseja que as tropas de ocupação permaneçam em Paris, pelo temor de que, com a sua partida, a revolução seja inevitável. Todos esses rumores, naturalmente, baseiam-se em hipóteses; servem, entretanto, para dar uma idéia do estado de inquietação em que se encontra a maioria do povo desta capital, diante da incógnita que representa o futuro da França.

2. A imprensa parisiense, por outro lado, além de atacar, constantemente, o governo da Grã-Bretanha, verberando com energia a destruição da frota francesa ancorada em Oran e o afundamento do encouraçado *Richelieu*, em águas de Dacar, deu agora para agredir, de maneira brutal, os israelitas franceses, que responsabiliza, em grande parte, pelo desastre sofrido. E proclama abertamente a necessidade de se extirpar com urgência, do organismo do país, esse "cancro social". Mais ainda, ataca diariamente o Gabinete Pétain, cuja composição desaprovou, e insulta os próprios generais franceses, que acusa de covardia, procurando, ao mesmo tempo, desvirtuar os atos do governo de Vichy, no intuito evidente de criar profundas e insanáveis divergências entre o povo e os seus dirigentes. Fomenta, por outro lado, a discórdia no seio das classes sociais, indispondo o proletariado contra os patrões e o capitalismo, intrigando os civis com os militares e indicando soluções totalitárias para todas as questões que dizem respeito aos interesses da nação. Explora, além disso, o próprio desastre militar da França, dando curso aos comentários que se fazem nas ruas sobre os motivos da derrota. No momento atual, com efeito, a opinião unânime do povo francês, residente na zona ocupada, é que a derrota da França se deve exclusivamente ao fato

do exército não haver querido combater, preferindo render-se ou fugir, a enfrentar o adversário. Os soldados, por sua vez, acusam os oficiais, que os abandonaram; os oficiais responsabilizam os civis; os civis, mais numerosos, revidam com energia, acusando o exército e o governo, que malbaratou os dinheiros públicos, sem dar ao país o preparo militar que as circunstâncias exigiam. E nessa divergência, que cada vez mais se acentua, é que reside o germe das futuras convulsões na França.

3. Considerando que a imprensa desta capital é severa e rigorosamente controlada pelas autoridades militares de ocupação, forçoso é concluir que semelhantes ataques, ou são inspirados pela própria *Kommandantur*,[15] ou contam com a sua inteira aprovação. É difícil, senão impossível, prever-se o que possa resultar desse estado de coisas, ou descobrir-se o móvel que leva as autoridades alemãs a permitirem que os jornais franceses, da zona ocupada, critiquem e injuriem as altas autoridades do país e fomentem o ódio de classes. Há quem afirme, porém, que tais campanhas obedecem a um plano, longamente estudado, de desagregação da França, destinado a comprometer, irremediavelmente, os seus destinos de grande potência e a facilitar, no momento dado, todas as exigências da Alemanha e da Itália, por ocasião das negociações de paz com este país.

4. A retirada, em fins deste mês, de quase dois terços das tropas alemãs que se achavam aquarteladas nesta capital, deu ensejo a que se considerasse como iminente o regresso do governo francês a Paris; nem por isso, entretanto, diminuiu o pessimismo que domina a maior parte da população desta capital, abalada ainda, como se acha, pela brutalidade do choque recebido com o rápido e desconcertante desmoronamento da França.

5. Malgrado aquela providência, as autoridades alemãs continuam a requisitar hotéis, apartamentos e casas mobiliadas em toda a região parisiense, o que faz supor que, se diminuiu o nú-

[15] T.E. – "Comando militar".

mero das tropas que aqui se achavam, não diminuiu, entretanto, o das autoridades alemãs a serviço da *Kommandantur*.

6. A 17 deste mês, chegou a Paris e assumiu imediatamente o exercício de suas funções o sr. Léon Noël, delegado-geral do governo francês junto às autoridades alemãs de ocupação. O sr. Noël terá o encargo de dirigir a administração francesa nos territórios ocupados. Sua função primordial, porém, será coordenar a atividade nos diversos departamentos ministeriais que se encontram em Paris.

7. A vida da cidade, apesar das dificuldades que existem, vai-se restabelecendo paulatinamente. Raro é o dia em que não regressem a seus lares dez ou doze mil refugiados, muitos dos quais, no entanto, se destinam às regiões do norte do país, dentro dos limites fixados pelas autoridades de ocupação. São inúmeras, todavia, as casas de negócio e residências particulares que continuam fechadas, estas por não haverem regressado ainda os seus proprietários e aquelas, na maioria dos casos, porque a sua reabertura depende de uma série de formalidades, exigidas pelas autoridades de ocupação, que as autoridades francesas, encarregadas desse serviço, tornam ainda mais difíceis e complicadas.

8. A falta de meios de transporte, ocasionada pela escassez de gasolina, cria sérios e insuperáveis obstáculos à normalização da vida econômica e industrial das regiões ocupadas, pela dificuldade, até agora existente, de se restabelecerem o tráfego e as comunicações com os próprios arrabaldes e subúrbios da capital. No intuito de solucionar esse problema, que é dos mais prementes, o governo francês ordenou que todos os motores dos veículos destinados ao transporte de passageiros e de carga sejam adaptados ao emprego do gasogênio. Essa providência, entretanto, de aplicação difícil e demorada, não resolverá o problema com a urgência que fora de almejar. Há sérias razões, por isso, para recear-se que a França inteira, de norte a sul, venha a sofrer, no próximo inverno, as mais duras e penosas privações, não só pela falta de carvão, que já se faz sentir de maneira a causar apreensões, mas também

pela escassez de víveres, que o abandono das colheitas, por ocasião do pânico de junho, torna ainda mais alarmante. Deve-se ter em conta, por outro lado, que o número de desempregados aumenta, diariamente, de forma assustadora, já pelo motivo apontado, decorrente do marasmo econômico do país, já pela desmobilização dos exércitos, que enche de desocupados cidades e aldeias. Todos esses elementos reunidos contribuirão, sem dúvida, para dar à crise que se avizinha um aspecto social da maior gravidade. Por melhores que sejam, pois, as intenções que animam o governo francês, no sentido de tornar menos sensíveis os efeitos dessa crise, tudo indica que a França, no estado deplorável em que se encontra, só muito dificilmente conseguirá recuperar a situação, o prestígio e o bem-estar que acaba de perder. Para isso, aliás, seria indispensável que a Grã-Bretanha saísse vitoriosa da atual conflagração. Do contrário, a França estará condenada a ser uma nação de recursos limitados e de fraco relevo no cenário internacional, além de ficar reduzida ao papel secundário de satélite da Grande Alemanha.

Paris, 1º de agosto de 1940.
Rubens de Mello

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/12/VIII/40

Transmissão de telegramas

87 – SEGUNDA-FEIRA – 11H00 – A pedido do ministro Rubens Ferreira de Mello transmito os telegramas n. 164, 165, 166, 167 e 168, que me foram trazidos de Paris por Maximo Sciolette, que

desde a entrada da Itália na guerra está prestando serviços a esta embaixada, em Paris.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/14/15/VIII/40

Guerra na Europa

98 – QUARTA-FEIRA – 19H30 – Confidencial. Estou chegando do almoço apenas com o presidente do Conselho, sua esposa, filha e minha mulher, na modesta casa de campo perto de Vichy, ao lado do açougue paterno, onde o presidente do Conselho trabalhou na infância e me mostrou com orgulho. Disse que convidou-me para repetir, pedindo as enviasse a Vossa Excelência, as palavras que havia encarregado ao ministro dos Negócios Estrangeiros de dizer-me sobre o Brasil e a pessoa de Vossa Excelência, que já transmiti em telegrama pessoal. O presidente do Conselho e eventual substituto do marechal, pelo decreto que Vossa Excelência conhece, está cheio de coragem e acredita que a política da França deve ser de acordo com a Alemanha, [*em*] cuja vitória sobre a Inglaterra acredita. Disse-me que há cerca de dois milhões de prisioneiros e apenas cerca de cem mil mortos. Falou-me da cortesia e mesmo cordialidade com que o tratam sempre os alemães. Chegaram depois do almoço diversos correspondentes e fotógrafos de jornais dos Estados Unidos da América pedindo fotografar-me com ele, dizendo que terá prazer em que Vossa Excelência nos veja juntos, aí, no cinema.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/16/VIII/40

Viagem de Camille Chautemps ao Rio de Janeiro

102 – SEXTA-FEIRA – 19H00 – O governo espanhol impediu a entrada de Camille Chautemps, em trânsito, para tomar o vapor em Lisboa, pretextando que foi inimigo da Espanha nacionalista. O governo francês, sem mostrar grande interesse, pediu ao seu embaixador em Madri para obter a entrada. É que o governo francês não tem especial interesse em prestigiar o ex-presidente do Conselho de Ministros, sobretudo agora, após a dissolução da maçonaria, da qual era grão-mestre. Creio que a missão malogrou.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de setembro de 1940.

RESERVADO

Mês político na França[16]
Agosto de 1940.

N. 8

A situação de Paris, do ponto de vista político, não sofreu, em agosto, a menor alteração. Baldados, com efeito, foram os esforços desenvolvidos pelo governo francês, no sentido de conseguir da Comissão de Wiesbaden a necessária autorização para

[16] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 228, reservado, da embaixada do Brasil em Paris, de 01/09/1940.

regressar a esta capital. Como declarou o marechal Pétain, em discurso, pronunciado a 14 deste mês, o governo alemão fizera saber que "não achava oportuno, por motivos de ordem técnica, o seu regresso a Paris". Condenada, assim, pela força das circunstâncias, a permanecer separada da zona livre, com a qual dificilmente se pode corresponder, e a servir de centro de irradiação das tropas alemãs, a capital da França apresenta o aspecto desolador de uma cidade moralmente deprimida, sem reações próprias, e incapaz, por isso mesmo, de vencer o torpor em que se encontra, causado pelos acontecimentos de junho. Dir-se-ia que a derrota paralisou seus movimentos, tirando-lhe a energia de que necessita para lutar contra a adversidade. Enquanto, porém, esta cidade se perde, desorientada, no labirinto dos problemas que exigem solução rápida e imediata, o governo de Vichy, manietado nas suas atividades pelas cláusulas restritivas do armistício, limita-se a inundar o país de leis e regulamentos, que as atuais circunstâncias tornam mais ou menos inoperantes.

2. Mas, se permaneceu inalterável a situação de Paris do ponto de vista político, o mesmo não se pode dizer com relação aos problemas sociais e econômicos, que se tornaram ainda mais graves e comprometedores no decorrer do mês de agosto. O primeiro deles, em ordem de importância, é o que se refere ao aumento considerável do número de desempregados, decorrente não só do marasmo em que se encontram as indústrias e o comércio desta capital, senão também do regresso, em massa, de verdadeiras legiões de desmobilizados. Ainda há poucos dias, um jornal da zona ocupada, referindo-se ao assunto, publicou o resultado de um inquérito a que procedera no centro mais industrial do norte de Paris, pelo qual se verifica que 50% das usinas, nessa região, permanecem fechadas; 40% ocupam apenas o pessoal necessário ao seu funcionamento e 10% trabalham poucas horas, com salários reduzidos. Não é outra, por certo, a percentagem fornecida pelo comércio em geral. Inúmeros, com efeito, são os estabelecimentos comerciais que continuam fechados – uns porque seus

proprietários não quiseram ou não puderam regressar à capital; outros porque as dificuldades de comunicação com as casas fornecedoras, situadas na zona livre, ou nas cidades destruídas pela guerra, não lhes permitiram a renovação de seus *stocks*. Mais ou menos idêntica é a situação dos estabelecimentos que permanecem abertos. Seus *stocks*, que não podem ser renovados pelos motivos que acabo de assinalar, diminuem, consideravelmente, todos os dias, não sendo de estranhar, assim, que se vejam constrangidos, num futuro próximo, a racionar suas vendas. Consta, aliás, que as autoridades alemãs pretendem aplicar, brevemente, ao comércio da zona ocupada, o mesmo regime de cartas de racionamento em uso na Alemanha, que evite a paralisação da atividade comercial francesa pelo esgotamento dos *stocks* existentes.

3. A penúria de carburantes, por sua vez, cria os maiores embaraços ao restabelecimento da vida econômica na região ocupada, que se acha reduzida, há quase três meses, ao mínimo de comunicações e de transportes. O abastecimento da população em víveres e carvão está destinado, por conseguinte, a sofrer as conseqüências desse estado de coisas, tornando ainda mais precárias as condições de vida em Paris, durante o inverno que se aproxima.

4. O bloqueio inglês, por outro lado, que vem privando a França, desde junho último, dos artigos que importava, contribui poderosamente para dificultar o problema do seu reabastecimento. Receia-se, por isso, que, se não for encontrada uma solução imediata, capaz de resolver esses angustiosos problemas, a fome e o frio venham a constituir, no próximo inverno, os dois grandes flagelos do povo francês, qualquer que seja a zona do país onde se encontre.

5. O isolamento em que vivem as duas partes da França – a zona ocupada e a zona livre –, ocasionado pelo fechamento das fronteiras que as separam, concorre, naturalmente, para entravar a reconstrução econômica e financeira do país, além de constituir um sério perigo para a sua unidade moral e política. No intuito de sanar alguns daqueles inconvenientes, o governo francês en-

trou em entendimentos com as autoridades de ocupação, conseguindo, nos últimos dias deste mês, estabelecer um *modus vivendi* destinado a facilitar o restabelecimento do tráfego comercial entre o território livre e a zona ocupada. Eis, em resumo, o que ficou assentado nesse sentido: 1º – o tráfego das mercadorias da zona livre para a zona ocupada não será submetido a restrição alguma por parte das autoridades de ocupação; 2º – o tráfego das mercadorias da zona ocupada para a zona livre deverá ser feito pelos seguintes pontos: Orthez, Mont-de-Marsan, Langon, Montpont, Miniaucluo, Vierzon, Moulins, Paray-le-Monial, Chalon-sur-Saône. Todo pedido de expedição de mercadorias deve ser dirigido ao Ministério das Finanças, em Paris, que o encaminhará às autoridades militares de ocupação; 3º – a circulação de *wagons* vazios é livre nos dois sentidos; 4º – os pagamentos podem efetuar-se normalmente da zona livre à zona ocupada. O dinheiro alemão, entretanto, não pode ter entrada na zona ocupada. Os pagamentos da zona ocupada para a zona livre só podem ser efetuados mediante autorização das autoridades alemãs competentes; 5º – os viajantes que passam da zona ocupada para a zona livre não podem levar, individualmente, mais de mil francos. Esperam as autoridades francesas que esse acordo torne menos precárias as relações comerciais entre as duas zonas, sujeitas ainda à escassez das comunicações ferroviárias existentes.

6. O ódio à Inglaterra continuou a ser, no período em questão, o *leit-motiv* da imprensa parisiense. Desde os artigos de fundo até às simples notícias telegráficas, tudo nela é um amontoado de insultos, de críticas acerbas ao governo de Londres e aos fatos que se desenrolam na Grã-Bretanha, cujo fim próximo é anunciado, diariamente, em letra de forma, na primeira página dos jornais. Nesse particular, pois, a imprensa parisiense nada mais é do que um prolongamento da imprensa do *Reich*, com todos os seus defeitos e nenhuma de suas qualidades. Relativamente aos fatos que se passam no resto do mundo, ela guarda, entretanto, um silêncio discreto, limitando-se, quando se trata de um acon-

tecimento de repercussão internacional, a interpretá-lo de acordo com o ponto de vista de Berlim. Convém assinalar, aliás, que a totalidade da imprensa desta capital, além de se achar severamente controlada pelas autoridades de ocupação, que lhe impõe suas diretrizes, é dirigida por indivíduos desconhecidos, sem tirocínio jornalístico nem autoridade moral para servirem de orientadores da opinião pública. O diretor do *Paris-Soir*, por exemplo, exercia antes da ocupação, o emprego de ascensorista do referido jornal. A fuga dos diretores dessa folha, por ocasião do pânico de junho, e a proteção que lhe dispensaram as autoridades alemãs, então em busca de títeres que se prestassem ao papel pouco recomendável de testas-de-ferro, levaram-no àquela posição. Fatos mais ou menos análogos passaram-se com relação aos outros jornais. Não admira, pois, que a imprensa parisiense se haja transformado, como se transformou, num instrumento da vontade e dos interesses do vencedor. Surgiram, além disso, depois da ocupação, dois jornais de escândalo – *La France au Travail* e *Au Pilori* – ambos de tendências nazistas e adversários intransigentes dos maçons e israelitas. Ultimamente, o segundo desses jornais iniciou uma campanha destinada a reerguer o nível moral da França, criando para esse fim uma agremiação patriótica, sob a denominação de *Jeune Front*. Instalada nos Campos Elíseos, essa agremiação ostenta em sua fachada uma bandeira idêntica à do nazismo, em que quatro flechas concêntricas substituem a cruz gamada do *Reich*. Mas não ficou só nisso a imitação. Há dias, vários de seus componentes – duas dúzias, se tanto – aproveitando-se da situação confusa que reina nesta capital, quebraram os mostruários de todas as casas israelitas dos Campos Elíseos, aos gritos de "abaixo aos judeus", sem que a polícia tentasse sequer um movimento para reprimir semelhante atentado. Ao contrário, porém, do que pareciam supor os manifestantes, a opinião pública e a imprensa parisiense desaprovaram a brutalidade desse ato. Não se conclui daí, porém, que a campanha anti-semita seja apenas uma exploração de indivíduos desocupados. Absolu-

tamente. Várias associações de classe, tais como as dos advogados e médicos, já se dirigiram às autoridades competentes, solicitando-lhes a exclusão dos judeus dessas profissões, atitude essa que acaba de ser imitada pelas agremiações operárias dessa capital. Tudo faz crer, assim, que, salvo um imponderável qualquer – a derrota imediata da Alemanha, por exemplo –, os judeus na França estão condenados a sofrer as mesmas vicissitudes por que passaram os dos países ocupados ou absorvidos pelo *Reich*.

7. Na primeira quinzena do mês, os jornais publicaram que o sr. Leon Noël, delegado-geral do governo junto ao chefe da administração alemã, partira para Vichy a fim de prestar esclarecimentos sobre uns quantos problemas em foco. Soube-se pouco depois, no entanto, que o sr. Noël fora afastado daquele cargo, atribuindo-se a sua demissão ao fato dos alemães haverem deixado nomeado o general de la Laurencie, que não tardou em assumir suas novas funções. Cumpre recordar que o sr. Noël, quando embaixador em Varsóvia, teve um papel de destaque nos acontecimentos que provocaram a conflagração européia, interpretando de maneira favorável à Polônia os fatos que se passavam na cidade livre de Dantzig. E daí, provavelmente, o fracasso de sua missão nesta capital.

8. Pouco antes de terminar o mês, esteve em Paris o sr. Pierre Laval, vice-presidente do Conselho de Ministros, em missão oficial do governo de Vichy junto às autoridades de ocupação. Aqui passou quatro dias, nada havendo transpirado, entretanto, acerca dos resultados dessa visita. Pessoas geralmente bem informadas acreditam, porém, que o fim primordial dessa missão foi conseguir que os alemães desistissem da linha de demarcação, imposta pelo armistício, que divide a França em duas partes distintas e praticamente incomunicáveis. Em troca dessa desistência, afirmam aquelas pessoas, o governo de Vichy estaria disposto a entregar às autoridades alemãs o controle absoluto de todos os serviços postais e telegráficos do país, desde que lhe fosse permitido, igualmente, regressar a Paris.

9. Durante o mês de agosto, a *Royal Air Force* bombardeou por duas vezes os campos de aviação de Le Bourget e de Villacoublay, danificando-os seriamente e destruindo vários aviões alemães. Houve, além disso, várias vítimas a lamentar entre a população civil, elevando-se a doze o número de pessoas mortas nessa ocasião. Nesse mesmo período, foram bombardeados, constantemente, pelos aviões britânicos, todos os aeródromos franceses situados ao longo da costa do Atlântico e da Mancha, bem como inúmeros depósitos de gasolina.

10. Do ponto de vista da situação internacional, a população parisiense continua a viver, exclusivamente, das notícias que lhe fornecem os jornais da zona ocupada, todas elas tendenciosas, e das emissões de rádio da Inglaterra, que consegue ouvir, apesar desse fato constituir um delito punido com a pena de morte pelas autoridades alemãs. Graças a esse expediente, que lhe fornece uma visão mais completa dos acontecimentos que se passam no mundo, a maioria do povo desta capital começa a manifestar-se novamente de maneira favorável à Inglaterra, parecendo compreender, enfim, que o futuro da França, como grande potência européia e colonial, depende da vitória britânica. Dois foram os motivos, aliás, que determinaram essa reviravolta da opinião pública parisiense: o primeiro deles prende-se ao fato de a Alemanha não haver dominado a Inglaterra no dia 15 de agosto, data em que, segundo afirmação atribuída ao *Führer*, esse país seria invadido pelas tropas do *Reich*. Em vez disso, porém, o que se viu foi a Inglaterra reagir com a maior energia contra os ataques da aviação alemã, efetuando ao mesmo tempo uma série de *raids* mortíferos sobre quase todas as cidades da Alemanha, inclusive Berlim. Desvaneceu-se, assim como por encanto, a lenda da invencibilidade do *Reich*. Daí por diante, mesmo os espíritos céticos voltaram a acreditar na possibilidade de uma vitória britânica, se os alemães não conseguirem, como afirmam, vencer a resistência da Inglaterra nestes dois meses mais próximos. O tempo, pensam de novo os alarmistas de ontem, trabalha pelo impé-

rio britânico, que além de contar com o apoio material dos Estados Unidos e as facilidades que lhe proporciona o domínio dos mares, pode dispor de recursos que a Alemanha não possui. Basta, pois, acreditam, que ela resista mais dois meses, para ter aumentada suas probabilidades de vitória. E isso porque, sendo invulnerável no inverno, ela terá, nesse período, tempo bastante para superar, com o auxílio dos Estados Unidos, a presente supremacia aérea do *Reich*. Deve-se reconhecer, todavia, que o general De Gaulle muito tem concorrido, com o destemor de sua atitude, para restabelecer neste país o sentimento de confiança na vitória da Inglaterra. A adesão, por exemplo, da África Equatorial Francesa aos princípios que ele encarna, como representante da França livre, ecoou favoravelmente nesta capital, contribuindo para levantar o moral daqueles que começavam a duvidar dos destinos de sua pátria.

11. O outro motivo dessa transformação foi a atitude assumida pelos alemães no tocante à produção agrícola da França ocupada. É voz corrente, nesta capital, que 60% da colheita francesa, bem como grande parte dos rebanhos bovinos e suínos, foram encaminhados para a Alemanha, malgrado as informações em contrário dos jornais a soldo do *Reich*. Semelhantes processos, aliados aos verdadeiros saques contra a propriedade privada efetuados pelas tropas de ocupação, abriram finalmente os olhos dos franceses, que ainda tinham ilusões quanto aos verdadeiros sentimentos da Alemanha com relação à França. Como disse anteriormente, todos esses fatos contribuíram para restituir à Inglaterra grande parte do prestígio que perdera na França, depois das ocorrências de junho. Pode-se dizer, pois, sem exagero, que a maioria da população desta capital deseja, sinceramente, que a Inglaterra saia vitoriosa da atual conflagração, convencida, como está, de que sua derrota provocaria, entre outras coisas, a perda do império colonial francês. Qualquer que seja, porém, o resultado da presente guerra, parece fora de dúvida que a França não conseguirá evitar a tragédia do seu destino, decorrente do péssimo funciona-

mento de suas instituições, do estado lamentável de sua economia interna e das misérias de toda a sorte que a derrota contribuiu para desmascarar. Como reconhecem os próprios franceses, seu organismo está gasto por cinqüenta anos de lutas estéreis e de corrupções as mais vergonhosas. Para reconstruí-la, pois, faz-se mister que seus governantes se empenhem desde já, com a maior energia, em saneá-la moral e politicamente. Do contrário, os miasmas da revolução, que todos receiam, acabarão por envenenar o ambiente, tornando inevitável o desmoronamento da França.

Paris, 1º de setembro de 1940.
Rubens de Mello

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/3/IX/40

CONFIDENCIAL
Carta cifrada s/n.

Guerra na Europa

N. 1 – O duelo anglo-alemão tem cada dia maior intensidade e parece-me que os contendores chegaram ao máximo possível. Julgo que antes do fim do ano chegarão, inevitavelmente, a um acordo, que não seria um mal para a França, antes pelo contrário, pois a Inglaterra, para fazer perdoar muita coisa, procura[*ria*] proteger a ex-aliada, que foi jogada nesta guerra, principalmente, porque a isso a levou a Inglaterra, como lembrou e provou o senhor George Bonnet na Assembléia Nacional e, por outro lado, a Alemanha, enfraquecida e não vitoriosa, não teria forças para obter da França tudo quanto poderia pretender. A França teria então dias melho-

res, pois tem no solo imensa fertilidade e fábricas e usinas intactas. Acentua-se a dissidência entre o marechal e o vice-presidente do Conselho. A política do marechal é de submissão, obrigado pela Alemanha, mas com firmeza e dignidade, esperando melhores dias com a vitória da Inglaterra ou, pelo menos, com uma paz sem vencedores. O vice-presidente do Conselho, porém, como acredita na vitória da Alemanha, quer que a França colabore com ela. Em conversa confidencial, o senador Lemery, ministro das Colônias, queixou-se amargamente dos ataques de toda a ordem da Inglaterra contra a França e, especialmente, da propaganda pelo rádio contra a França, nas colônias. O ministro receia que o plano da Inglaterra seja o de apoderar-se de Dacar e de Casablanca, não considerando mais esses portos com o poder para a necessária resistência. Caso a Inglaterra atacasse Dacar e Casablanca, a França seria obrigada a defender essas localidades. O ministro disse-me que sente profundamente a situação criada pela Inglaterra e disse-me que esse sentimento é tanto maior quanto foi ele quem aconselhou ao marechal a usar de firmeza e de serenidade para com a Alemanha, e de silêncio para com a antiga aliada. A atitude da Inglaterra, porém, acrescentou ele, não permite tal programa. DANTAS

*

N. 2 – Parece que o maior perigo para a Alemanha consiste na falta, cada vez maior, naturalmente, de pilotos aviadores. Os aparelhos substituem-se facilmente, mas bons aviadores não se improvisam rapidamente. A Inglaterra conta, não só com aparelhos no país, mas também, nos Estados Unidos da América. Além disso, fora os pilotos nacionais, espera ter sempre em maior quantidade pilotos canadenses e mesmo voluntários americanos que, parece, estão chegando em grande quantidade. DANTAS

*

N. 3 – Acentua-se um movimento de sublevação nas colônias da África Equatorial, da Indochina e da Tunísia. É que ainda não se perdeu a esperança, sobretudo, nos jovens oficiais que se reúnem ao general De Gaulle pelo espírito, ou mesmo partindo para a Inglaterra com o fim de combater sob as ordens daquele chefe. Acha-se que a França terá melhores dias se não se submeter cegamente à Alemanha. Continua a falar-se na possibilidade de ocupação de toda a França, indo então o governo francês para a Argélia ou para outra colônia. DANTAS

*

N. 4 – A Alemanha manifesta-se cada dia mais dura em relação à França. São todos os dias maiores as exigências e humilhações. Tudo pede, nada concede. Sucessivamente, tem pedido o controle de todos os portos franceses; a presença de autoridades alemãs junto aos prefeitos franceses; a censura de toda correspondência oficial e privada em todo o território francês e até – a última ameaça – fala em OCUPAR toda a França. Pouco ou nenhum caso se faz em Paris do governo de Vichy. Os jornais de Paris, quase todos nas mãos das autoridades alemãs, o atacam quotidianamente. Fala-se todos os dias em um governo que os alemães poderiam formar em Paris e são mesmo apontados nomes, como os dos senhores Flandin, Doriot, Bergéry, Bertrans e Jouvenel.[17] DANTAS

*

N. 5 – Parece certo que houve uma ofensiva de paz. O árbitro da situação seria o papa. A iniciativa da paz teria vindo da Alemanha, que começa a ficar exausta. A Inglaterra teria concordado com um armistício, desde que pudesse continuar a guerra contra a Itália. Com isso não concordou a Alemanha e a guerra conti-

[17] N.E. – É possível que haja erro e se trate de Bertrand de Jouvenel.

nua, cada vez mais terrível e cruel, guerra de extermínio, guerra de ódio. DANTAS

*

N. 6 – O rádio alemão ataca o governo francês e o próprio marechal, dizendo que a França parece não saber o que quer e não compreende que não é mais a antiga França, mas nação vencida que tem que se submeter ao vencedor. DANTAS

*

N. 7 – Consta que os alemães pediram aos comerciantes da América Central pagamento dos créditos concedidos pelos holandeses e países escandinavos, com a intenção de criar dificuldades para os Estados Unidos da América. DANTAS

*

N. 8 – Fizeram saltar um viaduto muito importante para as comunicações de Marselha com a Itália. As estradas de ferro ficarão interrompidas durante dois meses. Atribui-se a autoria do atentado aos franceses partidários da Inglaterra. DANTAS

*

N. 9 – Junto encontrará Vocência dois recortes do *Avenir*, de Vichy, de 7 de setembro, contendo todas as notícias referentes ao novo governo francês. DANTAS

*

N. 10 – Junto encontrará Vocência um retalho do *Avenir* de Vichy, de 7 de setembro, contendo todos os detalhes referentes a três decretos que regulam o consumo do café na França. DANTAS

*

N. 11 – Junto encontrará Vocência um recorte do *Avenir* de Vichy, de 7 de setembro, com a notícia da perda da nacionalidade de diversos franceses. DANTAS

*

N. 12 – Os alemães vão impor, no correr da segunda quinzena de setembro, um plano de restrição alimentar excessivamente severo para a França, que será um verdadeiro regime de subalimentação. DANTAS

*

N. 13 – Junto encontrará Vocência um retalho do *Avenir* de hoje, 8 de setembro, contendo a notícia da prisão do general Gamelin e dos senhores Daladier e Paul Reynaud, ex-presidentes do Conselho. DANTAS

*

N. 14 – O governo francês publica que comunicou, a pedido do governo alemão, ao embaixador da Bélgica e aos ministros da Holanda, da Noruega e do Luxemburgo que cessassem suas funções na França de representantes dos seus governos. Idêntica comunicação foi feita, a pedido da república dos sovietes, aos ministros da Estônia, da Letônia e da Lituânia. DANTAS

*

N. 15 – O embaixador D'Ormesson, diretor da Cruz Vermelha francesa, veio agradecer, em nome dela, a grande generosidade da Cruz Vermelha brasileira. Pede a Vocência que disso mande aí dar publicidade. Aqui já o rádio divulgou nota oficial falando do nosso auxílio e agradecendo, especialmente, as últimas 100 caixas, contendo coisas da maior utilidade, até agora recebidas. A

situação dos necessitados é horrível, disse-me o embaixador D'Ormesson e, por isso, espera que a Cruz Vermelha brasileira continue a ajudá-la como tem feito tão nobre e generosamente. DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de outubro de 1940.

Mês político na França[18]
Setembro de 1940.

N. 9

A situação militar dos beligerantes não sofreu, em setembro, alteração de monta. Se é certo, como relatam os comunicados oficiais do quartel-general alemão, que a Inglaterra foi bombardeada, nesse período, com extrema violência, não menos certo é que sua aviação militar respondeu com energia aos ataques sofridos, bombardeando por sua vez, com êxito, inúmeras cidades da Alemanha e da Itália, bem como todos os portos situados ao longo da Mancha e do Mar do Norte. Deve-se reconhecer, entretanto, que os danos causados pela aviação britânica, cujas bases se encontram a várias horas de vôo dos territórios alemão e italiano, não se podem comparar aos que produziram os aviões do *Reich*, que dispõem, pela situação privilegiada de suas bases, localizadas a poucos minutos do território britânico, de um poder ofensivo consideravelmente superior. Assim é que, enquanto a aviação britânica, pelo motivo apontado, faz uso apenas de bom-

[18] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 245 da embaixada do Brasil em Paris, de 01/10/1940.

bas de 50 quilos, os aparelhos do *Reich* empregam, sem esforço, nos seus *raids* contra a Inglaterra, engenhos de destruição vinte vezes mais poderosos. A superioridade numérica da aviação do *Reich* constitui outro fator importante do ponto de vista das operações militares. Nenhuma dessas vantagens, entretanto, parece enfraquecer a decisão do povo britânico de lutar, sem desfalecimentos, até que um dos contendores, completamente exausto, seja obrigado a ceder às imposições do mais forte.

2. Enquanto, porém, no terreno militar, a vitória permanece indecisa, o mesmo não se pode dizer com relação aos acontecimentos que decorrem da atividade diplomática dos beligerantes. Neste particular, a supremacia se encontra incontestavelmente do lado da Alemanha. Empenhada, como se acha, em dar à Europa, e quiçá ao mundo, uma nova organização, a diplomacia do *Reich*, fortalecida pelas constantes e espetaculosas vitórias de seus exércitos, prepara os alicerces de sua hegemonia no continente, procurando, ao mesmo tempo, solapar pelo isolamento o prestígio da Grã-Bretanha. A recente visita a Berlim do sr. Serrano Súñer, ministro do Interior da Espanha, seguida de perto de uma nova viagem do sr. Ribbentrop a Roma, tem, por isso mesmo, a maior significação, uma vez que o problema do Mediterrâneo constitui um dos fatores mais importantes da revisão dos valores internacionais. E a Espanha, nesse particular, não poderá deixar de ter uma parte ativa, senão nas decisões que Berlim e Roma vierem a tomar, pelo menos na repartição dos despojos que interessarem a sua segurança. Daí, ao que se afirma, a presença do sr. Serrano Súñer nos conciliábulos de Berlim. Nada se sabe, por enquanto, com relação à entrada desse país na guerra, nem se sua colaboração militar é desejada pelas potências do eixo. Mesmo, porém, que a Espanha se conserve afastada do conflito, tem-se como certo, desde já, que a cidade de Tânger será definitivamente incorporada ao Marrocos espanhol. Resta, no entanto, a questão de Gibraltar, que o patriotismo espanhol, açulado pela propaganda do *Reich*, vem reclamando com energia. Há quem

acredite que a Inglaterra já lhe tenha oferecido, quando termine a guerra, essa importante chave do Mediterrâneo, em troca de sua neutralidade; pensam outros, porém, que só a Alemanha se acha em condições de lhe fazer semelhante oferecimento. Como quer que seja, a Espanha oficial não esconde suas marcadas simpatias pela causa das potências totalitárias, convencida, como parece estar, de que só por meio delas é que poderão ser satisfeitas suas velhas aspirações territoriais.

3. No Extremo Oriente, o Japão obteve, no período que estudamos, assinalada vitória sobre a França, conseguindo, por meio do acordo assinado em Hanói, a 22 de setembro, que suas tropas atravessassem livremente a fronteira da Indochina do norte, em direção à China.

4. Ao 24 do mês, dava-se a agressão de Dacar por parte de meia dúzia de navios de guerra britânicos. Comandava essa expedição o próprio general De Gaulle, chefe dos franceses livres. Supôs-se, a princípio, que a Marinha britânica levasse de vencida a resistência daquele porto colonial francês. Malgrado, porém, a violência do bombardeio sofrido, as fortalezas e os barcos ancorados em Dacar conseguiram, no fim de 48 horas, pôr em debandada a esquadra britânica, alcançando assim, para as armas francesas, a primeira e única vitória na presente guerra. Como era natural, o prestígio britânico saiu seriamente comprometido dessa infeliz empresa, dando lugar a que ainda mais se agravasse a tensão existente entre a França e a Inglaterra. Habilmente explorada pela propaganda alemã, parte da opinião pública deste país, que ainda se conservava fiel à amizade britânica, mudou radicalmente de maneira de pensar, passando a ver na Grã-Bretanha a principal inimiga da unidade francesa.

5. Terminava o mês num ambiente de grandes expectativas, quando foi conhecida a notícia da assinatura, em Berlim, do acordo entre a Alemanha, a Itália e o Japão. Verdadeiro pacto de assistência mútua, esse acordo define as esferas de influência dos países signatários. Comentando-o, a imprensa desta capital,

subordinada, como se acha, às diretrizes internacionais de Berlim, tece-lhe grandes louvores, afirmando, em letra de forma, que se trata de um passo definitivo no caminho da reorganização da Europa e do Extremo Oriente. É difícil, senão impossível, prever-se com segurança a influência que esse acordo possa vir a ter nos destinos do mundo. A censura que pesa neste país sobre todas as notícias que contrariem os sentimentos ou a política das potências totalitárias, torna precária qualquer conclusão que se queira tirar desse pacto. Tudo parece indicar, no entanto, que ainda estamos longe do termo da tragédia européia. Admite-se, mesmo, que certos países, como os Estados Unidos, não consigam permanecer por muito tempo à margem da atual conflagração. A própria Alemanha, a julgar-se pelo que dizem seus mais autorizados representantes, parece compartilhar dessa opinião. Certos observadores diplomáticos vão ainda mais longe nas suas previsões, afirmando que, dentro de poucos meses, a guerra se estenderá aos continentes americano e asiático, pela formação de um bloco entre a Inglaterra, os Estados Unidos e a Rússia, que determinaria, inevitavelmente, a entrada do Japão no conflito. Pensam outros, porém, que a Rússia, interessada apenas em desencadear a revolução mundial, se conservará alheia aos acontecimentos, até o instante em que a Grã-Bretanha e a Alemanha, completamente exaustas, lhe permitam implantar, sem esforço, o seu credo político na Europa. Semelhantes conclusões, entretanto, não passam de meras conjecturas, que reproduzimos apenas para dar uma idéia do estado de inquietação que domina as altas esferas deste país diante da pavorosa catástrofe que ameaça o continente europeu, na hipótese da presente guerra prolongar-se por vários anos. No meio da confusão geral que domina os espíritos, a Rússia aparece como a grande incógnita a pesar sobre os destinos da Europa.

6. Enquanto se desenrolavam no continente os fatos que acabamos de relatar, a França, vencida e resignada, organizou mais um gabinete – o terceiro depois da derrota –, do qual foram alijados os últimos remanescentes do regime parlamentar, tidos como sus-

peitos ou indesejáveis pelos dirigentes do *Reich*. Dos antigos representantes da política francesa, foi conservado apenas o sr. Pierre Laval, solerte e oportunista, cuja atividade se orienta no sentido de conquistar as boas graças do governo de Berlim. Apesar, no entanto, de sua indiscutível habilidade, o sr. Laval não conseguiu, até este momento, resolver os dois grandes problemas políticos da França: o regresso do governo a Paris e a extinção do regime que separa o país em duas partes distintas e dificilmente comunicáveis, imposto pelas cláusulas do armistício franco-alemão.

7. Isolado, como se acha, em Vichy, o governo francês se esforça, todavia, por vencer as resistências que encontra no caminho da reconstrução do país. No período que estudamos, três foram os problemas que mais o preocuparam: o da falta de trabalho, o do abastecimento e o do fortalecimento dos vínculos da comunidade francesa. Para resolver, em parte, a primeira daquelas questões, foi votado um crédito de 25 bilhões de francos, destinado a financiar um programa de grandes trabalhos, que terá por finalidade restaurar as ruínas da guerra e melhorar o equipamento econômico do país. Graças a esse programa, espera-se que duzentas mil pessoas, pelo menos, possam encontrar trabalho. Ocupando-se desse problema, que é, do ponto de vista social, o mais grave de todos, o sr. Belin, ministro da Produção, declarou, há dias, que o *chômage*,[19] na França, se deve em grande parte ao bloqueio britânico, que priva o país das matérias-primas indispensáveis, bem como do carburante necessário aos meios de transporte. Enquanto perdurar esse bloqueio, acrescentou, os franceses terão que se resignar a um regime provisório, que só permitirá o emprego de uma pessoa por família.

8. Na segunda quinzena de setembro, foi criado um novo ministério – o do Abastecimento, cuja direção o marechal Pétain confiou ao sr. Jean Achard, presidente da Comissão Nacional da União das Propriedades Agrícolas. A criação desse novo órgão da

[19] T.E. – "Desemprego".

administração pública coincidiu com a entrada em vigor das cartas de alimentação, que atingem, indistintamente, todas as classes da população e abrangem as duas zonas, a ocupada e a livre. A penúria dos produtos alimentícios, que a França recebia de suas colônias e do estrangeiro, e a destruição, pela guerra, de grande parte de seus rebanhos e lavouras, bem como as dificuldades resultantes da falta de meios de transporte, foram os motivos que determinaram a aplicação da referida providência. A fim de conservar no país a totalidade de sua produção, as exportações de produtos alimentícios foram imediatamente suspensas por tempo indeterminado.

9. O fortalecimento da unidade francesa deu origem a uma série de decretos, já promulgados, ou em vias de elaboração, que determinam a eliminação dos estrangeiros e apátridas da vida nacional. Os elementos israelitas, por sua vez, vão sendo eliminados, paulatinamente, da vida política, intelectual e financeira da França, estando já em preparo, pelo governo de Vichy o estatuto que regulará suas atividades no futuro.

10. A instrução do processo dos responsáveis pela derrota da França prossegue, no entanto, vagarosamente, não impressionando, por isso, a opinião pública francesa, que descrê, de antemão, da imparcialidade de suas sentenças. A Corte Suprema de Riom não passa, dessarte, aos olhos do público, de um maquinismo perro e complicado, e incapaz, portanto, de corresponder aos fins que determinaram a sua instituição.

11. No intuito de dar uma feição nova aos governos das províncias e municípios, que melhor se coadunem com as diretrizes da IV República, o marechal Pétain aposentou vinte prefeitos, demitiu treze e suspendeu os Conselhos Municipais de Lion, Marselha, Montluçon e Viena, o que importou no afastamento das respectivas *mairies* dos antigos parlamentares, srs. Eduardo Herriot, Tasso e Max Dormoy.

12. Finalmente, atendendo às injunções de Berlim, o governo francês deu por terminadas as missões diplomáticas dos países

que se acham ocupados pela Alemanha, figurando nessa lista os representantes da Noruega, Países Baixos e Bélgica. Apenas a Dinamarca, cuja ocupação meramente estratégica não perturbou a vida do país, continuou a gozar daquela prerrogativa.

13. Pouco antes de terminar o mês, veio a lume, na imprensa parisiense, o escândalo dos médicos franceses, que deixaram seus postos por ocasião do pânico de junho. Calcula-se aí em 90% o número de médicos que, contagiados pelo pavor ambiente, abandonaram os hospitais e clínicas onde trabalhavam. Para castigá-los, a municipalidade de Paris e a Prefeitura de Polícia resolveram demiti-los, por abandono de emprego, mandando publicar pela imprensa o nome de cada um.

14. A vida de Paris, malgrado as dificuldades existentes, vai-se restabelecendo, aos poucos, pelo regresso a suas ocupações de quase dois terços da população parisiense. O ambiente da cidade, porém, continua a refletir o estado de desânimo que se apossou do país depois da derrocada de junho. Concorrem para isso, não só a ausência de meios de transporte, tais como ônibus, táxis, autos particulares, etc., senão também as dificuldades de abastecimento, que obrigam as famílias a permanecer horas inteiras, ao sol e à chuva, em filas intermináveis, às portas dos fornecedores, para conseguirem, com grande esforço, rações insignificantes, que mal chegam para as necessidades de uma só refeição. Junte-se a isso o horror causado pela perspectiva da falta de aquecimento no inverno, que se anuncia duríssimo, e ter-se-á uma noção aproximada das dificuldades que atravessa, neste momento, resignadamente, o povo de Paris.

Paris, 1º de outubro de 1940.
Rubens de Mello

* * *

DA EMBALXADA EM PARIS-VICHY
EM/4/5/X/40

Guerra na Europa
Os judeus na zona ocupada

146 – SEXTA-FEIRA – 19H30 – A pedido do ministro Rubens Ferreira de Mello, transmito: "172 – QUINTA-FEIRA – 15H00 – O chefe da administração militar alemã na França ocupada acaba de baixar um decreto estabelecendo, entre outras medidas, que todo judeu está obrigado a inscrever-se num registro especial e, sendo comerciante, afixar no seu estabelecimento a seguinte declaração: "empresa judaica". O referido decreto proibiu o ingresso dos judeus na zona ocupada. São judeus, conforme o mesmo decreto, todos aqueles que pertencerem ou tiverem pertencido à religião judaica ou tiverem mais do que dois avós judeus. Os brasileiros residentes em Paris desejam saber se devem ou não se inscrever no mencionado registro, com o que se criaria uma discriminação restritiva da proteção a que têm direito, em virtude da sua nacionalidade. Rogo a Vossa Excelência instruções; reina pânico no seio da comunhão israelita aqui. (a) Rubens Ferreira de Mello."

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/18/X/40

Judeus na França ocupada[20]

153 – QUINTA-FEIRA – 11H05 – Referência ao telegrama[21] de Vossa Excelência n. 214. Peço vênia para assinalar que o decreto pelo qual as autoridades militares alemãs, exorbitando as normas do direito internacional, legislam em zona ocupada e visam estabelecer entre cidadãos neutros discriminações restritivas de seus direitos civis é, antes de tudo, um meio de pressão sobre o governo de Vichy para que este adote, em toda a França, uma legislação inspirada nos princípios racistas. Ao que me consta, só a oposição dos Estados Unidos da América impediu até hoje que esse governo publicasse o "estatuto dos israelitas", há muito anunciado, e cuja promulgação a Alemanha insistentemente reclama. Aos semitas de quaisquer nacionalidades já se acham aqui praticamente assimilados, além dos tchecos e polacos, os negros, os marroquinos, martiniquenses, argelinos, tunisianos, indochineses e em regra geral "todos os homens bronzeados" nos termos do regulamento n. 24.208 que lhes restringe a locomoção, política realmente esdrúxula por parte da segunda potência colonial do globo. Nestas condições, qualquer protesto diplomático no qual se invocasse o regime de igualdade em que sempre viveram aqui,

[20] N.E. – Intervenção autógrafa, a lápis, acima do corpo do texto: "Rogo transmitir a Rubens Ferreira de Melo o seguinte:".

[21] N.E. – O telegrama 214, de 15/10/1940, tem o seguinte teor: "Telegrama NP – Judeus na França ocupada. – 214 – Resposta ao seu telegrama n. 172. No interesse dos próprios brasileiros compreendidos no decreto, será preferível respeitá-lo. Queira, porém, manifestá-lo às autoridades de ocupação que sua exigência abrange também cidadãos brasileiros neutros e importa em discriminar entre eles, limitando os direitos dos que se acham incluídos na definição de judeus, contra o regime de igualdade em que sempre viveram aí com todos os franceses. Vossa Excelência acrescentará que o governo brasileiro não pode aceitar, sem protesto, tal tratamento imposto aos seus nacionais em território ocupado. Exteriores".

com todos os franceses, todos os brasileiros, creio que não se lograria mais resguardar-lhes a proteção almejada, sobretudo se a inscrição de certos brasileiros num registro especial se efetuar com o assentimento expresso do governo brasileiro. À luz desses esclarecimentos, em problemas de tanto melindre, por ameaçar a unidade de vistas na política exterior dos estados americanos, e a igualdade jurídica de todos os brasileiros, sem diferenças de dogmas ou de teses, muito agradeceria instruções definitivas de Vossa Excelência.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/18/19/X/40

Judeus na França ocupada

154 – SEXTA-FEIRA – 22H05 – Aditamento ao meu telegrama n. 153. O governo de Vichy acaba de publicar o estatuto dos israelitas acompanhado de lei relativa aos estrangeiros de raça judaica, a qual outorga à polícia a faculdade de interná-los nos campos de concentração, sumariamente, ou designar-lhes lugar de residência forçada.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/26/27/X/40

CONFIDENCIAL

Guerra na Europa

157 – SÁBADO – 19H55 – Aditamento ao meu telegrama n. 156. O marechal encontrou-se com Hitler anteontem e o gabinete reuniu-se esta manhã. Noto, nos meios oficiais, grande reserva, parecendo-me que a opinião do país está profundamente dividida, dominando, talvez, a de que acredita na salvação da França inseparável da sorte do império britânico, de interesse solidário com os dos Estados Unidos da América. A ofensiva de paz, que se esboça, é considerada como um sintoma de enfraquecimento da Alemanha. O comunicado oficial que se publicará amanhã deverá apresentar como aprovado [*sic*] pelo gabinete, as recentes entrevistas e a política de colaboração com a Alemanha. Consta, entretanto, que o ministro dos Negócios Estrangeiros pedirá demissão.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de novembro de 1940.

Mês político na França[22]
Outubro de 1940.

N. 10

Quem quer estude, mesmo perfunctoriamente, a situação deste país depois da derrocada de junho, chega facilmente à conclusão de que a França, mal reposta ainda do pasmo que lhe causou o rápido desmoronamento de suas energias, hesita e titubeia, sem saber que atitude tomar, diante dos acontecimentos que ameaçam comprometer seus próprios destinos. Como sempre acontece depois das grandes convulsões que transformam a existência dos povos, a opinião pública francesa, já de si tão dividida em tempos normais, encontrou na derrota um elemento novo, que ainda mais a fragmenta, concorrendo assim, pela divergência de seus pontos de vista, para embaraçar a obra de reconstrução nacional, em que se empenha o governo da IV República. A História ensina, porém, que basta, às vezes, a energia de um só homem para galvanizar o espírito público e obrigá-lo a aceitar umas quantas situações, particularmente dolorosas para o orgulho nacional, mas que, na realidade, constituem as etapas inevitáveis, impostas pela derrota. Foi assim em 1871, na França de Thiers, como há de ser em 1940, na França de Pétain. Para isso, entretanto, faz-se mister que os governos entrem, corajosamente, no terreno das concessões ao vencedor, fora do qual a mais leve tentativa de reconstrução do país estaria de antemão comprometida. Os atos praticados pelo governo Pétain, no período que vamos

[22] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 260 da embaixada do Brasil em Paris, de 01/11/1940.

estudar, indicam, aliás, que não é outro o pensamento que anima os dirigentes da França, nesta quadra nebulosa de sua história. Mal se iniciava, com efeito, o mês de outubro, quando se teve notícia, pelos jornais de Paris, que o chefe da administração militar alemã na França, obedecendo a ordens emanadas do próprio *Führer*, baixara um decreto, estabelecendo, entre outras medidas, que todo o judeu residente em zona ocupada era obrigado a inscrever-se num registro especial e a fixar um cartaz em suas casas de negócio, no qual se achasse inscrita a declaração de que se tratava de uma "empresa israelita". O referido decreto proibia, além disso, o regresso dos judeus à zona ocupada, determinando, ao mesmo tempo, que eram israelitas todas as pessoas que pertencessem ou houvessem pertencido à religião judaica, ou tivessem mais de dois avós judeus. Apesar de esperada, essa medida causou pânico no seio da comunidade israelita, cuja maioria, alarmada pela recordação dos fatos que se passaram com os judeus, na Áustria e na Alemanha, procurou liquidar imediatamente seus negócios, na ânsia de fugir às perseguições, que parecem inevitáveis. Dias depois, como que obedecendo a uma senha previamente combinada, o governo de Vichy dava a conhecer ao país, sob a respeitável assinatura do marechal Pétain, o estatuto dos judeus na França. Embora mais humano, ou, por outra, menos infamante do que o estatuto alemão, esse decreto veda aos judeus o exercício de cargos públicos e determina que as próprias profissões liberais só lhes serão facultadas dentro de certos limites. Abre, no entanto, uma exceção para os judeus que hajam tomado parte, como combatentes, nas guerras de 1914-18 e 1939-40, os quais poderão continuar a exercer as profissões que abraçaram. Iniciava-se, dessarte, sob o signo do combate a Israel, uma nova era nas relações entre a França e a Alemanha, preparatória do grande acontecimento do mês, que foi a entrevista, realizada a 24 de outubro, entre o marechal Pétain e o chanceler do *Reich*.

2. Justificando a decretação do estatuto dos judeus na França, o sr. Beaudoin, então ministro dos Negócios Estrangeiros, decla-

rou aos representantes da imprensa americana que "só os franceses deviam ser responsáveis pela direção de seu país".[23] Eles, os franceses, não podiam permitir, assim, que os postos de direção, bem como a formação dos espíritos, fossem confiados a membros de uma comunidade cujas tradições, sentimentos e espírito não fossem especificamente franceses, e cuja influência internacional jamais se houvesse manifestado em proveito dos interesses públicos franceses. E terminou, enfático: "Nós não queremos que os judeus formem entre nós um Estado dentro do Estado". Como vem acontecendo desde o início da ocupação alemã, a opinião pública desta capital não se manifestou abertamente sobre esse decreto, que transfere o judeu francês para o campo atormentado dos apátridas. Pelo que se ouve, porém, nos encontros de amigos e conhecidos, a impressão que se tem é que, ainda nisso, a opinião está dividida, havendo quem aplauda o ato do governo e responsabilize os judeus por todos os males que pesam, atualmente, sobre a França, como há quem defenda os judeus e ataque o governo, por se haver deixado levar, rastejante e servil, pelo catecismo racial do III *Reich*.

3. Malgrado o desânimo reinante, provocado em grande parte pela falta de notícias positivas com relação às negociações em curso entre Vichy e Wiesbaden, ou talvez por isso mesmo, a opinião pública francesa da zona ocupada continuava a esperar uma palavra tranqüilizadora do governo. Essa expectativa, aliás, foi parcialmente satisfeita pela mensagem que o marechal Pétain dirigiu à nação, a 10 de outubro. Nesse documento, que teve larga repercussão em todo o país, o chefe do executivo francês esboçou, com segurança, a carta política da França nova. Estudando, rapidamente, o passado, o presente e o futuro, o marechal Pétain definiu com clareza a atividade de seu governo, justificou os princípios em que se inspira, indicando, ao mesmo tempo, os meios pelos quais espera alcançar o fim desejado. "A França" – começou

[23] N.E. – Traduzido do francês original.

o marechal – "conheceu, há quatro meses, uma das maiores derrotas de sua história. Essa derrota tem numerosas causas, mas nem todas são de ordem técnica. O desastre, na realidade, é apenas um reflexo, sobre o plano militar, das fraquezas e taras do antigo regime político". Estigmatiza, em seguida, esse regime, que declara haver desaparecido para sempre, e afirma que a "ordem nova" não pode, de maneira nenhuma, importar uma volta, mesmo velada, aos erros que tão caro custaram ao país. Adianta, porém, que a "ordem nova" não poderá ser uma imitação servil de experiências estrangeiras, por isso que cada povo deve conceber um regime adaptado a seu clima e a seu temperamento. Essa ordem nova, prosseguiu, é uma necessidade francesa. Era indispensável, por conseguinte, que o povo francês soubesse realizar na derrota a revolução que, na vitória e na paz, não soubera fazer. Depois de dar a entender, assim, que o fascismo e o nazismo não podiam vingar na França, o marechal frisou que o país devia libertar-se das amizades e inimizades tidas por "tradicionais", e que só aproveitavam aos negociadores de empréstimos e aos traficantes de armas. "O novo regime" – continuou – "defenderá, antes, de tudo, a unidade nacional, manterá as heranças de sua cultura grega e latina e levantará bem alto o verdadeiro nacionalismo, que deixa de ser egoísta, para atingir o quadro da colaboração internacional". Foi nessa altura de sua mensagem que o marechal Pétain se referiu, pela primeira vez, publicamente, à possibilidade de uma colaboração franco-alemã. A França, declarou, está pronta a colaborar em todos os domínios, com todos os seus vizinhos. Ela sabe, aliás, que qualquer que seja a carta política da Europa e do mundo, o problema das relações franco-alemãs, tão criminosamente tratadas no passado, continuará a determinar o seu futuro. "Sem dúvida" – prosseguiu – "a Alemanha pode, no dia seguinte ao de sua vitória sobre nossas armas, escolher entre uma paz tradicional de opressão e uma paz inteiramente nova, de colaboração. À miséria, às desordens, às repressões e, sem dúvida, aos conflitos que provocaria uma nova paz feita nos

moldes do passado, a Alemanha pode preferir uma paz viva para o vencedor, uma paz geradora de bem-estar para todos. A escolha – concluiu – pertence em primeiro lugar ao vencedor, mas depende também do vencido. Se todos os caminhos nos forem fechados, nós saberemos esperar e sofrer. Se uma esperança, entretanto, aparecer no horizonte, nós saberemos dominar nossa humilhação, nossos lutos, nossas ruínas. Em presença de um vencedor que souber dominar sua vitória, nós saberemos dominar nossa derrota".

4. O chanceler do *Reich* não tardou em atender a esse apelo do marechal Pétain. Doze dias depois, com efeito, realizava-se na cidade de Montoire, nos arredores de Tours, o primeiro encontro entre os srs. Adolf Hitler e Pierre Laval, preparatório da entrevista que se efetuaria dois dias mais tarde, no mesmo lugar, entre o chanceler do *Reich* e o chefe do executivo francês. Surpreendida por esses encontros, sem precedentes na história, pois é a primeira vez que os chefes de Estado de dois países beligerantes – o vencedor e o vencido – se encontram, antes da assinatura da paz, para discutir as modalidades de um acordo futuro e definitivo, a opinião pública francesa foi presa de grande ansiedade, surgindo então, de todos os lados, os mais alucinantes rumores em torno das decisões tomadas nessas entrevistas. O que mais se generalizou, provocando protestos extemporâneos e críticas injuriosas, foi o que dava como certa a cessão de várias partes do território francês aos inimigos de ontem, em troca de uma paz imperfeita e humilhante. Dizia outro, igualmente repetido por inúmeras bocas, que o que o chanceler Hitler buscara naqueles encontros fora a organização de uma frente comum contra a Inglaterra, da qual a França e a Espanha seriam chamadas a fazer parte. O encontro, dias antes, do chanceler Hitler com o generalíssimo Franco, era apontado como um indício seguro da veracidade dessa asserção. Na realidade, porém, nada transpirara das aludidas entrevistas. O próprio comunicado da Presidência do Conselho pouco adiantara a respeito, pois se limitara a anunciar que a entrevista entre

os dois chefes de Estado, o francês e o alemão, se desenrolara numa atmosfera de alta cortesia e que o marechal fora recebido com as honras dignas do seu cargo. Relativamente aos assuntos então discutidos, acrescentara apenas que os dois interlocutores haviam examinado, de um modo geral, a situação e, em particular, os meios de reconstrução da paz na Europa concordando, ao mesmo tempo, sobre o princípio de uma colaboração, cujas modalidades de aplicação seriam examinadas ulteriormente. Não obstante os dizeres desse comunicado afastarem, desde logo, a possibilidade da assinatura de uma paz imediata, a opinião pública desta capital começou a encarar a situação com menos pessimismo, convencida, como parece estar, de que o marechal Pétain, a exemplo de Thiers, saberá valer-se de seu prestígio pessoal, junto do inimigo de ontem, para conseguir que a França não seja de todo sacrificada por ocasião das negociações de paz.

5. Comentando essa entrevista, a imprensa parisiense detém-se no exame de sua importância histórica para afirmar, em letra de forma, que a mesma constitui o símbolo de uma evolução que engendrará uma nova Europa. Não se referiu de outra maneira a esse acontecimento a imprensa de Berlim, o que prova, uma vez mais, que ambas se acham sujeitas à mesma censura e às mesmas diretrizes. O rádio francês, por outro lado, declarou que se tratava do acontecimento mais importante, para a França, depois da assinatura do armistício e que chegara o momento de não mais se prolongar, eternamente, a luta histórica entre os dois países. Desejoso, por sua vez, de explicar ao público francês as razões desse importante acontecimento, o marechal Pétain a ele se dirigiu, pelo rádio, na tarde de 30 de outubro. Depois de assinalar que o referido encontro só fora possível devido à dignidade manifestada pelos franceses diante do infortúnio e graças, igualmente, não só ao imenso esforço de regeneração a que se prestaram, mas também ao heroísmo da Marinha francesa, à energia de seus chefes coloniais e à lealdade de suas populações indígenas, o marechal afirmou que esse primeiro encontro entre o vencedor e o vencido

marcava o início do reerguimento da França. Declarou, em seguida, que fora livremente que aceitara o convite do *Führer*, não tendo ele sofrido assim, de parte do vencedor, nem pressão, nem constrangimento. Acentuou, mais adiante, que foi para manter a unidade francesa – uma unidade de dez séculos – no quadro de uma atividade construtiva da nova ordem européia, que ele entrara no caminho da colaboração. Esperava assim que, num futuro próximo, os sofrimentos do país pudessem encontrar alívio, que a sorte dos prisioneiros fosse melhorada, que se atenuasse a carga das despesas de ocupação, que a linha de demarcação se tornasse menos sensível e que a administração e o abastecimento do país funcionassem, dessarte, com maior liberdade e eficiência. Frisou, entretanto, que essa colaboração devia ser sincera e isenta de qualquer espírito de agressão ou represália. Declarou, finalmente, que a França continuava soberana e que essa soberania lhe impunha a defesa de seu solo, a extinção da divergência de opiniões e a redução da dissidência de suas colônias. Tal era a sua política. Para concluir, declarou que os ministros só eram responsáveis diante dele e que ele, unicamente, é que seria julgado pela história.

6. No dia seguinte, o sr. Pierre Laval, já investido de suas novas funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo que assumira em virtude da demissão do sr. Baudoin, confirmava, em entrevista aos jornais da zona ocupada, os dizeres da mensagem do marechal Pétain. Aconselhava, porém, o povo a ter paciência, pois era longo o caminho a ser percorrido para chegar-se à regulamentação de todos os problemas em foco. Era indispensável, para isso, que cada um se compenetrasse das dificuldades que havia, enquanto prosseguissem as operações militares. Desde já, porém, podia afirmar que o conjunto dos assuntos tratados interessava diretamente à nação. Dentro de pouco tempo, concluiu o sr. Laval, a França poderia apreciar a natureza e a extensão dos esforços realizados pelo seu governo.

7. Conclui-se dessas declarações que a paz, ao contrário do que se dizia nesta capital, ainda está longe de ser alcançada. Tudo

parece indicar, aliás, que o *Reich* só entrará em negociações desse gênero depois que conseguir levar de vencida a resistência britânica, o que, por enquanto, não passa de uma hipótese. A paz com a França constituirá, assim, um dos aspectos da nova carta da Europa, que as potências do eixo pretendem impor. Quaisquer que sejam, porém, os resultados da presente guerra, que tende cada vez mais a alastrar-se, como prova a recente invasão da Grécia pela Itália, o que parece fora de dúvida é que estamos assistindo ao início de uma nova e importante fase do conflito europeu, cujas conseqüências serão incalculáveis para a história da humanidade.

Paris, 1° de novembro de 1940.
Rubens de Mello

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de novembro de 1940.

Mês político na França[24]
Outubro de 1940.

N. 10

Assinalaram as atividades políticas do governo do marechal Pétain, no decurso do mês de outubro, os pertinazes esforços de Pierre Laval tendentes a levar a França a uma estreita "colaboração" com a Alemanha, em seus desígnios de estabelecer uma "nova ordem" na Europa.

[24] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 6 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/11/1940.

2. Certo é que só se conhecem, até hoje, os aspectos negativos desses planos de reorganização européia, quais sejam a supressão do sistema de equilíbrio entre grandes potências, em favor do *Reich* germânico, e a eliminação da influência britânica nos assuntos políticos do continente. Inteiramente nebulosas são ainda as faces construtivas desses projetos de remodelação internacional, embora solenemente anunciados, no recente pacto tripartido, assinado em Berlim, por certas grandes potências militares, que se outorgaram o direito de senhorear os destinos da Europa e do Oriente Asiático, proclamando condição impreterível de uma paz justa e duradoura caber a cada uma delas o necessário "espaço vital".

3. Nota-se, desde o triunfo das armas hitlerianas, proliferar na Alemanha uma volumosa literatura política, de inspiração oficial, na qual se delineiam, sobre novas bases econômicas, planos arquitetônicos de uma Europa nova, todos eles no sabor germânico dessas idéias-forças, de conteúdo absolutamente impreciso, como *Lebensraum*, *Machtraum*, *Grossraum* – "espaço vital", "espaço de poder", "espaço de grandeza". Insistem, em geral, esses arquitetos políticos nas vantagens de uma colaboração "voluntária" dos povos vencidos com a grande nação vencedora, gestora do continente.

4. Conhecido por sua anglofobia, Pierre Laval, já pelo muito que lhe deve a Itália, desde os tempos do conflito abissínio, já pelos serviços que prestou à Alemanha, em junho último, ultimando a capitulação integral de seu país, sob os auspícios de um marechal dos mais gloriosos, seu sucessor eventual, como chefe de Estado, nos termos de um decreto de sua lavra, é, sem dúvida, a personalidade mais forte e qualificada, no desarvoramento por que passa a França, para a encaminhar ao que se chama hoje a compreensão realista de sua derrota: colaborar com o vencedor.

5. Para que as perspectivas de uma colaboração tal se revelassem úteis à Alemanha, bastava que se prolongasse a resistência inglesa. É o que se pode averiguar, desde fins de setembro, ao se dissiparem, ante a robusta estrutura do mundo britânico, os mi-

lagres da "guerra-relâmpago". Já por essa ocasião foi grandemente notado certo editorial do *National-Zeitung*, de Essen, órgão de Goering, no qual se prestava homenagem à habilidade e ao patriotismo de Laval, "político muito pouco comprometido por sua atuação passada", elogios que tiveram a mais ampla divulgação por aqui, desde que a agência Havas se sincroniza ao D.N.B.[25]

6. A 11 de outubro, o venerando chefe do Estado Francês, em mensagem endereçada à nação, redigida, ao que se diz, pelo brilhante Bergery, ex-comunista, hoje lavalista fervoroso, declarou que a França não conhecia "amizades nem inimizades tradicionais" e que o problema da convizinhança franco-alemã, "tão levianamente tratado no passado", continuaria a determinar todo o futuro do país. Em seu trecho mais significativo, dizia aquele manifesto:

> Sans doute l'Allemagne peut, au lendemain de sa victoire sur nos armes, choisir entre une paix traditionelle d'oppression et une paix toute nouvelle de collaboration.
>
> A la misère, aux troubles, aux répressions et sans doute aux conflits qui susciterait une nouvelle paix "faite à la manière du passé", l'Allemagne peut préférer une paix vivante pour le vainqueur, une paix génératrice de bien-être pour tous.
>
> Le choix appartient d'abord au vainqueur, il dépend aussi du vaincu.
>
> Si toutes les voies nous restent fermées, nous saurons attendre et souffrir.
>
> En présence d'un vainqueur qui aura su dominer sa victoire, nous saurons dominer notre défaite.[26]

7. Não podia escapar aos observadores da política francesa o alcance real dessas declarações. Tratava-se de uma proposta de

[25] T.E. – *Deutsches Nachrichten Bureau* = "*bureau* alemão de notícias".

[26] N.E. – O presente texto, traduzido, consta do final do terceiro parágrafo do mês político de outubro, redigido em Paris, p. 131-132.

"colaboração". Tanto assim que, a 21 de outubro, por entre as interferências ensurdecedoras com que aqui se abafam as emissões londrinas, se pôde distinguir o acento de Churchill, num apelo a todos os franceses:

> Aqui entre nós, na Grã-Bretanha, sob o fogo dos alemães, não esquecemos jamais os laços e vínculos que nos unem à França. Continuamos a lutar firmemente e com o coração forte para que a liberdade seja restabelecida na França, para que os povos em todos os países sejam tratados decentemente e produzir assim o triunfo da causa que nos fez desembainhar a espada. Aqui, nesta cidade de Londres, que o chanceler Hitler pretende reduzir a cinzas e que seus aviões de bombardeio atacam neste momento, nosso povo resiste. Se Hitler não nos pode aniquilar, então nós certamente o aniquilaremos: ele, seus adeptos e sua obra. Se vós não podeis nos ajudar agora, nós vos pedimos uma só coisa, simplesmente: não nos criar empecilhos.[27]

8. Em que pese a eloqüência da mensagem firmada pelo marechal, não parece assaz fundado o seu receio de que a *pax* germânica se venha a assemelhar a alguma paz de opressão, "feita à maneira do passado", evidente injustiça aos princípios que inspiraram o Tratado de Versalhes; nem é de crer que a Alemanha nazista deslindará o problema de suas relações com a França com incúria e leviandade gaulesas. Basta saber-se que, em plena vigência do armistício e sem que interviesse nenhum tratado de cessão territorial, já a Alsácia se acha administrativamente incorporada ao território de Baden e a Lorena (com o ex-Grão-Ducado de Luxemburgo) ao território da Prússia. E assim procedeu a Alemanha hitleriana, ao que parece, para não repetir o que se lhe afigura um erro de Bismarck que, englobando numa unidade administrativa a Lorena e a Alsácia, lhes fortalecera o sentimento

[27] N.E. – Traduzido do francês original.

irredentista. Convidado cada habitante a optar, dentro de 24 horas, pela nacionalidade francesa ou alemã, só pelo êxodo das populações evacuadas, composto dos que, salvando parcos haveres, se puderam dizer franceses, veio o país a ter conhecimento do que se passava em suas extremas orientais. Nenhum periódico francês pôde sussurrar palavra a respeito.

9. Desígnios anexionistas sobre todas as regiões setentrionais da França percebem-se desde já claramente. Sob a alegação de necessidades de ordem militar, delineou-se aí, do Somme ao Vosges, a chamada "zona interdita" para onde até hoje não tiveram o direito de regressar os habitantes que a abandonaram, em maio e junho, sob a avalanche da invasão motorizada. E, entretanto, nenhuma consideração de ordem militar impediu que por essas mesmas regiões refluíssem, caudalosamente, os refugiados belgas e holandeses, a busca de seus lares; cidades inteiras, como Laon e Saint-Quentin, que não sofreram estragos da guerra, jazem até hoje num abandono impressionante. É de crer que se reserve colonizar com uma população germânica todas essas terras francesas onde abundam o carvão e o ferro, de acordo com as exigências da "nova ordem" européia. Com o que a França, circunscrita a regiões agrícolas e pastoris, desprovida de aparelhamento industrial, perderia, de vez, toda significação militar. É provável que o problema dessa "zona francesa interdita" só se possa resolver conjuntamente com o melindroso problema belga, sobre o qual ainda não se conhecem com clareza os desígnios hitlerianos. O que parece fora de dúvida é que para o autor de *Mein Kampf*, cujos atos ainda não lhe contradisseram o escrito, a derrota da França é a *endgültige Abrechnung* – o encontro de contas definitivo – que deverá acarretar, com o esmagamento irremediável do inimigo hereditário, "o desaparecimento, para todo o sempre, do estéril antagonismo franco-alemão".

10. Como quer que seja, a 24 de outubro, deu-se grande publicidade a uma entrevista que Hitler, acompanhado de Ribbentrop, se dignara conceder a Laval, realizando-se ela, ao que parece, no

castelo de Fontainebleau, ambiente grato à imaginação histórica do novo reorganizador da Europa. Em nota oficiosa, assaz lacônica, a agência Havas declarou ser aquele encontro o acontecimento mais importante ocorrido desde a conclusão do armistício e, possivelmente, o de maiores conseqüências para os destinos da França.

11. Dois dias depois, realizado um conselho de gabinete, sobre o qual nada transpirou, partia de Vichy em grande sigilo, por entre as brumas matinais, de automóvel, o chefe do Estado Francês, em seu grande uniforme de marechal de França. Ia encontrar-se com um "simples soldado", Adolfo Hitler – o que se verificou naquela tarde, nas cercanias de Tours, na estação de Montoire, à boca de um túnel de estrada de ferro. O octogenário herói de Verdun, sobre quem se refletem as glórias de uma França extinta, foi recebido pela *Reichswehr*[28] com grandes honras militares, tendo sido acompanhado, desde a linha de demarcação da zona ocupada, pela sua mais alta autoridade civil, o embaixador Abetz, observador e informante político do que se passa pelas Gálias, instalado, com pessoal numeroso, na antiga embaixada alemã em Paris.

12. Bem pouco ou nada transpirou do que se disse e ouviu nessa entrevista histórica, de que também participaram Laval e von Keitel. A imprensa francesa insistiu na cordialidade que a teria caracterizado, em contraste com a frieza extrema que assinalara as negociações do armistício. Por haver sido transmitida pelo D.N.B., só uma frase pacifista de Hitler, dirigida a Pétain, foi divulgada aqui, afigurando-se ela, a muitos franceses, como um sarcasmo à nação inteira: – Eu bem sei que o senhor não quis a guerra!

13. Finda a entrevista, manifestou o marechal o desejo de visitar um campo de prisioneiros de guerra, onde externou, aos infelizes que por ali vegetam, todo o seu carinho e desvelo paternais.

[28] T.E. – "Forças Armadas do *Reich*".

14. A França não poderia ser levada a colaborar com a Alemanha sem a preparação psicológica do país. Assaz difícil é perscrutar, nas condições atuais da nação, o estado de seu espírito, em relação a problemas de tal gravidade. A opinião pública se vê desprovida de órgãos de expressão, emudecido o Parlamento, sincronizada a imprensa sob a batuta das inspirações oficiais. No rádio governamental ecoam as teses germânicas, ainda há pouco traidoras, peculiares às emissões de Stuttgart. O nazismo oficial tem encontrado por aqui certos protagonistas, de cunho acentuadamente intelectual, incompatível com as exigências de um movimento político que é, antes de tudo, uma atitude do corpo e dos músculos. Tais propagandas deverão impressionar a opinião geral tão pouco quanto esses vistosos dísticos, em letras góticas, com que os alemães enfeitam as estradas da região ocupada: "Franceses! Todas as vossas infelicidades provêm dos judeus!".[29]

15. Até hoje, nada de concreto se sabe quanto ao prosseguimento dos planos de colaboração franco-alemã, que tantas esperanças e apreensões suscitaram neste país. Um comunicado oficial de extremo laconismo, dado a lume a 27 de outubro, assinala apenas haver o conselho de gabinete aprovado unanimemente as entrevistas realizadas e adotado o princípio de uma colaboração com a Alemanha, cujas modalidades se estabeleceriam posteriormente.

16. É certo que essa unanimidade não se obteve sem resistências, existindo em torno do marechal Pétain figuras que procuram refrear Laval. Sua recente investidura no cargo de ministro das Relações Exteriores, em substituição de Paul Baudoin, hoje ministro sem pasta, denotará ser reduzida a responsabilidade deste no novo curso da política francesa. Numa proclamação posterior, o marechal retificou os exageros que se atribuíram a essa política e procurou acobertar, com a autoridade de seu nome, a personalidade de Laval. A França nada aceitaria que lhe empanasse a honra, declarou Pétain.

[29] N.E. – Traduzido do francês original.

17. Na realidade, a Alemanha nem necessita do assentimento formal do governo de Vichy para se locupletar com províncias que já ocupa e administra. O mesmo não se dará com a Itália, que tem, sobre a França metropolitana e colonial, as mais amplas reivindicações territoriais, sem se acharem ainda sob seu domínio efetivo. Compreende-se, por isso, que o ditador italiano não pudesse encarar com satisfação perfeita a entrevista de Montoire, receoso, quiçá, de que periclitassem as "aspirações naturais da Itália", numa aproximação prematura entre o vencedor e o vencido. Tanto mais quanto o plano de Laval poderá ser o de, captando a Alemanha com uma colaboração de que esta, aliás, não tem precisão premente, introduzir uma cunha no chamado "Pacto de Aço", enfraquecer o bloco das potências "dinâmicas", na esperança de lograr, com o apoio germânico, uma redução das pretensões italia-nas. Tal plano, porém, parece de mui duvidoso realismo, já porque, militarmente, a França não se poderá opor a que a Itália, preterida por seu parceiro do Eixo, estenda a sua ocupação às terras que ambiciona, já porque, psicologicamente, não é crível que a Alemanha leve o seu apego à França ao extremo de se malquistar com a Itália, pelo menos nas condições presentes.

18. Bastante significativo é pois que, logo após a entrevista com Pétain, hajam confabulado, em Florença, o *Duce* e o *Führer*, publicando em seguida a agência Stefani e o D.N.B. uma nota conjunta na qual se declara que a França, responsável pela guerra em que foi vencida, haverá de arcar com as conseqüências de sua derrota... Os desígnios, que esse comunicado oficial revelam, não são de auspiciosos presságios para a instauração de uma "nova ordem européia", que tanto espaço vem ocupando na propaganda lavalista, periodística e radiofônica!

19. Emprestou-se à política de Laval o propósito de levar o seu espírito de colaboração com o vencedor a ponto de lhe fornecer o concurso da frota francesa, ou ao de lhe pôr à disposição bases estratégicas no Mediterrâneo, medidas de guerra prejudiciais à Inglaterra, mercê das quais a parte mais favorecida viria a ser exa-

tamente a Itália, contra cujas ambições aquela mesma política pretende acautelar a França... Tal forma de colaboração, porém, não teve, até hoje, o assentimento de Pétain; fere, sobretudo nas regiões ocupadas, o sentimento geral do país, e parece absolutamente contrária aos seus interesses verdadeiros.

20. É antes no plano econômico que a França logrará, quiçá, prestar uma colaboração vantajosa ao vencedor, dele recebendo em troca alguma atenuação no duro tratamento imposto à nação vencida. Porquanto, prolongando-se a guerra, a Alemanha, em seu próprio proveito, poderá desejar o reerguimento da economia francesa, e para isso, desapertar a cadeia que estrangula a atividade do país, ora cindido em regiões praticamente incomunicáveis, sob o pretexto de conveniências de ordem militar. E seria com enorme desafogo que a França, restituída ao trabalho, trabalhando embora para a Alemanha, veria libertos, pelo menos em parte, dois milhões de soldados cativos.

21. "Nova ordem européia" parece ainda uma frase de guerra, balda de senso construtivo, e a serviço de uma política de conquista. Nas condições em que se deu o colapso militar da França, no seu profundo desarvoramento moral, e no isolamento político a que a condenou a conclusão do armistício, não poderia passar de província avassalada, num continente nazificado, a velha pátria de Joana d'Arc.

22. Símbolo da "nova ordem européia", não é em vão que, na catedral de Strasburgo – transformada em templo hitleriano, e donde se baniram os santos – resplandece hoje, e adorada pelo mais submisso povo da terra, a efígie de seu *Imperator Divus*.

Vichy, em 10 de novembro de 1940.
L. M. de Souza Dantas

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS
EM/4/5/XI/40

Judeus na França ocupada

175 – SEGUNDA-FEIRA – Referência ao telegrama de Vossa Excelência n. 214. Sustentando o ponto de vista do governo brasileiro, entrevistei-me com o conselheiro de embaixada Thunn, incumbido do assunto relativo aos agentes estrangeiros. Em resposta, Sua Senhoria autorizou-me a comunicar a Vossa Excelência que os judeus brasileiros serão tratados no mesmo pé de igualdade que todos os franceses.

RUBENS FERREIRA DE MELLO

Nota: Este telegrama foi recebido por intermédio da embaixada em Vichy com tel. n. 162.

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/20/21/XI/40

Guerra na Europa

172 – QUARTA-FEIRA – 16H30 – As viagens do marechal Pétain a diversas cidades deverão se estender brevemente às das zonas ocupadas, sobretudo a Paris, e obedece ao intuito de unificar a opinião da França, profundamente dividida e surpresa ante o primeiro resultado sensível da política de colaboração. A expulsão e o esbulho das populações de Lorena, mesmo oriundas de região secularmente francesa, prosseguem num ritmo de cinco a sete trens diários e deverão atingir meio milhão de pessoas. O comunicado oficial em que, sem se esboçar o mais tímido protesto, se declara

que tais fatos não são conseqüência das negociações ora entabuladas em Paris, parece-me antes destinado ao consumo interno. Os departamentos que se despovoam são riquíssimos em ferro. Em Lorena, os enxotados incendeiam as suas propriedades e imóveis, ocasionando sérios incidentes com as autoridades ocupantes.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de dezembro de 1940.

RESERVADO

Mês político na França[30]
Novembro de 1940.

N. 11

O mês de novembro iniciou-se sob o signo das entrevistas de Montoire, cujo espírito, no dizer do sr. Laval e de seus acólitos, devia conduzir a França a melhores dias, pelo estabelecimento de uma sincera e leal colaboração com a Alemanha. A nove desse mês, com efeito, o marechal Goering chegava a Paris e recebia o sr. Laval, afirmando nessa ocasião a imprensa parisiense que o encontro entre os dois homens de Estado tinha por fim colocar a questão da colaboração franco-alemã no plano das realizações práticas e imediatas. Os fatos, entretanto, não parecem haver confirmado essa previsão. Pelas notícias que se publicaram no dia imediato, à guisa de comunicado, verificou-se, ao contrário, que

[30] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 272, reservado, da embaixada do Brasil em Paris, de 01/12/1940.

a referida colaboração, pelo menos do ponto de vista político, estava longe de ser uma realidade. A Alemanha, nesse particular, continuava a fazer depender suas relações com a França do resultado da luta contra a Inglaterra. O próprio marechal Goering não escondeu essa opinião, ao afirmar que as "as forças de ocupação eram antes de tudo um exército em operações". A zona ocupada, portanto, deixava de ser, assim, como supunham os franceses, um território sujeito à administração do vencedor, para converter-se, abertamente, em zona de operações de guerra, exposta, por isso mesmo, em toda a sua extensão, aos vôos de represália da *Royal Air Force*. Os vários *raids* por ela efetuados na região parisiense, três dos quais deram lugar ao funcionamento das sereias alemãs, em alertas que duraram perto de duas horas cada uma, confirmavam, aliás, aquelas afirmações do marechal do *Reich*. Apesar do silêncio que se fez em torno desses *raids*, que foram recebidos com grande júbilo pela população desta capital, soube-se que os mesmos tiveram por alvo os campos de aviação das vizinhanças, um dos quais, o de Villacoublay, foi seriamente danificado.

2. Afirmou ainda o marechal Goering, nas entrelinhas do referido comunicado, que três, pelo menos, dos muitos problemas que ainda dependem de solução – o dos prisioneiros de guerra, o dos transportes e o da linha de demarcação – dependiam, igualmente, do estado de guerra com a Grã-Bretanha. A Alemanha, declarou, não poderia liberar a grande massa de prisioneiros franceses – dois milhões de homens, aproximadamente – sem correr o risco de tê-los novamente por adversários, senão como inimigos, a serviço das forças britânicas, pelo menos como agitadores, a soldo da mesma potência, e capazes, por isso mesmo, de criarem sérios incidentes, de perigosas e nefastas conseqüências. E para não perder a ocasião de criticar o espírito mesquinho dos franceses, recordou que, dois anos depois da assinatura do armistício de 1918, contavam-se ainda por milhares os prisioneiros alemães, que a França conservava em seus campos de concentra-

ção. O problema dos transportes, acentuou, também não podia ser resolvido com rapidez, sem afetar as necessidade militares da Alemanha. A linha de demarcação, por outro lado, decorria da necessidade que tinha a Alemanha de continuar a ocupar as costas francesas e Paris, cuja importância estratégica era considerada pelo quartel-general alemão como elemento imprescindível na guerra contra a Inglaterra. A tão apregoada colaboração franco-alemã ficava reduzida, assim, a um simples jogo de palavras, destinado a adormecer as suscetibilidades patrióticas da França vencida. Não obstante o rumo pouco vantajoso, para a França, que iam tomando as negociações em curso, a palavra colaboração continuava a exercer uma acentuada influência sobre certos espíritos, naturalmente otimistas. O próprio *Reich*, por intermédio de sua propaganda, fazia acreditar que a França só teria a lucrar identificando-se com a Alemanha, nas diversas manifestações de sua vida política, econômica e social. Os acontecimentos do dia 11 de novembro, em que os estudantes das escolas superiores de Paris exteriorizaram publicamente os seus sentimentos, em plenos Campos Elíseos, na sua romaria ao túmulo do Soldado Desconhecido – romaria essa proibida desde a véspera pela Prefeitura de Polícia – transformaram de certo modo aqueles propósitos, levando as autoridades de ocupação a reprimir com a maior violência as citadas manifestações. Soube-se no dia seguinte que, durante aquelas demonstrações, que se resumiram apenas em vivas à França e ao general De Gaulle, foram mortos quatro estudantes e dois soldados alemães. O número de presos, todos estudantes, elevou-se por sua vez a perto de quinhentos. O aspecto dos Campos Elíseos e das avenidas que desembocam na praça da Etoile, por ocasião das referidas manifestações, era o de uma verdadeira praça de guerra, em que centenas de soldados alemães, de armas embaladas, investiam contra os grupos de estudantes indefesos, numa deplorável e revoltante exibição de força. No dia seguinte, as autoridades de ocupação mandavam fechar todas as instituições universitárias desta capital, tendo o governo,

por sua vez, licenciado o reitor da Universidade de Paris e nomeado para substituí-lo o sr. Jérôme Carcopino, conhecido por suas velhas e reconhecidas simpatias pelos regimes da direita. A impressão causada por esses acontecimentos foi absolutamente deplorável, quer nos círculos oficiais alemães, quer no seio da população parisiense. Enquanto, porém, os primeiros consideravam aquelas manifestações como traduzindo um estado de espírito generalizado – no que, aliás, não andavam longe da verdade – a maioria da população verberava o ato de exaltação inconsciente dos estudantes, receosa de suas conseqüências, lamentando, entretanto, a dureza da repressão posta em prática pelos agentes da *Gestapo*. Não pararam aí, porém, as dissensões entre vencidos e vencedores. Dias depois, com efeito, tinha-se conhecimento nesta capital de que o sr. Bürckel, *gauleiter*[31] de Lorena – o mesmo homem que, há dois anos, reduzira Viena ao silêncio e à escravidão – resolvera expulsar todos os franceses daquele departamento, sob o pretexto de pôr um fim à luta secular pelo Reno e corrigir uma injustiça histórica. Ignoro qual tenha sido a reação do governo francês contra essa medida, que constituía uma negação da política preconizada pelas conversações de Montoire. Sei apenas que, a estas horas, perto de cinqüenta mil franceses foram obrigados a deixar aquele departamento, buscando refúgio em território francês não ocupado. Fatos como esse, naturalmente, além de invalidarem as promessas de reconciliação feitas pela Alemanha, exacerbam o espírito público, tornando impraticável qualquer trabalho de aproximação entre os dois povos. Consta, aliás, que o sr. Pierre Laval, externando-se, há dias, numa roda de amigos, lamentara a oposição sistemática que vinha sofrendo por parte de elementos destacados da opinião pública francesa, que não compreendiam, ou não queriam compreender, que sua política de aproximação com a Alemanha era a única, no momento, que podia servir aos interesses da França, evitando-lhe, ao mesmo tem-

[31] T.E. – "Administrador regional".

po, as asperezas de um tratado de paz imposto pelo ódio do vencedor. Como quer que seja, a política seguida pelo sr. Laval não produziu, até este momento, o menor resultado prático. A própria missão do embaixador Scapini em Berlim, onde fora tratar da liberação dos prisioneiros de guerra, e cujo protocolo, assinado na ocasião, foi recebido pela imprensa desta capital como constituindo os primeiros frutos da colaboração franco-alemã, não teve a importância política que se lhe quis emprestar. Basta dizer que, dos dois milhões, mais ou menos, de prisioneiros de guerra existentes, somente os que se encontravam na Suíça poderão regressar à França. Para os que se acham na Alemanha, porém, são tantas as condições exigidas – feridos graves, pais ou irmãos de quatro crianças, etc. – que apenas uma percentagem diminuta dos prisioneiros poderá ser liberada. Se foi insignificante, todavia, o número de vantagens obtidas pela colaboração franco-alemã no terreno político, o mesmo não se pode dizer a respeito da colaboração econômica, cujos resultados, ao que parece, são animadores. Ainda nesse particular, entretanto, a vantagem se acha do lado da Alemanha, por isso que a referida colaboração se processa, quase que exclusivamente, pela infiltração de capitais alemães nas indústrias francesas.

3. As relações postais entre a zona ocupada e os países estrangeiros, que se achavam suspensas desde a ocupação de Paris, foram restabelecidas, no fim da primeira quinzena de novembro, com relação a Alemanha, Bélgica e Itália, não só para a correspondência propriamente dita, mas também para a troca de impressos comerciais, remessa de amostras de mercadorias, etc. As comunicações postais com a zona livre e os demais países estrangeiros continua, entretanto, suspensa.

4. Fiel ao programa que traçara no início de seu governo, o marechal Pétain decretou, nesse período, a supressão de todos os *trusts* existentes na França, sob o fundamento de que os mesmos nada mais eram do que organismos de combate, cuja atividade se manifestara prejudicial aos interesses do país.

5. A reeleição do presidente Roosevelt, que vinha sendo combatida pela imprensa desta capital, por constituir um elemento de reação contra os regimes totalitários, causou, por isso mesmo, o maior desapontamento, não só às autoridades de ocupação, como aos elementos que se dizem partidários da colaboração franco-alemã. A opinião pública, entretanto, recebeu-a com a maior simpatia, não escondendo a esperança de que o presidente Roosevelt acabe intervindo de maneira decisiva nos assuntos europeus.

6. A morte de sir Neville Chamberlain, por sua vez, foi objeto de ligeiros comentários por parte da imprensa parisiense, que se limitou a noticiar o acontecimento com palavras desrespeitosas para a memória desse velho e respeitável estadista britânico, acusando-o de ser um dos grandes responsáveis pela catástrofe da França.

7. A conquista do Gabão francês pelas forças do general De Gaulle despertou a maior simpatia nos círculos reacionários desta capital, que a consideram como o início de uma nova fase da guerra na África. Pensam eles, com efeito, que as colônias francesas, animadas por esse primeiro sucesso e trabalhadas pela propaganda britânica, acabarão por aderir aos princípios que encarna aquele general, abandonando assim, sem luta, os laços que ainda as prendem ao governo de Vichy. A nomeação do sr. Angelo Chiappe,[32] antigo prefeito de polícia de Paris, para o cargo de alto-comissário na Síria, seria assim, na opinião de muitos, uma prova dos receios que dominavam, nesse particular, as altas esferas governamentais. Homem enérgico e disciplinador, o sr. Chiappe levaria para a Síria o encargo de reprimir qualquer veleidade de defecção por parte do governo daquele território sob mandato. Seu fim trágico, porém – atribuído pelo governo francês e pela imprensa da zona ocupada a um golpe traiçoeiro da aviação britânica, e pela população de Paris a um ato premeditado da aviação italiana, para tornar ainda mais tensas as relações

[32] N.E. – É possível que tenha havido um lapso e se trate de Jean Chiappe.

entre a França e a Inglaterra –, pôs um termo, pelo menos imediato, às manobras do governo francês naquele sentido, deixando ao general Catroux, que ali se encontra, certa liberdade de ação para organizar, naquele país, a reação favorável ao movimento de rebeldia encabeçado pelo general De Gaulle.

8. A reorganização da Europa, nos moldes impostos pela política do eixo Roma-Berlim-Tóquio, continuou a merecer, no período que estudamos, a maior atenção das potências totalitárias. Nesse particular, a adesão da Hungria, Romênia e Eslováquia ao pacto tripartido, constituiu, com a visita do sr. Molotov a Berlim, o acontecimento de maior destaque no plano político europeu. Sua repercussão, entretanto, foi gravemente comprometida pelos repetidos desastres sofridos pela Itália na sua luta contra a Grécia, desastres esses que, na opinião dos observadores diplomáticos, poderão influir de maneira decisiva nas futuras diretrizes dos governos de Belgrado e de Ancara.

9. O bombardeamento de Marselha, na segunda quinzena de novembro, não teve, nesta capital, a repercussão que lhe procuraram emprestar os jornais a soldo do *Reich*. Como vem acontecendo desde o início da ocupação, o povo parisiense recebeu com ceticismo as notícias fornecidas pela imprensa, tendendo mais a acreditar numa manobra da Itália, para envenenar os ânimos, do que num *raid* da aviação britânica.

10. A situação dos membros do corpo diplomático que permaneceram em Paris vai-se tornando cada vez mais precária, pela série de restrições que vêm sofrendo por parte das autoridade de ocupação. No último dia do mês, com efeito, a embaixada alemã enviou às missões diplomáticas representadas nesta capital uma circular em alemão, pela qual anunciava, em termos cominatórios, "que houve necessidade de restringir-se a liberdade de locomoção dos membros do corpo diplomático e consular que se encontram atualmente em Paris". Foram estes os limites que então se fixaram para a livre circulação de diplomatas e cônsules em zona ocupada: a leste, até as fronteiras orientais dos departamentos do Marne,

Aube e Côte d'Or; ao sul, até a fronteira entre os territórios ocupados e não ocupados (linha de demarcação); a oeste, até as fronteiras dos departamentos de Loire e Cher, e Eure e Loire; ao norte, até as fronteiras dos departamentos de Seine e Oise, Seine e Marne, e Marne. Dizia ainda esse documento, em tom ameaçador, que, em face das medidas que seriam tomadas em conseqüência da transgressão das referidas disposições, de nada adiantaria a invocação de privilégios diplomáticos e consulares. A embaixada da Alemanha atribuiu-se assim o direito, que ninguém lhe reconhece, de restringir a liberdade de movimentos dos membros do corpo diplomático e de ameaçá-lo com medidas de repressão, se transgredirem as referidas disposições. A impressão causada aos membros do corpo diplomático pela insolência desse documento atingiu as raias da indignação. Todos, ou quase todos, ficaram de levar o fato ao conhecimento de seus respectivos governos, pedindo-lhes que os autorizassem a protestar contra os termos cominatórios e agressivos da mencionada circular, que consideram, aliás com razão, atentatórios à dignidade do corpo diplomático. Acredita-se nos círculos diplomáticos desta capital que as medidas em apreço foram impostas pelas autoridades militares de ocupação, que vêem com maus olhos a presença em Paris de diplomatas estrangeiros, cuja atividade, afirmam, tem aproveitado, não raro, ao serviço de espionagem da Grã-Bretanha. A embaixada dos Estados Unidos, sobretudo, é suspeitada pelas referidas autoridades de estar servindo a esses fins. E daí as medidas que foram tomadas contra o corpo diplomático, não só para cercear-lhe a atividade, mas também para significar-lhe que sua presença em Paris não é das mais desejáveis. A própria embaixada da Alemanha, aliás, não é estranha a esses propósitos. Ainda há poucos dias, numa entrevista que tive com o conselheiro Thunn, encarregado de tratar com os membros do corpo diplomático em Paris, disse-me ele que o desejo da referida embaixada é que todos os diplomatas que se acham nesta capital partissem o mais depressa para Vichy, junto de cujo governo se acham acreditados. Retruquei-lhe que, se era esse de fato o desejo

das autoridades alemãs, o que cumpria fazer era uma *démarche* oficial da Wilhelmstrasse junto dos governos que ainda mantêm representantes diplomáticos em Paris, significando-lhes aquele propósito. E acrescentei que, sem ordens diretas do governo brasileiro, a embaixada do Brasil de forma alguma deixaria Paris. Sem outro argumento para opor-me, o conselheiro Thunn declarou que o momento não era oportuno para semelhante *démarche*, tendo em vista a possibilidade da próxima vinda a Versalhes do marechal Pétain, como conseqüência das conversações de Montoire. E mudou de assunto. A impressão que me ficou dessa entrevista, confirmada posteriormente por uma série de observações pessoais, é que as autoridades alemãs não se animarão, pelo menos por enquanto, a pedir a retirada dos diplomatas que ainda se encontram em Paris, pelo receio de que semelhante medida seja interpretada de maneira desfavorável pelos respectivos governos, mas que tudo farão para tornar insuportável a vida dos mesmos nesta capital, obrigando-os, assim, a tomar o caminho de Vichy. Já suspenderam, por exemplo, as facilidades que concediam aos correios diplomáticos para se dirigirem a Vichy e determinaram que a correspondência diplomática entre as duas cidades fosse escrita em alemão ou francês e entregue, aberta, a uma estação postal, que especificaram, a qual se encarregaria de entregá-la aos respectivos destinatários. Os diplomatas de ambos os lados, isto é, da zona ocupada e da zona livre, recusaram-se a aceitar semelhante alvitre, por considerá-lo incompatível com a dignidade do corpo diplomático, e passaram a servir-se de pessoas amigas para a entrega da referida correspondência. Esta embaixada, entretanto, continua a mandar, periodicamente, correios diplomáticos a Vichy, valendo-se para isso dos *laissez-passer* que consegue obter por intermédio de oficiais alemães, seus conhecidos. Quanto tempo, porém, durará esse regime de exceção? Como quer que seja, sou de opinião que devemos suportar, pacientemente, enquanto for possível, todas essas dificuldades, a fim de continuarmos a proteger os interesses brasileiros em zona ocupada.

11. Ao terminar este relatório, fui informado de que o marechal Pétain é esperado em Versalhes entre os dias 10 e 15 do corrente mês. Acrescentou o meu informante, pessoa da intimidade do presidente Laval, que os ministérios dos Negócios Estrangeiros, de Guerra e da Marinha, bem como o corpo diplomático estrangeiro, permaneceriam em Vichy, onde aliás, o marechal Pétain continuaria a manter sua residência oficial. Sua presença em Versalhes seria assim intermitente, até que lhe fosse possível obter, pela evacuação de Paris, o regresso do governo à capital da República.

Paris, 1 de dezembro de 1940.
Rubens de Mello

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/14/15/XII/40

Prisão ministro Laval

198 – SÁBADO– 12H00 – Reina, até agora, o maior sigilo em torno do Conselho de Ministros, realizado esta madrugada, em seguida ao qual foi preso o senhor Pierre Laval, por ordem do marechal Pétain. Estão interrompidas todas as comunicações telegráficas e ferroviárias. Acredita-se que o motivo da prisão tenham sido as concessões excessivas feitas à Alemanha, à revelia do marechal e dos outros membros do governo. Trens com tropas alemãs atravessaram, não há muito, a zona livre, via Modena, em direção à Itália.

L. M. DE SOUZA DANTAS
* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/19/20/XII/40

Situação política interna
Liberação de Laval

202 – QUINTA-FEIRA – 00H15 – Pierre Laval, acusado por parte da opinião pública e por seus colegas, especialmente pelo ministro do Interior e Justiça, de conspirar contra o marechal, foi alijado com escândalo e preso há quatro dias. Imediatamente, veio de Paris Abetz e impôs sua soltura. O marechal submeteu-se e recebeu Laval, que partiu para Paris, em companhia de Abetz. A autoridade do marechal ficou extremamente diminuída. Laval, de pleno acordo com os alemães, quer franca colaboração com a Alemanha. Grande parte, porém, dos dirigentes e do povo, é partidária da Inglaterra, esperando que sua vitória seja favorável à França. Evidentemente, essa colaboração poderia levar a França até a entregar à Alemanha a frota e a aviação. A França, diante da pressão da Alemanha, que cada dia se faz mais sentir, teria de se decidir entre a Alemanha e a Inglaterra, não podendo continuar a política atual, de expectativa. O frio, a fome e a crescente miséria popular, em todo o país, devido ao prolongamento da guerra e aos dissídios políticos, estimulados pela Alemanha, levam a crer que a França caminha, a passos largos, para uma revolução.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/21/22/XII/40

Guerra na Europa

206 – DOMINGO – 19H15 – Aditamento ao meu telegrama n. 202. Assinalam-se concentrações de forças alemãs na fronteira espanhola, na zona ocupada, com evidente intuito de ataque a Gibraltar e ao norte da África. A Alemanha continua ameaçando de ocupação total a França, ante a resistência do governo de Vichy em estender a colaboração com a Alemanha a medidas de ordem militar contra a Inglaterra, que Pétain, apoiado pelos principais chefes militares, considera contrária à dignidade do soldado francês e à honra nacional. O plano de Hitler parece ser a conquista da África francesa, através da Espanha e da Itália, com o que varreria a Inglaterra do Mediterrâneo e faria cair o governo Vichy como um castelo de cartas. A saúde do marechal Pétain, quase nonagenário, está bastante abalada.

L. M. DE SOUZA DANTAS
* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS-VICHY
EM/26/27/XII/40

CONFIDENCIAL

Guerra na Europa

210 – QUINTA-FEIRA – 18H35 – Aditamento ao meu telegrama n. 206. Sei, confidencialmente, que o afastamento de Pierre Laval foi, sobretudo, determinado pelos vantajosos negócios a que se entregava de parceria com os alemães, especialmente com Otto

Abetz, testa de ferro de Ribbentrop. Tais fatos, documentadamente provados pelos adversários de Laval, chocaram profundamente os sentimentos de dignidade do velho marechal, que, por sua vez, não poderia divulgá-los sem comprometer os paladinos da nova ordem européia. Continuam tensas as relações entre Berlim e Vichy, negando-se Pétain a tratar com o procônsul Abetz. Dirigiu-se, por isso, diretamente a Hitler, apresentando-lhe como últimas concessões para uma colaboração honrosa, o afastamento de alguns desafetos de Laval, graças à redução do gabinete a três pastas políticas: da Guerra, Marinha e Exteriores, esta última confiada ao germanófilo Flandin, a par da dissolução da guarda palaciana composta de mil homens. Acham-se em torno do marechal todos os chefes militares da França metropolitana e colonial, sendo muito significativa a recente chegada a Vichy do general Noguès, comandante das forças da África setentrional. A decisão de Hitler muito dependerá da situação militar da Itália e do êxito da pressão alemã sobre a Espanha. Desde já os alemães procuram fomentar, na África setentrional, cizânia e discórdia entre os franceses e os autóctones, a fim de dificultar ao governo do marechal que se transplante para ali. Também é sintomático que, na propaganda francesa, jornalística e radiofônica tenha cessado, de todo, a campanha contra o general De Gaulle.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de janeiro de 1941.

RESERVADO

Mês político na França[33]
Dezembro de 1940.

N. 12

O acontecimento capital do mês de dezembro foi a demissão do sr. Pierre Laval dos cargos de vice-presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros. Era fato público e notório que o sr. Laval lutava com sérias dificuldades para levar a bom termo a política de colaboração franco-alemã, iniciada sob o signo das conversações de Montoire. Sabia-se, com efeito, que eram inúmeros os tropeços que ele encontrava nesse caminho, provenientes quase todos da má vontade com que grande parte da opinião pública deste país assistia às suas manobras de aproximação com a Alemanha. Como quer que seja, porém, ninguém o supunha em vésperas de ser obrigado a demitir-se daqueles cargos. Suas relações com as autoridades de ocupação, baseadas na mais completa identidade de vistas, e o próprio espírito das entrevistas de Montoire, de que ele fora o principal organizador, pareciam pô-lo a coberto de tais vicissitudes. E daí a surpresa que causou nesta capital a notícia de sua demissão, anunciada pelo rádio de Vichy. Apesar do silêncio que se fez na imprensa parisiense em torno desse acontecimento, ou talvez por isso mesmo, percebeu-se que algo de anormal e grave se passara entre o marechal Pétain e o sr. Pierre Laval. Os boatos, como era natural, surgiram de

[33] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 1, reservado, da embaixada do Brasil em Paris, de 01/01/1941.

todos os lados, alarmantes e contraditórios, mas acordes em proclamar que essa crise era a mais grave de todas quantas surgiram depois da assinatura do armistício. Pouco importava, assim, que o marechal Pétain houvesse afirmado, em breve oração feita pelo rádio, que a demissão do sr. Laval era um assunto de caráter exclusivamente interno. O fato dos jornais desta capital deixarem de se pronunciar a respeito, agravado pelas informações, transmitidas pelo rádio de Berlim, de que a Alemanha não podia ser indiferente ao que se passava em Vichy, dava, com efeito, à demissão do sr. Pierre Laval o aspecto de uma verdadeira crise nas relações entre a França e o *Reich*. A notícia, espalhada nessa ocasião, de que o sr. Laval se achava preso, sob palavra, em sua residência perto de Vichy, ainda mais contribuiu para reforçar essa versão. Dizia-se, então, nos círculos diplomáticos desta capital, que a queda do sr. Laval resultara de um sem-número de concessões que ele se comprometera a fazer aos alemães – passagem de tropas alemãs pela zona livre, em direção à Itália; entrega da frota francesa à Alemanha; desarmamento das tropas coloniais francesas; etc. – e que teriam merecido a mais formal reprovação do marechal Pétain. Sua prisão, por outro lado, se prenderia à descoberta de uma conspiração, que ele estaria tramando, para afastar o marechal de chefia do governo. Todos esses rumores, entretanto, apesar de repetidos por milhares de bocas, não foram, até este momento, confirmados ou desmentidos. A discrição da imprensa, nesse particular, tem sido completa. Somente o *Paris-Soir*, de 20 de dezembro, isto é, cinco dias depois da demissão do sr. Laval, atreveu-se a publicar a composição do novo gabinete francês, do qual constava a supressão da vice-presidência do Conselho e a nomeação do sr. Pierre Etienne Flandin para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Sobre a demissão do sr. Laval, nem uma palavra.

2. O início dessa crise coincidiu com a chegada a Paris dos despojos do duque de Reichstadt, na noite de 14 de dezembro.

Nessa mesma ocasião, aliás, o sr. Abetz, embaixador da Alemanha, reunia nos salões da embaixada os jornalistas parisienses, para anunciar-lhes aquele acontecimento, até então conservado sob o mais absoluto sigilo, e fazia o elogio do sr. Pierre Laval, exaltando-lhe a obra de aproximação franco-alemã, de que fora o mais autorizado dos artífices. A publicação desse discurso pelos matutinos do dia 15, quando já se tornara conhecida a notícia da demissão do sr. Laval, causou, por isso mesmo, a maior impressão no espírito público, que viu nas palavras do embaixador Abetz a certeza de que aquela demissão se processara à revelia do governo de Berlim. E daí a ansiedade com que se aguardou, nesta capital, o desenrolar da crise que se abria em Vichy e cujas conseqüências, pela atitude que viesse a tomar a Alemanha, poderiam ser fatais para a própria integridade territorial da França não ocupada. A impressão dominante, com efeito, é que Berlim não permitiria o afastamento do sr. Laval dos conselhos do governo. O marechal Pétain estaria, assim, entre as pontas de um dilema: ou readmitiria o sr. Laval, desprestigiando-se no país, que lhe não perdoaria essa fraqueza diante da arrogância de Berlim, ou resistiria a essa pressão, fornecendo ao inimigo de ontem o pretexto que ele procurava para ocupar o resto do país. Tal foi o ambiente desta capital nos dias que se seguiram à queda do vice-presidente do Conselho.

3. A impressão favorável que o *Führer* procurara produzir no espírito público com a entrega, à França, do corpo do duque de Reichstadt, no mesmo dia em que se comemorava o centenário da trasladação das cinzas de Napoleão para os Inválidos, falhara, assim, completamente, diante da crise provocada pela demissão do sr. Laval. As cerimônias que então se realizaram, a altas horas da noite, passaram desapercebidas do povo, que só veio a saber do fato na manhã seguinte, pela leitura dos jornais. Fácil será calcular, portanto, o desapontamento do chanceler do *Reich*, ao ver prejudicado, dessarte, todo o efeito que certamente pretendera tirar desse gesto de estudada simpatia pela França.

4. No dia imediato ao dessa cerimônia, o embaixador Abetz partia para Vichy. Supunha-se, então, que o móvel de sua visita ao marechal Pétain era obter, sob ameaça de ocupação de toda a França, a reintegração do sr. Laval. Vinte quatro horas depois, no entanto, ele regressava a esta capital, trazendo apenas no bolso a nomeação do sr. Fernand de Brinon, criatura do sr. Laval, para o cargo de delegado-geral do governo francês em zona ocupada, do qual era titular o general de la Laurencie. A crise, portanto, continuava aberta, entre Berlim e Vichy, criando para o país uma atmosfera de apreensão e nervosismo, que os últimos dias do mês não conseguiram dissipar.

5. Acreditam os observadores diplomáticos que o *Führer*, indignado com o rumo que tomaram os acontecimentos na França, tudo fará para obrigar o marechal Pétain a curvar-se diante da sua vontade e que, em caso de revés, não relutará em apeá-lo do governo, ocupando, ao mesmo tempo, o resto da França. Há quem suponha, no entanto, que o chanceler do *Reich*, embora acariciando aquele projeto, dificilmente chegará a esse extremo, pelo receio de que o marechal Pétain, insurgindo-se contra as suas exigências, parta para o norte da África, com todos os membros do governo, e coloque a frota francesa a serviço da Grã-Bretanha. Esses comentários, entretanto, baseiam-se apenas em hipóteses, pois ninguém sabe, exatamente, quais sejam, a respeito, as intenções do marechal Pétain e menos ainda o sentido e a extensão das exigências do *Führer*. Quaisquer que elas sejam, porém, forçoso é reconhecer que a França atravessa neste momento a fase mais crítica de sua história depois da assinatura do armistício, não parecendo absolutamente improvável que os acontecimentos venham a tomar, nestes dias mais próximos, um rumo imprevisto, de conseqüências incalculáveis para os destinos deste país. A organização de um triunvirato, formado pelos srs. Darlan, Huntzinger e Flandin, respectivamente ministros da Marinha, Guerra e Negócios Estrangeiros, de que se vem falando ultimamente, seria, assim, a primeira etapa no caminho da completa subordinação da França à Alemanha.

6. O povo desta capital, que espera, ansioso, pela solução dessa crise, e que sustenta, há dois meses, um combate desesperado contra a fome e o frio, que se fazem sentir de maneira quase trágica neste começo de inverno, rigorosíssimo, acha-se, entretanto, dividido em dois grupos: o dos que vêem na colaboração franco-alemã o único remédio capaz de minorar-lhes as dificuldades e favorecer a reconstrução da França e o dos que, odiando os alemães, só vêem a salvação da França através do prisma de sua aliança com a Grã-Bretanha, ainda que, para isso, se torne indispensável a partida do governo para uma de suas colônias do continente africano. Este grupo, sem dúvida, é o que possui maiores adeptos, quer no seio das massas populares, quer nos diversos círculos da burguesia e da alta sociedade. Os alemães, aliás, maus psicólogos, como são, da alma coletiva, não souberam aproveitar-se do ambiente de expectativa simpática, que se formara em torno deles nos primeiros dias da ocupação, para se imporem, pelo seu altruísmo, à gratidão dos vencidos. Longe disso, o que fizeram foi criar, em zona ocupada, um sistema tal de restrições e dificuldades, que, em pouco, fez renascer, com maior intensidade, o ódio tradicional que lhes votam os franceses. Ainda há poucos dias, numa demonstração de força, insensata e truculenta, fizeram afixar, em todos os bairros, um boletim inabilíssimo, no qual anunciavam que um determinado engenheiro francês, aliás desconhecido, fora fuzilado por haver agredido um membro do exército alemão. E isso em pleno dia de Natal. O sentimento de revolta causado por essa medida extrema foi geral e intenso e só não se manifestou publicamente pela certeza da brutalidade com que seria reprimido. A impressão que se tem, realmente, é que nunca, através de sua história, o povo desta capital odiou mais intensamente o povo alemão do que nesta quadra angustiosa e difícil da ocupação de Paris. E diante desse ódio, que é real e absoluto, parece improvável que possa vingar qualquer tentativa de colaboração entre os dois países. O próprio sr. Marcel Déat, redator-chefe do jornal *L'Oeuvre* e personagem dos mais ligados à

embaixada da Alemanha, referindo-se, em editorial, à recente crise provocada pela queda do sr. Laval, reconhece que a situação, no momento, não oferece margem para um trabalho profícuo de aproximação com a Alemanha.

> Em quinze dias de delírio – diz ele –, esses frenéticos, os inimigos da Alemanha, destruíram cinco meses de pacientes esforços em prol da paz e da reconciliação. Em duas semanas de demência política, eles puseram em perigo a unidade e a própria existência da França. Não é mais uma falta, nem um erro, é um crime, o mais abominável dos crimes, e que deverá ser castigado impiedosamente.

E prossegue, assustador: "a que acontecimentos iremos assistir amanhã? É com angústia que fazemos essa pergunta. E é por isso que se torna inútil, no momento, procurar com a vista horizontes distantes". Conclui, entretanto, por afirmar que os reacionários serão massacrados.

> A limpeza – afirma –, será feita, completamente e a fundo, mesmo que se proceda por etapas. A França, um pouco mais ferida, se reencontrará finalmente. Através de uma provação que lhe devera ser evitada, ela compreenderá, enfim, quais os caminhos que lhe continuam abertos e quais os que não poderá percorrer. E só então é que a revolução nacional, a verdadeira, poderá começar.

7. Essa linguagem sibilina do sr. Marcel Déat, arauto das idéias e opiniões da embaixada alemã nesta capital, não deixa a menor ilusão a respeito dos verdadeiros propósitos de Berlim quanto à presente crise francesa. Tudo parece indicar, assim, que estamos em vésperas de grandes acontecimentos, que terão uma influência decisiva nos destinos da França.

8. Merecem registro, igualmente, entre os fatos de dezembro, os acontecimentos que passamos a relatar: 1º) a reabertura, a 20 desse mês, dos cursos universitários, que haviam sido fechados, por ordem das autoridades de ocupação, em virtude das manifestações realizadas, pelos estudantes, a 11 de novembro; 2°) a transferência, a pedido do governo alemão, de três funcionários da embaixada americana nesta capital, sra. Elizabeth Deegam e srs. Gross e Hunt, por haverem dado asilo, no edifício da embaixada, a um oficial britânico foragido. A sra. Deegam chegou a estar detida durante um mês pelas autoridades alemãs. Relatam os jornais desta capital que o governo do *Reich* levou esses fatos ao conhecimento do governo americano, que reconheceu, pela voz do sr. Cordell Hull, que a Alemanha, como qualquer outro país, estava no direito de pedir a retirada de funcionários que julgava indesejáveis sem dar, a respeito, maiores explicações. Os referidos funcionários foram removidos para a embaixada americana em Lisboa; 3º) a detenção, durante algumas horas, numa sala da estação de Austerlitz, do sr. Maynard Barnes, primeiro-secretário de embaixada e encarregado dos negócios dos Estados Unidos nesta capital, por haver falado em inglês com um seu compatriota, que partia, contra as ordens expressas dos guardas alemães, que se opunham a que ele se servisse da "língua do inimigo". Esse fato, que não teve maior repercussão, dá uma idéia da má vontade com que são tratados aqui os americanos.

9. Os jornais desta capital timbram em fazer constar que os países sul-americanos, entre os quais o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai estão em completo desacordo com a política dos Estados Unidos, no que concerne à defesa do continente americano. Omitem por isso, deliberadamente, toda e qualquer notícia contrária a essa afirmação e nunca publicam os discursos pronunciados pelo presidente Roosevelt. O mesmo aconteceu, naturalmente, com a sua oração de Natal. O rádio de Londres, entretanto, que todos ouvem, habitualmente, apesar das severas proibições que existem a respeito, tornou-o conhecido nesta ca-

pital. Causou grande sensação e não pequeno júbilo, o trecho desse discurso em que o presidente Roosevelt afirma que tem razões para acreditar que as potências do eixo não poderão ganhar a guerra. A França, vencida, exultou com essas palavras, que lhe permitem encarar com menos pessimismo o dia de amanhã.

Paris, 1º de janeiro de 1941.
Rubens de Mello

* * *

1941

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/3/8/I/41

CONFIDENCIAL

Guerra na Europa
Entrevista do embaixador Souza
Dantas com o marechal Pétain

1 – QUINTA-FEIRA – 20H15 – Fui convidado para almoçar, pelo marechal, com o núncio apostólico, aqui, o embaixador da China, o ministro dos Negócios Estrangeiros Flandin, o ministro da Guerra, o ministro da Marinha e o ministro do Interior. O marechal falou-me, com grande apreensão, do futuro, especialmente, do abastecimento da França, acrescentando contar, sobretudo, com os Estados Unidos da América e o Brasil. Disse-me que muito estimaria, após a guerra, ir descansar no Brasil. O ministro da Guerra pediu-me, encarecidamente, lembrá-lo a Vossa Excelência, a quem se referiu longamente com admiração profunda, e perguntou-me se já se realizou a sua intenção de reabilitar o general Nivelle. A situação é de relativa calma, havendo maior expectativa em torno da chegada, esta semana, do embaixador dos Estados Unidos da América aqui.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/11/12/I/41

CONFIDENCIAL

Guerra na Europa
Dissensões teuto-francesas

9 – SÁBADO – 18H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 210. Os italianos e alemães, desgostosos com a neutralidade do marechal Pétain na guerra anglo-alemã, parecem manobrar no sentido de constituir em Paris um governo presidido por Laval, que se tornaria chefe de Estado e nomearia uma assembléia sua em Versalhes. Empresta-se ao marechal o propósito de contrariar esse plano, nomeando desde já uma assembléia em Vichy, composta de quatrocentos membros, cujo traçado já estaria pronto. Na expectativa das mais graves comoções intestinas, reina a maior ansiedade aqui nos círculos, ainda restritos, que conhecem a gravidade da situação. Hitler parece não haver respondido à mensagem pessoal do marechal Pétain. Só a possibilidade da resistência armada na África setentrional e a constituição de um governo francês ali poderá ainda reter os alemães em seus planos de avassalar inteiramente a França.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/20/I/41

Guerra na Europa
Reabilitação do senhor Pierre Laval

18 – DOMINGO – 23H45 – Aditamento ao meu telegrama n. 9. Ontem o marechal Pétain recebeu o senhor Pierre Laval, cuja vinda a Vichy não foi divulgada até agora. Sei, entretanto, que amanhã será publicado um breve comunicado oficial, cujos termos acabam de me ser mostrados, dando por desfeitos os "mal-entendidos" que haviam provocado a saída de Laval. Os alemães conseguem, por essa forma, trazer a reabilitação moral de Laval. Sei, por pessoa íntima do marechal, que esse considera aquele comunicado como a última concessão que fará aos alemães, mas que não pretende convidar novamente Laval para o governo. Penso, porém, que será obrigado a fazê-lo e, talvez mesmo, a ceder seu cargo de chefe de Estado ao candidato alemão. O que os alemães pretendem, através de Laval, é levar a França à guerra contra a Inglaterra. São imprevisíveis as reações internas e as conseqüências políticas da última capitulação do marechal, cuja sensibilidade se torna cada vez mais evidente.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de fevereiro de 1941.

RESERVADO

Mês político na França[1]
Janeiro de 1941.

N. 1

O ano de 1941 iniciou-se de maneira sombria para os destinos da França. Esperava-se a cada instante, com efeito, que o governo de Berlim, irritado com a duração da crise aberta a 13 de dezembro pelo afastamento do sr. Pierre Laval, acabasse por exigir brutalmente, de Vichy, não só a demissão dos ministros hostis à Alemanha, srs. Baudoin, Alibert e Peyrouton, mas também o regresso do sr. Laval às funções de que fora alijado. Vichy, ou melhor, o marechal Pétain achar-se-ia, dessarte, entre as pontas de um dilema: ou readmitia o sr. Laval, dando-lhe carta branca para negociar com Berlim, demitindo, ao mesmo tempo, os ministros que se mostravam infensos à política ditada pelo espírito das entrevistas de Montoire, ou Berlim, intervindo diretamente na política interna da França, exigiria a renúncia do marechal, formando, incontinenti, um novo governo francês, sob a chefia do sr. Laval. A imprensa parisiense, cujos editoriais refletem, fielmente, o ponto de vista das autoridades de ocupação, contribuía de maneira decisiva para dar à crise em questão o aspecto de uma verdadeira dissidência entre Vichy e Berlim, dissidência que, a seu ver, seria de nefastas conseqüências para os destinos da França. E não se detinha aí: animada de grande fervor patriótico, en-

[1] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 16, reservado, da embaixada do Brasil em Paris, de 01/02/1941.

toava loas às autoridades de ocupação, reservando todo o seu ódio à "camarilha do marechal, vendida à Inglaterra", cujo interesse pessoal primava sobre os interesses da pátria. Vichy, entretanto, não parecia impressionar-se com semelhantes ataques e ameaças. Dir-se-ia que a linha de demarcação, que separa a França em duas partes distintas e praticamente incomunicáveis, lhes amortecia a violência, reduzindo-os, ao mesmo tempo, a suas verdadeiras proporções. Assim é que, enquanto Paris se sobressaltava, receando a cada instante um ato de força das autoridades de ocupação, Vichy, tranqüila e burocrática, continuava a inundar o país de leis e regulamentos, mais ou menos inoperantes, e a opor ao inimigo de ontem uma resistência passiva, mas decidida. Já então, a política de colaboração franco-alemã, iniciada sob os auspícios das entrevistas de Montoire, nada mais era do que uma simples reminiscência. Indignadas com esse estado de coisas, que mal encobria uma surda hostilidade por parte de Vichy, as autoridades de ocupação passaram a criar uma série de dificuldades ao restabelecimento da vida francesa, que se manifestaram sobretudo no terreno do abastecimento das populações da zona ocupada, em víveres e carvão. Foi nesse ambiente de franca hostilidade que se teve notícia da demissão do sr. Baudoin do cargo de secretário de Estado. A imprensa parisiense, cujo *leit-motiv* é a volta do sr. Laval ao governo, interpretou esse fato como uma prova de que o marechal, vencendo, finalmente, a oposição de sua camarilha, buscava restabelecer o contato com Berlim, interrompido desde meados de dezembro. A recomposição ministerial, dentro daquele espírito, era tida, nessa ocasião, como coisa absolutamente certa. Semelhantes previsões, no entanto, falharam completamente. Com efeito, em lugar de um novo gabinete, o que se viu foi a formação, dentro do antigo ministério, de um triunvirato composto pelo almirante Darlan, ministro da Marinha, general Huntzinger ministro da Guerra, e sr. Pierre-Etienne Flandin, ministro dos Negócios Estrangeiros. As relações entre Vichy e Berlim continuavam, portanto, suspensas. Por maior que fosse,

porém, a obstinação de Vichy, era voz corrente, em zona ocupada, que essa situação não podia prolongar-se indefinidamente. A 21 de janeiro, com efeito, a população parisiense era surpreendida com a notícia da entrevista que se verificara em Ferté-Hauterive, entre o marechal Pétain e o sr. Pierre Laval. O comunicado oficial, publicado nesse mesmo dia, declarava que, nessa ocasião, haviam sido dissipados os mal-entendidos que provocaram os acontecimentos de 13 de dezembro. A imprensa desta capital exultou com esse acontecimento, que parecia indicar, de maneira irrefragável, a volta do sr. Laval ao governo. Duraram pouco, entretanto, essas manifestações de entusiasmo. Vinte quatro horas depois, o rádio de Vichy fazia saber que aquele encontro tivera apenas por finalidade dar uma satisfação moral ao antigo vice-presidente do Conselho, sem que isso importasse na necessidade de uma recomposição ministerial. Fácil será calcular-se o desapontamento que essa interpretação do encontro de Ferté-Hauterive causou nas hostes que apóiam o sr. Laval. Dias depois, o sr. Abetz, embaixador da Alemanha, partia para Berlim, a fim, dizia-se, de conferenciar com o *Führer* sobre o "impasse" criado pela obstinação de Vichy. Nesse ínterim, o marechal Pétain dava a conhecer ao país a composição do Conselho Nacional e assinava a lei sobre a responsabilidade dos ministros. Ambos esses atos mereceram as mais severas críticas por parte da imprensa de Paris: o primeiro, por haver eliminado do referido Conselho os partidários do sr. Laval; o segundo, por ser considerado como uma arma forjada contra o sr. Laval, uma vez que abrange todos os atos praticados pelos ministros, nestes últimos dez anos. Eis como se refere a essa última lei a imprensa desta capital, simulando tratar-se de um telegrama de Berna:

> As notícias de Vichy, chegadas à capital federal, são muito inquietantes. A nova lei sobre a responsabilidade ministerial, publicada em Vichy, é um monumento de inconsciência e de arbítrio. Já se lhe deu um nome: a lei Chateldon, segundo a

> localidade na qual o senhor Pierre Laval foi arbitrariamente internado depois do 13 de dezembro. Nos meios diplomáticos de Berna, recusa-se tomá-la a sério. O governo de Vichy quer assumir a postura de um governo autoritário. Esquece que os governos da Alemanha e da Itália chegaram ao poder conduzidos pela vontade irresistível das massas populares, que seu poder foi consagrado por numerosas votações e que eles se apóiam sobre o consentimento, por assim dizer unânime, da nação. O governo de Vichy, ao contrário, provém de uma derrota. Não se apóia em nenhum movimento popular. Não teve jamais que lutar para assumir o poder, fala de revolução nacional e se constata que não houve uma tal revolução na França. Este fato pode ser lamentável, porque uma verdadeira revolução teria varrido os personagens que atualmente pretendem governar a França. O marechal Pétain, diz-se em Berna, é um prisioneiro virtual de um grupelho e os meios clarividentes de Vichy se dão conta de que, fatalmente, chegará o dia em que será necessário libertar o marechal dos círculos nefastos que o cercam. As notícias de Vichy sublinham igualmente que o senhor Pierre-Etienne Flandin desempenhou um papel duplo durante estes últimos tempos e que ele está completamente desacreditado nos meios diplomáticos. As louvaminhas em sua honra que a imprensa, a seu soldo, faz na zona não ocupada não mudam nada na sua situação pessoal, que deve ser considerada como extremamente crítica. Em todo caso, deixa-se entrever que o senhor Flandin não parece qualificado para realizar uma política de colaboração com a Alemanha.[2]

2. Esse telegrama, que foi publicado na íntegra por todos os jornais de Paris, como procedente de Berna, não esconde, entretanto, as suas origens. Trata-se, evidentemente, de um despacho forjado pelas autoridades de ocupação, não só para mostrar a ne-

[2] N.E. – Traduzido do francês original.

nhuma significação política do governo de Vichy, como para demonstrar que o sr. Etienne Flandin não é absolutamente *persona grata* ao governo de Berlim. Sua linguagem incisiva, idêntica à usada pelos jornais de Paris, não pode deixar a menor dúvida quanto à sua verdadeira procedência.

3. Estavam as coisas nesse pé, quando se deu, a 30 de janeiro, o regresso do embaixador Abetz. Como que obedecendo a uma senha previamente combinada, a imprensa desta capital recrudesceu na sua campanha contra o gabinete francês, afirmando, por meio de espalhafatosas manchetes, que a colaboração franco-alemã se tornara impossível com Vichy, que a camarilha que cercava o marechal devia ser eliminada, que o país devia escolher entre Vichy e a França, etc. Sob a primeira daquelas epígrafes, assim se exprimiu o sr. Jean Luchaire, amigo íntimo e comensal do embaixador Abetz, pelas colunas do jornal *Les Nouveaux Temps:*

> Impõe-se uma mudança de governo, se a França não deseja que seu presente e seu futuro sejam irremediavelmente comprometidos pelos crimes de homens perdidos por uma funesta ambição. Tudo tendo sido preparado pela equipe governamental para impedir o marechal Pétain de dar seqüência à entrevista de La Ferté-Hauterive e a seus compromissos anteriores, a fim de apagar as trágicas conseqüências do golpe de Estado da sexta-feira 13 de dezembro, inexiste hoje a confiança necessária entre os governos de Berlim e de Vichy. A obra iniciada em Montoire pelo chanceler Hitler e pelo marechal Pétain corre o risco de não ser continuada. A França não pode ignorá-lo e deve conhecer os responsáveis desta terrível eventualidade.[3]

E mais adiante, referindo-se ao sr. Etienne Flandin:

> É preciso, com uma clareza que não exclui o pesar, constatar

[3] N.E. – Traduzido do francês original.

> que, ao lado do marechal, encontra-se um homem que assumiu a política exterior do país, um homem que deve saber o que diz, o que faz, o que deixa dizer e o que deixa fazer – um homem cuja reputação era, contudo, solidamente estabelecida, um homem cujo nome figurou sob o primeiro artigo do *Nouveaux Temps,* a quem nunca deixaram de fazer elogios – um homem de quem se deve perguntar hoje, segundo uma célebre fórmula de Bismarck, se a vaidade não hipotecou a inteligência. Este homem é Pierre-Etienne Flandin. O senhor Pierre-Etienne Flandin, que não deveria jamais ter aceito substituir o senhor Pierre Laval nas circunstâncias que tinham acompanhado a partida deste; o senhor Pierre-Etienne Flandin, que, tendo sido devidamente esclarecido, deveria ter recusado permanecer no governo que, sem a presença do senhor Pierre Laval, se encontrava na incapacidade absoluta de continuar a obra de colaboração franco-alemã. O senhor Pierre-Etienne Flandin, que não deveria ter esquecido que se, no seu passado político, figuram o famoso cartaz das vésperas de Munique e o famoso telegrama do chanceler Hitler, cartaz e telegrama estes redigidos numa época em que a Inglaterra não queria ainda a guerra – o que ele não podia ignorar sendo presidente do grupo parlamentar França-Grã-Bretanha. O senhor Pierre-Etienne Flandin, que poderia permanecer – e ele o sabia – ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo de Vichy em que o senhor Pierre Laval tivesse reassumido o seu lugar, mas que acreditou poder permanecer como o único grande personagem político, no que se enganou.[4]

O sr. Jean Luchaire termina esse artigo, inspirado, evidentemente, de princípio ao fim, pelo embaixador Abetz, afirmando que, exceção feita dos ministros militares, o governo de Vichy não constitui mais, para a Alemanha, um parceiro possível. Se, pois,

[4] N.E. – Traduzido do francês original.

o atual gabinete não se transformar numa "equipe" de homens novos, a que se juntarão os elementos eliminados pelo *complot* de 13 de dezembro, não haverá mais colaboração franco-alemã, perdendo a França, com isso, sua mais bela oportunidade de restabelecimento e expansão.

4. O sr. Marcel Déat, por sua vez, afirmou, pelas colunas de *L'Oeuvre* que Vichy se achava entre as pontas de um dilema: ou paz de desconfiança e de destruição, ou paz de confiança e de associação. E acrescentou, dramático: matando a confiança que a França vencida havia sabido, graças ao sr. Laval, inspirar à Alemanha, Vichy traiu a França.

5. No dia seguinte, o sr. Jean Luchaire, ainda pelas colunas de *Les Nouveaux Temps*, dava a conhecer ao país as vantagens que a França perdera com o afastamento do sr. Pierre Laval. Ei-las: redução maciça das despesas de ocupação, que se elevam, de acordo com as cláusulas do armistício, a quatrocentos milhões de francos por dia; volta dos departamentos do norte e do Passo de Calais ao regime da administração francesa, em lugar de dependerem da administração militar da Bélgica; maior elasticidade da linha de demarcação; liberação de centenas de milhares de prisioneiros de guerra. Todas essas vantagens, acentua o sr. Luchaire, iam ser concedidas quando se deu o golpe de 13 de dezembro... A demissão do sr. Laval assumia, dessarte, o aspecto de uma verdadeira catástrofe nacional. O curioso, porém, é que os jornais tenham levado tanto tempo – um mês e meio, exatamente – para fazer semelhantes revelações, que contrastam com a linguagem usada nas primeiras semanas da crise, em que só se mencionava, como argumento principal, o fato do sr. Laval ser o homem de Montoire. Tais revelações, tão tardiamente feitas, fazem suspeitar, pois, que se trata apenas de uma possível manobra de Berlim para vencer as resistências que Vichy continua a opor à pessoa do sr. Pierre Laval. Como quer que seja, o que não admite dúvida é que o sr. Laval conta, neste momento, com todo o valioso apoio de Berlim e de seus representantes nesta capital. Nada mais natural, pois, que a

população da zona ocupada, tendo conhecimento desse estado de coisas, receasse que a obstinação de Vichy viesse a dar motivo a um golpe de força dos alemães. Temia-se, então – e esse temor permanece latente – que o governo de Berlim, perdendo a calma, denunciasse a convenção de armistício, dissolvesse o governo de Vichy e constituísse em Paris um governo seu, chefiado pelo sr. Laval. A hipótese de uma extensão da linha de demarcação, abrangendo Vichy e seus arredores, seguida de uma convocação da Assembléia Nacional, para destituir o marechal Pétain e confiar ao sr. Laval a chefia do Executivo francês, era considerada, igualmente, em certos círculos desta capital, como possível, senão provável. A linguagem desabrida dos jornais, afirmando que a crise seria resolvida dentro de 24 horas, emprestava a esses rumores o cunho das soluções imediatas. Janeiro findou, entretanto, sem que Vichy cedesse à violenta pressão dos jornais de Paris. A própria demissão do sr. Alibert não teve o caráter de uma satisfação aos amigos do sr. Laval. Quer isto dizer que as relações entre Vichy e Berlim continuam interrompidas e que a França permanece à mercê da violência e do mau-humor de seus ocupantes. Tudo depende, naturalmente, da maior ou menor habilidade do marechal Pétain, nesta angustiosa e difícil conjuntura. Não há dúvida que ele procura ganhar tempo, na esperança de amortecer as paixões e conseguir, assim, que o adversário esgotado reconsidere os fatos e admita o princípio da colaboração, sem a pessoa do sr. Laval. A repercussão desfavorável que teria no mundo um golpe da Alemanha contra o seu governo é, com certeza, a grande arma de que ele se serve, no momento, para resistir à obstinada pressão do governo de Berlim. Resta saber, porém, se o *Führer*, cuja vontade não admite contradições, está disposto a fazer semelhante concessão "à camarilha de Vichy", que poderá ser interpretada como uma prova de fraqueza de sua parte. Dele, pois, em última análise, é que depende a solução da crise francesa.

6. A prisão do sr. Langeron, prefeito de polícia de Paris, ocorrida no dia 24 deste mês, causou, como era de esperar, a maior

sensação nesta capital, onde, aliás, o sr. Langeron não goza de grandes simpatias. Apesar da imprensa parisiense guardar o maior sigilo sobre o assunto, sabe-se, por indiscrições de altos funcionários do governo francês, que a detenção do sr. Langeron se prende ao fato de haverem sido encontradas na repartição a seu cargo inúmeras armas e munições. Pretendem outros, no entanto, que a origem de sua detenção se liga à descoberta, no edifício do Museu do Homem (Palais de Chaillot), de inúmeros boletins, em francês e alemão, favoráveis à Grã-Bretanha. Outros, finalmente, asseguram que o sr. Langeron se achava envolvido numa conspiração de caráter "gaulista", cuja descoberta, pelas autoridades de ocupação, redundara na prisão de mais de quatrocentas pessoas, a maioria das quais pertencentes à polícia. Na realidade, porém, a única coisa de positivo que se sabe, é que o sr. Langeron se tornou suspeito aos alemães, ignorando-se, entretanto, os reais motivos de sua prisão. Sabe-se, igualmente, que inúmeras têm sido as prisões efetuadas nestes últimos dias pelos alemães, nada se podendo adiantar, entretanto, sobre os motivos que as determinaram.

7. A guerra entre o Sião e a Indochina, atribuída pelos jornais parisienses a mais uma insidiosa manobra da propaganda britânica, começou e acabou no meio da indiferença geral. Quando muito, serviu apenas de pretexto a ataques ineptos contra o império britânico.

8. O aprisionamento do vapor francês *Mendoza*, pelo cruzador auxiliar britânico *Astúrias*, causou a maior indignação nesta capital, sendo muito elogiada, pelos jornais parisienses, a atitude do governo e da imprensa do Brasil, nessa questão. Foram publicados, nessa ocasião, diversos telegramas do Rio de Janeiro, afirmando que o governo brasileiro convidara o governo de Panamá a pedir a todos os países americanos que fizessem um protesto comum em Londres, contra o seqüestro do referido navio. Esses telegramas reproduziram diversos tópicos de artigos publicados, sobre o assunto, pela imprensa do Distrito Federal.

9. O discurso do chanceler Hitler, pronunciado a 31 de janeiro, foi reproduzido em longos resumos pela totalidade da imprensa parisiense, acompanhados de comentários elogiosos às conclusões do *Führer*, relativas à futura organização da Europa e do Mundo. A França, afirmaram, nessa ocasião, todos os jornais desta capital, não pode estar ausente dessas importantes combinações. Ela deve, ao contrário, associar-se desde já a essa obra notável de reconstrução. É nesse espírito que se deve compreender a política de colaboração européia. Para os franceses, asseguram os jornalistas a soldo do *Reich*, "chegou a hora de escolher entre uma política de colaboração européia ou de fidelidade a um moribundo nefasto, a Inglaterra. A anglofilia e as esperanças infundadas só podem provocar catástrofes". A opinião pública, entretanto, na sua grande maioria, mostra-se infensa a esses comentários, convencida, como está, de que a derrota da Inglaterra importaria na ruína da França e na destruição dos princípios básicos da civilização européia.

Paris, 1º de fevereiro de 1941.
Rubens de Mello

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de fevereiro de 1941.

Mês político na França[5]
Janeiro de 1941.

N. 1

[5] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 5 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/02/1941.

Durante todo o mês de janeiro, o que se possa chamar política francesa tateou, sem rumo fixo, nas incertezas mais sombrias, sintomas de um profundo mal-estar nas relações franco-germânicas, ocasionado pela exoneração, prisão e soltura de Pierre Laval, ocorridas em condições dramáticas, em meados do mês anterior, mas cuja origem mais profunda se há de buscar no antagonismo das concepções do vencedor e do vencido, quanto às conseqüências práticas do princípio de "colaboração", por ambos aceito na histórica entrevista de Montoire.

2. A 19 de janeiro, deu-se a lume o seguinte comunicado oficial:

> O marechal Pétain, chefe do Estado, conferenciou com o presidente Laval, ontem, sábado, 18 de janeiro. Ficaram dissipados, no decurso dessa longa entrevista, os equívocos que haviam provocado os acontecimentos de 13 de dezembro.

3. Realizou-se esse encontro nas imediatas proximidades da zona ocupada, na estação de La Ferté (Allier), no *wagon* do chefe de Estado, provavelmente porque receasse Laval aventurar-se ao ambiente hostil de Vichy.

4. Permanecem envolvidos de mistério quais sejam, exatamente, os "equívocos" que determinaram, a 13 de dezembro, a súbita demissão do promotor e protagonista máximo da "colaboração franco-alemã", sua vexatória guarda sob custódia, e a inesperada anulação do ato constitucional que o inculcava como sucessor eventual do chefe de Estado – fatos esses então secamente comunicados ao país, numa rápida alocução radiofônica, pelo próprio marechal Pétain:

> Franceses!
> Acabo de tomar uma decisão que considero adequada aos interesses do país.
> O senhor Pierre Laval não faz mais parte do governo.
> O senhor P. E. Flandin receberá a pasta das Relações Exteriores.

O ato constitucional n. 4, que designava meu sucessor, está anulado.
Determinaram-me altas razões de política interna a esta resolução.
Continuo no leme.
A Revolução Nacional prossegue!

5. Transpondo para a ação política os métodos da disciplina militar, o atual chefe do governo francês timbra em governar sem fornecer aos governados a explicação de seus atos. Nenhuma palavra, oficial ou oficiosa, expôs ao país por que "altas razões de política interna" era mudado, exatamente, o titular da pasta das Relações Exteriores, nem qual a natureza dos equívocos que um mês mais tarde se dissipavam... Abolida, sob o atual regime francês, toda a imprensa política, os boatos mais desencontrados em vão procuram suprir a falta de informações seguras. Só algumas poucas pessoas, colocadas, pelos cargos que ocupam, na situação de confidentes do marechal, conhecem os motivos reais de seus atos, sigilo as mais das vezes zelosamente guardado. E assim se criou, na França derrotada, essa mística marechalícia, surpreendente forma da fé, a que se atém, nos vexames e tristezas da hora presente, o povo mais racionalista da terra. Fatigada dos políticos profissionais, desprovida de homens de Estado, a França confia no desinteresse e retidão de Pétain, imagem veneranda e venerada, de quem espera dias melhores, sem procurar compreender-lhe os atos, inacessíveis à razão humilhada.

6. Muitos indícios levam a crer, contudo, que o astuto Laval, manobrador pertinaz, viesse tentando explorar a mística marechalícia em proveito de uma política de cunho pessoal, favorecendo os alemães com tudo o que lhes aprouvesse, em desacordo com a orientação de Pétain e dos chefes militares que o circundam: "Colaborar na honra..."[6] Desde a célebre entrevista Hitler-Pétain, em Montoire, armada por Laval, ambicionaria este

[6] N.E. – Traduzido do francês original.

tornar-se o verdadeiro "chefe do governo", detentor real das rédeas de comando, relegando o herói de Verdun, a quem pesam os seus 85 anos, ao papel honorífico e decorativo de "chefe de Estado", com o que fora perdendo a sua confiança.

7. Em meados de novembro, a violenta expulsão das populações lorenas, oriundas de regiões secularmente francesas, ricas em jazidas de ferro, apresentou-se ao povo francês como o primeiro resultado tangível da política de cooperação com o vencedor, resultado esse que, no dizer das autoridades de ocupação, apenas decorria de entendimentos realizados em Paris com delegados do governo francês: optarem aquelas populações, dentro de 24 horas, entre a expatriação para a Polônia, após calma liquidação de suas propriedades, ou o imediato embarque para a zona livre, com o que continuariam francesas, tudo porém abandonando aos ocupantes germânicos. Em tal momento, negociador francês, e responsável por tais entendimentos, se os houve, só poderia ter sido Laval. Em começos de dezembro, numerosos trens transportando tropas alemãs, atravessavam, em direção da Itália, a zona livre, à revelia das cláusulas do armistício e com desconhecimento do governo de Vichy. Nenhuma solução satisfatória se dava ao angustioso problema dos prisioneiros de guerra, cerca de dois milhões de homens, nos que mais se encarnam a força e juventude do país, conservados nos *oflags*[7] e *stalags,*[8] como penhores da colaboração política entre o vencido e o vencedor. Nas negociações relativas à volta do governo francês para Paris, interpretando um ambíguo dispositivo da Convenção de Armistício, insistiam os alemães em manter militarmente ocupada a metrópole france-

[7] N.E. – Abreviatura de *Offizierslager* (campo, acampamento de oficiais), nome dado aos campos de prisioneiros de guerra desse nível militar.

[8] N.E. – Abreviatura de *Stammlager* (campo, acampamento central), designação dada aos campos de prisioneiros destinados a sargentos e praças, embora não exclusivamente. À idéia de "central" era acrescentada uma combinação alfanumérica, indicativa de campos subordinados. *Stalag 356/Z*, p. ex., era o segundo (Z, para *zwei* = dois), subordinado ao campo 356.

sa, embora sede do governo, só anuindo em evacuar a cidade de Versalhes, para residência do chefe do Estado. Certos ministérios, como o da Guerra, o da Marinha e o das Relações Exteriores, deveriam continuar na zona livre, em Vichy, permanecendo cindida a administração do país e obrigando-se o chefe de Estado a residir, alternativamente, em duas capitais. Não se restabeleceria, pois, a liberdade de comunicações entre a zona livre e a ocupada, perdurando a linha que as delimita, como uma corda estranguladora, que é a morte da França.

8. As cinzas de um romântico napoleônida, nascido num trono com o título de rei de Roma e morto na adolescência com o nome de duque de Reichstadt, ora exumadas de um túmulo vienense e generosamente oferecidas à França pelo *Führer*, deveriam fornecer o ensejo de uma tocante solenidade franco-germânica, digna de uma imagem de Epinal, ao serem depositadas sob a abóbada dos Inválidos, a 15 de dezembro, data centenária da trasladação do corpo de Napoleão I para as margens do Sena. Laval, a quem se atribui a paternidade da idéia, trouxera, das regiões ocupadas, uma carta em que Hitler convidava Pétain a comparecer, em Paris, àquela cerimônia de congraçamento franco-alemão e, ao mesmo tempo, de acentuado cunho antibritânico.

9. Pretende-se que o marechal de França, chefe do Estado Francês, considerou cortesia excessiva que um chefe de Estado estrangeiro o convidasse a visitar Paris... De outro lado, pessoas que não regateiam apreço à técnica dos sucessos nazistas, teriam ponderado ao marechal os perigos a que se exporia em Paris, onde afogado em honras, porém praticamente prisioneiro, poderia ver-se forçado a assinar tudo quanto lhe submetessem os alemães. Por fim, muito chocara o sentimento de dignidade do velho marechal a revelação de certos negócios – um projetado monopólio da indústria cinematográfica – a que se entregavam alguns franceses, protagonistas extremados da política de "colaboração", de parceria com certos alemães, regeneradores da Europa, embuçados de ideologia anticapitalista.

10. Acredita-se que todo esse acervo de fatos ou suspeitas, que só a história poderá um dia aclarar, haja determinado a súbita desgraça do astuto e pertinaz arquiteto da colaboração franco-germânica, personagem das de maior responsabilidade na implantação do novo regime francês. Resolvendo não se afastar de Vichy, Pétain fez-se representar por Darlan, o invicto chefe da Marinha francesa, na cerimônia a que Hitler o convidara, respondendo-lhe, ao que se diz, nos termos mais polidos, à carta com que fora honrado. Sabe-se que no curso dessa solenidade, ao fulgor de tochas noturnas, em torno dos Inválidos, o embaixador Otto Abetz, procônsul das Gálias, fez de público o elogio do ministro que acabava de desmerecer da confiança do chefe de Estado; e, logo no dia seguinte, precedido de uma seção de metralhadoras ligeiras, armas de uma nova diplomacia, rumou para Vichy, onde obteve, do marechal octogenário, em circunstâncias que se desconhecem, a imediata libertação de Laval, com ele voltando para Paris.

11. As conseqüências dessa capitulação de Pétain, efetuada provavelmente sob a ameaça de uma ocupação integral do país, foram das mais graves. Os alemães se negaram a tratar com Flandin, sucessor de Laval na pasta das Relações Exteriores, a trama dos delicados problemas suscitados pela ocupação militar. Em vão procurou Pétain, por intermédio de Darlan, reatar com o ocupante o fio das negociações, que os acontecimentos de dezembro interromperam; e uma carta pessoal que, por fim, dirigiu a Hitler, expondo-lhe as condições em que a França poderia colaborar com a Alemanha sem quebra de dignidade, parece não haver tido resposta alguma. Julgara Pétain que formaria um governo benquisto aos alemães circundando-se de um triunvirato governamental, formado pelos ministros da Guerra, da Marinha e do Exterior, e confinando os titulares das demais pastas a funções meramente administrativas...

12. Em resposta, a chamada "imprensa de Paris", a soldo dos alemães, ou por eles manobrada, se empenhou numa virulenta

campanha contra o "governo de Vichy", camarilha, a seu ver, responsável de todos os males do país e dos perigos a que o expusera a demissão de Laval... Preferindo não atacar diretamente a pessoa do maleável marechal, esses tristes articulistas franceses, entre os quais se extrema pela sua acrimônia um certo Marcel Déat, acusavam todos os membros do governo de faltarem aos imperativos do novo patriotismo francês: colaborar alacremente com o brilhante vencedor da França e integrá-la, sem reticências, numa Europa germanizada.

13. Conta-se que Laval, ao deixar Vichy em companhia de seu bom amigo Abetz, jurara que esmigalharia, um por um, os seus adversários no governo. E, de fato, o que se viu, no decurso de janeiro, foi serem despedidos, um por um, os mais fiéis colaboradores de Pétain: Baudoin, Alibert, Peyrouton, nomes de relevo, despachados sem que se o explicasse ao país, e sem nenhuma palavra de agradecimento do chefe de Estado... Até que este, a 19 de janeiro, resolve encontrar-se com Laval e declarar ao país que se haviam dissipado os "equívocos" causadores de sua demissão. Essa nova capitulação de Pétain, a que se submeteu movido pelo intento de, reabilitando moralmente a personalidade de Laval, aplacar as iras do ocupante alemão, não teve outro resultado senão o de que assumisse violência inaudita a campanha da imprensa germânica de Paris contra o governo do marechal. De fato, se o afastamento de Laval se efetuara em virtude de equívocos, que seriam, aliás, imperdoáveis, e se, no dizer do próprio marechal, tais equívocos se haviam dissipado, por que motivo não reintegraria ele Laval no poder? E o vozerio da imprensa germânica de Paris, desencadeada em apelos incendiários, intimava a nação a escolher "entre Vichy e a França", o que, em outras palavras, significava optar entre Laval e Pétain.

14. Na realidade, a escolha da nação já estava feita. Porquanto, na opinião geral, restabelecer Laval no governo significaria levar a França vencida a cooperar mesmo, militarmente, e em condições desonrosas, com seu duro e astuto vencedor, isto é, deixar-se ela

arrastar à guerra contra um mundo que não quer morrer e correr o perigo de sublevar-se o império colonial francês que, sob influências diversas das que se exercem sobre a metrópole, se poderia bandear todo para o grupo do general De Gaulle.

15. Preocupado em aliviar os sofrimentos materiais da França, agravados com a inesperada prolongação da guerra, Pétain entende colaborar com a Alemanha exclusivamente no plano econômico e, rigorosamente adstrito às cláusulas da Convenção de Armistício, não admitiu, até hoje, que se dilatasse a zona ocupada, concedendo-se ao ocupante bases estratégicas nos portos do sul do país e nos da África do norte. À Alemanha, que já retira da França tudo o que dela pode retirar – desde a colheita dos campos ao ouro dos cofres particulares –, não lhe basta receber da França uma colaboração mitigada e parcial, essa colaboração "a conta-gotas", de que fala Marcel Déat. O que a Alemanha exige e propugna, sob o signo da "política de colaboração", a par da progressiva integração de toda a economia francesa na economia de guerra alemã, são vantagens de caráter eminentemente militar, para o prosseguimento de sua luta contra o império britânico, isto é, uma alteração profunda das condições do armistício, mercê da qual se corrijam seus erros de previsão, evidentes hoje. Pois, em junho de 1940, ao se instalar sobre a costa francesa somente de Dunquerque a Biarritz, a Alemanha não contava nem com os surpreendentes insucessos de seu parceiro do Eixo, a quem tem hoje que prestar socorro, nem com a inverossímil resistência do mundo britânico. E daí todo o seu empenho em "colaborar" com a França militarmente, tornando-lhe ainda mais sensível o abismo de sua derrota...

16. Pétain acabará capitulando? Apesar de seu patriotismo inegável, é o que podem acreditar quantos o vêem a bracejar contra forças que vão levando de vencida, e buscam conhecer os traços profundos de seu temperamento, já revelados por certas passagens das "Memórias" de Poincaré, tomo X, páginas 86 e seguintes... Trata-se aí de um brilhante militar, predestinado à longevidade

e que, ainda no vigor dos anos, há cerca de cinco lustros, sabia exasperar, com seu pessimismo sombrio, homens da têmpera de um Clémenceau.

Vichy, em 1º de fevereiro de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de março de 1941.

Mês político na França[9]
Fevereiro de 1941.

N. 2

O mês de fevereiro assinalou-se, do ponto de vista da política interna, por dois acontecimentos capitais: – a fundação, em Paris, do *Rassemblement National Populaire*, movimento destinado, principalmente, a forçar o regresso do sr. Laval aos postos que ocupava antes da crise de 13 de dezembro do ano passado; e a nomeação do almirante Darlan para vice-presidente do Conselho de Ministros e sucessor eventual do marechal Pétain na chefia do Estado Francês. Tais acontecimentos, entretanto, longe de porem um termo à rivalidade que se estabeleceu entre Paris e Vichy, ainda mais contribuíram para acentuar as divergências que separam as duas cidades. O *Rassemblement National Populaire*, com efeito, destina-se, como indica o seu programa, a fazer a revolução nacional que Vichy prometeu, logo após a assinatura do ar-

[9] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 39 da embaixada do Brasil em Paris, de 01/03/1941.

mistício e que, no entanto, não pôde, não soube, ou não quis realizar. A escolha do almirante Darlan para vice-presidente do Conselho, por outro lado, demonstra que Vichy continua hostil a toda e qualquer política que saia fora do quadro dos compromissos oriundos da convenção do armistício. E daí a impossibilidade de um acordo, no momento, entre o governo francês e os dissidentes de Paris. O governo de Vichy, evidentemente, contemporiza com os acontecimentos e opõe às exigências de Paris uma resistência passiva, mas eficiente, receoso de assumir uma atitude definida, que desgoste o vencedor, ou o comprometa aos olhos da Grã-Bretanha. Suas simpatias, entretanto, acham-se do lado da sua aliada de ontem, cuja carta procura jogar discretamente, de maneira a não incorrer na cólera do *Reich*. Paris, ao contrário, joga abertamente a carta da Alemanha, cuja vitória considera como certa, e deseja, por isso, que Vichy entre definitivamente no terreno da colaboração com Berlim, fora do qual, acredita, não há salvação possível para a França. Quando digo Paris, refiro-me, exclusivamente, à imprensa desta capital, aos partidários do sr. Pierre Laval, aos grandes industriais, que vêem na política de Montoire um meio prático e fácil de porem a salvo suas fortunas e bens, e nunca ao povo e à pequena burguesia parisiense, que ontem como hoje, permanecem hostis ao inimigo tradicional da França.

2. Separados, assim, pelo antagonismo de suas aspirações e de seus desejos, no terreno internacional, os franceses das duas zonas, a ocupada e a livre, ainda mais se distanciam, no quadro da política interna, pelos ódios pessoais que lhes dominam os atos, as palavras e as atitudes, nas suas lutas e polêmicas pela conquista do poder. E é em torno desses ódios, precisamente, que gira, neste momento, todo o sistema político da França, com grave dano para a sua própria unidade espiritual. O ódio a Vichy, ou melhor, ao que Vichy representa como elemento de tolerância e de fusão entre as idéias da III República e os princípios que de-

terminaram a implantação do novo regime na França, é, com efeito, o rastilho com que o *Rassemblement National Populaire* pretende fazer explodir a revolução nacional, de caráter totalitário. Vichy, por sua vez, responde com igual energia aos insultos que lhe arrogam os partidários da colaboração franco-alemã, envolvendo-os no mesmo ódio que consagra aos inimigos de ontem. E guarda, perante o mundo, a atitude serena de quem não teme as conseqüências de seus atos. O gabinete de 25 de fevereiro, com que Vichy procurou jugular a crise surgida a 13 de dezembro, é bem uma prova do espírito de resistência do marechal Pétain às exigências desabridas da imprensa de Paris. De acordo com as leis votadas na ocasião, o novo gabinete compõe-se de um presidente do Conselho, de um vice-presidente, que exerce igualmente as pastas do Interior, dos Negócios Estrangeiros e da Marinha, e que forma com os quatro ministros-secretários de Estado restantes o Conselho de Ministros; de 8 secretários de Estado com assento no Conselho de Gabinete; de 2 delegados-gerais e de 24 secretários-gerais, que dirigem as Administrações. O que remeto em apenso, publicado pelo jornal *L'Oeuvre*, indica a posição dos ministros-secretários de Estado com relação às pastas e serviços que lhes foram afetos.

3. Como era de prever, dado o antagonismo existente entre Paris e Vichy, a imprensa desta capital atacou com violência a composição desse gabinete, que denominou de "Ministério dos *Trusts*", declarando, entre outras coisas, que o país se tornara, com ele, uma vítima das forças contra as quais se fizera a revolução. Acentuou, além disso, que o novo gabinete significava a conquista do poder pelos grandes sindicatos industriais e financeiros, geradora dos antagonismos sociais e dos privilégios de classes. A República, afirmou, tornara-se plutocrática pelo abuso da liberdade; a revolução nacional, entretanto, nada mais era do que essa mesma plutocracia, sem o regime da liberdade. Eis, a respeito, o que disse o jornal *L'Oeuvre*, pela pena do sr. Robert Bobin:

> (...) a pressão anglo-saxônica continua em Vichy e o almirante Leahy de novo acenou ao almirante Darlan com o socorro americano à Inglaterra para frear ao máximo o governo francês. Mas, eis o que é mais grave: esses senhores de Vichy e dos *trusts* reunidos imaginam que a colaboração com a Alemanha não pode ser tratada senão como um bom negócio para o capitalista. Como poderiam raciocinar de maneira diferente o senhor Barnaud, do banco Worms, do *Comité des Prêts du Crédit Colonial*, da *Société Lyonnaise des Eaux et de l'Eclairage;* o senhor Achard, dos trustes do leite, da manteiga, da beterraba e do café; o senhor Caziot, do *Crédit Foncier* e da *Société des Agriculteurs du Marquis de Vogüé;* o senhor Pucheu, do *Comptoir Sidérurgique*, que foi um dos animadores do *Comité des Forges;* o senhor Lafond, do grupo Mercier e protetor do truste dos petroleiros. O que se pode esperar desses senhores senão a esperança de um "bom negócio", que permitisse, por uma normalização aparente de nossas relações com a Alemanha, enterrar a revolução nacional.[10]

4. Mas não pararam por aí os ataques que se fizeram em Paris ao novo gabinete. Criticaram-se [*sic*], igualmente, do ponto de vista técnico, por colocar as pastas da Educação Nacional e da Família sob a dependência direta do Ministério da Guerra, o que, na realidade, parece um despropósito. Enveredaram pelo terreno da colaboração franco-alemã, afirmando que um gabinete de plutocratas não merecia, nem podia merecer, a confiança de Berlim e terminaram por afirmar que se tratava, unicamente, de um ministério de transição, preparatório do futuro governo Laval. Devo ponderar, aliás, que a opinião pública desta capital, acostumada, como se acha, às constantes remodelações ministeriais de Vichy, não está longe de compartilhar essa opinião da imprensa parisiense. Contribui para isso, como declarei, o fato de ter havido, nestes últimos oito meses de vida política francesa, quatro gabinetes e

[10] N.E. – Traduzido do francês original.

nove remodelações ministeriais. E a frase do sr. Georges Lupo, publicada no *Paris-Soir*, afirmando que "À tradição dos gabinetes da III República: 'Os gabinetes mudam, os homens permanecem', substitui agora a nova fórmula: 'Os homens mudam, permanecem os gabinetes'"[11] passou a ter, na boca do povo parisiense, a força de um julgamento definitivo.

5. Outra fórmula inovadora do gabinete de 25 de fevereiro foi a criação de um delegado-geral, com categoria de secretário de Estado, para conduzir as negociações econômicas franco-alemãs. Seu titular é o sr. Barnaud, que os jornais parisienses, como já disse, acusam de ser um dos mais influentes representantes dos *trusts* financeiros internacionais. O novo delegado-geral, que residirá em Paris, ocupar-se-á, antes de tudo, dos danos sofridos pela indústria e o comércio, em virtude da guerra, procurando, ao mesmo tempo, adaptar a economia francesa à situação atual.

6. É opinião corrente nos círculos diplomáticos desta capital que o governo de Berlim não ficou satisfeito com a nova organização ministerial francesa, por considerá-la como um reflexo da má vontade que reina em Vichy a respeito da colaboração franco-alemã. As autoridades de ocupação, aliás, não escondem o desapontamento que lhes causou o fato do sr. Laval não figurar no novo governo e afirmam que "Vichy se engana ao jogar com a carta inglesa". Não obstante a ameaça velada que essas palavras encerram, a impressão que se tem é que a Alemanha, preocupada, como se acha, com o plano das suas operações contra a Inglaterra, não procurará, por enquanto, intervir abertamente nos negócios internos da França.

7. Do ponto de vista internacional, o acontecimento de maior relevância no mês de fevereiro foi a entrevista Pétain-Franco, realizada em território francês, logo depois do encontro do caudilho espanhol com o sr. Mussolini. Apesar dos jornais parisienses afirmarem que a aludida entrevista se limitou a uma simples troca

[11] N.E. – Traduzido do francês original.

de vistas sobre a situação européia, a impressão dominante nesta capital é que, nesse encontro, o general Franco procurara obter, a pedido do sr. Mussolini, que as tropas italianas que se batem na África não fossem desarmadas ao penetrar em território colonial francês. Assegura-se, por outro lado, não sei se com fundamento, que o marechal Pétain se recusara terminantemente a atender a esse pedido, alegando que as cláusulas do armistício franco-italiano não lhe permitiam fazer semelhante concessão.

8. Findava-se o mês, quando se teve notícia da morte, no porto de Brest, do almirante alemão Lothar von Arnauld de la Perière, comandante-em-chefe das forças navais alemãs em território ocupado, ocasionada, segundo Berlim, por um acidente de avião e atribuída pela rádio de Londres aos efeitos do bombar-deamento daquela cidade pela aviação britânica. Os funerais do almirante Arnault de la Perière foram realizados na igreja da Madalena, nesta capital, com a assistência de todos os chefes da administração militar alemã e de vários representantes do mundo oficial francês.

Paris, 1º de março de 1941.
Rubens de Mello

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de março de 1941.

Mês político na França[12]
Fevereiro de 1941.

[12] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 13 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/03/1941.

N. 2

Declarara o marechal Pétain, numa de suas principais alocuções radiofônicas, a 25 de junho de 1940, ao acobertar, com a autoridade de seu nome, as condições do armistício que se firmara em Compiègne:

> O governo se viu acuado a esta alternativa: ficar onde estava ou partir para além-mar. Resolveu, após deliberação, permanecer no país, a fim de garantir a unidade do povo francês e representá-lo em face do adversário.
> Severas são as condições a que nos tivemos que submeter.
> Mas, o governo continua livre, e só franceses administrarão a França.

2. Estas últimas palavras do honrado marechal, não cairá fora de propósito recordá-las, inquirindo-se-lhes o que contenham de clarividência e previsão política, ao se examinar a situação real da França, oito meses mais tarde... Em fevereiro de 1941, após incessantes modificações ministeriais, a braços com uma crise que perdurava há dois meses, Pétain, prócer de uma "Revolução Nacional" e chefe de um Estado que acreditara livre, se debatia nas mais sérias dificuldades para constituir um governo do agrado do vencedor. A unidade moral da nação se achava gravemente comprometida, por efeito da prolongada existência de uma fronteira dentro do país, quase intransponível, e qual só se poderia imaginar entre Estados inimigos: a linha divisória, que se traçara entre a zona ocupada e a zona "livre". Ultrapassando toda finalidade especificamente militar, essa barreira, a que não se conhecem precedentes na história, veio a ter um objetivo eminentemente político sem que nada o tenha feito prever nas cláusulas da convenção de armistício, a não ser o espírito que as ditara: permitir aos ocupantes nazistas, senhores de mais de dois terços da França, legislando em nome do *Führer*, fazerem ali tudo o que lhes convenha

e exercerem uma pressão contínua sobre o governo que se instalara na zona "livre", fiscalizando-o severamente.

3. Assim, apenas se lançou em Vichy, em fins de janeiro, um partido político destinado a apoiar a ação do chefe de Estado, a "Concentração Nacional", logo em Paris se criou a "Concentração Nacional Popular", outro partido político, com o fim de contrabalançá-lo. Desde os primeiros dias de fevereiro, os elementos mais heterogêneos, trânsfugas de quantas facções dilaceraram a França, se congregaram nesse ruidoso grupamento, obra de demagogos, patrocinada pelas autoridades ocupantes. Em suas violentas investidas contra o governo de Vichy, acusa-o de reacionário e retrógrado, increpando-lhe descuidar-se do bem-estar das classes proletárias, e, nos assuntos de interesse nacional, proclama-o baldo de orientação patriótica, por sonegar ao vencedor uma colaboração irrestrita... E o governo francês, inspirado embora em moldes autoritários, nenhuma autoridade possui para contrastar as campanhas que contra ele se empreendem às escâncaras, na França ocupada. Muito ao contrário, exercem elas, sobre as resoluções do governo, por vezes, decisiva influência.

4. A intromissão germânica nos negócios internos da França se acha assegurada pela coexistência, a par da autoridade de ocupação militar, de uma autoridade de ocupação civil: Otto Abetz, nomeado a princípio ministro e, em seguida, embaixador do *Reich* em Paris, sem que jamais se haja consultado se era *persona grata*, nem apresentado quaisquer credenciais, exerce funções que mais se assemelham às de um alto comissário em país protegido. Amigo de von Ribbentrop, é, como este, um perfeito conhecedor dos homens e das coisas de França, donde fora intimado a afastar-se, após a crise de Munique, em virtude de atividades consideradas nefastas aos interesses da segurança nacional... Hoje em dia, reconheceu o governo de Vichy a legitimidade perfeita da atuação desse pseudodiplomata, nomeando junto à sua pessoa, também realçado com o título de embaixador, outro pseudodiplomata, o senhor De Brinon, "delegado-geral do governo francês junto às

autoridades de ocupação". E De Brinon e Otto Abetz, que desde muito se conheciam, compreendem-se às maravilhas. A ponto que, durante a crise política provocada pelo afastamento de Laval, cada vez que se esperava em Vichy a próxima chegada daquele representante francês, era ela aguardada com o ansioso receio que inspiraria a do próprio embaixador germânico, portador de algum *ultimatum*.

5. Se é certo que o desfecho dessa crise não elevou Laval outra vez ao poder, por haver ele preferido recusá-lo, sentindo a impopularidade de que é objeto a sua pessoa, não é menos exato que também não trouxe nenhuma alteração quanto ao prosseguimento de sua política de inteira sujeição à Alemanha, revelando apenas a veleidade dos gestos de independência do velho marechal. Na luta entre Pétain e Darlan,[13] o *tertius gaudens* veio a ser o almirante Darlan... Quem é este? Colocado em posto de destaque, nos famosos tempos da "Frente Popular", por obra e graça de Léon Blum, que lhe confiara a chefia do estado-maior da Armada, tem ele logrado sustentar-se, através de todas as vicissitudes e tormentas políticas, graças a uma habilidade inegável. Dotado de encanto pessoal e fino tino manobrista, esse donairoso *gascon*, oriundo de uma família de homens do mar, é, visceralmente, um marinheiro, em quem, graças ao vezo de uma profissão hereditária, a imagem da pátria já se confunde com a da Marinha que representa. A esquadra francesa nunca foi batida pela alemã. Mas, quantas vezes o foi pela inglesa, no curso da história! Colaborar com a Alemanha, no momento em que o império britânico periclita, não se afigurará a Darlan prestar ao vencedor indecoroso apoio, mas antes se aliar contra um inimigo secular.

6. Os poderes que, desde 24 de fevereiro, se enfeixam nas mãos desse almirante francês, vice-presidente do Conselho a que estão submetidos os departamentos de imprensa, censura e propaganda, ministro da Marinha, ministro do Interior, ministro do Exte-

[13] N.E. – Trata-se, possivelmente, de Laval.

rior, sucessor eventual do marechal Pétain no cargo de chefe do Estado, são singularmente mais amplos do que os que haviam cabido a Laval. Sem os percalços de um discutido passado parlamentar, respeitado por seu caráter incorruptível, Darlan, profundamente anglófobo, animado de uma concepção toda profissional da honra e dos interesses de seu país, pareceria dever ser acolhido pelos alemães como o homem talhado para arrastar a França à colaboração incondicional que dela reclamam. De fato, parece ele gozar da confiança de Hermann Goering e outras autoridades militares alemãs, as quais, ao que se diz, muito lhe estimularam o zelo "colaboracionista", lisonjeando-lhe a vaidade a que o sabem sensível, ao lhe acenarem com as honras de comandante supremo de uma futura frota pan-européia...

7. As reticências com que a "imprensa de Paris" recebeu a investidura de Darlan nos cargos que hoje ocupa, mostrando francas preferências por Pierre Laval, por ela celebrado como o único patriota francês capaz de guiar a França a seu glorioso futuro, numa Europa germanicamente organizada, pareceriam assaz incompreensíveis se não se considerasse que aquela imprensa obedece às diretivas da autoridade ocupante civil, cujo representante máximo se acha unido a Laval pelos laços de uma robusta amizade, fundada na rocha viva de sólidos interesses.

8. Muito contribui para aprofundar, em todos os assuntos, o divórcio mental entre a zona "livre" e a ocupada, a ação contínua da imprensa, que não circula de uma para outra zona. Em antigos órgãos parisienses, ora reduzidos a tristes folhas provincianas, escrevem na zona "livre" os articulistas que não puderam, ou não quiseram, colocar-se sob a dependência imediata do vencedor, embora se vejam manietados por uma censura rigorosa, adstrita a diretrizes de Berlim. Do outro lado da linha de demarcação, na grande imprensa de Paris, obra de prósperos jornalistas, cintila hoje, com a maior independência de linguagem, a serviço do pangermanismo, o brilhante espírito gaulês...

9. Como quer que seja, não dependerá da opinião pública francesa, nem da vontade do chefe de Estado, senão do assentimento das autoridades ocupantes, a estabilidade do ministério Darlan. Ele poderá consolidar-se na medida em que os alemães verificarem que a "política de colaboração" nada perdeu com o afastamento de Laval, seu engenhoso promotor.

10. Com o intuito de destruir as desconfianças alemãs quanto às influências nefastas que sobre a política do marechal exerceriam seus colaboradores, denominados a "camarilha" de Vichy, a 10 de fevereiro, uma lei básica, que reorganiza o governo francês, distribuiu toda a administração do país numas duas dúzias de "Secretarias de Estado", cujos titulares, meros encarregados de expediente, não terão nenhuma significação política, excetuados alguns a quem couberem, em virtude de um decreto especial, o título e as prerrogativas de ministro. Estes são, hoje em dia, o ministro da Guerra, o da Justiça, o da Fazenda e o da Agricultura, que, sob a chefia do vice-presidente do Conselho, formam o "Conselho de Gabinete", orientador da política francesa. Dessa forma, sob a autoridade distante, senão mesmo teórica do chefe de Estado, também intitulado "presidente do Conselho" e "chefe do governo", o exercício do poder governamental ameaça resvalar para as mãos de quem gerir a vice-presidência do Conselho...

11. E assim se prossegue, sob os auspícios de um honrado militar, lançado na vida pública aos 85 anos de idade, a obra dessa chamada "Revolução Nacional", eufemismo em que se oculta a conquista política da França metodicamente organizada pelo vencedor.

Vichy, em 1° de março de 1941.
Trajano Medeiros do Paço,
Encarregado de Negócios

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de abril de 1941.

RESERVADO

Mês político na França[14]
Março de 1941.

N. 3

O problema do abastecimento da França constituiu o assunto capital do mês de março. Tudo girou, com efeito, em torno dessa questão, premente e angustiosa. Logo no início do mês o governo de Vichy aconselhava a população, por todos os meios ao seu alcance, a fazer a mais estrita economia dos produtos alimentícios, sob o fundamento de que o bloqueio britânico privava o país da totalidade de suas importações. A França, por conseguinte, teria que viver em 1941 à custa dos seus próprios produtos, quase todos, aliás, deficitários. A colheita de cereais, por exemplo, apresentava um déficit de trinta e cinco milhões de quintais, provenientes não só da geada do inverno de 1939-1940, mas também das destruições causadas pela guerra. Considerando que a França importava anualmente vinte milhões de quintais de milho e de arroz – importações essas atualmente suspensas – verifica-se que, só em cereais, o seu déficit, para o corrente ano, ascende a 55 milhões de quintais. O mesmo acontece com relação às batatas, cuja falta se faz sentir de maneira imperiosa em todas as mesas. A produção de leite, por sua vez, sofreu considerável redução, não só pelo desaparecimento de grande parte dos rebanhos da França, como pela carência de forragem nos mercados do país. Diante, pois, de tão sombrias perspectivas, o governo francês viu-

[14] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 65, reservado, da embaixada do Brasil em Paris, de 01/04/1941.

se na contingência de apelar para o espírito de economia do povo, aconselhando-o ao mesmo tempo a incrementar as criações domésticas e a cultivar os seus próprios quintais e jardins. Concomitantemente, o almirante Darlan declarava, em reunião do Conselho de Ministros, que não estava mais disposto a tolerar que os navios de comércio franceses fossem capturados, nem que os franceses morressem de fome. Acrescentou ainda o vice-presidente do Conselho que, se as medidas tomadas contra o abastecimento da França não fossem atenuadas, o governo estava decidido a pôr um fim a esse estado de coisas, fazendo escoltar os seus navios de comércio por vasos de guerra. Essa declaração, segundo a imprensa da zona ocupada, contava com a inteira aprovação do marechal Pétain. Vichy assumia, dessarte, na defesa dos interesses da França, uma atitude de franca hostilidade contra a Inglaterra, tendo o almirante Darlan afirmado, na ocasião, que os alemães eram mais generosos e tinham uma melhor compreensão dos deveres de humanidade do que os ingleses. O próprio marechal Pétain não escondeu a cólera de que estava possuído, afirmando, em detrimento dos ingleses, que os alemães haviam restituído à França da zona ocupada dez milhões de quintais de cereais, que haviam sido requisitados nos primeiros meses da ocupação. Os jornais dessa capital, por outro lado, faziam ressaltar que o número de navios franceses capturados pela Inglaterra, desde a assinatura do armistício, se elevava a 108. Tudo indicava, assim, que, ou a Inglaterra mudava sua política com relação à França, permitindo que ela se abastecesse de víveres, vindos da América e de suas colônias, ou a França reagiria, utilizando, para tanto, a força da sua esquadra. Na opinião de grande número de franceses, a França, com essa atitude, fazia apenas o jogo da Alemanha, por isso que ia sacrificar, inutilmente, numa luta inglória, de resultados precários, a última arma de que dispõe para tornar menos prementes as exigências de Berlim – sua Marinha de Guerra. Escoou-se, porém, o mês de março, sem que se desse, entre as duas esquadras, o combate que tantos receavam. A não ser, com efeito, a

pequena escaramuça verificada nas costas de Oran, em que um contratorpedeiro francês foi obrigado, segundo a imprensa deste país, a enfrentar diversos cruzadores britânicos, que tentaram impedir a marcha de vários navios mercantes franceses, comboiados por aquele vaso de guerra, nenhum outro incidente surgiu entre os dois países, nesse particular. Há quem acredite, por isso, que a atitude do governo de Vichy, ameaçando de defender pela força o abastecimento da França, teve em mira, principalmente, criar, nos Estados Unidos, um movimento favorável à constituição de uma junta de neutros, que teria o encargo de fiscalizar a distribuição dos gêneros alimentícios enviados à França, de maneira a evitar que os mesmos fossem abastecer as tropas alemãs. Uma vez admitida essa solução, a Inglaterra não poderia mais opor-se ao abastecimento da França, nem a Alemanha poderia valer-se de sua autoridade de potência ocupante para requisitá-los em detrimento dos franceses. Verdadeira ou não essa hipótese, o que é certo é que a França não poderá absolutamente viver se o bloqueio britânico continuar a privá-la dos produtos de que necessita para as necessidades imediatas da sua população. À Inglaterra, pois, é que tocarão as responsabilidades da gravíssima crise que este país terá de enfrentar, se não for encontrada, dentro em breve, uma solução satisfatória para o problema do seu abastecimento.

2. Graças à eficaz intervenção desta embaixada, que não descura das funções de decana das missões diplomáticas que funcionam nesta capital, todos os membros do corpo diplomático e consular em zona ocupada foram munidos, mais uma vez, de *tickets* suplementares de alimentação, que lhes permitem enfrentar, sem muitas privações, as dificuldades do momento. Convém salientar que, desta vez, foram as próprias autoridades de ocupação que trataram do assunto, não só fornecendo *tickets* de alimentação alemães aos funcionários diplomáticos e consulares – *tickets* idênticos aos utilizados pelos militares alemães – senão também dando ordens às autoridades francesas para que indiquem os nomes das casas

onde os referidos funcionários possam abastecer-se sem dificuldade. Trata-se, pois, de um reconhecimento tácito, pelas autoridades de ocupação, da existência de um corpo diplomático em Paris, com todos os privilégios e regalias que lhe são peculiares. Além dos mencionados dois *tickets*, esta embaixada conseguiu, igualmente, que os funcionários diplomáticos e consulares em zona ocupada fossem munidos de cartas especiais, destinadas à compra de roupa, calçado, sabão e sabonete, artigos esses severamente racionados.

3. No período que estudamos, o governo decidiu criar um comissariado-geral para as questões judias e confiou a direção desse organismo ao sr. Xavier Vallat, anti-semita conhecido, que vinha exercendo as funções de comissário para os antigos combatentes. Nas diversas declarações que fez aos jornais desta capital, o sr. Vallat frisou que a questão israelita na França era um problema do Estado, que convinha ser resolvido o mais depressa possível. "Demasiados judeus" – acrescentou – "foram naturalizados com uma precipitação lamentável. Note-se que somente em Paris, de 67 mil chefes de família israelita, 31 mil tornaram-se legalmente franceses. Seu caso será, aliás, decidido pela comissão de revisão das naturalizações".[15] Ao terminar, o novo comissário-geral acrescentou que a questão dos judeus da Argélia, da Tunísia e de Marrocos constituía um problema de excepcional gravidade, que exigia ser examinado de perto e *sur place.*[16] A impressão que se tem, diante das declarações do sr. Vallat, é que a questão dos judeus, na França, vai entrar na sua fase definitiva, pela aplicação integral do estatuto já existente.

4. Do ponto de vista propriamente político, o acontecimento de maior relevo, durante o mês, foi a mensagem que o diretório do *Rassemblement National Populaire* enviou ao marechal Pétain, exortando-o a fazer a revolução que o povo deseja, no sentido de

[15] N.E. – Traduzido do francês original.
[16] T.E. – "No local".

integrar o país na Europa nova, sob pena dos seus militantes tomarem a direção desse movimento. Semelhante *ultimatum*, entretanto, não teve, ao que parece, o apoio das autoridades de ocupação, perdendo assim a significação que lhe quiseram dar os seus promotores. Daí por diante, o movimento em questão, que jamais contara com a simpatia popular, entrou numa fase de menor intensidade, até desaparecer completamente do noticiário dos jornais. Não se conclua, porém, que seus dirigentes hajam desistido de levar adiante a realização do programa que lhe traçaram. Absolutamente. Eles esperam apenas uma ocasião favorável para pô-lo em execução, contando para isso com o apoio que pretendem receber de Berlim. No momento, porém, suas probabilidades de êxito parecem seriamente comprometidas, uma vez que a Alemanha, preocupada, como se acha, com o desenrolar das operações militares, não se encontra evidentemente em condições de distrair sua atividade com os problemas internos da França.

5. No plano internacional, os assuntos que mais preocuparam a opinião pública parisiense foram a aprovação, pelo Congresso americano, da lei de auxílio à Inglaterra e a atitude assumida pelos círculos militares da Iugoslávia, desaprovando espetaculosamente, pelo golpe de estado de 27 de março, a adesão do gabinete Tsvetkovitch ao pacto tripartido. Tais acontecimentos foram recebidos com verdadeiro júbilo pela maioria da população desta capital, que os interpretou como sendo o início de uma série de revezes políticos do *Reich*, capazes de modificarem o curso das atuais hostilidades. Na manhã seguinte ao golpe de estado iugoslavo, inúmeras casas de Paris e dos arrabaldes ostentavam em suas fachadas, escritos à tinta ou a giz, imensos VV, encimados pela cruz de Lorena, ou dísticos como estes: "Viva a Vitória, Viva De Gaulle, Hitler é um assassino"[17], etc. que o rádio de Londres sugerira na véspera à população parisiense, para demonstrar às tropas de ocupação sua perfeita identidade de vis-

[17] N.E. – Traduzido do francês original.

tas com a política britânica. Horas depois, as autoridades alemãs obrigavam o prefeito de polícia a publicar o seguinte boletim:

> Com vistas a pôr termo à recrudescência de inscrições, desenhos ou folhetos nas paredes de Paris, danosos à limpeza, ou de natureza a perturbar a ordem pública, o chefe de polícia aprovou um decreto em virtude do qual serão multados os proprietários, gerentes, locatários principais, porteiros, guardiães, etc. dos imóveis objeto de inscrições. Os autores das inscrições serão processados pela justiça penal.[18]

Relatam os jornais que o número de pessoas condenadas a pagar a multa em questão se elevou, em poucas horas, a 6.200.

6. Os observadores diplomáticos recusaram-se, no entanto, a considerar o golpe de estado da Iugoslávia como um revés para a Alemanha. Acreditam, ao contrário, que se trata de uma manobra política do *Reich*, destinada a servir de pretexto à execução de um formidável plano alemão de operações nos Bálcãs, visando não só a conquista de Iugoslávia e da Grécia, senão também a da própria Turquia. Admitem ainda que, alcançados esses objetivos, fácil será à Alemanha expulsar definitivamente os ingleses do continente, tornando ao mesmo tempo precária a situação da frota britânica no Mediterrâneo. Pretendem outros, porém, que a conquista dos Bálcãs pela Alemanha pouco influirá na decisão final da guerra, por isso que a Grã-Bretanha, superiormente auxiliada pelos Estados Unidos, poderá, pela continuação do bloqueio, diminuir sensivelmente a resistência da Alemanha, até vencê-la pela exaustão. Um terceiro grupo, finalmente, é de parecer que ambos os contendores, completamente esgotados pelo esforço desenvolvido, acabarão por aceitar uma paz de compromisso, de que a Rússia dos sovietes se aproveitará para implantar o comunismo no continente. Tais são, em resumo, os pontos de vista que domi-

[18] N.E. – Traduzido do francês original.

nam e dividem os diferentes círculos de opinião pública desta capital. Todos são acordes em reconhecer, porém, que o mês de abril, a exemplo do que se passou em igual período do ano de 1940, marcará o início da terceira fase da presente guerra, fase destinada a ultrapassar em horror e destruição as duas anteriores, cujas principais conseqüências foram o aniquilamento da Polônia e da França.

Paris, 1º de abril de 1941.
Rubens de Mello

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de abril de 1941.

Mês político na França[19]
Março de 1941.

N. 3

Assinalarei, por ordem cronológica, numa breve resenha, as mais salientes ocorrências de significação política que interessaram o governo do marechal Pétain, no decurso do mês de março.
1. 1º DE MARÇO – Fixa-se, num Conselho de Ministros presidido pelo almirante Darlan e ao qual, pela sua importância, foram convidados todos os secretários de Estado, a atitude da França em face da mediação imposta pelo governo japonês para solução do conflito territorial franco-tailandês, reconhecendo o governo

[19] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 28 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/04/1941.

francês os interesses e direitos particulares do Japão e a sua posição hegemônica, no Extremo Oriente, como conseqüência do pacto tripartido de Berlim. Nesse mesmo dia, o chefe do Estado Francês visitava a região industrial de Saint-Etienne, grandemente ovacionado.

2. 4 DE MARÇO – Um comunicado oficial, noticiando a partida do almirante Darlan para Paris, anuncia ser sua intenção ir, daí em diante, freqüentemente, à antiga capital francesa, "a fim de examinar o andamento dos serviços administrativos, dar-lhes as necessárias diretivas e entrar em contato com as autoridades de ocupação".

3. 6 DE MARÇO – O general Weygand, comandante-geral da África do norte, chega a Vichy, pairando grandes incertezas sobre os fins de sua viagem, por ser considerado antagonista de Darlan, nos assuntos pertinentes à "colaboração franco-alemã". Nessa mesma data, um comunicado oficial, simultaneamente publicado pelos governos japonês, tailandês e francês, anuncia que os representantes da Tailândia e da França, reunidos em Tóquio, resolveram aceitar os principais pontos da proposta de "mediação" japonesa, no conflito franco-tailandês.

4. 9 DE MARÇO – Falece em Cannes, aos 75 anos de idade, Paul Hymans, diplomata e signatário dos tratados de paz de 1919, co-redator da resposta belga ao *ultimatum* alemão de 2 de agosto de 1914, um dos mais clarividentes propugnadores da solidariedade política e militar belgo-francesa.

5. 11 DE MARÇO – Assina-se, em Tóquio, o acordo que põe termo ao conflito territorial franco-tailandês. O governo de Vichy, a quem a convenção de armistício impusera a obrigação de defender o império colonial e que repelira vitoriosamente as incursões tailandesas na Indochina, curva-se, sob pressão nipo-germânica, à mediação imperativa do Japão, que amputou, em favor da Tailândia, as possessões asiáticas francesas, de molde a facilitar-se um eventual ataque japonês, pela retaguarda, sobre as posições britânicas de Cingapura.

6. 15 DE MARÇO – Silencia-se, na imprensa francesa, a segunda data aniversária da ocupação germânica de Praga, violenta ruptura dos entendimentos de Munique, prenunciadora do estabelecimento de uma "nova ordem européia". Anuncia-se que o acordo territorial franco-tailandês fora precedido de um entendimento franco-japonês, estabelecido em Tóquio, por troca de notas reversais, nos termos do qual o Japão convidara a França à "aceitação incondicional" do plano de mediação anexo à nota japonesa. Em virtude desse ajuste, o governo francês se obrigou a não contratar, no que respeite à Indochina, com país nenhum, entendimento ou acordo que preveja alguma colaboração econômica, política ou militar, de natureza a opor-se ali, direta ou indiretamente, aos direitos e interesses do Japão. O governo de Vichy reconhece, dessa forma, as prerrogativas japonesas na criação de uma "esfera de prosperidade" no Extremo Oriente asiático de acordo com os princípios do pacto tripartido de 27 de setembro 1940.

7. 16 DE MARÇO – Numa alocução radiofônica, o marechal Pétain anuncia ao país a próxima criação do seguro de velhice, para os assalariados de mais de 65 anos de idade, 20 menos do que os do chefe do Estado. Concluindo, disse: "Trabalhadores! Desde que aprendi a conhecer-vos, tenho o sentimento de melhor vos compreender e de aproximar-me, cada vez mais, de vós. Fiquemos ao lado uns dos outros. As mais belas esperanças nos serão permitidas".[20]

8. 17 DE MARÇO – Realiza-se em Clermont-Ferrand, sob os auspícios do *Comité France-Amérique*, uma manifestação em homenagem ao almirante Leahy, embaixador dos Estados Unidos junto ao governo de Vichy, destinada a exprimir o reconhecimento da população francesa pelos donativos que recebera da grande república americana. Encarecem-se, nos discursos pronunciados, os tradicionais laços de amizade entre a França e os

[20] N.E. – Traduzido do francês original.

Estados Unidos da América.

9. 18 DE MARÇO – O secretário de Estado da Educação Nacional, senhor Jerônimo Carcopino, expõe, numa longa alocução radiofônica, as diretrizes de sua política escolar, opostas às de seu antecessor, senhor Chevalier, contra cujas tendências clericais se levantara, na França ocupada, uma virulenta campanha de imprensa, patrocinada pelas autoridades nazistas. "Mais vale não falar de Deus nas aulas, do que falar mal"[21] – declara Carcopino, advogando a escola leiga, cuja abolição entrara nos planos de renovação nacional do governo do marechal Pétain. Observa-se que o senhor Carcopino é, em oito meses, o quinto titular da pasta da Instrução Pública, desde que, morta a república, surgiu o "Estado Francês", nova designação oficial da França.

10. DE MARÇO – Publica-se uma lei complementar à de 22 de janeiro de 1941, que instituiu o "Conselho Nacional", organismo de caráter meramente consultivo, destinado a auxiliar a ação governamental, e composto de representantes dos diversos setores da atividade francesa, designados pelo chefe do Estado. A finalidade política dessa assembléia, ideada, ao que consta, pelo senhor Pierre-Etienne Flandin, parece ser, sobretudo, a de reforçar a autoridade do governo do marechal Pétain, interessando em sua obra as forças vivas da nação.

Vichy, em 1º de abril de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

[21] N.E. – Traduzido do francês original.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 30
Discurso do marechal Pétain.

A embaixada do Brasil na França apresenta atenciosos cumprimentos à Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de lhe encaminhar o texto integral da alocução radiofônica proferida, a 7 do corrente, pelo marechal Pétain, tal como consta do incluso recorte do *Journal des Débats*, de Clermont-Ferrand.

2. Remete-lhe também as reproduções expurgadas das palavras do chefe do Estado Francês, tais como foram estampadas na imprensa da França ocupada, conforme se verifica nos inclusos recortes de *Le Matin* e de *L'Oeuvre*, de Paris.

3. No discurso em apreço, declara o velho herói de Verdun que os imperativos da honra impedem a França de entrar em ação contra seus aliados da véspera, manifestando ao mesmo tempo, contraditoriamente, toda a confiança que lhe merece o almirante Darlan.

4. Na imprensa parisiense, omite-se qualquer referência à concepção marechalícia da honra francesa.

Vichy, em 10 de abril de 1941.

* * *

DA EMBAIXADA EM PARIS
EM/12/13/IV/41

Judeus na França ocupada[22]

9 – SEXTA-FEIRA – 17H00 – "Com referência a meu telegrama n. 175. As autoridades militares, tendo querido nomear delegados-gerentes para administrar duas empresas judias brasileiras, passei nota à embaixada da Alemanha, lembrando o compromisso do conde Thun de que os judeus brasileiros seriam tratados em pé de igualdade com todos os franceses. Em resposta, a embaixada da Alemanha comunica que o alto comando alemão na França decidiu que as medidas contra os judeus devem ser aplicadas, sem exceção, a todos os israelitas que se encontram na França, sem ter em conta sua nacionalidade. A embaixada da Alemanha declara-se, entretanto, disposta a ter em consideração casos isolados que lhe sejam apresentados por esta embaixada, seja designando delegados arianos brasileiros, escolhidos por esta embaixada, seja permitindo que as empresas judias brasileiras possam ser liquidadas sem participação de um administrador ariano. Peço instruções a Vossa Excelência".

RUBENS FERREIRA DE MELLO

* * *

[22] N.E. – O telegrama – expedido em francês, em atenção a determinações das autoridades de ocupação – foi traduzido pelo editor.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 35
A solidariedade dos Estados
americanos apreciada por *Le Matin*.

A embaixada do Brasil na França apresenta atenciosos cumprimentos à Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de lhe comunicar, nos inclusos recortes do jornal *Le Matin*, de Paris, de 5 e 16 do corrente, dois editoriais da lavra do senhor Stéphane Lauzanne, um dos muitos articulistas judeus fervorosamente a serviço da imprensa nazista de Paris, nos quais aprecia tendenciosamente a solidariedade continental dos Estados americanos, nos assuntos pertinentes à sua defesa.

Vichy, em 17 de abril de 1941.

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 40
A imprensa francesa e o aniversário do *Führer*.

A embaixada do Brasil na França apresenta atenciosos cumprimentos à Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de lhe comunicar, nos inclusos recortes dos jornais *L'Oeuvre* e *Le Matin*, de 20 do corrente, a título de documentação sobre a fisionomia da atual imprensa "parisiense", dois artigos de primeira página, nos quais se comemora, ditirambicamente, a data natalícia do autor de *Mein Kampf*.

2. Remeto-lhe também, num recorte de *Le Temps*, de Lion, a notícia que, pelo mesmo ensejo, se publicou com mais sobriedade em um órgão da França não ocupada.

Vichy, em 22 de abril de 1941.

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 43
85º aniversário do chefe do Estado Francês.

A embaixada do Brasil na França apresenta atenciosos cumprimentos à Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de lhe comunicar, no incluso recorte de *L'Oeuvre*, de Paris, de 25 do corrente, o editorial em que o jornalista Marcel Déat, um dos mais entusiásticos protagonistas da política de colaboração franco-alemã, comemorando o octogésimo quinto aniversário natalício do chefe de Estado francês, o exorta a empenhar-se resolutamente naquela política, rompendo com qualquer atitude contemporizadora a fim de evitar à França "os piores malefícios".

Vichy, em 27 de abril de 1941.

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de maio de 1941.

RESERVADO

Mês político na França[23]
Abril de 1941.

N. 4

O mês que acaba de findar foi dominado pela repercussão dos acontecimentos militares que se desenrolaram nos Bálcãs e na Líbia. É evidente que, diante da superioridade militar e técnica do exército do *Reich*, ninguém de bom senso podia acreditar numa longa resistência da Iugoslávia e da Grécia. Admitia-se, mesmo, como provável, que a campanha dos Bálcãs, malgrado as dificuldades ocasionadas pela falta de estradas e pelos inúmeros acidentes de terreno, não fosse além de três semanas. O próprio encarregado dos negócios da Iugoslávia, ao solicitar-me a proteção desta embaixada para os interesses do seu país, na manhã de seis de abril, não escondeu o pessimismo que o dominava, quanto ao desenrolar dessa campanha. Na sua opinião – e os fatos confirmaram essa maneira de ver – o estado-maior iugoslavo, na impossibilidade de defender as fronteiras com a Alemanha, Itália e Hungria, todas elas constituídas por imensas planícies, abandonaria sem luta essas regiões, procurando concentrar sua resistência na parte montanhosa do país. Acentuou, porém, que, sem o auxílio militar da Rússia, que não estava em condições de oferecê-lo, semelhante resistência não poderia ir além de algumas semanas. E declarou com melancolia que a atitude de seu país, recusando aceitar a adesão do gabinete Tsvetkovitch ao pacto

[23] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 81 da embaixada do Brasil em Paris, de 01/05/1941.

tripartido, fora imposta pelo orgulho nacional dos sérvios, avessos por índole e por instinto a toda e qualquer tutela estrangeira.

2. Não obstante a certeza, por todos compartilhada, de que a Iugoslávia e a Grécia seriam inevitavelmente vencidas, o ritmo vertiginoso dessa campanha encheu de assombro os próprios partidários da Alemanha, lançando ao mesmo tempo a maior confusão no seio da massa favorável à vitória das armas britânicas. Em menos de quatro dias, com efeito, as colunas blindadas alemãs ocuparam numerosas cidades sérvias, cortaram a Iugoslávia da Grécia, obrigaram uma parte do exército grego a capitular, atingiram o mar Egeu e, pelo Vardar, conquistaram Salônica. E não foi só: em oito dias as tropas germano-italianas reconquistaram, na Líbia, o terreno percorrido pelo exército britânico em mais de três meses de violentos combates. Três semanas depois, a ocupação do Peloponeso e de várias ilhas gregas do mar Egeu encerrava de maneira fulminante a conquista dos Bálcãs pela Alemanha. A primeira conclusão que se deve tirar desse brilhante feito militar, que constitui o mais importante episódio da luta pela conquista do Mediterrâneo, é que a vitória alemã sobre a Iugoslávia e a Grécia marca o fim do domínio inglês nos Bálcãs. Com ela, realmente, a Marinha britânica perdeu o controle dos mares dessa região – Adriático, Jônico e Egeu – e a passagem dos Dardanelos. Suas comunicações entre o Mediterrâneo ocidental e o Mediterrâneo oriental serão, por outro lado, facilmente dominadas pela aviação alemã, cujas bases se aproximaram sensivelmente do Egito, ameaçando Suez. Se, pois, como pretende Berlim, as tropas do *Reich* conquistarem Suez – operação que constituirá, segundo todas as probabilidades, o próximo objetivo do exército alemão – a conseqüência imediata dessa vitória será a desarticulação do império britânico, seguida de perto do desmoronamento do seu prestígio no Oriente. O fato, aliás, do sr. Churchill haver preparado o povo britânico para novos revezes, ao afirmar, em recente discurso, que a frente mediterrânea é secundária e que a presente guerra se decidirá no Atlântico, faz recear, com efeito, que a In-

glaterra não esteja em condições de defender, com êxito, a região dominada pelo mar Vermelho. Admite-se, por isso, como provável que os três objetivos imediatos da Alemanha sejam os seguintes, separada ou simultaneamente: 1º) conquista do Egito e do Iraque, que se processaria diretamente pelo Mediterrâneo ou através da Turquia, visando o canal de Suez e o petróleo de Mossul; 2º) conquista de Gibraltar, tendo por finalidade a expulsão da frota britânica do Mediterrâneo; 3º) ocupação de Portugal, por ser o único ponto que ainda resta aos ingleses para tentarem um desembarque no continente. A maioria dos técnicos franceses é de opinião que, se tais objetivos forem alcançados, a Inglaterra será obrigada a solicitar uma paz de compromisso, por entender que a conquista do Mediterrâneo pela Alemanha, franqueando-lhe os mercados da África, tornará inoperante o bloqueio britânico. Pensam outros, porém, em número aliás reduzido, que a presente guerra, como acaba de declarar o sr. Churchill, se decidirá no Atlântico, e que a Inglaterra, auxiliada pelos inesgotáveis recursos que os Estados Unidos lhe proporcionam, acabará por esgotar a Alemanha, impondo-lhe, então, as mais severas condições de paz. Tais são, em linhas gerais, os pontos de vista dominantes em território ocupado, a respeito da guerra. Devo assinalar, porém, que a propaganda alemã muito abalou, ultimamente, a confiança que a grande maioria da população desta capital depositava na vitória final da Inglaterra, valendo-se, para tanto, de uma violenta campanha de ridículo em torno da evacuação das tropas britânicas da Grécia. Eis, o que diz a respeito, o jornal *Le Matin*, pela pena de seu crítico militar:

> Quando em 1939 ela (a Inglaterra) declarou guerra à Alemanha, levou seis meses para desembarcar na França 200.000 homens para enfrentar a nosso lado os alemães; mas quando em maio de 1940, os alemães iniciaram sua fulgurante ofensiva, a tartaruga transformou-se em lebre e a Inglaterra reembarcou em seis dias seus 200.000 homens. Quando, este ano, decidiu

> avançar ao longo da costa africana seu exército do Egito, levou seis semanas para percorrer 300 km; mas quando uma força motorizada alemã, tendo atravessado o Mediterrâneo, atacou, a tartaruga tornou-se de novo lebre e a Inglaterra levou seis dias para percorrer o mesmo caminho no sentido oposto.[24]

3. Inúmeros, como esse, são os artigos que se publicam na imprensa desta capital, criticando os ingleses, atribuindo-lhes a responsabilidade da presente guerra, pondo em ridículo as profecias do sr. Churchill sobre o desenrolar das hostilidades, ou negando ao soldado inglês, "que só sabe fugir", a menor parcela de valor militar. Por mais preparados que estejam os espíritos contra esses escritos tendenciosos, que obedecem a um plano sistemático de desmoralização da Inglaterra, imposto pelo serviço de propaganda de Berlim, forçoso é reconhecer que grande parte da opinião pública francesa, em zona ocupada, diante das sucessivas derrotas infligidas à Inglaterra, vai aos poucos cedendo à constância de tais argumentos. Não fora o derivativo das emissões do rádio britânico, ouvidas diariamente por grande parte da população, e que contrariam ou desmentem os artigos inspirados por Berlim, pouquíssimas seriam as pessoas, aqui, que permaneceriam insensíveis a semelhante propaganda. Mesmo assim, reduzido é hoje o número de pessoas que acreditam na possibilidade de uma vitória britânica; a maioria, em geral, é de opinião que a Inglaterra, logo que perca o Mediterrâneo – coisa que se supõe provável dentro de dois ou três meses – será obrigada a solicitar uma paz de compromisso, se não quiser ter destino igual ao do resto do continente. A própria entrada dos Estados Unidos na guerra, que muitos consideram como inevitável, só servirá, na opinião dos técnicos franceses, para prolongar as atuais hostilidades e perturbar ainda mais a economia mundial. Admite-se, além disso, como provável, que a Inglaterra seja vencida antes de que

[24] N.E. – Traduzido do francês original.

os Estados Unidos estejam em condições de prestar-lhe um auxílio eficaz. Na realidade, pois, quase ninguém acredita, em território ocupado, que a Alemanha possa perder a presente guerra. Na opinião dos críticos militares, só um colapso interno, igual ao de 1918, seria capaz de arrebatar-lhe a vitória, que se aproxima.

4. Valendo-se da confusão provocada no espíritos pelos últimos feitos militares da Alemanha, os jornais desta capital procuram exercer a maior pressão sobre o governo de Vichy, no intuito de forçá-lo a praticar a política de colaboração com Berlim, sem a qual, dizem, a França estará irremediavelmente perdida. A hora decisiva soou para a França, declaram os editoriais da imprensa parisiense, de escolher, de falar, de agir no sentido europeu. Vichy, entretanto, não se decide, preferindo entregar ao tempo a tarefa de resolver as dificuldades presentes. A colaboração franco-alemã constitui, dessarte, um simples pretexto para dissertações anódinas. Acreditam, porém, os círculos que freqüentam as autoridades de ocupação, que semelhante estado de coisas não poderá durar muito tempo. Berlim, declaram, já esperou demais e sua paciência está de todo esgotada. Há quem afirme, por isso, que o embaixador Abetz, que acaba de regressar de Berlim, vai convocar o almirante Darlan para uma entrevista, durante a qual lhe dirá, abertamente, que chegou o momento da França assumir uma atitude clara e definitiva. Consta, igualmente, que lhe significará, nessa ocasião, a necessidade do sr. Laval voltar ao governo, não mais na qualidade de vice-presidente do Conselho, mas na de chefe do Estado. A impressão que se tem, nesta capital, é que a nomeação do sr. Laval será seguida imediatamente da assinatura da paz com a Alemanha. Tudo parece indicar, aliás, que a Alemanha, ansiosa de reorganizar a Europa sobre novas bases, que lhe permitam exercer livremente sua hegemonia política e econômica, não tardará em exigir, não só da França, como de todos os países do continente, excetuada, talvez, e por enquanto a Rússia, que definam suas atitudes com relação ao problema europeu. E a resposta que Berlim espera receber não será, evidentemente, favorável à

Inglaterra. Resta saber, porém, se a Alemanha, que tão bem se preparou para ganhar a guerra, está igualmente preparada para enfrentar a complexidade dos problemas que surgirem com o restabelecimento da paz. Da sua habilidade, nessa conjuntura, é que dependerão, no futuro, os destinos da Europa.

Paris, 1º de maio de 1941.
Rubens de Mello

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de maio de 1941.

Mês político na França[25]
Abril de 1941.

N. 4

No decurso do mês de abril, consolidou-se a situação política do almirante Darlan, arrefecendo e, por fim, cessando por completo a campanha de que fora objeto, na imprensa nazista de Paris, sob instigação dos ocupantes germânicos.

2. Empenhada em pôr termo à guerra nos Bálcãs e preocupada com os sintomas, cada vez mais patentes, da pré-beligerância norte-americana, a Alemanha hitleriana resolveu, enfim, não considerar a volta de Pierre Laval ao poder condição *sine qua non* do prosseguimento de sua política de "colaboração" com a França, de tão promissores auspícios. E, de seu lado, o almirante político,

[25] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 51 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/05/1941.

a quem o chefe do Estado, numa alocução radiofônica, proferida a 6 de abril, testemunhara toda a confiança que lhe merecia, não haverá mitigado, aos dirigentes alemães, provas de poder ser também seu homem de confiança.

3. Poucos acontecimentos de relevância assinalaram, no mês em apreço, a política francesa. Como conseqüência do bloqueio britânico e da resolução do almirante Darlan de fazer comboiar por navios de guerra a frota mercante francesa, ocorreu, a primeiro de abril, nas costas da Argélia, perto de Nemours, um incidente naval franco-britânico, cujas conseqüências não foram, porém, das mais graves. Parece que, desde então, a frota inglesa recebeu instruções de não parar mais navios mercantes franceses, quando acompanhados de vasos de guerra, a fim de evitar novos incidentes. Com respeito ao canhoneiro de Nemours, um comunicado oficial, publicado em Vichy, celebrou "a fuga do agressor".

4. Sincronizando-se, cada vez mais, à ideologia política das potências do Eixo, a 20 de abril a França se retirou da Sociedade das Nações, usando para isso da faculdade que lhe confere o artigo 1º, § 3º do pacto wilsoniano. Ao fazê-lo, reservou-se o governo francês o direito de pronunciar-se ulteriormente sobre sua participação na Repartição Internacional do Trabalho e nos organismos técnicos instituídos pela Sociedade de Genebra.

5. Repudiando o Pacto de Genebra, parte integrante do Tratado de Versalhes, rompeu a França o último liame jurídico que ainda a ligava aos Tratados de Paz de 1919.

6. Nenhuma explicação oficial esclareceu os motivos dessa resolução do governo do almirante Darlan, passando ela quase despercebida, num mundo votado ao duro realismo das ideologias sanguinárias. A imprensa francesa noticiou-a, sem comentários, entre os *faits divers*. Somente *Le Figaro*, pela pena de Wladimir d'Ormesson, ousou observar que, por uma ironia do destino, o momento em que a França deixava a Sociedade das Nações, mortalmente ferida desde o fracasso das sanções contra a Itália em conflito com a Etiópia, coincidira exatamente com a hora em que

Negus se reinstalava em Adis-Abeba. E, em castigo dessa averiguação irreverente, *Le Figaro* se viu suspenso por dois dias.

7. A respeito de sua irrelevância aparente, a retirada da França da Sociedade das Nações encerra uma significação pelo menos simbólica: a da aquiescência do governo de Vichy à instauração de uma nova ordem internacional. Não se ignoram as diretivas dessa "nova ordem"! Nas explanações de certos propagandistas germânicos, o pacto tripartido já se apresenta como o esboço de uma nova forma de Sociedade de Nações na qual, abolido o princípio "anacrônico" da igualdade jurídica dos Estados, se estabeleceria, sob critérios econômicos de "grandes espaços continentais", uma organização internacional gerida, autoritariamente, por grandes potências hegemônicas.

8. A França, mesmo amputada de sua capital histórica, não se pode esquecer ainda do papel que desempenhou no mundo a ponto de se decidir a aderir ao pacto tripartido, como qualquer Estado balcânico, embora, ao que parece, não lhe tenham faltado sondagens, por parte da diplomacia nazista. Todavia, retirando-se de Genebra, a França ainda se aproxima de Berlim.

Vichy, em 1º de maio de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/8/9/V/41

Guerra na Europa
Negociações entre a França e a Alemanha

94 – QUINTA-FEIRA – 18H45 – Empenhada em terminar quanto antes a campanha do Mediterrâneo, a Alemanha vem exercendo

forte pressão sobre o governo de Vichy, onde reina atualmente grande agitação, numa atmosfera política cheia de incertezas. O comunicado oficial, publicado hoje, já indica como primeiro resultado das negociações entre a França e a Alemanha a redução de quatrocentos para trezentos milhões de francos diários nos encargos do erário francês com as tropas de ocupação, a par da abertura da linha de demarcação entre a zona livre e a ocupada, à livre passagem de mercadorias e valores. Não se diz quais sejam as contra-prestações francesas. A redução nos encargos financeiros deverá decorrer da grande diminuição das tropas de ocupação, atualmente na França, e a abertura da linha de demarcação obedecerá à conveniência de incrementar a economia francesa em proveito da economia de guerra do *Reich*. As conversações franco-alemãs prosseguem envoltas em mistério, acreditando-se tratar-se dos preliminares de paz. A Alemanha libertaria desde já algumas centenas de milhares de prisioneiros e evacuaria grande trecho do território francês, desde que a França se resolvesse a colaborar numa campanha contra as forças do general De Gaulle, cuja ocupação da África equatorial francesa permite à Inglaterra abastecer o Egito através do continente africano. Os alemães insistiram na destituição do general Weygand, comandante-geral da África do norte, na cessão de bases estratégicas ali e na Síria e, talvez mesmo, na entrega da frota. Afirma-se que o almirante Darlan pleiteia as teses alemãs ao passo que o marechal reluta em aceitá-las, falando mesmo em demitir-se. De qualquer forma, se o marechal fraquejar, parece que a França não se verá somente outra vez a braços com a guerra exterior, mas ainda com a guerra civil, dada a profunda divisão dos espíritos.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/15/16/V/41

Guerra na Europa
Negociações entre a França e a Alemanha

97 – QUINTA-FEIRA – 20H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 94. A censura francesa ocultou a participação do general von Keitel na recente conferência do almirante Darlan com Hitler e Ribbentrop e acaba de proibir a entrada neste país de todos os jornais suíços, única fonte de informações independente de que ainda podia dispor a chamada França Livre. Tudo leva a crer que este governo se propõe a colocar a nação em face dos fatos consumados, favorecendo, enfim, a Alemanha com as medidas de ordem militar que há muito reclama. Assim interpreto o comunicado oficial publicado hoje, anunciando para breve os resultados tangíveis da política de colaboração com o vencedor. Em troca da ocupação germânica de Dacar, da África setentrional e da Síria, a Alemanha libertaria, desde já, 300.000 prisioneiros agricultores e assumiria o compromisso moral de tratar benignamente a França por ocasião do ajuste de paz definitivo. A cooperação da França nos planos estratégicos alemães, parece-me de natureza a arrastar a Espanha à mesma atitude. Tornam-se cada vez mais tensas as relações diplomáticas entre Vichy e Washington, que ainda procura reter a França em sua política de apoio à hegemonia germânica.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/17/18/V/41

Aposentadoria do embaixador
L. M. de Souza Dantas

100 – SÁBADO – 18H15 – Aditamento ao meu telegrama n. 99. Permito-me perguntar se seria possível, por eqüidade, receber alguma gratificação paga pela delegacia, que permita não diminuir, sensivelmente, os deveres de representação. Penso que poderia, talvez, receber a gratificação que o sucessor só receberá depois de chegar. Seja porém qual for a decisão de Vossa Excelência fico profundamente honrado e grato pela sua última prova de confiança. Ficarei à frente desta embaixada até a chegada de meu sucessor.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Paris, 1º de junho de 1941.

CONFIDENCIAL

Mês político na França[26]
Maio de 1941.

N. 5

Maio foi o mês das combinações, dos arranjos entre Berlim e Vichy, precursores da política de colaboração entre a França e a Alemanha. O almirante Darlan, cujo ódio à Inglaterra constitui

[26] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 95 da embaixada do Brasil em Paris, de 01/06/1941.

o traço predominante da sua personalidade, é o principal artífice dessa política, de que são porta-vozes, em Paris, os senhores Jean Luchaire, diretor de *Les Nouveaux Temps;* Marcel Déat, de *L'Oeuvre;* Doriot, do *Cri du Peuple;* Georges Suarez, do *Aujourd'hui;* e todos os demais diretores de jornais desta capital. Seu encontro com o *Führer*, em Berchtesgaden, na primeira quinzena do mês, marcou o início dessa nova e importante fase das relações franco-alemãs, da qual, segundo afirmam os seus turiferários, há de surgir a Europa Nova. A primeira, iniciada com a entrevista de Montoire, entre o marechal Pétain e o *Führer*, durou apenas dois meses, e teve o seu espetaculoso desfecho com a prisão do sr. Pierre Laval, a 13 de dezembro de 1940. No dia seguinte ao desse acontecimento, os jornais de Paris, inspirados pela *Kommandantur*, inseriam extensos artigos sobre a *Journée des Dupes*, exaltando a obra de Richelieu e profligando a conspiração de palácio, que procurara afastá-lo do poder. Não vingou, porém, esse artifício. Dominado pela facção ministerial contrária à Alemanha, de que era chefe o sr. Peyrouton, então ministro do Interior, o marechal Pétain, abandonando o exemplo de Luís XIII, manteve a decisão que afastara do governo o homem que, nas horas angustiosas de Bordéus, lhe preparara o caminho do poder. Desde então, a política de Montoire, de que tanto se vangloriava o sr. Laval, passou a constituir aos olhos da imprensa parisiense, de certos políticos falidos do antigo regime, dos capitalistas e dos grandes industriais, uma espécie de hégira na história da derrota da França. Antes, afirmavam os corifeus da obra do sr. Laval, era a confusão, a derrocada, o desalento; depois, era a esperança de melhores dias, o renascimento, a colaboração sincera com a Alemanha, fora da qual a França estaria irremediavelmente perdida. Vichy, entretanto, permanecia insensível aos argumentos e ameaças da imprensa de Paris. Sua atitude, discreta e ponderada, era de franca expectativa. A carta inglesa continuava a figurar como trunfo no baralho político da França. Vichy ganhava tempo, já que a situação do país lhe não permitia assumir abertamente uma atitude

desfavorável à Alemanha. Mas os tempos mudaram. Cedendo à pressão de Berlim, Vichy acaba de entrar francamente, pela mão do almirante Darlan, no terreno da colaboração com a Alemanha, sob a égide do mesmo chefe que, a 13 de dezembro, afastara do governo o homem que, no dizer do sr. Abetz, embaixador da Alemanha, "era o principal esteio da política de Montoire". Seus resultados, porém, embora anunciados com espalhafato pela imprensa, cingem-se a pequenas concessões – liberação dos prisioneiros que fizeram a guerra de 1914-1918; maior elasticidade da linha de demarcação, no sentido de facilitar a viagem entre as duas zonas dos doentes graves e dos parentes mais próximos, em caso de nascimento, enterro ou casamento; menor rigor na censura da correspondência postal entre as duas zonas, que poderá ser feita, daqui por diante, por meio de cartões postais, com seis linhas de texto e etc. Nada se sabe, entretanto, de positivo, a respeito das concessões que teria feito o governo francês para conseguir tão magras vantagens. No intuito de acalmar a opinião pública, que começava a alarmar-se com os rumores que lhe vinham de Londres, a propósito de supostas exigências feitas pela Alemanha em troca daquelas facilidades, o almirante Darlan viu-se na necessidade de dirigir, pelo rádio, uma mensagem ao povo francês, no decorrer da qual afirmou que, por ocasião da sua entrevista com o *Führer*, este não lhe pedira, "nem a entrega da frota, nem um só pedaço do território colonial, nem o menor abandono da soberania francesa". E acentuou, patético, que, "do resultado das conversações em curso, dependia o futuro da França. Tratava-se, para ela, de escolher entre a vida e a morte. O marechal e o governo, concluiu, escolheram a vida".

2. Não obstante essas afirmações tranqüilizadoras, a grande massa do povo francês da zona ocupada, que odeia o alemão e formula, diariamente, sinceros votos pela vitória da Inglaterra, continua cética a respeito de tais negociações, que não contam, absolutamente, com a sua aprovação. O almirante Darlan, aliás, não ignora esse estado de espírito dos seus compatriotas, que por

ser manifestado com prudência, nem por isso deixa de existir em estado latente. Ainda há poucos dias, por ocasião de uma das suas últimas visitas a Paris, ele foi alvo de palavras descorteses de umas quantas pessoas que ocupavam, num *restaurant* da cidade, uma mesa vizinha à sua. Comentando, mais tarde, esse incidente, numa roda de amigos, o almirante Darlan usou destas expressões, que bem denotam o conhecimento que tem do estado de espírito do povo francês:

> Sei que se desaprova minha política; sou, entretanto, um bom francês e estou convencido de que a política que defendo é a única que convém à França. Confesso que minha tarefa é ingrata, porque os alemães nos cospem no rosto e os ingleses e americanos nos dão as costas.[27]

3. É cedo para formular-se um juízo seguro sobre as atuais negociações entre a França e a Inglaterra e as repercussões que elas possam vir a ter nos destinos deste país. O sigilo que as envolve não permite, por enquanto, a menor conclusão a respeito. Demais, a confusão que continua a reinar nas altas esferas da política européia não é de molde a facilitar a tarefa dos observadores diplomáticos. Tudo depende, aliás, do rumo que tomarem as operações militares em curso. Como quer que seja, pode-se afirmar, desde já, que a situação da França permanece imutável, no meio das dificuldades, de toda a sorte, que lhe trouxe a derrota e que aumentam consideravelmente, à medida que se prolongam as hostilidades. Os espíritos acham-se divididos, descontentes, prestes a ressucitar antigas querelas. As injúrias, as ameaças, as denúncias, as cartas anônimas chovem de todos os lados, sobre todas as cabeças, abarrotando as mesas dos agentes da *Gestapo*. O ódio e a fome campeiam, semeando discórdias. O pão escasseia na mesa do pobre, que não dispõe de *tickets* suficientes para ad-

[27] N.E. – Traduzido do francês original.

quiri-lo, e a carne falta com freqüência na mesa do rico. As caudas continuam, cada vez mais extensas, a atravancar as portas das mercearias, onde, não raro, se vê uma pobre mulher do povo cair de inanição. Na impossibilidade de agredirem o invasor, que responsabilizam, com razão, por todas essas misérias, os franceses se vingam de maneira infame, denunciando-se reciprocamente às autoridades alemãs, numa dolorosa demonstração de delinqüência moral. Só em dois pontos, aliás, se acham todos de acordo: no ódio ao alemão e na simpatia à causa da Inglaterra, que é ainda uma conseqüência do primeiro desses sentimentos. Fácil será imaginar daí o abismo que separa, neste momento, o povo do seu governo. A confiança na vitória final da Inglaterra, que tão abalada ficou, em abril, por motivo das vitórias fulminantes da Alemanha nos Bálcãs e no norte da África, renasceu, com o antigo vigor, no peito dos franceses, graças à singular aventura de Rudolf Hess na Escócia e à esperança de que os Estados Unidos acabem por entrar na guerra. Ninguém acredita, é certo, na possibilidade da Alemanha vir a ser derrotada militarmente. Sua posição no continente e o prestígio das suas armas, que acabam de alcançar novo e retumbante triunfo com a conquista de Creta, põem-na, aos olhos do povo, a coberto de um desastre dessa natureza. Espera-se no entanto, que a entrada dos Estados Unidos no conflito, reforçando o bloqueio britânico e aumentando consideravelmente o poder destrutivo dos bombardeamentos aéreos dos principais centros industriais da Alemanha, acabe por provocar um colapso das suas energias, igual ao que a levou a pedir o armistício de 1918. Os constantes discursos do presidente Roosevelt, que aqui são ouvidos com atenção e entusiasmo, muito contribuem para sustentar essa esperança, malgrado as sucessivas vitórias das armas alemãs. Quando, pois, o almirante Darlan, que não crê na vitória britânica, ataca com vigor a Inglaterra, como acaba de fazer nas suas declarações à imprensa parisiense, em que acusa o gabinete de Londres de pretender aniquilar a França, o povo não lhe dá atenção. Sua hostilidade ao invasor, feita de uma longa

série de humilhações sopitadas, é superior a todas as propagandas, do governo ou da imprensa. A colaboração franco-alemã é, por isso mesmo, uma planta exótica, que nunca poderá vingar, completamente, no solo arejado e livre da França.

Paris, 1º junho de 1941.
Rubens de Mello

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de junho de 1941.

Mês político na França[28]
Maio de 1941.

N. 5

As convenções do armistício, de 22 de junho de 1940, apressadamente concluídas na confusão dos acontecimentos calamitosos em que a guerra-relâmpago precipitara a França, destinava-se [*sic*] a estabelecer, entre o vencedor e o vencido, um *modus vivendi* da mais curta duração. Parecia que o território francês deixaria muito em breve de ser base de operações militares contra a Inglaterra, cuja derrota ou capitulação, fulminado o seu aliado continental, se afigurava muito próxima...

2. Na esperança de fruir da paz dentro em pouco, a França se conformara com as condições draconianas ditadas pela Alemanha no histórico *wagon* de Compiègne; e, de seu lado, a Alemanha não

[28] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 80 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/06/1941.

julgara necessário impor à França a entrega da frota de guerra e a cessão de bases estratégicas no Mediterrâneo, exigências com que, em tal momento, arriscando impedir a assinatura do armistício, não houvera logrado obter a fragorosa cisão da aliança franco-britânica.

3. Um ano mais tarde, desfeito o erro de previsão quanto à amplitude e prolongamento da luta, assumindo ela aspectos de caráter universal, de imprevisível duração, compreende-se que tanto a França quanto a Alemanha tenham interesse em acomodar a novas circunstâncias um regime contratual baseado em suposições que se averiguaram errôneas. A Alemanha sempre interpretou as cláusulas do armistício sob o exclusivo ponto de vista de suas próprias conveniências e, desde muito, os porta-vozes do governo francês cessaram de declarar que a honra nacional exigia o seu cumprimento escrupuloso...

4. Hoje em dia, para poder sobreexistir, a França implora, a par da libertação de seus prisioneiros, que é toda a força viva da nação, um afrouxamento da corda estranguladora que sufoca todo o país, cindindo-o em regiões praticamente incomunicáveis: a linha de demarcação entre a zona livre e a ocupada. E a Alemanha, para desapertar as duras amarras com que enlaça o vencido, exige que este lhe ponha à disposição, assim no plano econômico como no militar, meios que lhe facilitem o prosseguimento da luta contra o mundo britânico.

5. Tal é a origem da chamada "política de colaboração franco-alemã", progressivo avassalamento da França à vontade do vencedor, inevitável conseqüência da precipitação com que os dirigentes de um país, possuidor do segundo império colonial do globo, e de forças navais intactas, capitularam integralmente, confiantes na generosidade do vencedor...

6. A 9 de maio foi dado a lume um comunicado oficial que indica, como primeiro resultado das negociações entre Darlan e as autoridades ocupantes, a próxima abertura da linha de demarcação à permuta de mercadorias e valores, seu franqueamento à

passagem de pessoas, nos casos de moléstia grave ou morte de parentes próximos, e o estabelecimento entre as duas zonas, de correspondência mediante cartões de um novo modelo especial (v. ofício n. 58). Anunciava-se também uma próxima redução de 400 para 300 milhões de francos diários nos encargos do erário francês com o sustento das forças de ocupação. O comunicado indicava que as negociações prosseguiam (v. ofício n. 56).

7. Não se diziam quais fossem as contra-prestações francesas. Mas, pela mesma ocasião, a aviação britânica bombardeava os aeródromos sírios... Que acontecera? É que a *Luftwaffe* se utilizava do território sírio como base de operações contra o Iraque sublevado. As explicações oficiais francesas foram assaz embaraçadas e contraditórias. A princípio, tentou-se justificar a presença de aviões militares alemães nos aeródromos sírios como decorrente de "pousos forçados". Pouso forçado é o que se efetua, em circunstâncias imprevistas, como conseqüência de erro de pilotagem, da avaria da aeronave ou da anormalidade das condições atmosféricas. Ante a repetição de tais "pousos forçados", dado o fato de que as belonaves [*sic*] germânicas, para atingirem teatros de operação longínquos, se abasteciam de gasolina nos aeródromos da Síria, viu-se o governo francês levado a declarar que a utilização de todos os aeródromos franceses, pelas forças aéreas alemãs, fora expressamente prevista pela convenção de armistício.

8. Entretanto, tal afirmação, embora oficial, é balda de qualquer consistência jurídica: pelo artigo 10 do convênio invocado, a França se obrigava a não se empenhar em nenhum "ato de hostilidade contra o *Reich* alemão" e, entre as garantias destinadas a assegurar a execução desse compromisso, se estipulava que os aeródromos e instalações de terra da aviação militar francesa, em território não ocupado, metropolitano ou colonial, pudessem ser inutilizados, por iniciativa das autoridades de fiscalização italianas ou alemãs. Nada mais se conviera a respeito, parecendo assim uma aberração jurídica que do direito de inutilizar aeródromos se possa derivar o direito de utilizá-los...

9. Mais ou menos por essa época, Basdevant, o ilustre consultor jurídico do Ministério francês dos Negócios Estrangeiros, adversário da política de colaboração com a Alemanha, dirigia a Darlan uma carta em que solicitava a exoneração das funções de seu cargo... Nessa carta, redigida em termos didáticos, de elevação filosófica, e cuja cópia correu entre os funcionários do referido ministério, doutrinava Basdevant que o Direito é a arma do fraco, e que a seu ver, a França, vencida e inerme, em seu próprio interesse, não tinha porque se desapegar de certos princípios que asseguravam sua grandeza passada e que se lhe afiguravam como as garantias de seu restabelecimento entre os povos: os do primado da justiça. Num momento em que, associando-se à Alemanha hitleriana, a França, além de vítima, se apresentava como co-responsável da implantação de um regime internacional exclusivamente baseado no direito da força, Basdevant, cultor da força do direito, considerava destituídas de objeto as suas funções de consultor jurídico, pelo que se demitia...

10. A 15 de maio, realizada em Berchtesgaden uma entrevista entre Hitler e Darlan, o octogenário chefe do Estado Francês, numa breve alocução radiofônica, destinada a acobertar, com sua autoridade paternal, a política empreendida pelo vice-presidente do Conselho e a acalmar os desassossegos que haviam provocado, em largas correntes de opinião, ajustes conchavados no maior sigilo, longe de prestar algum esclarecimento, limitou-se a exortar a nação a um ato de cega fé política, concitando-a a segui-lo na "senda da honra e do interesse nacional", e acrescentando que se, "na estrita disciplina de espírito público", a França lograsse levar avante as negociações entabuladas, lhe poderia ser dado "superar a derrota" e conservar no mundo "a sua posição de potência européia e colonial". E concluía, bruscamente, nestas palavras carinhosas: "Eis, caros amigos, tudo o que tenho a vos dizer hoje!"[29] (v. ofício n. 69).

[29] N.E. – Traduzido do francês original.

11. A significação desse apelo, expressão da identidade de vistas entre Darlan e Pétain, não escapou aos agentes alemães na França, enchendo-os do maior júbilo, como também haverá alentado o coração de numerosos franceses, impregnados de propaganda germânica, verdadeiros gazeados morais, a perspectiva, acenada pelo venerando octogenário, de que a França, colaborando com a Alemanha, continuaria, a ser "potência européia e colonial".

12. Poucas horas após essa alocução radiofônica, se erguia, do outro lado do oceano, a voz do presidente Roosevelt, numa evidente reposta ao chefe de Estado francês:

> O povo da França, que estremece o ideal de independência e livres instituições e guarda, no espírito e no coração, o amor desses bens inestimáveis, ficará fiel a seus princípios, até o dia em que sejam restaurados. E é inconcebível que anua voluntariamente, em um acordo de pretensa "colaboração" que, de fato, implica uma aliança com uma potência militar cuja política fundamental visa a inteira e cabal destruição da independência dos povos e da liberdade de suas instituições. (v. ofício n. 59)

13. Esse discurso, suscitando neste país polêmicas por parte da imprensa dirigida, agravou o mal-estar que a colaboração franco-alemã causara nas relações franco-americanas, que só vieram a acalmar graças à garantia escrita, dada pelo governo francês, por intermédio de seu embaixador em Washington, de que nem a frota nem as colônias francesas seriam cedidas à Alemanha, preocupando à América do Norte, sobretudo, a sorte de Marrocos e do Senegal – a de Marrocos pela importância que sua posição geográfica lhe daria na atual "Batalha do Atlântico" e a do Senegal porque sua ocupação por uma potência agressiva seria uma ameaça contra o hemisfério ocidental, segundo declarações do próprio presidente Roosevelt.

14. A notícia da aludida garantia escrita, como tanta outra referente à política exterior da França, só chegou aqui ao conheci-

mento do público pelas emissões radiofônicas estrangeiras, ou por se a ter estampado em jornais suíços, cuja entrada no país este governo já cogitou em proibir, apesar da prudência extrema com que soem apreciar a situação internacional (v. ofício n. 60).

15. A 23 de maio, Darlan, o negociador silencioso, fez, na qualidade de chefe de governo, pela primeira vez, uma declaração pública, numa alocução radiofônica expressamente destinada a trazer ao país, sobre o estado das negociações franco-alemãs, "as precisões que impacientemente aguardava". Em matéria de precisões, porém, preferiu exprimir-se pela negativa, asseverando, solenemente, que o *Führer*-chanceler não lhe exigira nem a entrega da frota de guerra, nem a cessão de territórios coloniais, nem a declaração de guerra à Inglaterra! Desse modo, assaz eloqüente de suas reticências, esse discurso só justificou a apreensão geral de que a colaboração franco-alemã importa na sujeição da França, e de seu império colonial, aos interesses econômicos e conveniências estratégicas da Alemanha, em condições que a palavra oficial ainda não ousou definir (v. ofício n. 70).

16. De fato, já desde alguns dias se propalava em Vichy que, na entrevista de Berchtesgaden, a 2 de maio, Hitler, sem formular reivindicações precisas, declarara a Darlan que por ocasião de um ajuste de paz definitivo, estabelecedor de uma reorganização européia, a Alemanha trataria a França com a benignidade proporcional aos serviços que dela houvesse recebido, cabendo-lhe assim, tão somenos, "a paz que merecesse". Essas claras incitações e ambíguas promessas hitlerianas, Darlan parece transpô-las na seguinte fórmula: "A França terá a paz que fizer. Ela ocupará na organização européia o lugar que tiver preparado para si."[30]

17. No mais, exprimindo-se em palavras que engrandeceriam um chefe militar alemão, Darlan, chefe de um governo que se considera neutro e tem invocado em seu favor as vantagens jurídicas da neutralidade, declara solenemente que a Alemanha, que

[30] N.E. – Traduzido do francês original.

começara a guerra sozinha, se sentia de envergadura a levá-la a cabo sozinha, contra qualquer que fosse a coalizão que se lhe opusesse. Em seguida, prestando homenagem à generosidade do vencedor, assinala que em junho de 1940 a Alemanha bem pudera haver recusado o armistício impetrado pela França, esmigalhando-a e fazendo-a desaparecer das cartas geográficas, ao passo que, hoje em dia, anuía em negociar com ela... Mas como se observa que a França, ao se decidir pela colaboração com a Alemanha, está acuada a "escolher entre a vida e a morte", bem se pode imaginar o que sejam negociações entabuladas sob o imperativo de um tal dilema. Essa confissão não parece justificar a ufania com que o atual chefe do governo francês se tem glorificado do decisivo papel que lhe coube na cessação da resistência de seu país, em junho do ano findo, ao se recusar a fornecer ao governo de que fazia parte, como ministro da Marinha, os meios de transporte que lhe solicitava para o prosseguimento da luta nas regiões além-mar.

18. A 31 de maio, após o bombardeio aéreo de Sfax, na Tunísia, onde se haviam refugiado navios do Eixo, efetuado pela aviação britânica, Darlan, em face de jornalistas reunidos em Paris, lança um requisitório, dos mais violentos, contra a Inglaterra, considerando-a causadora de todas as desgraças da França, que qualifica de "Irlanda continental" (v. ofícios n. 76 e n. 78).

19. O fogoso almirante anglófobo, em cujas veias parece que tumultuam os recalcados ciúmes da velha rivalidade marítima anglo-francesa, após examinar sob um prisma de duvidosa objetividade histórica as relações que existiram entre seu país e sua exaliada, afirma que num mundo onde imperassem as nações anglo-saxônicas "a França não passaria de um corpo estranho, num sistema político em que não lhe seria dado desempenhar nenhum papel honroso", ficando assim relegado à condição de um "domínio de segunda classe". E, na mesma peça oratória em que celebra a força militar alemã como um "fator de unificação do continente europeu", conclui, paradoxalmente, que só graças à colaboração franco-alemã poderá a França recobrar, na Europa e

no mundo, sua antiga posição de potência – muito embora pareça claro que, contribuindo para "unificar" o continente, a França nada mais faça do que concorrer para o desaparecimento da soberania e independência de <u>todas</u> as nações européias, em favor de uma potência hegemônica.

20. Essas apaixonadas e contraditórias declarações do atual chefe do governo francês, se muito o podem haver realçado em face da autoridade ocupante, abalaram perigosamente as relações anglo-francesas e franco-americanas, sem de nenhum modo inclinarem o espírito político, neste país, a conceber a política de colaboração com a Alemanha senão como um duro tributo que o vencedor vem impondo ao vencido, em troca do direito elementar de existir.

21. Em tais palavras ressoa a inextricável tragédia da França contemporânea, inevitável conseqüência das condições em que se firmou o armistício. Pois elas parecem significar que as mesmas forças desagregadoras e paixões sectaristas que, provocando o solapamento moral da nação, foram o decisivo fator de seu colapso militar, continuam a atuar hoje em dia, após a derrota, entre os que se apresentam como salvadores do país, abismando-o, talvez, numa política suicidária.

Vichy, em 1º de junho de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/31/V/1/VI/41

Prêmio da Academia de Medicina de Paris
ao professor Paulo Carneiro

108 – SÁBADO – 22H00 – Tenho a grande satisfação de informar

Vossa Excelência pedindo comunicar ao Ministério do Trabalho que a Academia de Medicina de Paris acaba de conferir ao professor Paulo Carneiro o prêmio "Nativelle", por seus trabalhos químico-fisiológicos sobre alcalóides, por ele extraídos do curare.

SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/26/27/VI/41

Guerra na Europa
Situação política da França
Informações da embaixada em Vichy

121 – QUINTA-FEIRA – 20H00 – Resposta ao seu telegrama n. 74. A opinião deste país acolheu com a mais viva surpresa a guerra germano-russa, por isso que a censura jornalística lhe ocultou todos os pródromos. Os comentários da imprensa controlada sobre acontecimentos de tanto alcance são ainda assaz parcimoniosos e prudentes. A tão súbita e violenta ruptura do pacto de amizade russo-germânica e a falta de cumprimento da palavra empenhada foi de molde a aumentar, nas largas correntes da opinião, a desconfiança com que muitos encaram a atual política de colaboração com a Alemanha. Contudo, não duvido, no caso da decisiva vitória do Eixo sobre a Rússia, que a França se veja obrigada a aderir ao pacto tripartido, de acordo com os planos nazistas de se opor ao bloco das nações anglo-saxônicas, sobretudo aos Estados Unidos da América, uma coesão, pelo menos aparente, de todo o continente europeu. Quanto aos acontecimentos na Síria, a opinião francesa os acompanha com relativo desinteresse, apesar da propaganda oficial. De parte deste governo, noto preocupação em localizar os atuais conflitos de ordem colonial, destituindo-os

do caráter de guerra entre a França e a Inglaterra, já porque a opinião francesa não está preparada para essa eventualidade, já porque a diplomacia americana muito tem feito para afastá-la. A atividade política da França, que é antes de um doloroso marasmo, tem-se limitado a um recrudescimento da perseguição aos inermes judeus, objetos de novo e truculento estatuto imposto pelos alemães, desencadeando ódios que poderão lembrar a questão Dreyfus, permanecendo sem solução os problemas vitais para o país – como o da alimentação pública, que se agrava vertiginosamente, receando-se francamente a fome. Com os meus colegas, mantenho contacto quotidiano, especialmente com o embaixador americano, que creio ser o que mais interessa. Ainda ontem disse-me acreditar que o seu país só se decidirá a intervir contra a Alemanha *manu militari* após haver verificado o resultado da guerra russo-alemã, que julga será longa. Observei que muito se têm acalmado as relações entre a França e os Estados Unidos da América. Como sintoma atual da fisionomia política da França, assinalo que Nicolau Polítis, eminente diplomata grego, jurisconsulto de cultura francesa, não foi autorizado a publicar, nessa língua, recente obra de sua autoria intitulada "A moral internacional", vendo-se mesmo ameaçado de expulsão; e que outro grande jurista, Badet[31], acaba de renunciar ao cargo de consultor jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros por divergência com os militares filo-nazistas que imperam na França derrotada. A popularidade do marechal continua a decrescer, sem aumentar a do almirante Darlan com a exposição obrigatória de seu retrato nas casas comerciais. Só em obediência à circular n. 1.465 de 20 de agosto de 1940, que recomendou restringir o uso do telégrafo aos casos de real premência, me tenho abstido de telegrafar com maior freqüência sobre assuntos de caráter político para os quais também vacilo em utilizar o correio aéreo, não só devido ao atraso com que aí chegariam tais informações, mas sobretudo consi-

[31] N.E. – É possível que haja erro e se trate de Basdevant (v. p. 232).

derando que, nas atuais circunstâncias, a censura postal tem violado a correspondência aérea diplomática, conforme comuniquei a Vossa Excelência no telegrama n. 168 do ano passado. Noto ainda que a correspondência aérea daqui expedida via Estados Unidos deve atravessar a Espanha onde, ao que me consta, a censura alemã colabora com a espanhola. Vossa Excelência pode estar seguro de que estou atento e tudo telegrafarei que valha a pena e não possa ser aí conhecido pelas agências telegráficas. Quanto aos relatórios políticos mensais, para maior segurança das informações prestadas, desde abril tenho preferido remetê-los somente por via postal ordinária, incluindo-os nas malas da embaixada.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de julho de 1941.

Mês político na França[32]
Junho de 1940.

N. 6

A atmosfera política de Vichy, em inícios do mês de junho, foi toda de incertezas e propícia à proliferação dos mais desencontrados boatos. A ausência de informações independentes, jugulada toda a imprensa livre, ensurdecidas as emissões radiofônicas estrangeiras, a sensaboria e palidez de velhos órgãos parisienses transmudados em gazetas de província, a ambigüidade e o embaraço com que os comunicados oficiais ministraram ao país infor-

[32] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 113 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/07/1941.

mações relativas ao prosseguimento da política de colaboração franco-alemã, ou aos acontecimentos de ordem universal, não puderam senão aumentar as incertezas do espírito público, desassossegando a opinião, criando o ambiente favorável à divulgação de notícias ou interpretações infundadas.

2. Assim, a entrevista do Brenner, que acabava de se realizar, entre os ditadores do Eixo, coincidindo com uma misteriosa viagem aos Estados Unidos empreendida pelo embaixador norte-americano em Londres, senhor Winant, foi por muitos considerada como o indício de um possível restabelecimento da paz européia, a que este país tanto anseia, nas dificuldades que o oprimem. Outros, ao contrário, vislumbraram na recente queda de Creta e nas gestões diplomáticas efetuadas em Ancara pelo embaixador alemão, von Papen, prenúncios de um alastramento da guerra a toda a Ásia Menor, para uma próxima conquista do Egito pelas potências do Eixo.

3. No plano econômico, a chamada colaboração franco-alemã, progressivo avassalamento da França aos interesses da economia de guerra do *Reich*, se prosseguiu na realização de entendimentos entre os industriais dos dois países e teve, em Paris, certas manifestações espetaculares, quais a abertura de uma exposição da indústria alemã e a inauguração de um certame denominado "A França Européia", destinado a encarecer os benefícios de uma unificação aduaneira do continente europeu, sob disciplina e direção germânicas (v. ofício n. 82).

4. No terreno militar, ou como aqui se prefere dizer, no domínio político, a colaboração franco-alemã se revelou numa tentativa do governo de Vichy de dar seguimento às insistentes exigências do governo de Berlim de empenhar-se a França numa expedição africana contra as forças do general De Gaulle, na esperança de levar a Inglaterra à guerra contra sua ex-aliada. A realização desse plano encontra, porém, sérios obstáculos de ordem psicológica, porquanto o governo de Vichy não poderia estar seguro da fidelidade de tropas que despachasse para remotas regiões

africanas, onde mui facilmente se pudessem bandear para o grupo que devessem combater. Assim, foi apenas destacado um pequeno contingente de forças que, sob o comando do capitão Bondet, ocupou a margem ocidental do lago Chade, onde organizou um aeródromo e uma estação radioelétrica. Na outra margem do lago, no forte Archambault, se encontram as mais próximas forças da França dissidente.

5. Incontestável êxito no provocar sérios estremecimentos entre a França e as nações anglo-saxônicas teve na Síria a diplomacia germânica. Todavia, a invasão das forças anglo-gaulistas, ocorrida ali na manhã de 8 de junho, não logrou assumir o caráter de uma guerra entre a França e a Inglaterra, notando-se, desde logo, de ambos os lados, a preocupação de localizar-se o conflito armado, reduzindo-o às proporções de um incidente de ordem colonial.

6. As infiltrações germânicas na Síria, onde o cônsul alemão em Beirute já assumia atitudes de um alto comissário, patrocinadas pelo almirante Darlan; seus excessos de linguagem contra a Inglaterra, consignados em meu último relatório político; certas declarações do comandante das forças francesas na Síria, general Dentz, confessando ser ela zona de passagem franqueada à aviação militar do Eixo; ao que se juntaram as incertezas quanto aos planos estratégicos do *Reich* desde a queda de Creta, foram os fatores decisivos dessa campanha colonial, destinada a resguardar o Egito contra a eventualidade de uma ofensiva alemã provinda da Ásia Menor (v. ofícios n. 83 e n. 87). O ataque parece haver-se operado com prévio conhecimento e aprovação do governo dos Estados Unidos da América, não se podendo compreender de outro modo as declarações que, três dias antes, fizera o secretário de Estado, senhor Cordell Hull, advertindo o governo de Vichy contra as possíveis conseqüências de sua política de cooperação com a Alemanha (v. ofício n. 88).

7. Os embaraços políticos e militares que a invasão da Síria causaram [*sic*] ao governo francês são perceptíveis no estilo incolor da mensagem que o marechal Pétain dirigiu, por esse ensejo,

aos franceses do Levante (v. ofício n. 89). Mas é sobretudo significativo que o próprio almirante Darlan, em sua longa alocução radiofônica de 10 de junho, defendendo embora a política de colaboração com a Alemanha, pela primeira vez abafasse os seus sentimentos anglófobos e nem a mais leve alusão fizesse aos acontecimentos de que era teatro a Síria francesa (v. ofício n. 93).

8. O secretário de Estado, senhor Cordell Hull, redargüindo a essa alocução do chefe do governo francês, não perdeu o ensejo de lançar mais uma admoestação, e das mais incisivas, contra a política de colaboração franco-alemã (v. ofício n. 93). Por fim, a 14 de junho, por intermédio da embaixada dos Estados Unidos em Vichy, se trocaram notas, entre os governos francês e britânico, consignando-se expressamente, de parte a parte, o caráter local da campanha da Síria (v. ofício n. 97).

9. No âmbito da política interna, o acontecimento de maior vulto ocorrido no mês de junho foi a promulgação, a 14 desse mês, da nova legislação racista francesa, truculento estatuto imposto à minoria israelita, sob o signo da política de colaboração franco-alemã (v. ofício n. 99). Trata-se de uma extensão à chamada França Livre de normas já postas em prática pela autoridade ocupante nas regiões sob seu domínio militar.

10. Esse triste ato de subserviência francesa fora, semanas antes, anunciado em Paris, numa entrevista concedida à imprensa pelo *Oberkriegsrat*[33] *Doktor* Blanke, militar alemão que superintende o cumprimento das medidas racistas na França ocupada, e deverá acarretar, além do confisco da propriedade dos israelitas, a proibição de exercerem qualquer atividade comercial.

Vichy, em 1º de julho de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

[33] N.E. – Conselho Superior de Guerra.

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/11/12/VII/41

Nova constituição francesa

135 – SEXTA-FEIRA – 14H00 – Tive longa e amistosa palestra com o senhor Barthelemy, ministro da Justiça e Negócios Interiores, a propósito da nova constituição francesa atualmente em elaboração. Confirmando as afirmações do discurso do marechal Pétain, disse-me ele que a futura constituição será absolutamente autoritária, ainda mais do que a constituição portuguesa. Acrescentou que o parlamentarismo, a democracia e o liberalismo não são mais aqui do que reminiscências históricas. Pelo que depreendi das suas reticências, o novo regime francês será inspirado pelo regime nazista, procurando este governo, que está convencido da vitória final da Alemanha, adaptar-se às circunstâncias impostas pelo imperativo de colaboração franco-alemã.

L. M. DE SOUZA DANTAS
* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/11/12/VII/41

Medidas contra os judeus na França ocupada

138 – SEXTA-FEIRA – 18H00 – A pedido do consulado-geral em Paris, transmito: "As autoridades ocupantes, que vêm internando em campos de concentração os judeus estrangeiros, recusam-se ao mesmo tempo a conceder aos nacionais brasileiros, de religião hebraica, a necessária autorização para deixarem a zona ocupada a fim de regressar ao Brasil alegando sumariamente que a sua decisão se funda em motivos de princípio. Assinado Oscar Pires

do Rio". Acredito que somente uma intervenção enérgica junto ao governo alemão, senão mesmo a ameaça de represálias, poderia tornar mais flexível a aplicação daquele princípio.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/24/25/VII/41

CONFIDENCIAL

Guerra na Europa
Informações confidenciais francesas sobre a situação militar na Alemanha

147 – QUINTA-FEIRA – 18H00 – CONFIDENCIALÍSSIMO. Alguns militares franceses de grande valor, ora chegados da Alemanha, aparentemente germanófilos, mas, na verdade, agentes incumbidos de colher informações sobre sua situação militar, revelaram-me, em conversa íntima, que o moral das forças alemãs lhes parece abalado, sendo ao mesmo tempo surpreendente o fanatismo com que se batem os russos sem medir sacrifícios numa guerra absolutamente popular e devastadora. Os alemães já teriam tido, até 10 de julho, seiscentas mil baixas, sobretudo nas divisões motorizadas, e muitos se queixariam de que Hitler exige soldados de aço. A Rússia disporia de quarenta e cinco mil tanques e a Alemanha de vinte mil. A gigantesca frente de combate teria uma média de duzentos quilômetros de profundidade. As tropas de ocupação na França não ultrapassariam, hoje, de cem mil homens, tendo a Alemanha pedido à Itália dez divisões para ocupar os países conquistados e havendo a Itália respondido que não as pode dar. Confirmaram-me o antagonismo existente entre Hitler e Goering

por se haver este oposto à campanha contra a Rússia, considerando-a de natureza a enfraquecer as forças aéreas alemãs de que foi o criador, pois a Inglaterra teria o predomínio aéreo na Mancha. Se se prolongar a resistência russa, acredito que venha isso ter influência decisiva nas relações deste país com a Alemanha.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/26/27/VII/41

Registro israelitas brasileiros na França

150 – SÁBADO – 18H00 – Referência ao telegrama de Vossa Excelência n. 82. Recebi deste governo, a 23 de julho, uma nota em resposta à que lhe dirigi, pleiteando, em obediência às instruções de Vossa Excelência, em favor dos nacionais brasileiros de ascendência israelita, dispensa de se inscreverem no registro especial declarando as condições de fortuna, para um eventual confisco, conforme a finalidade real da legislação que a Alemanha acaba de impor à França, sob o signo da política de colaboração no estabelecimento de uma nova ordem européia. Diz a nota: "Vossa Excelência não ignorará os motivos de ordem nacional que inspiraram a medida em questão. Instituindo o censo, que se apresenta indispensável, os poderes públicos não tiveram outro objetivo senão o de coligir elementos necessários para que se proceda a uma discriminação entre os israelitas, alguns dos quais constituem perigo para a vida política e econômica do país. Tal operação nada encerra que dê ao governo brasileiro motivo de se inquietar, podendo, ao contrário, ficar seguro de que as situações adquiridas aqui por seus nacionais de origem israelita serão mantidas, tanto quanto possível, e de que os casos especiais serão examinados pe-

los poderes públicos com todo o liberalismo compatível com a letra e o espírito da lei em apreço. Apraz-me esperar que estes esclarecimentos satisfarão ao governo do Brasil e que lhe trarão a tranqüilidade solicitada. a) F. Darlan". O embaixador americano aqui mostrou-me uma nota idêntica à que me foi dirigida. Pergunto a Vossa Excelência se devo enviar nota de protesto.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/27/28/VII/41

Acordo franco-nipônico sobre a ocupação da Indochina

153 – DOMINGO – 18H00 – Este governo resolveu, enfim, romper o absoluto sigilo em que procurou ocultar ao país os acontecimentos da Indochina, publicando, ontem, sob a forma de comunicado de uma agência de informações do governo japonês, uma declaração em que se diz que o Japão está, firmemente, resolvido a respeitar a integridade territorial e a soberania francesa na Indochina e que prosseguem as negociações destinadas a estabelecer a modalidade de uma cooperação franco-nipônica para a defesa comum daquela colônia. Os comentários oficiosos afirmam que, tanto ao se defender na Síria quanto ao aceitar agora o concurso do japonês na Indochina, a França prossegue a mesma política: "de conservar intacta a soberania francesa em todo seu império colonial". Nenhuma alusão se faz ao acordo de 30 de agosto de 1940 que, sob a pressão militar do Japão, impôs à França, obrigando a reconhecer-lhe o direito especial na criação de uma "esfera de prosperidade" na Ásia oriental, no qual se fundamentam as atuais exigências japonesas. Não acredito que a opinião deste país se iluda sobre a significação real dessas "nego-

ciações" franco-japonesas parecendo-me que a perda da Síria, da Indochina e possivelmente de outras partes do império colonial francês, até mesmo em nosso continente, serão inevitáveis, como conseqüência do isolamento político em que se colocou a França, sem aliados nem amigos, dadas as condições em que firmou o armistício e em seguida se empenhou numa política de colaboração com a Alemanha, sem que esta lhe desse a conhecer as condições de uma paz honrosa.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de agosto de 1941.

Mês político na França[34]
Julho de 1941.

N. 7

Eis, numa breve resenha, os principais fatos políticos que interessaram o governo francês, no decurso do mês corrente.

2. RUPTURA DAS RELAÇÕES FRANCO-RUSSAS – Novo sintoma do alinhamento político franco-alemão, a primeiro de julho de 1941, uma semana após a irrupção da guerra germano-russa, se noticiou a decisão da França de romper relações diplomáticas com a Rússia soviética. É de notar que tais relações, gravemente estremecidas em conseqüência da conclusão do famoso pacto de amizade germano-russo de 23 de agosto de 1939, precursor da

[34] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 150 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/08/1941.

guerra européia e, em seguida, tenuemente asseguradas por meros encarregados de negócios, se tinham perfeitamente normalizado, após o colapso francês, também por interferência alemã, recebendo o marechal Pétain, em começos do corrente ano, as credenciais de um embaixador soviético, senhor Bogomoloff, e acreditando como embaixador em Moscou o senhor Bergéry, antigo comunista francês, ainda ligado a Crassine por laços de parentesco. Em dado momento, a cordialidade das relações entre Vichy e Moscou levou a França ao extremo de riscar da lista dos agentes diplomáticos aqui acreditados os representantes dos Estados bálticos, com o que reconheceu, juridicamente, a sua conquista pelos sovietes.

3. No entretanto, desde que o sinistro conluio das ditaduras moscovita e nazista, inopinadamente, se transmudou em sangrento antagonismo, o governo francês automaticamente rompeu com a Rússia soviética, sob a invocação do interesse nacional e de princípios ideológicos (v. ofício n. 117).

4. Em seguida, por ordem do almirante Darlan, se procedeu à prisão preventiva de todos os nacionais russos radicados em território francês, fossem vermelhos, brancos ou incolores, internando-se em campos de concentração os elementos que se considerassem como indesejáveis (v. ofício n. 121).

5. De outro lado, desde começos de julho, propagandistas alemães pregaram por aqui a participação da França numa cruzada européia contra o comunismo, lançando-se a idéia, logo apoiada pelo governo de Vichy, de constituir-se, com esse fim, uma legião de voluntários franceses. Deloncle chama-se o organizador dessa legião ideológica. Os cruzados franceses do século XX combaterão em uniforme germânico, apenas diferenciado à ombreira por um distintivo tricolor, e deverão prestar juramento de fidelidade a Adolfo Hitler. Todavia, para maior garantia de sua fidelidade ideológica, não serão instruídos nem armados na França, mas sim nos confins orientais da Alemanha. Além disso, os altos soldos que se lhes prometem, arriscam rebaixá-los à categoria de cruza-

dos-mercenários. Lojas do comércio, da propriedade de judeus esbulhados, se transformaram de repente em escritórios destinados ao recrutamento de voluntários anticomunistas, nos bulevares de Paris, onde também se afixaram grandes e aliciadores cartazes (v. ofício n. 124).

6. OS ACONTECIMENTOS DA SÍRIA – A convenção de armistício, concluída em Saint-Jean-d'Acre, a 13 de julho de 1941, entre o general Wilson, comandante-em-chefe das forças aliadas na Palestina e na Síria, e o general Verdihac [*sic*], representante do general Dentz, se assinalou pelo caráter singular, senão mesmo único na história, de haver posto termo à luta de dois exércitos pertencentes a Estados que, juridicamente, não se achavam em guerra.

7. Iniciada a 8 de junho, a campanha do Líbano e da Síria terá durado um mês e poucos dias. Empregando métodos que não lembram os da *Blitzkrieg,*[35] as forças anglo-gaulistas, por várias vezes, antes de investirem contra as posições inimigas, tentaram parlamentar. As forças do governo de Vichy, compostas na maior parte de tropas coloniais, se defenderam com denodo e contra-atacaram por vezes, a despeito de sua inferioridade numérica e da de seus armamentos.

8. Todavia, desde a evacuação de Damasco e a queda de Palmira, tornando-se iminente a ocupação de Beirute, estava virtualmente terminada a campanha da Síria. Nem poderiam as populações locais admitir que o alto-comissário francês, general Henri Dentz, que um ano antes entregara Paris sem combate, lhes sacrificasse agora o país, numa resistência desesperada.

9. Antes de capitular, o governo de Vichy, na impossibilidade de expedir por mar as tropas que concentrara na metrópole, diligenciou transportá-las por via terrestre, recorrendo para isso a uma *démarche* diplomática, de antemão condenada ao fracasso: cometeu a Benoist-Méchin, um dos próceres da colaboração franco-

[35] T.E. – "Guerra relâmpago".

alemã, a incumbência de obter do governo da Turquia a indispensável autorização para a passagem de forças por seu território, sendo este o motivo real da missão que o levou a Ancara, apesar dos desmentidos oficiais (v. ofício n. 120).

10. Por essa mesma ocasião, a Alemanha, concentrando a quase totalidade de seus recursos militares contra a Rússia soviética, se desinteressava momentaneamente dos destinos da Síria, após haver logrado armar a seu respeito uma colisão sangrenta entre britânicos e franceses. Ao governo de Vichy não restava senão cessar uma resistência inútil, recolhendo o precário conforto moral de haverem as suas tropas combatido com galhardia, ao mesmo tempo que a Grã-Bretanha consolidava as suas posições estratégicas no Levante, englobando, no vasto dispositivo de defesa que se estende do Egito às Índias, territórios sob o mandato colonial de um país em melindrosa colaboração política com a Alemanha nazista.

11. Merece ser notada a escaramuça diplomática que precedeu à assinatura do armistício sírio. As primeiras propostas britânicas para a cessação da luta, transmitidas pela embaixada norte-americana ao governo de Vichy, foram por este rejeitadas sob a alegação de não poder entrar em entendimento com os generais De Gaulle e Catroux, "franceses traidores do seu país", e por encerrarem elas, com respeito ao futuro estatuto da Síria e do Líbano, cláusulas políticas incompatíveis com os direitos e prerrogativas da potência mandatária. Recebia, assim, o general Dentz carta branca para proceder conforme lhe aconselhassem as circunstâncias. Entretanto, não parece inteiramente destituída de caráter político a convenção de armistício, tal como foi finalmente assinada, entre os chefes militares, sem a responsabilidade imediata do governo de Vichy. Pois nela se estipula, para civis e militares, o direito de optarem entre permanecerem fiéis àquele governo, ou aderirem ao movimento gaullista (v. ofício n. 133).

12. Encerrou o incidente sírio-libanês uma mensagem de adeus dirigida pelo marechal Pétain às tropas e populações do Levante (v. ofício n. 134).

13. OS ACONTECIMENTOS DA INDOCHINA – Outro sintoma da desagregação do império colonial francês, inevitável conseqüência do isolamento político em que se colocou este país, sem amigos, sem aliados, dadas as condições em que se submeteu ao armistício de Compiègne, foi o direito de ocupação militar da Indochina, que se viu obrigado a outorgar ao Japão, em virtude de um breve protocolo, firmado em Vichy, a 29 de julho de 194 (v. ofício n. 147).

14. Datam do colapso militar da França as progressivas reivindicações japonesas sobre aquela próspera colônia. A 13 de junho de 1940, exatamente na véspera da ocupação de Paris, no estonteamento da derrocada, achando-se o governo francês de envolta com milhões de refugiados, pelas rodovias do país, em pleno êxodo, de capital provisória em capital provisória, eis senão quando urgiu o governo de Tóquio em que a França mandasse fechar a fronteira entre a China e o Tonquim, onde uma missão militar japonesa, chefiada pelo general Nishihara, fiscalizaria o cumprimento dessa medida... A França se submeteu à exigência.

15. Já a 2 de agosto de 1940, constituído sob a presidência do príncipe Konoye o ministério em que foi titular das Relações Exteriores o doutor Matsuoka, insistia o Japão em que a França lhe reconhecesse o direito de expedir tropas, contra a China e o Yunnan, através do Tonquim, e o de utilizar-se de certos aeródromos ali... A nota japonesa concluía protestando os sentimentos de profundo pesar com que, em caso de recusa, se daria ordem às tropas nipônicas para forçarem passagem *manu militari*.

16. Repelir o *ultimatum* japonês fora solidarizar-se com o governo de Tchung King, como a Grã-Bretanha e a América, e, eventualmente, transformar o Tonquim num campo de batalha entre japoneses e *chins*, com prejuízo para a economia da colônia. O então ministro das Relações Exteriores da França, senhor Baudoin, presidente do Banco da Indochina, sopesando todos os fatores, considerou mais adequado ao interesse nacional submeter-se às exigências do Japão, entabulando com este negociações ape-

nas destinadas a guardar as aparências da soberania francesa sobre o Tonquim. E, com isso, conforme previsão de Wellington Koo, então embaixador chinês em Vichy, a França abria a porta para a irremediável perda de toda a Indochina.

17. A história diplomática da penetração nipônica na Indochina é breve e movimentada. A 30 de agosto de 1940 foi assinado em Tóquio um acordo em que a França reconhecia, em todas as questões do Extremo Oriente, o primado do Japão e se obrigava a concluir com ele um ajuste militar e um entendimento econômico que definissem os direitos e interesses particulares do Império do Sol Levante sobre a União Indochinesa. Em compensação, dava o Japão à França a garantia verbal de lhe respeitar a integridade territorial da Indochina e a soberania francesa ali. Foi por esse ensejo que o general Catroux, então governador da Indochina, se demitiu das funções de seu cargo, aderindo, pouco depois, ao movimento dissidente do general De Gaulle.

18. O ajuste militar, estipulado *in loco*, entre o general Nishihara e o general Martin, comandante francês na Indochina, veio a ser firmado a 22 de setembro de 1940, após negociações entremeadas de peripécias e mesmo de colisões sangrentas, entre forças nipônicas e francesas. Em conseqüência desse ajuste, à guisa de obter vantagens militares que lhe facilitassem a liquidação do "incidente chinês", desembarcava o Japão, "a título excepcional e temporário", tropas no Tonquim, onde deveriam permanecer "enquanto durasse o conflito sino-japonês". De outro lado, taxas aduaneiras especiais foram concedidas às exportações japonesas para a Indochina, pelo entendimento econômico, assinado a 24 de outubro de 1940, como conseqüência daquele ajuste militar e do acordo político que o precedera.

19. Em março último, nova exigência japonesa, ao impor sua mediação no conflito territorial entre a Indochina e a Tailândia. Nos termos de notas reversais trocadas em Tóquio a 11 daquele mês, se obrigava a França a não contratar com país algum, no que respeitasse à Indochina, entendimento ou acordo que previsse

qualquer cooperação política, econômica ou militar, de molde a contrariar ali os interesses e direitos especiais do Japão. Por esse ato internacional, aparentemente anódino, apenas visava o Japão reservar-se um crédito preferencial sobre a União Indochinesa, na massa falida em que caísse o império colonial francês, pelo ensejo da conclusão de uma paz geral.

20. Por isso, quando em julho do corrente ano, o Japão urgiu no direito de ocupar militarmente toda a Indochina e a França se viu obrigada a aceitá-lo, sob a ficção de estabelecer com ele uma "cooperação militar" para a "defesa em comum" daquela colônia, nenhuma dúvida podia mais pairar sobre a significação real de reivindicações de tal natureza, através dos capciosos e embaraçados comunicados oficiais em que se as deu a conhecer à opinião deste país. Porquanto, dentre as grandes potências, só o Japão manifestara desígnios expansionistas sobre a Indochina. E exatamente com o Japão firmava a França um acordo militar para a "defesa em comum" do território ambicionado! (v. ofício n. 146 e n. 148)

Vichy, em 1° de agosto de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/2/VIII/41

Registro de brasileiros israelitas na França

156 – SEXTA-FEIRA – 15H00 – Em resposta ao telegrama de Vossa Excelência n. 94. Cumprindo as instruções de Vossa Excelência, acabo de dirigir a este governo nota em que protesto nos seguintes termos: "Sem se permitir formular juízo sobre a natureza de

uma legislação que o governo francês declara inspirada pelo interesse nacional, o governo brasileiro, tendo tido conhecimento da nota de Vossa Excelência, me incumbe de lhe comunicar que se sente no dever de protestar contra a legislação em apreço, na medida em que parece colocar certos brasileiros domiciliados na França sob a presunção legal de malignidade, incompatível com os interesses franceses, e tanto quanto as operações de recenseamento de pessoas e bens, impostas sob a ameaça de sanções penais, possam acarretar diminuição dos direitos civis e comerciais de que gozam, até hoje, na França, todos os brasileiros, em igualdade com o tratamento de que beneficiam no Brasil todos os franceses."

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/9/VIII/41

Guerra na Europa
Exigências alemãs ao governo de Vichy

157 – SÁBADO – 12H45 – A Alemanha vem novamente exercendo, sobre este país, forte pressão, urgindo a entrega de bases estratégicas na África setentrional francesa e a obtenção de privilégios de ordem militar semelhantes aos que a França acaba de conceder ao Japão na Indochina. Esta manobra diplomática foi, há 10 dias, iniciada por uma campanha de imprensa, em Paris, das mais virulentas contra o governo de Vichy, a quem acusa de duplicidade, visto já estar colaborando militarmente no Extremo Oriente com o Japão, parceiro do Eixo, ao mesmo tempo em que hesita em cooperar com a Itália e a Alemanha no terreno militar. A Alemanha, preocupada com a situação de seus exércitos na fronteira

egípcia, que parece precária, dadas as dificuldades de transporte, e receosa de uma contra-ofensiva britânica, que empanaria o brilho das armas germânicas, insiste, sobretudo, na ocupação da Tunísia, com o que fecharia à Inglaterra o acesso ao Egito pelo Mediterrâneo, ao mesmo tempo que se sanariam as dificuldades atuais no aprovisionamento e transporte das forças do Eixo para a África. Os alemães também pleiteiam a ocupação de Marrocos e Dacar, na esperança de provocar um golpe de força por parte dos Estados Unidos da América e, por essa forma, arrastar o Japão à guerra, em virtude do pacto tripartido. De qualquer modo, o marechal Pétain se acha comprimido no dilema de ceder à pressão alemã, que colocaria a França em estado de franca beligerância, pelo menos com a Inglaterra, ou de romperem as potências do Eixo a convenção de armistício, invadindo a África setentrional, que não lhes poderia oferecer nenhuma resistência séria, acarretando isso, sem dúvida, a ocupação de toda a França, a queda do governo de Vichy e a formação, em Paris, de novo governo, imposto pelos vencedores. Na última reunião do gabinete francês, o marechal Pétain, apoiado no ministro da Guerra, general Hutzinger, perfeitamente informado por seu estado-maior das atuais dificuldades da *Reichwehr* na Rússia, repeliu as exigências alemãs. O almirante Darlan ficou solidário com a maioria, mas sua situação é das mais melindrosas, porquanto na entrevista de 11 de maio em Berchtesgaden acenou ao chanceler Hitler com a colaboração de ordem militar, que a Alemanha hoje reclama, invocando o precedente da Indochina. A diplomacia americana muito tem feito para fortalecer a resistência francesa. Todavia, o embaixador americano, com quem jantei ontem, não me pareceu nada confiante no resultado final de seus esforços. Disse mesmo que já tem instruções para pedir seus passaportes se fracassar sua missão junto ao marechal Pétain.

SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 15 de agosto de 1941.

[*Ofício*] n. 165
Situação dos nacionais brasileiros
em face da legislação racista francesa.

Senhor Ministro,

Confirmando os telegramas desta embaixada n. 120, 150 e 156, expedidos respectivamente a 25 de junho, 26 de julho e 1º de agosto de 1941, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, nas inclusas cópias autenticadas, os termos das notas que se trocaram entre esta missão diplomática e este Governo, em cumprimento das instruções contidas nos despachos telegráficos n. 80, 82 e 94, datados respectivamente de 1º, 2 e 30 de julho último, e relativas à situação dos brasileiros na França em face da nova legislação racista deste país.

2. Foi encaminhado em anexo ao ofício n. 99, de 16 de junho último, o texto oficial da legislação referida.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, senhor ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

L. M. DE SOUZA DANTAS

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo[36] *1*

[*Ofício*] n. 101

[36] N.E. – Traduzido do francês original.

Vichy, 4 de julho de 1941.

Senhor Vice-Presidente,

O governo brasileiro, tendo tido conhecimento da lei n. 2.333, de 2 de junho de 1941, que prescreve, sob ameaça de sanções penais, a inscrição de judeus em um registro especial, bem como a obrigação, que lhes é imposta, de declarar o estado de seus bens, pede-me comunicar a Vossa Excelência que não acredita que esta lei possa ser aplicável a nacionais brasileiros.

2. Considerando que todos os franceses residentes no Brasil gozam, de acordo com as leis brasileiras, de um tratamento de perfeita igualdade e que a reciprocidade de tratamento é o fundamento mesmo do estatuto dos estrangeiros segundo as regras do direito internacional, meu governo me incumbe de comunicar a Vossa Excelência que ele não poderia aquiescer a que certos brasileiros possam estar submetidos na França a um tratamento diferenciado, estabelecido sob um critério de raça, de religião ou outro qualquer e, em particular, possam tornar-se passíveis das sanções de que trata a dita lei.

Tenho a honra de aproveitar esta ocasião para renovar, senhor Vice-Presidente, as seguranças da minha mais alta consideração, com a qual tenho a honra de ser,

De Vossa Excelência, muito humilde e obediente servidor

(a.) L. M. DE SOUZA DANTAS

A Sua Excelência, Senhor Almirante Darlan,
Vice-Presidente do Conselho, Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em Vichy

É cópia fiel:
T. Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

.....

Anexo[37] *3*

[*Ofício*] n. 117

Vichy, 31 de julho de 1941.

Senhor Vice-Presidente,

Por uma nota datada de 23 do corrente, Vossa Excelência houve por bem dar ao meu conhecimento que razões de ordem nacional inspiraram a legislação de 2 de junho de 1941 relativa aos israelitas na França.

2. Vossa Excelência precisa particularmente que, ao instituir um recenseamento que teria parecido indispensável, os poderes públicos não tiveram outro objetivo senão o de reunir os elementos necessários para proceder a uma discriminação entre os israelitas, alguns dos quais representam um perigo para a vida política e econômica do país, aditando que suas operações não têm em si nada de que o governo brasileiro possa fundadamente alarmar-se.

3. A título de conclusão, Vossa Excelência assegura que as situações adquiridas na França pelos brasileiros de origem israelita serão mantidas em toda a medida do possível e que os casos específicos serão examinados pelos poderes públicos com todo o liberalismo compatível com a letra e o espírito das leis em questão.

4. Sem se permitir emitir nenhum julgamento sobre a natureza de uma legislação que o governo francês declara inspirada pelo interesse nacional, o governo brasileiro, tendo tido conhecimento da nota acima citada, incumbe-me de comunicar a Vossa Excelência que lamenta dever protestar contra a legislação em tela, na medida em que ela parece colocar os brasileiros domi-

[37] N.E. – Traduzido do francês original. O Anexo 2, ora sumprimido, corresponde à nota já transcrita, também traduzida do francês original, no telegrama n. 150, p. 245-246.

ciliados na França sob uma presunção legal de malignidade, incompatível com o interesse francês, e na medida em que operações de recenseamento de pessoas e bens, impostas sob a ameaça de sanções penais, possam acarretar a redução dos direitos civis e comerciais de que gozam atualmente todos os brasileiros residentes na França, a exemplo do tratamento de que se beneficiam todos os franceses estabelecidos no Brasil.

Tenho a honra de aproveitar esta ocasião, Senhor Vice-Presidente, para renovar a Vossa Excelência as seguranças da mais alta consideração, com a qual tenho a honra de ser

De Vossa Excelência o muito humilde e obediente servidor:

L. M. DE SOUZA DANTAS

A Sua Excelência, Almirante Darlan,
Vice-Presidente do Conselho, Ministro Secretário de Estado das Relações Exteriores, em VICHY

É cópia fiel:
T. Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/29/VIII/41

Guerra na Europa
Atentados terroristas na França
Vigorosa repressão

167 – SEXTA-FEIRA – 18H15 – Aditamento ao meu telegrama n. 151. Multiplicam-se em toda a França os atentados terroristas,

numa ramificada organização clandestina de comunistas a serviço de Moscou, aliada aos não menos numerosos partidários do general De Gaulle, adversário da política de colaboração com a Alemanha, por idealismo patriótico. Este governo se empenha numa repressão feroz, tendo instituído, desde o dia 23 do mês corrente, tribunais especiais, que condenam sumariamente e cujas sentenças, mesmo as de morte, se executam sem apelo, dentro de poucas horas. A atmosfera é francamente revolucionária e vaticina ao país, com a próxima chegada do inverno, os mais sombrios acontecimentos.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de setembro de 1941.

Mês político na França[38]
Agosto de 1941.

N. 8

Durante o mês de agosto, foi de profunda depressão a atmosfera política da França, sem que nada alterasse o feitio uniformemente incolor dos órgãos de imprensa existentes na "zona livre".
2. Entretanto, por essa mesma ocasião, os jornais das regiões ocupadas, todos eles proibidos para cá da linha que separa em duas zonas o país, novamente se lançaram numa virulenta campanha contra o governo do marechal Pétain, urgindo, em obediên-

[38] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 179 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/09/1941.

cia a sugestões germânicas, em que a França estreitasse as malhas de sua colaboração política com a Alemanha.

3. Tais campanhas de imprensa, intermitentemente lançadas pelas autoridades ocupantes, são sempre um meio complementar de pressão sobre o governo de Vichy, e seu perene estribilho são os perigos a que exporá a França, se não se enfeudar, total e definitivamente, aos interesses políticos, econômicos e estratégicos das potências do Eixo, o que também chamam "integrar a França na Europa".

4. Revelando, sem embuços, os desígnios do vencedor, Marcel Déat, diretor de *L'Oeuvre*, instava em que se encarasse de boa mente a ocupação germânica da África do norte, argumentando que se a França acabava de pactuar com o Japão a "defesa em comum" da Indochina, nada deveria obstar a que também aceitasse, para a proteção dos vastos territórios que se estendem de Dacar a Bizerta, a eficiente colaboração militar dos parceiros europeus do pacto tripartido...

5. Ceder à pressão germânica, fora colocar o país em estado de franca beligerância com a Inglaterra, eventualidade sobre a qual ainda se acham divididos os meios governamentais e que repugna profundamente à opinião pública francesa. Porquanto o armistício de Compiègne, por duro e doloroso, só como meio de recobrar a paz fora aceito pelo país e a hipótese de vê-lo novamente imerso na guerra e, desta vez, como aliado do vencedor, é visceralmente antipática às grandes massas populares.

6. De outro lado, uma guerra franco-britânica viria acarretar, pelo menos, a ruptura das relações diplomáticas entre Washington e Vichy. Ora, entre os dirigentes franceses ainda os há que consideram prejudicial aos interesses da França a cessação violenta dos velhos laços sentimentais que a unem, desde Lafayette, à grande república americana. Pois, dada exatamente a fragorosa ruptura da aliança anglo-francesa desde a assinatura do armistício de Compiègne, julgam muitos indispensável conservar a França a amizade norte-americana como escudo diplomático contra possíveis exigências e

ambições britânicas, para o caso de que a última batalha da atual *Kraftprobe*[39] ainda venha a ser ganha pela Inglaterra.

7. O fato é que, em princípios de agosto, o marechal Pétain, que sempre declarou contrário à honra da França guerrear ela um ex-aliado, apoiado no general Weygand, chefe supremo na África do norte, e no general Huntzinger, ministro da Guerra, mais uma vez rejeitou as insistentes propostas germânicas de ocupação militar da África francesa, alegando com razão que tal pretensão não se enquadra dentro do convênio de armistício.

8. E, com isso, inegável triunfo obteve a diplomacia norte-americana, representada em Vichy, na falta de Pershing, pelo almirante Leahy, personalidade de primeiro plano, amigo pessoal do presidente Roosevelt, que o despachou para um posto de sacrifícios, em que se vem havendo com firmeza e finura, e onde abnegadamente se mantém, como militar disciplinado, animado pela nobre ambição de servir. E é por isso que o honra comumente a imprensa da zona ocupada, sobre a qual não tem mão o governo francês, com os gratuitos epítetos de não-ariano e sombrio protagonista da demo-plutocracia...

9. Soprou por sobre toda a França, nas borrascas de agosto, um vento mau, produzindo a inquietação dos espíritos e a angústia das consciências, segundo a linguagem metafórica de uma alocução radiofônica, proferida, a 12 daquele mês, pelo marechal Pétain, em períodos castigados, ao que parece obra de Lucien Romier, e que é um modelo de vernaculidade francesa (v. ofício n. 155). A par de uma forma impecável, é importante essa alocução, tanto no que respeita aos problemas de política externa quanto aos da política interior do país.

10. Pela primeira vez, parece revelar o marechal Pétain o anseio de seu governo de conhecer as condições alemãs e italianas para a conclusão de uma paz duradoura, a fim de que, no próprio interesse da reorganização européia, a França possa escapar aos desassossegos e incertezas da hora presente, criados pela inesperada

[39] T.E. – "Teste de força".

prolongação de um regime de armistício que, ao ser firmado, se supunha eminentemente transitório.

11. Infelizmente, a ocupação militar da costa francesa enquanto perdurar o duelo anglo-germânico, não fora um obstáculo insuperável para a conclusão de um tratado preliminar de paz entre a França e a Alemanha, se dificuldades de ordem psicológica não parecessem impedi-lo. De fato, certos observadores dos métodos políticos nazistas acreditam que a Alemanha vitoriosa nunca se dignará de assinar, com os países vencidos, tratados formais de paz, nos moldes tradicionais do direito internacional. Se, na concepção nacional-socialista, a guerra é o estado normal dos povos e a paz é uma guerra larvada, tampouco se faz mister declarar-se formalmente a guerra quanto se concluir a paz formalmente. Com o passar do tempo, um tratado de paz, por severo que seja, se torna uma restrição, uma barreira, um limite, na liberdade de ação do Estado vencedor. Para assegurar à Alemanha na Europa um espaço vital duradouro, assimilando ela politicamente os países vencidos, incorporando-os economicamente, resguardando-os de toda veleidade de resistência futura, muito mais eficiente lhe será, sem dúvida, que se lhes prolongue, por prazo de duração indefinida, o regime transitório em que se encontram. E, dessa forma, também nunca se poderá increpar à Alemanha haver, por sua vez, imposto ao continente algum *Diktat*,[40] injusto e duro, à semelhança do de Versalhes...

12. De outro lado, em pleno regime de armistício, já a Alemanha saciou as suas aspirações territoriais sobre a França, anexando-lhe a Alsácia e a Lorena, segregando-lhe as regiões industriais do norte, expulsando as populações autóctones e localizando em velhas terras francesas populações germânicas, provindas da Baviera, dos países Bálticos, da Transilvânia. Sancionar num tratado formal de paz esses fatos consumados, tacitamente aceitos pelo governo de Vichy, seria imediatamente levantar o problema das

[40] T.E. – Aqui, "imposição". Vocábulo incorporado a outros idiomas com este sentido.

reivindicações italianas sobre a Córsega, os Alpes Marítimos, a Sabóia, a Tunísia, e o das pretensões espanholas sobre Marrocos e mesmo uma parte da Argélia. Com sua experiência da *Realpolitik*, a Alemanha preferirá, sem dúvida, que só mais tarde venham a ser abordadas essas questões melindrosas, capazes de ferir o sentimento francês, e não agora, em pleno curso de uma guerra em que a fria resistência da Inglaterra e o fanatismo combativo da Rússia ainda lhe aconselharão manter a França na esperança de um destino relativamente benigno, graças a uma atitude de "colaboração" com o vencedor.

13. No âmbito da política interna, releva assinalar, entre as decisões do chefe do Estado Francês, anunciadas em seu discurso de 12 de agosto, a dissolução de todos os partidos políticos existentes na zona livre. Desse modo, só subsistirão na França as facções partidárias criadas nas regiões ocupadas, sob os auspícios do estrangeiro, para combaterem o governo de Vichy. Na realidade, formam essas facções a única "oposição" que enfrenta o governo francês.

14. Não menos importante foi saber-se, da boca do chefe de Estado, que, doravante, serão duplicados os meios de ação da polícia. Já com esse fim haviam os alemães, não há muito, logrado introduzir no ministério, na qualidade de titular da pasta do Interior, eminentemente política, uma pessoa que lhes é particularmente benquista: o senhor Pierre Pucheu (v. ofício n. 139).

15. "Revolução Nacional" é o nome que aqui dão à progressiva assimilação política da França ao feitio nacional-socialista. E a *gestapização* deste país, já tem seu símbolo visível nos cartazes que ora se afixam nas ruas de Vichy: um musculoso policial microcéfalo, de vistosas luvas brancas que lhe atingem o antebraço, sorridente e confiante, e, sobre a estampa, estes dizeres sinonímicos: Polícia Nacional! Revolução Nacional!

Vichy, em 1º de setembro de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/6/7/IX/41

CONFIDENCIAL

Guerra na Europa
Revelações do almirante Darlan durante
o banquete oferecido pelo embaixador do Brasil

171 – SÁBADO – 18H00 – O almirante Darlan, por ocasião do banquete que acabo de oferecer em sua honra, desmentiu os rumores que circulavam, nesta cidade, a propósito de supostas negociações de paz entre a França e a Alemanha. E como alguém no grupo citasse o telegrama publicado pelos jornais suíços declarando que Berlim desmentira idênticos rumores sob o fundamento de que a paz com a França só poderia ser assinada depois de terminada a campanha contra a Inglaterra, o almirante externou-se de maneira pejorativa sobre os ingleses chamando-lhes [*sic*] de imbecis. Acrescentou que não via possibilidade do governo regressar, por enquanto, a Paris, razão pela qual já tomara providências com relação ao abastecimento de carvão (?) a Vichy. Havendo um diplomata estrangeiro, recém-chegado de Paris, declarado que nos círculos alemães ali se dizia que a próxima ofensiva do *Reich*, a ser desencadeada dentro de poucas semanas, teria por alvo a Turquia, o almirante observou que esta corria, de fato, o risco de ser atacada por todos os beligerantes, devido à atitude contemporizadora que seus governantes assumiram com relação aos acontecimentos que se desenrolaram em torno de sua fronteira. Não me ocultou estarem os alemães concentrando forças na fronteira búlgaro-turca, apesar do desmentido de fonte oficial. Quanto à guerra germano-russa, disse-me acreditar na próxima queda de Leningrado e também de Moscou. Acrescentou que os alemães já se estão preparando para a campanha durante o inverno, na Rússia, tendo adquirido, na França, grande quantidade de peles de carneiro, destinadas ao

exército em operações. Afirmou-me que os russos têm sofrido terríveis hecatombes em suas tresloucadas ofensivas empreendidas sem habilidade e tática, segundo verificou em Paris ao lhe mostrarem os alemães os filmes documentários que não se destinam ao público. Revelou-me, ao mesmo tempo, que os alemães lhe confessaram haverem sido surpreendidos pela capacidade do comando superior do exército russo e por seu descomunal aprovisionamento em material bélico. O almirante Darlan acredita na perfeita veracidade dos comunicados oficiais e nas emissões do rádio alemão. Acha que Hitler agiu com maestria política ao atacar a Rússia, impedindo que esta apunhalasse a Alemanha pelas costas, por ocasião de um desembarque na Inglaterra, que julga inevitável. Verifiquei, nesse banquete, bastante frieza nas relações entre o almirante Darlan e o almirante Leahy, a que aquele também convidara para jantar em minha companhia, há poucos dias.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/8/9/IX/41

Guerra na Europa
Agitação na França
Medidas de repressão pelas autoridades alemãs

174 – SEGUNDA-FEIRA – 19H30 – Apesar das ameaças alemãs, multiplicam-se neste país os incidentes entre o povo e as forças de ocupação. Hoje todos os jornais parisienses publicam na primeira página, em grossos caracteres, e assinado pelo comandante supremo das tropas alemãs na França, o seguinte aviso à população: "A 22 de agosto de 1941, em conseqüência do assassinato de um membro do exército alemão, anunciou-se que, por todo novo aten-

tado, reféns seriam fuzilados. Apesar da advertência, a 3 de setembro de 1941, outro membro do exército alemão foi novamente vítima de um atentado. Resulta do inquérito que o culpado não pode ser senão um comunista francês. Em represália dessa ação covarde, a 6 de setembro, 3 reféns franceses foram passados pelas armas".

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/14/IX/41

Guerra na Europa
Atitude da Santa Sé em relação à política racista
Exigências do *Reich* à França
Partida para Paris do almirante Darlan

177 – DOMINGO – 13H30 – Jantando, ontem, com o marechal Pétain, manifestou-me ele a satisfação com que soube pelos relatórios do representante da França junto à Santa Sé, que a atual política anti-semita francesa vem sendo aprovada pelo Vaticano. Visível embaraço lhe causou, porém, o desassombro com que o núncio apostólico, recém-chegado de Roma, lhe afirmou estar mal informado, ou informando mal, aquele diplomata francês. O núncio apostólico restabeleceu, às escâncaras, contra as lisonjeiras asserções de um funcionário dependente, a verdadeira atitude da Igreja, absolutamente oposta ao paganismo das doutrinas racistas. Referindo-se às exigências do *Reich*, que não especificou, mas que só podem ser as de irrestrita colaboração militar com a Alemanha, sobretudo quanto à cessão de bases estratégicas na África setentrional, disse o marechal Pétain que os alemães o acusam de contemporizador, mas que, apesar disso, ele prefere aguar-

dar os acontecimentos, para não ser por eles submergido. Após o jantar, o almirante Darlan, verdadeiro ditador da França, anunciou que partiria ainda aquela noite para Paris, não escondendo o velho marechal a surpresa de só saber à última hora.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/16/IX/41

Guerra na Europa
Comunicações entre a embaixada do Brasil
em Vichy e o consulado-geral em Paris

178 – TERÇA-FEIRA – 18H00 – Acabo de saber que, desde 27 de agosto, as autoridades alemãs cassaram as autorizações para a correspondência telegráfica e telefônica entre esta missão diplomática e o consulado-geral em Paris. Não pude, assim, retransmitir o telegrama n. 12, dirigido àquela repartição consular. Segundo uma lista de países, arbitrariamente preparada pelos alemães e que me foi mostrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, só a República Argentina, dentre as nações americanas, conserva o direito de comunicação telefônica e telegráfica entre sua embaixada aqui e seu consulado-geral em Paris. Como nada justifica o tratamento discriminatório contra o Brasil, ora imposto pelas autoridades de ocupação e, à vista das delongas nas comunicações com Paris via Berlim, acredito na conveniência de um protesto enérgico e, sobretudo, na ameaça de medidas de retorsão contra os consulados alemães aí.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/30/IX/41

Guerra na Europa
Comunicações entre a embaixada do Brasil
em Vichy e o consulado-geral em Paris

180 – SEGUNDA-FEIRA – 13H30 – Em resposta ao seu telegrama n. 111. Acabo de estar com o embaixador argentino aqui que me informa que, desde sábado, os alemães lhe cassaram a autorização de comunicações telegráficas e telefônicas com Paris. Acrescentou que somente o Japão, a Romênia e a Hungria ainda conservam esse direito.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de outubro de 1941.

Mês político na França[41]
Setembro de 1941.

N. 9

Eis, por ordem cronológica, resumidas numa breve resenha, as principais ocorrências, de significação política, verificadas neste país em setembro do corrente ano.

2. Dia 5 – É assassinado em Paris Marcel Gitton, ex-deputado e secretário do Partido Comunista na França. Antigo operário

[41] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 182 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/10/1941.

metalurgista, abandonara, fragorosamente, o partido moscovita, em setembro de 1939, ao irromper a conflagração européia. Após a derrocada francesa, aderiu ao "Partido Francês Popular", fundado por Jacques Doriot, propagador da política de colaboração franco-alemã. Ultimamente, criara, em Paris, um "Partido de Operários e Campônios Franceses", composto de uns cinqüenta dissidentes da facção comunista. Parece haver sido vítima de uma vingança política.

3. Dia 8 – As autoridades de ocupação constituem, em Paris, cem reféns, que declaram responsáveis pela ordem pública, escolhendo-os, de preferência, no foro e nas profissões liberais, dentre os quais o senador Pierre Masse, ex-subsecretário de Estado, e o senhor Théodore Valensi, ex-deputado, advogado e homem de letras.

4. Dia 9 – É criado um "Tribunal de Estado", instância temporária e excepcional, destinada a assegurar a repressão sumária de quaisquer atividades políticas nocivas ao Estado Francês, sejam elas comunistas ou gaulistas. Esse tribunal extraordinário se compõe de duas seções, uma em zona ocupada e outra em zona livre, e pode pronunciar penas que se tornam imediatamente executórias, sem possibilidade de recurso. São elas: a morte, os trabalhos forçados perpétuos ou temporários, a deportação e o internamento em campos de concentração.

5. Dia 10 – Provindo do Levante, acompanhado de três mil soldados repatriados, desembarca em Marselha o general Henri Dentz, ex-comandante das forças francesas do Levante, sendo recebido com grandes galas oficiais.

6. Dia 13 – O senhor Paul Marion, secretário da Informação e Propaganda, numa alocução proferida em Nîmes, declara, qual um Goebbels francês:

> O que quer o marechal é o repúdio de tudo o que nos desunia, até agora, e nos possa desunir ainda; é que o sigamos confiantemente, pois só ele conhece os dados que nos permitirão resolver os graves problemas atuais. Quer ele que lhe obedeçamos, sem

críticas nem murmúrios, e criemos em torno de sua pessoa a unanimidade francesa.

7. Dia 14 – O titular da pasta da Agricultura, senhor Caziot, declara que ainda haverá pão, mas que a carne faltará, em França. O que não disse é que faltará na França a carne em conseqüência das enormes requisições de gado, efetuadas na França vencida, em proveito dos exércitos alemães na Rússia.

8. Dia 17 – Grandes cartazes, afixados nas ruas de Paris, e editais à população, estampados em letras de destaque nas primeiras páginas dos jornais, dão a conhecer os nomes de dez reféns, fuzilados por ordem do general von Stuelpnagel, comandante supremo das forças alemãs na França, em represália do assassínio de um membro do exército de ocupação, cometido por pessoa desconhecida. Os nomes desses dez reféns assassinados são inscritos num quadro de honra, pelos adeptos da França Livre, segundo anuncia o rádio londrino.

9. Dia 19 – O comandante supremo das forças de ocupação, general von Stuelpnagel, declara, por edital, toda a população parisiense solidariamente responsável com os autores de atentados contra membros do exército alemão, sempre que não sejam descobertos os seus autores. Prescreve-se, em Paris, o fechamento dos restaurantes, teatros e cinemas às 20 horas, e a proibição de circular na via pública das 21 às 5 horas, sob pena de serem os infratores apanhados como reféns.

10. Dia 21 – O marechal Pétain, em companhia do almirante Darlan, abalança-se a uma visita oficial aos departamentos da Sabóia, ambicionados pela Itália fachista [*sic*]. É de notar que, até hoje, o chefe do Estado Francês não ousou visitar o departamento dos Alpes Marítimos, ao que parece, para não provocar o dinamismo transalpino.

11. Dia 22 – Numa alocução radiofônica, o marechal Pétain exorta os franceses da zona ocupada a se absterem de atentados contra membros do exército alemão e a cooperarem com as auto-

ridades na busca dos responsáveis por tais atos. Diz ainda:

> Se não pusermos cobro a esses gestos criminosos, sua repressão, a despeito de meus esforços, arriscará vitimas inocentes. Franceses da zona ocupada! Não me é alheio nenhum dos vossos sentimentos e partilho, profundamente, vossa pena e provação! Mas não vos esqueçais que as desgraças do país vos impõem, para com a nação inteira, uma responsabilidade particularmente árdua e meritória; vosso dever primordial é o de salvaguardardes [*sic*], em quaisquer circunstâncias, os imperativos da unidade francesa. E essa unidade bem o compreendeis, requer de vós, antes de tudo, a manutenção da ordem.

12. Dia 24 – Com o assentimento da censura, publica-se uma entrevista em que o cônego Pottmann, conservador do ossuário de Douaumont, sacrário onde se recolheram, sem nome, 1.300 metros cúbicos de ossadas dos defensores de Verdun, atribui ao marechal de França Felipe Pétain as seguintes palavras: "Como sabe, existe na capela do ossuário um túmulo ainda vazio. É ali, o que quer que aconteça, que irei repousar eu, à frente de meus soldados!"

13. Dia 25 – Comemora-se solenemente em Vichy, com uma parada militar e um serviço religioso, a que comparece o marechal Pétain, o primeiro aniversário da defesa de Dacar contra as forças anglo-gaulistas.

14. Dia 28 – O chefe do Estado Francês inaugura a Feira Internacional de Lion, onde, conduzido pelo senhor Schleier, ministro da Alemanha em Paris, visita, com particular interesse, o pavilhão alemão, ornado de bandeiras e distintivos da nação colaboradora e realçado com a efígie de seu *Führer*.

Vichy, em 1º de outubro de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/15/X/41

Guerra na Europa
Colaboração franco-alemã
Consulado-geral da Alemanha em Vichy

183 – QUARTA-FEIRA – 13H30 – Aditamento ao meu telegrama n. 181. O governo francês acedeu em que fosse criado em Vichy um consulado-geral alemão, para cuja sede já requisitou um dos melhores edifícios desta cidade. O titular do posto será o senhor Krug von Nidda, que disporá de numerosos colaboradores e de antigos adidos de imprensa da embaixada alemã em Paris, perfeitos conhecedores da política francesa. Acredita-se que outras repartições consulares serão, desde já, abertas na chamada zona livre. Como, porém, parece que a Suécia continuará encarregada da proteção dos nacionais alemães, é de crer que as referidas agências consulares terão atribuições absolutamente *sui generis* e serão destinadas, sobretudo, a manter sob estreita fiscalização o território não ocupado. Tal poderá ser o preço das concessões que a Alemanha venha a fazer à França, por ocasião do próximo aniversário da entrevista de Montoire, libertando grande leva de prisioneiros de guerra ou evacuando certas partes do território francês. Ainda nada se sabe com segurança, dado o hermético sigilo das negociações em curso. Seu êxito muito poderá depender da condenação, pela Corte de Justiça Política, instituída pelo marechal Pétain, pela qual tanto se empenham os alemães, das personalidades francesas inculpadas como responsáveis pela derrocada militar, ou dos perturbadores da paz internacional sob influência "anglo-judaica-maçônica-capitalista".

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/22/X/41

Inscrição obrigatória de israelitas brasileiros
e declaração de haveres

187 – QUARTA-FEIRA – 18H00 – Em aditamento ao meu telegrama n. 156. Por intermédio dos consulados brasileiros em Casablanca e Marselha, recebi uma petição de 12 israelitas, todos brasileiros natos, portadores de passaportes expedidos pelo consulado-geral do Brasil em Marselha, comerciantes em Marrocos, os quais pleiteiam a exoneração das espoliativas medidas racistas, ora extensivas àquele protetorado, ou autorização do governo francês para regressarem ao Brasil com seus haveres. Já efetuei as *démarches* preliminares junto a este governo, sendo-me respondido que a saída, com bens, da França ou de seus protetorados, fere a legislação que proíbe a exportação de capitais. Consulto Vossa Excelência se devo agir com energia em favor dos referidos brasileiros, ameaçando eventualmente este governo com medidas de retorsão contra os interesses franceses no Brasil. O prazo da inscrição obrigatória dos israelitas estrangeiros, residentes em Marrocos, e da declaração compulsória de seus bens expira a 5 de novembro.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/22/23/X/41

Passaporte para o senhor Dinarco Reis

188 – QUARTA-FEIRA – 20H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 4. Falecido o senhor Hermenegildo Brasil, pela indigência em que

se encontrava na França, só fica o senhor Dinarco Reis, impossibilitado de procurar trabalho noutro país, por falta de documentos de identidade. Apelo para a generosidade de Vossa Excelência, pedindo que autorize o consulado em Marselha, onde se acha hoje aquele ex-oficial, a conceder-lhe passaporte, nas mesmas condições em que já permitiu ao consulado-geral em Paris, pelo despacho SP/14, de 31 de maio, conceder passaporte ao senhor Joaquim Silveira dos Santos, seu companheiro de pecados e infortúnio. É caso premente.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/23/24/X/41

Assassínio do comandante de Nantes
Fuzilamento de 50 reféns

189 – QUINTA-FEIRA – 18H45 – Todos os jornais da zona ocupada estamparam, ontem, na primeira página, o seguinte edital, hoje transcrito pelos jornais da zona livre: "Cobardes criminosos a soldo da Inglaterra e de Moscou mataram a tiro pelas costas o comandante de Nantes, na manhã de 20 de outubro. Até agora não foram presos os assassinos. Para a expiação do crime, ordenei, desde já, o fuzilamento de 50 reféns. À vista da gravidade do crime, mais 50 serão fuzilados, caso até 23 de outubro, meia-noite, não sejam presos os culpados. Ofereço a recompensa total de 15 milhões de francos aos habitantes da região que concorrerem para a descoberta dos culpados. Informações úteis poderão ser prestadas a qualquer posto de polícia alemão ou francês. Essas informações poderão ser recebidas confidencialmente. (a) Comandante militar supremo na França von Stuelpnagel, general de in-

fantaria". Os jornais da zona ocupada publicaram hoje a lista nominal dos fuzilados.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/24/25/X/41

Atentado contra membros do Exército alemão
Oferecimento do marechal Pétain para entregar-se como refém

190 – SEXTA-FEIRA – 17H30 – Aditamento ao meu telegrama n. 189. Prosseguem, na zona ocupada, os atentados contra membros do exército alemão e o fuzilamento de centenas de reféns. Posso informar Vossa Excelência de que o marechal Pétain comunicou ao gabinete, ontem, à meia-noite, seu propósito de entregar-se como refém, entrando na zona ocupada e convidando ministros para acompanhá-lo. Só houve pequena oposição por parte do ministro do Interior Pucheu, a quem, por isso mesmo, o marechal Pétain incumbiu de transmitir às autoridades alemãs uma carta dirigida ao chanceler Hitler, na qual lhe comunica sua decisão de constituir-se refém, caso não cessem as impiedosas sangrias do povo francês. A realização do gesto do marechal Pétain acarretaria o fim da política de colaboração franco-alemã, que se iniciou exatamente há um ano, com a entrevista de Montoire.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/26/27/X/41

Guerra na Europa
Atentado contra membros do exército alemão
Oferecimento do marechal Pétain para entregar-se como refém

192 – DOMINGO – 18H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 190. Sob fé de testemunha auricular, confirmo a Vossa Excelência que na quinta-feira última, à meia-noite, o marechal Pétain, inopinadamente, comunicou a quatro íntimos, inclusive o almirante Darlan, a resolução de partir na manhã seguinte para Moulins, a fim de se entregar às autoridades alemãs como refém. Na sexta-feira, às 10 horas, reunido o Conselho de Ministros, o senhor Pucheu, titular da pasta do Interior, previamente avisado e instigado pelo almirante Darlan, embora enaltecendo a nobreza da intenção do marechal, pediu-lhe que considerasse as conseqüências políticas daquele gesto. A seu ver, um fim dramático da política de colaboração com a Alemanha só poderia trazer para a França dias ainda piores, concentrando sobre ela as vinditas do vencedor. O ministro Lucien Romier sugeriu que o chefe de Estado francês, numa alocução pelo rádio, que seria conhecida pelo mundo, se dirigisse ao chanceler Hitler instando para que fizesse cessar o fuzilamento de reféns. O senhor Pucheu considerou mais discreta a via epistolar e naquele mesmo dia partiu para Paris, onde entregou às autoridades alemãs uma carta em que o marechal anuncia ao chanceler Hitler sua decisão irrevogável. As autoridades ocupantes adiaram, por isso, os fuzilamentos anunciados, aguardando a decisão final do chanceler Hitler. Nos círculos governamentais daqui reina a maior ansiedade, mas nos meios populares, onde já está sendo conhecida a decisão do marechal, volta a fulgir, numa auréola de orgulho nacional e carinho filial, a figura do velho herói de Verdun.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/28/29/X/41

Inscrição obrigatória de israelitas na França

193 – TERÇA-FEIRA – 18H00 – Resposta ao telegrama[42] de Vossa Excelência n. 117. Em documento escrito e assinado por dez dos interessados, todos os portadores de passaportes expedidos pelo consulado do Brasil em Marselha, se identificam como segue: Rafael Marques, nascido em Belém, a 31 de dezembro de 1908, passaporte n. 17.387, de 1º de junho de 1937, devidamente renovado; Moysés Marques, nascido em Belém, em 19 de fevereiro de 1894, passaporte n. 15.711, de 1º de fevereiro de 1937; Jayme Marques, nascido em Pinheiro, no estado do Pará, em 3 de dezembro de 1899, passaporte n. 12.742, de 29 de junho de 1936, devidamente renovado; Joseph Marques, nascido em Belém, em 19 de abril de 1898, ausente, em Casablanca, no momento em que foi expedida a petição coletiva, mas também portador de passaporte de Marselha, segundo declara seu irmão Jayme Marques; Moysés Serfaty, nascido em Pirapitinga, estado do Amazonas, passaporte n. 02.108, de 17 de dezembro de 1940; Leão Serfaty, nascido em Pouponhas, Amazonas, em 4 de agosto de 1890, passaporte n. 19.203, de 20 de setembro de 1938; Joseph Israel, nascido em Parintins, Amazonas, em 1º de agosto de 1889, ex-primeiro suplente do juiz federal em Porto Velho, Amazonas, passaporte n. 15.710, de 12 de outubro de 1920; Joseph Zagury, antigo cônsul honorário do Brasil em Casablanca, nascido em Manicoré, Rio Madeira, em 22 de março de 1885; Jacobo Zagury, nascido em Belém, a 14 de novembro de 1895, passaporte n. 1.117, de 10 de março de 1941; Etty Zagury, nascida em Manicoré, Rio Madeira, a 3 de abril de 1886, passaporte n. 02.133, de 1º de agosto de 1941. O undécimo interes-

[42] N.E. – O despacho telegráfico n. 117, de 27/10/1941, pedia "mandar verificar se se trata realmente de brasileiros".

sado é Isaac Zagury, nascido em Belém, a 17 de dezembro de 1894, portador do passaporte n. 19.934, expedido pelo consulado-geral em Londres, em 19 de maio de 1939, renovado em Marselha em 11 de junho de 1941; o duodécimo é Elias Baruch, nascido em Conchas, estado de São Paulo, no município de Tietê, a 17 de março de 1893, passaporte n. 012.434, expedido em 19 de julho, pelo consulado-geral em Paris. Confrontando essas indicações com as relações mensais dos passaportes expedidos ou renovados pelas repartições consulares, acredito que a Secretaria de Estado poderá com toda segurança averiguar se se trata realmente de brasileiros.

SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/28/29/X/41

Inscrição obrigatória de israelitas brasileiros
e declaração de haveres

194 – TERÇA-FEIRA – 18H30 – Em aditamento ao meu telegrama n. 193. Dentro em poucos dias entrarão em vigor em Marrocos as medidas racistas, ficando os nacionais brasileiros ameaçados de esbulho. Necessito, pois, com a máxima urgência, resposta, de princípio, à pergunta formulada em meu telegrama n. 187, a qual me habilite a intervir em prazo útil. Posteriormente, ficará automaticamente excluída da proteção desta embaixada toda pessoa sobre cuja nacionalidade brasileira se possa levantar dúvida, fazendo eu essa ressalva expressa nas gestões que empreender junto a este governo, desde que seja autorizado por Vossa Excelência.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 3 de novembro de 1941.

Mês político na França[43]
Outubro de 1941.

N. 10

Foi de certa euforia, em princípios de outubro, o ambiente político de Vichy.

2. Na trama dos boatos que, na falta de informações precisas, ou mesmo de orientação segura, acompanham a atividade tateante dos meios governamentais, tantas vezes cochichados como altos segredos de Estado, muitos prognosticavam que o dia 24 de outubro, primeiro aniversário da histórica entrevista entre Hitler e Pétain realizada em Montoire, data inicial da política de colaboração franco-alemã, viria dar o ensejo a que se anunciassem alguns resultados tangíveis de negociações perpetuamente em curso, sempre empreendidas sob o maior sigilo, como garantia de seu êxito, justificando-se enfim a confiança que o chefe do Estado Francês vem exigindo do país ao se lhe declarar, tão reiteradas vezes, o único responsável pelos destinos da nação.

3. Aguardava-se, sobretudo, a próxima libertação de grandes levas de prisioneiros de guerra, restituindo-se-os ao trabalho, à família e à pátria, ou uma retificação no traçado da linha divisória entre a zona livre e a ocupada, donde resultasse se evacuarem largos trechos do território nacional, senão mesmo Paris.

4. Por parte da França, para contrapeso de tais vantagens, se afiguravam sobejas sua progressiva integração aos interesses da economia de guerra do *Reich*, as requisições que em proveito da

[43] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 188 da embaixada do Brasil em Vichy, de 03/11/1941.

Wehrmacht por toda a parte se operam, provocando a fome nos lares, a eficiente colaboração da *Gestapo* com a polícia francesa, e a evidente assimilação política do país ao regime nacional-socialista, sem se esquecerem as perseguições e esbulhos da inerme minoria israelita, de molde a lisonjear o arianismo racista...

5. E, para penhor de prestações dessa ordem, acabava a França de aquiescer em que, sob o rótulo de repartições consulares, agências alemãs, providas de pessoal abundante, se estabelecessem nas regiões não ocupadas, para que as mantivessem sob estreita fiscalização. Krug von Nidda, velho conhecedor das coisas francesas, antigo adido de imprensa da embaixada da rue de Lille, fora de fato nomeado cônsul-geral da Alemanha em Vichy, com atribuições proconsulares na "zona livre", como representante do embaixador Otto Abetz, residente em Paris. Repartições alemãs de idêntica natureza se estabeleceriam em outras cidades francesas, metropolitanas ou coloniais. Por sua vez, em Berlim, um encarregado dos negócios da França se aboletaria, desde já, timidamente, no edifício do *Pariser-Platz*.

6. Nem faltaram – para justificar, por parte dos alemães, algum rasgo generoso na data comemorativa da entrevista de Montoire – as severas penas pronunciadas, a 16 de outubro, pelo marechal Pétain, contra as personalidades a cujo imprevidente belicismo atribuem os situacionistas a responsabilidade das desgraças da França (v. ofício n. 184). Essa condenação, proferida em virtude do parecer de uma chamada "Corte de Justiça Política", constituída *ad hoc*, é uma página da história que só poderão folhear com pudor quantos estremecerem os ideais que asseguraram o prestígio francês entre os povos.

7. Justiça política? É uma expressão que se implica nos seus termos! A derrota da França, conseqüência de seu despreparo militar e moral para enfrentar as armas hitlerianas, psicológicas ou blindadas, não foi a culpa desta ou daquela personalidade, nem a deste ou daquele partido político, senão o mortífero fruto de uma lastimável obliteração do espírito nacional, provocada

pela exacerbação de todas as paixões sectaristas, da extrema esquerda à direita extrema habilmente exploradas e entretidas por um astuto antagonista. Os homens que, em 1939, sob pena de condenarem seu país ao isolamento e à desonra no cenário internacional e em cumprimento de compromissos solenes, de longa data anunciados, se decidiram pela guerra, não são mais responsáveis pela derrocada do que aqueles que, em 1935, permitiram o rearmamento da Alemanha para a fortalecerem contra o espantalho comunista, contentando-se em promover um platônico protesto da sociedade genebrina, ou os que, em 1936, levados por interesses eleitorais, toleraram a remilitarização da Renânia e a ruptura dos acordos de Locarno.

8. Como quer que seja, hoje em dia, como símbolo do domínio de uma nova ordem política, imposta ao continente pela revolução nazista, só podia agradar à Alemanha hitleriana que o governo de Vichy, condenando os políticos que a enfrentaram, implicitamente a inocentassem dos atuais sofrimentos do povo francês.

9. Na realidade, entre o verdadeiro sentimento do povo e o dos dirigentes de Vichy, quase todos eles indigitados ao marechal Pétain pelas autoridades ocupantes, existe, sem dúvida, um divórcio profundo. E esse divórcio, sentido pelo marechal, veio a ter uma exteriorização dramática exatamente na data aniversária da entrevista de Montoire.

10. Na noite de 23 para 24 de outubro, o octogenário herói de Verdun, num desses sobressaltos em que se lhe acordaram as velhas virtudes de sua raça, anunciou a quatro de seus íntimos a resolução de rumar, na manhã seguinte, para a cidade de Moulins, onde se entregaria às autoridades ocupantes, imolando-se como refém! É que o sangue corria abundantemente nas regiões ocupadas, proclamando os alemães que por um dos seus que fosse morto se matariam cem reféns, desde que não se encontrassem, em poucas horas, os autores do crime. Apresentando-se como refém, visava o chefe do Estado estancar a sangria do povo.

11. Obteve o almirante Darlan, a quem o marechal confiara os seus impulsos, que se reunisse previamente o Conselho de Ministros, o que se verificou a 24 de outubro, às 10 horas da manhã. Pela voz de Pierre Pucheu, titular da pasta do Interior, os adeptos da colaboração com a Alemanha assinalaram ao marechal as vinditas e perigos a que a brusca realização daquele gesto poderia expor a França. E então, numa carta autógrafa, naquele mesmo dia levada para Paris pelo ministro Pucheu, anunciou a Hitler o marechal a sua decisão irrevogável, caso prosseguissem os fuzilamentos. E o *Führer* mandou cessar na França a matança de reféns, com o que, miraculosamente, publicaram as autoridades ocupantes já se acharem em bom caminho para a descoberta de culpados. Até hoje, nenhum jornal estampado em França foi autorizado a noticiar o ocorrido!

Vichy, em 4 de novembro de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/3/4/XI/41

CONFIDENCIAL

Observação do ministro conselheiro Rubens Ferreira de Mello depois de uma viagem a Paris

197 – SEGUNDA-FEIRA – 19H30 – O ministro conselheiro Rubens Ferreira de Mello acaba de regressar de Paris, onde passou vários dias, incumbido por mim de ouvir a opinião das autoridades de ocupação, suas conhecidas, a respeito do estado atual das relações franco-alemãs. Ali se avistou diversas vezes com as referidas auto-

ridades, inclusive o doutor Reller, amigo pessoal do chanceler Hitler, agente confidencial do senhor Ribbentrop em Paris e fiscal da ação política do embaixador Abetz. Eis, em resumo, as informações colhidas:

I – O governo alemão – e especialmente o chanceler Hitler – está muito irritado com a atitude ambígua do governo de Vichy e disposto a pôr termo a esta situação, logo que termine a campanha na Rússia. A Alemanha imporá então o seguinte dilema: ou o governo francês adere publicamente à política do Eixo, cedendo à Alemanha bases navais e militares no império africano, ou a Alemanha denuncia a convenção do armistício, ocupando toda a França e constituindo novo governo em Paris. Na hipótese primeira a França perderá, apenas, por ocasião da assinatura do tratado de paz, a Alsácia-Lorena, conservando o império colonial, ao passo que na segunda, além da Alsácia-Lorena, perderá igualmente as suas colônias. II – O governo de Berlim exigiu a demissão do general Weygand, alegando que este conspira com o governo americano, pondo à sua disposição diversos pontos na África para o eventual desembarque de tropas americanas, os quais são já conhecidos do estado-maior alemão. Diante da pressão alemã, o general Weygand teria prometido demitir-se a 13 de outubro, não o fazendo, entretanto, apesar das instâncias do ministro de Justiça, senhor Pucheu, do ministro das Finanças, senhor Bouthilier, do ministro da Produção Industrial, senhor Lehideux e do senhor Benoist-Méchin, da presidência do Conselho, todos partidários extremados da colaboração com a Alemanha. A continuação do general Weygand é considerada intolerável por Berlim e por esses ministros, os quais estão dispostos a se demitir, caso a situação não se modifique. III – Dentro de 5 semanas, no máximo, a situação entre a França e a Alemanha estará definiti-vamente esclarecida. IV – De acordo com o plano atual do chanceler Hitler, os judeus da Europa central e da França serão enviados para a Sibéria, onde constituirão um núcleo racial sob o controle da Alemanha. V – A Polônia e a Tchecoslováquia serão definitiva-

mente incorporadas à Alemanha, que transferirá suas populações para a Rússia. VI – Berlim sondou recentemente Londres sobre a possibilidade da cessação das hostilidades, mediante o reconhecimento da hegemonia alemã na Europa e na África, conservando a Inglaterra intacta o seu império colonial. A sondagem teria fracassado porque a Inglaterra recusara reconhecer aquela hegemonia, sugerindo, em troca, a classificação das nações em três grupos assim discriminados: – primeiro grupo, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos; segundo grupo, França, Itália e Japão; terceiro grupo, os demais países. A hegemonia mundial seria confiada às nações do primeiro grupo. A Alemanha recusou essa sugestão, acrescentando que não admitirá o princípio da restrição de armamentos. VII – A Alemanha está preparada para invadir a Inglaterra, dispondo de embarcações e de aviões especialmente construídos para esse fim e de milhões de bombas de 3 mil quilos, capazes de arrasar, dentro de poucas horas, todos os pontos vitais da Inglaterra. VIII – O chanceler Hitler, porém, a quem semelhantes processos de destruição repugnam visceralmente, (sic), só os utilizará se a Inglaterra, após o discurso que pretende pronunciar por ocasião do encerramento da campanha da Rússia, perseverar no propósito de querer aniquilar a Alemanha. IX – Berlim forçará a Turquia a aderir à política do Eixo, sob pena de invadi-la com as tropas que se acham concentradas na Bulgária. X – Os planos do chanceler Hitler com relação ao continente europeu se resumem na constituição dos Estados Unidos da Europa, sob moldes essencialmente econômicos. XI – A Alemanha, em qualquer hipótese, não permitirá que o Japão constitua um perigo para o Ocidente. XII – A opinião pública alemã tem o maior desprezo pela Itália, por considerar que esse país só entrou em guerra quando supôs que, com o desmoronamento da França, poderia usufruir da vitória sem necessidade de combater. O ministro Rubens Ferreira de Mello observou que as autoridades alemãs, embora se digam confiantes na vitória final, ocultam um certo nervosismo que lhes causa a atitude dos Estados Unidos da

América, cuja entrada na guerra desejariam evitar a todo transe, muito se interessando, ao mesmo tempo, pelas reações da opinião pública sul-americana, sobretudo do Brasil, em face da conflagração européia. Acredita, por outro lado, o ministro Rubens Ferreira de Mello, segundo ouviu nos círculos oficiais alemães, que o ministro Pucheu, moço ambicioso e adepto do nacional-socialismo, não é estranho às maquinações de Berlim contra Vichy, pois acaba de denunciar o ministro da Guerra, o general Huntzinger, às autoridades de ocupação, como um dos maiores obstáculos à política de colaboração e como partidário extremado da desforra, sentimento que procura incutir nas forças armadas deste país.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

TELEGRAMA DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/7/8/XI/41

Organização de campos de aviação em Caiena e Saint Laurent

199 – SEXTA-FEIRA – 19H00 – Em resposta ao telegrama de Vossa Excelência n. 123. Em 4 de janeiro passei nota a este governo que, premido por outros problemas, ainda não deu andamento à sugestão. É possível, nas condições presentes, que a França não possa criar na Guiana campos de pouso destinados a facilitar as comunicações aéreas interamericanas, sem que seja ouvida a Comissão de Armistício Franco-Alemã. Em todo caso, instarei pela solução.

SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA EM VICHY
EM/21/22/XI/41

Demissão do general Weygand
Situação na França

211 – SEXTA-FEIRA – 20H00 – Em aditamento ao meu telegrama n. 210. A situação do general Weygand era extremamente delicada, pois os alemães exigiam sua demissão, sob o pretexto de se achar mancomunado com os americanos e manter estreitas relações na África com o senhor Murly, delegado dos Estados Unidos. O almirante Darlan e o senhor Pucheu, por sua vez, combatiam o general Weygand, receando que seu prestígio e situação militar prejudicassem a Marinha, que domina atualmente. Segunda-feira última foi decidida a exoneração do general Weygand, que ficaria na África com um título puramente honorífico, mas sem autoridade. Durante sua estada em Vichy, por ocasião dos funerais do ministro da Guerra, o embaixador Abetz mostrou-se extremamente lisonjeado porque o marechal Pétain o convidou três vezes para almoçar e concordou com o adiamento da solução do caso do general Weygand. Sobreveio, porém, o ataque inglês à Cirenaica, o que provocou um telefonema do general-comandante alemão em Paris, com um *ultimatum* de seis horas para a demissão do general Weygand, sob a ameaça de denúncia do armistício e mobilização, para os serviços públicos, de todos os franceses na zona ocupada, de 20 a 60 anos. Reuniu-se o ministério, imediatamente, e abandonou o general Weygand, que só teve o apoio dos senhores Dumoulin de la Barthète, chefe da Casa Civil, e de L. Romier, ministro de Estado. O almirante Darlan comunicou que já havia mandado o ministro do Interior a Paris, a fim de declarar que o general Weygand seria exonerado. O marechal recebeu a notícia com grande surpresa. O almirante respondeu que, havendo acordo quanto ao fundo, a questão quanto à forma era indiferente. O embaixador da Espanha aqui, de acordo com o

embaixador Abetz, interveio junto ao marechal Pétain contra o general Weygand, fazendo ameaça da possível ocupação, pela Espanha, da região francesa de Marrocos. Anuncia-se que o marechal partirá brevemente para Paris, a fim de encontrar-se com o chanceler Hitler e pedir, como compensação, a liberação dos prisioneiros. Corre que Bizerta já foi cedida aos alemães. A atmosfera aqui está bastante carregada, sendo geral o descontentamento causado pela demissão do general Weygand, cujo sacrifício me parece indicar que o governo francês está decidido a fazer todas as concessões exigidas pela Alemanha que se resume [*sic*], por enquanto, na cessão de bases navais na África. Diante da situação, o embaixador americano comunicou imediatamente ao governo francês que o governo de Washington resolvera, desde ontem, a remessa de víveres para a França. Receia-se que o governo americano não reconheça De Gaulle e não ocupe Dacar.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de dezembro de 1941.

RESERVADO

Mês político na França[44]
Novembro de 1941.

N. 11

O mês de novembro caracterizou-se por dois acontecimentos, que terão, sem dúvida, a maior influência nos destinos da

[44] N.E. – Documento anexo ao ofício reservado n. 202 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/12/1941.

França: o fim trágico do general Huntziger, ministro da Guerra, e a demissão do general Weygand do cargo de delegado-geral do governo francês na África.

2. O acidente de aviação que vitimou o general Huntziger privou o país de um dos seus melhores soldados, o exército francês do seu grande reorganizador e os Conselhos do governo de um elemento de indiscutível destaque, não só pelo seu valor militar, como pela altivez e firmeza das suas convicções. Formava ele, com o marechal Pétain e o general Weygand, o núcleo da resistência francesa a qualquer concessão estranha ao espírito e à letra da convenção do armistício franco-alemão, que define os direitos e fixa as obrigações deste país com relação ao *Reich*. A demissão do general Weygand, ocorrida poucos dias após o falecimento do general Huntziger, por imposição do governo de Berlim, sob fundamento de que esse militar, como delegado-geral na África, conspirava contra os interesses da Alemanha, não se teria verificado, certamente, com a mesma facilidade, se o trágico acidente de Le Vigan não houvesse privado o marechal Pétain do apoio sem reservas do seu ministro da Guerra. No mínimo, teria havido uma crise de gabinete, sabido como é que o chefe do Estado só a muito custo, e diante da pressão exercida pelo almirante Darlan e pelo sr. Pucheu, ministro do Interior, é que se dispôs a ceder ao *ultimatum* de Berlim, que exigia a demissão do general Weygand no espaço de seis horas, sob pena de ser denunciada a convenção de armistício e mobilizados para serviços públicos todos os franceses da zona ocupada, de 20 a 60 anos de idade.

3. A missão do general Weygand na África consistia em manter a integridade do império colonial africano, reforçar as medidas de defesa desse império contra qualquer agressão estrangeira e fazer frutificar as idéias e os princípios da revolução nacional, definidos pelo chefe do Estado Francês. Sua demissão, portanto, nas condições em que se deu, e no momento em que os ingleses desfechavam sua grande ofensiva na Cirenaica, além de abalar profundamente a opinião pública francesa, que via no general

Weygand o único defensor possível do império africano contra a cobiça do *Reich*, assumiu o aspecto de uma verdadeira capitulação, precursora de uma série ininterrupta de concessões, estranhas às cláusulas do armistício. Acreditou-se, durante algumas horas, diante dos rumores que circulavam a propósito da cessão, aos alemães, de bases navais em Bizerta, que ele se rebelasse contra o governo e partisse imediatamente para a África, a fim de preparar a resistência contra o invasor. Tal, porém, não aconteceu. Oficial disciplinado, o general Weygand conformou-se com a decisão do governo e partiu para Antibes, anunciando que ia trabalhar na redação das suas memórias. E foi de Vichy que ele saudou, pela última vez, os estandartes e as bandeiras do exército francês na África.

4 . Findou-se o mês, no entanto, sem que se confirmassem os rumores relativos à cessão de bases navais, no Mediterrâneo, ao *Reich* alemão. Confirmou-se, porém, em parte, a notícia de que o marechal partiria dentro em pouco para determinado lugar da região ocupada, a fim de encontrar-se com o *Führer* e pedir como compensação pelo sacrifício de Weygand a liberação de certo número de prisioneiros. Esse encontro, com efeito, está em vias de realizar-se, não com o chanceler do *Reich*, mas com o marechal Goering, tendo o marechal Pétain deixado Vichy, ontem à noite, para esse fim, em companhia do almirante Darlan. Nada se sabe, todavia, quanto ao lugar da entrevista, suspeitando-se, apenas, que ela se verifique nas proximidades de Fontainebleau. Reina igual sigilo com relação aos assuntos a serem tratados nessa ocasião. Receia-se, porém, que a França venha a sair humilhada desse encontro e critica-se, abertamente, o marechal Pétain por ter consentido em avistar-se com uma personalidade de categoria inferior à sua.

5. Entrementes, os jornais da zona ocupada, que obedecem à orientação do serviço de propaganda do *Reich*, inquietam-se diante do papel que poderá representar o império francês da África do norte na luta do Mediterrâneo, em face da hipótese de um desembarque anglo-americano. Ainda há poucos dias, discorrendo sobre o assunto, o sr. Jean Luchaire, pessoa da intimidade do

embaixador Abetz e corifeu da política de colaboração franco-alemã, afirmou pelas colunas de *Les Nouveaux Temps* que:

> Esperar mais para se decidir a propósito da atitude mediterrânea da França seria uma traição política. Esperar mais para se decidir sobre a defesa da África contra uma agressão anglo-americana seria uma traição militar.[45]

O articulista não diz claramente o que deva ser a atitude mediterrânea da França; percebe-se, porém, nas entrelinhas que o que ele quer dizer é que a França, se quiser ter um lugar na Europa nova, de Hitler, deve colaborar desde já com a Alemanha na obra de destruição do império britânico. Não é outro, por certo, o pensamento do governo de Berlim, ao sugerir artigos dessa natureza às penas venais de certos jornalistas parisienses. Resta saber, entretanto, se a França está disposta a ceder nesse particular. Tudo faz crer que não, menos pelo respeito que ela deve ao seu próprio decoro, do que pela certeza de que suas forças morais e materiais, consideravelmente abaladas por dezoito meses de ocupação alemã, não resistiriam a mais essa provação. O povo francês, na sua grande maioria, exausto e desmoralizado por uma série terrível de privações, não está, com efeito, em condições de suportar uma nova guerra, que, a ser declarada, levaria inevitavelmente o país à mais funesta das revoluções.

6. Enquanto isso, o *Reich* procura, por todos os meios, abater a URSS, a fim de poder oferecer aos Estados Unidos uma superfície maior de resistência. Convencido, como parece estar, de que guerra contra os Estados Unidos não tomará, pelo menos no início, uma forma militar, ele procura aumentar os recursos europeus, de que tem o controle, na esperança de opor à América um bloco continental sólido, criando ao mesmo tempo entre os países que venham a formá-lo um sentimento de solidariedade, tan-

[45] N.E. – Traduzido do francês original.

to no plano econômico, quanto no domínio moral. A recente prolongação do pacto *antikomintern* é mais uma tentativa de Berlim nesse sentido. A campanha contra a Rússia constitui, dessarte, o fim da guerra na Europa e o prólogo da guerra intercontinental. A exemplo do aprendiz-feiticeiro de Goethe, a Alemanha não pode mais deter as forças que desencadeou.

7. A Europa, no entanto, vive entregue aos mais duros sofrimentos, que ameaçam transformá-la, caso se prolonguem, num verdadeiro caos. Regiões inteiras, com efeito, são dizimadas pela fome, pelo frio e pelas enfermidades. Toda uma geração de crianças se estiola e perece por falta de alimentos e de abrigos, pondo em jogo, assim, o seu próprio futuro. Que adianta, pois, que ela seja, graças ao *Reich*, militarmente forte, se a sua restauração econômica depende, antes de tudo, do concurso dos outros continentes? Só a paz, por conseguinte, poderá salvá-la; não a paz germânica, feita de anexações e imposta por Berlim, mas uma paz que restabeleça o império das forças morais, sem o qual nenhuma obra política é verdadeiramente sólida e durável. O problema da organização da Europa é, por isso mesmo, de ordem política. Contrariando esse princípio, a Alemanha pretende reorganizá-la sob bases econômicas, valendo-se para isso do sofisma da colaboração. Até agora, porém, a colaboração que ela propõe não foi objeto de uma definição oficial e absoluta. É evidente, pois, que, enquanto perdurar essa situação, nenhum povo que deseje conservar sua independência dará voluntariamente seu apoio a fórmulas que desconhece. Os estadistas do *Reich* esqueceram-se de incluir nos seus cálculos os imponderáveis de que falava Bismarck. Como quer que seja, o que impera, no momento, é o dilema germânico (ocupação pela guerra ou anexação pela paz), que coloca a Europa numa situação angustiosa, terrível, sem precedente na história do mundo civilizado.

Vichy, em 1º de dezembro de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/1/2/XII/41

Guerra na Europa
Entrevistas Pétain-Hitler e Pétain-Goering

216 – SEGUNDA-FEIRA – 17H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 214. O marechal Pétain partiu ontem à noite, em companhia do almirante Darlan, para lugar na zona ocupada, que se acredita seja Fontainebleau, a fim de se encontrar com o marechal Goering, esperando regressar ainda hoje ou amanhã. Consta nos círculos jornalísticos que os alemães pretendem propor a assinatura do tratado de paz preparatório da futura colaboração militar da França contra a Inglaterra. A opinião pública aguarda com ansiedade o resultado da entrevista, de que dependem, neste momento, os destinos da França. Continua a se admitir como possível a cessão de bases navais na África.

L. M. DE SOUZA DANTAS
* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/15/16/XII/41

Guerra na Europa
Atentados contra soldados e oficiais alemães
Novas medidas de repressão em Paris
Reação do governo de Vichy

229 – SEGUNDA-FEIRA – 16H00 – Os jornais publicam, hoje, comunicado das autoridades de ocupação relativo às medidas de repressão que acabam de ser tomadas em Paris, a respeito dos últimos atentados contra soldados e oficiais alemães. Constam

elas do seguinte: multa de 1 bilhão de francos imposta aos judeus na zona ocupada e a deportação para a Rússia, com trabalhos forçados, de grande número de elementos criminosos judeus e bolcheviques e o fuzilamento de 100 judeus, comunistas e anarquistas que se supõe estarem em relações com os autores dos atentados. O comunicado causou péssima impressão em Vichy, levando o governo a publicar uma nota oficiosa que assume o aspecto de verdadeiro protesto. Depois de afirmar que o governo fez o possível para conseguir a redução do número de fuzilados, a nota declara que tais condenações provocam profundo mal-estar na França e termina dizendo que: "o governo faz saber às autoridades alemãs seu sentimento a respeito dessa repressão em massa". A atitude decidida do governo francês parece-me pôr em xeque, novamente, a política de colaboração.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/22/23/XII/41

CONFIDENCIAL

Visto passaportes Abel Gance, mãe e esposa
e seus colaboradores

233 – SEGUNDA-FEIRA – 13H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 231. Acabo de ter conhecimento do relatório em que o senhor Abel Gance expõe a finalidade de sua missão, do qual transmito, a título confidencial, os tópicos mais característicos: "colocado por minha profissão como observador das relações com os estrangeiros, estudei, com interesse particular, os mercados sul-americanos, averiguando ser útil, senão indispensável, que o cinema europeu

os colonize, no momento em que a Europa deve evidenciar perante o mundo a sua hegemonia espiritual. Sendo cada vez mais difícil ou impossível exportar filmes europeus para os países de além-mar, torna-se de extrema necessidade e urgência permitir que trabalhemos ali, não só para não perdermos o mercado, mas ainda num plano superior, a fim de ganhá-los para a causa do novo espírito europeu. Para isso proponho-me, primordialmente, o seguinte: 1°) luta contra o cinema americano, 2°) luta contra a influência anglo-saxônica 3°) luta contra as forças israelitas que começam a pulular nos países de formação fundamentalmente católica". Consta-me que esse relatório foi submetido pelo senhor Abel Gance às autoridades alemãs, para que anuíssem à sua partida e à de seus colaboradores.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/22/23/XII/41

Visto passaportes Abel Gance, mãe e esposa
e seus colaboradores

234 – SEGUNDA-FEIRA – 13H00 – Resposta ao telegrama[46] de Vossa Excelência n. 140. Transmiti o pedido do senhor Abel Gance porque o governo francês o oficializou, declarando, por nota, ter sido incumbido de missão oficial, embora não me indicasse o caráter exato do seu passaporte.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

[46] N.E. – O despacho telegráfico n. 140, de 20/12/1941 tinha a seguinte redação: "Visto nos passaportes de Abel Gance, mãe e esposa e dos senhores Jorge Tabouillot, Paulo

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/27/28/XII/41

CONFIDENCIAL

Portugal e a atitude do Brasil em face da guerra
do Eixo contra os Estados Unidos
Intervenção do sr. Oliveira Salazar

236 – SÁBADO – 18H00 – A título meramente informativo, e como sintoma perpétuo do atual momento europeu, comunico a Vossa Excelência que o senhor Oliveira Salazar telefonou para o ministro português em Vichy, senhor Caeiro da Mata, ex-titular da pasta do Exterior, pessoa de sua inteira confiança em assuntos externos, pedindo obtivesse o patrocínio de meu humilde nome em favor de uma política externa que evitasse ao Brasil a efetiva participação na guerra ao lado dos Estados Unidos da América, sem prejuízo dos interesses da solidariedade continental americana e dos nossos compromissos internacionais. Em longo telegrama ao ministro português aqui, o senhor Salazar, explanando seu pensamento, argumenta que o Brasil e os demais países sul-americanos formam hoje um único bloco compacto de nações não beligerantes, cujo patrimônio material e moral lhe poderá garantir, no momento oportuno, o privilégio de uma atuação mediadora entre os autores do cataclismo em que se entrechocam os continentes. Ao ler esse telegrama, afigurou-se-me particularmente instrutivo, por aclarar inopinadamente certos móveis da diplomacia notória do senhor Salazar, o trecho em que oferece seus bons préstimos junto às potências do Eixo para dirimir os antagonismos que porventura separarem as nações sul-americanas

Harigot, Bernardo Costa Beauregard, Bosmundo Punto, Filipe Brunette e Roberto Bosis Gurval. Em resposta ao seu telegrama n. 231. Queira informar, preliminarmente, o caráter dos passaportes de que são portadores. Se se tratar de passaportes comuns, os vistos deverão ser solicitados por intermédio consular e dentro das disposições das leis em vigor".

dos países em guerra contra os Estados Unidos da América. Por trás desse sutil jesuitismo de um meigo ditador intelectual, vi logo perfilar-se, com seu rude realismo, a adunca efígie de Ribbentrop.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/29/30/XII/41

Visto passaportes de Abel Gance, mãe, esposa e colaboradores

237 – SEGUNDA-FEIRA – 15H00 – Referência ao telegrama de Vossa Excelência n. 142. Fui procurado pelo senhor Abel Gance que me asseverou que, residindo na zona ocupada, o único meio de obter dos alemães autorização para a sua partida fora o de lhes fazer a corte, mas que é francês cem por cento, não pretendendo devotar-se no Brasil a nenhuma propaganda estrangeira. Conhecedor da situação atual da França e do sentimento real da quase totalidade dos franceses, só aparentemente submetidos aos interesses da Alemanha, acredito na perfeita sinceridade da declaração do senhor Gance. Aliás, dada a existência de censura cinematográfica, será fácil impedir que qualquer cineasta estrangeiro faça, entre nós, de qualquer forma, propaganda que não nos convenha, e acredito na utilidade do concurso do senhor Gance para o desenvolvimento da indústria apenas embrionária entre nós. Sendo o senhor Gance encarregado de missão oficial, e tratando-se de um pedido oficializado do governo francês, parece-me que a recusa não seria amistosa.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 31 de dezembro de 1941.

Mês político na França[47]
Dezembro de 1941.

N. 12

Nenhuma ocorrência relevante, de natureza a influir sobre os destinos do país, assinalou, no decurso do mês de dezembro, a tímida e tateante política de Vichy.

2. Nem mesmo a entrevista de Saint-Florentin, realizada a primeiro do referido mês, entre o venerando marechal Pétain e Hermann Goering, volumoso marechal germânico, logrou ultrapassar a importância de um pequeno acontecimento episódico.

3. Duas vezes já, por ocasião dos solenes funerais de um rei iugoslavo e dos de um ditador polonês, há cerca de dez anos, tivera o glorioso herói de Verdun o privilégio de conhecer e admirar a inconfundível figura de Goering, cujo encanto o seduzira; e, de tempos para cá, muito lhe apetecia rever aquele prócer nazista, conforme se diz no comunicado oficial que anunciou a entrevista. Mas não fora, talvez, a conhecida atração que sobre o velho marechal exerce o faiscar de fardas e uniformes, notórios galardões do jovem *Feldmarschal*, e mal se compreenderia como um chefe de Estado, a quem não mingua o senso da dignidade do cargo, se houvesse abalançado a deixar a sede de seu governo para ir ao encontro de um político estrangeiro, por maiores fossem os seus títulos. Na Alemanha vencida, jamais tal coisa ocorrera a Hindenburgo, também já entrado em anos. Certo, muitos políticos weimarianos diligenciaram entender-se com seus cole-

[47] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 213 da embaixada do Brasil em Vichy, de 31/12/1941.

gas franceses. Mas se nota que, hoje em dia, sua memória é proscrita em toda a pátria nazista, sem se excetuar a do astuto Stresemann...

4. Quanto à entrevista, balda de resultados concretos, sabe-se em Vichy, de várias fontes fidedignas, que nela procurou Pétain pleitear, em proveito da agricultura e dos interesses econômicos, a causa da libertação dos prisioneiros franceses e, em prol da unidade do país e do prestígio de seu governo, a conveniência de evacuarem os alemães largas faixas de território, sugerindo-lhes restringissem a ocupação militar aos pontos estrategicamente indispensáveis ao prosseguimento da guerra. Tais concessões se afiguravam ao chefe do Estado Francês como premissas indeclináveis de uma franca e estreita colaboração política, senão mesmo estratégica, entre a Alemanha e a França. Mas Goering logo atalhou os anelos de seu interlocutor com este argumento decisivo: – Marechal! O senhor fala como se fora o vencedor! Mas eu acredito que vencedores agora somos nós!

5. Sabe-se ainda que por se haver recusado o galante chefe nazista a receber, das mãos do octogenário chefe de Estado, uma memória em que se defendiam as teses francesas, este se decidiu a lhe introduzir num dos bolsos, onde se quedou arquivada...

6. Caráter episódico também teve um telegrama que, a 10 de dezembro, dirigiu Pétain ao *Führer* alemão, transmitindo-lhe "condolências por odiosos atentados que se haviam repetido contra membros do Exército de ocupação", mensagem em que lhe assegurava, a par de uma cabal reprovação do ocorrido, o firme propósito do governo de Vichy de descobrir e prender, por todos os meios a seu alcance, os autores de crimes "cuja cobardia horrorizava a todos os franceses". E, por um comunicado oficial, dado a lume na mesma ocasião, soube o país que, desde seis semanas, a *Gestapo* francesa efetuara nada menos de onze mil prisões, entre elementos de duvidoso patriotismo e, como tais, refratários aos benefícios da "nova ordem européia", quais sejam pára-quedistas estrangeiros, comunistas e filhos de Israel (v. ofício n. 207).

7. Não se fizeram esperar por muito tempo os agradecimentos de Hitler. Conheceu-os o povo francês através de uma proclamação em que o general von Stuelpnagel, comandante-em-chefe das forças de ocupação, anunciou, a 14 de dezembro, haver tomado as seguintes medidas, modeladas nas exigências de uma perfeita integração da França na Europa:

1° Imposição da multa de mil milhões de francos aos judeus das regiões ocupadas;
2º Deportação para os confins orientais da Alemanha e condenação a trabalhos forçados, de um número irrestrito de indivíduos de mentalidade judeu-comunista;
3º Fuzilamento sumário de 100 judeus, inculpados de conivências anárquico-bolchevistas.

8. Repercutiu dolorosamente em toda a França essa repressão massiva. Pelo que o governo de Vichy se viu levado a declarar que a considerava algum tanto excessiva, embora reconhecesse que, desta vez, não se visavam "reféns", mas sim "delinqüentes"... Fê-lo por meio de uma nota jornalística, intitulada "oficiosa", na qual, pela primeira vez, esboçou, contra um gesto alemão, algo de longinquamente parecido com um vago protesto (v. ofício n. 210).
9. Esse longínquo esboço de vago protesto oficioso foi repelido pela chamada imprensa de Paris com a máxima energia.
10. Em resumo, a truculenta proclamação do general von Stuelpnagel e o indisfarçável insucesso da entrevista Goering-Pétain apenas toldaram de ligeiras nuvens, na segunda quinzena de dezembro, o ambiente da colaboração franco-alemã.

Vichy, em 31 de dezembro de 1941.
L. M. de Souza Dantas

* * *

1942

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/5/I/42

Guerra na Europa
Ocupação dos países ibéricos e África do norte
Relações franco-alemãs

1 – DOMINGO – 23H45 – Referência ao meu telegrama n. 236. Desde 15 dias chegam a Vichy, de fonte fidedigna, notícias da concentração de forças alemãs em zona ocupada na fronteira franco-espanhola, em apoio das gestões diplomáticas de Berlim para a ocupação da península ibérica. Essa ocupação, que visará primordialmente Gibraltar e por isso também se deverá estender a Tânger e Marrocos espanhol, poderá acarretar a de pontos estratégicos na África setentrional francesa, com ou sem o assentimento do governo de Vichy. Estou informado de que essas perspectivas de alargamento da guerra têm sido objeto de entrevistas entre o almirante Darlan e os representantes diplomáticos da Espanha e Portugal aqui. A recente viagem do sr. Darlan a Toulon é interpretada por alguns observadores como destinada a averiguar quais as unidades da frota francesa cuja oficialidade e maruja estarão dispostos, eventualmente, a colher louros em façanhas contra a Inglaterra e os Estados Unidos. De outro lado, acredita-se aqui já estar ultimada a preparação diplomática alemã em Madri e Lisboa para a ocupação das duas nações ibéricas, e só dependendo a sua efetivação da escolha de momento oportuno. Não há muito, em conversa com o ministro português aqui, soube que o sr. Salazar, invocando antiga promessa e compromissos formais que recebera do general Franco, procurou, mais uma vez, afastar a entrada dos alemães na península. Desde alguns dias, porém, pelos silêncios e reticências de meu colega português, tenho a impressão de que Portugal, a fim de evitar o perigo da anexação à Espanha, germânica e falangista, e para que se não interrompa a obra de remodelação interna empreendida pela di-

tadura, acabará se resignando à ocupação alemã, como a tudo quanto impuser a fatalidade irremovível, integrando-se aos interesses da política externa do Eixo, ainda que sob o risco da ocupação de seu território colonial pela coligação adversa. O plano da Alemanha hitleriana, que retirou forças da frente russa, onde se mantém na defensiva, poderá ser o de se instalar na península e na África francesa, antes que os países anglo-saxões, momentaneamente retidos no Pacífico, se achem em condições de impedi-lo e, daquela forma, aumentar a superfície de resistência econômica da Europa. A par disso, acredito que os alemães, mesmo que não tomem Gibraltar, uma vez alojados nos dois lados do estreito, visarão fechá-lo à passagem da frota inglesa. Salvo se a situação do exército ítalo-germânico na Líbia requerer a imediata intervenção alemã na África através da península, suponho que o chanceler Hitler preferirá aguardar o encerramento da próxima Conferência dos Estados Americanos no Rio de Janeiro, porquanto a definitiva integração dos governos ibéricos aos interesses do Eixo, apartando as nações sul-americanas de suas respectivas mães-pátrias e reforçando-lhes a consciência de solidariedade continental, poderia tornar-se naquela assembléia um fator de coesão interamericana, facilitando-lhe a adoção de resoluções e medidas prejudiciais aos projetos pan-germanistas de domínio universal. Apesar do perceptível mal-estar nas relações entre Berlim e Vichy, desde a infrutífera entrevista de Saint-Florentin, e das fundadas esperanças de derrota final da Alemanha, que seus últimos insucessos na Rússia e, sobretudo, entrada dos Estados Unidos na guerra, infundiram em muitos franceses, não se pode ainda prever, na opacidade do ambiente que circunda o marechal Pétain, quais venham a ser as definitivas reações deste governo em face das exigências alemãs de ocupação da África do norte, que alguns acreditam secretamente patrocinadas pelo almirante Darlan. Bastante problemática me parece a resistência francesa na África setentrional, intensamente trabalhada e corroída por profundas infiltrações nazistas desde antes da demissão do general Weygand.

Considero muito provável a cisão no seio do governo francês, se continuarem no poder, por obra e graça dos alemães, os elementos que lhes houverem favorecido os desígnios.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/12/I/42

Violação da correspondência oficial dos consulados brasileiros na zona ocupada

5 – SEGUNDA-FEIRA – 13H15 – Em virtude de reclamação, pedida pelo consulado em Lion, dirigi-me a este governo solicitando providências para que a censura postal francesa respeite o sigilo da correspondência oficial dos consulados brasileiros na zona não ocupada; recebi nota do governo francês na qual declara só estar isenta de censura postal neste país a correspondência particular ou oficial dos chefes das missões diplomáticas. Levo o fato a conhecimento de Vossa Excelência para as medidas que considerar convenientes em virtude do princípio de reciprocidade de tratamento.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/20/I/42

CONFIDENCIAL

Entrevista Pétain-Hitler
Declaração conjunta dos países americanos em favor da França

11 – TERÇA-FEIRA– 10H00 – O chefe do Estado Francês deverá encontrar-se com o *Führer*, ainda este mês em Paris. A escolha da grande metrópole francesa e o fato de que, desde o armistício, pela primeira vez o marechal Pétain ali se apresentará, prenunciam grande importância à entrevista planeada. Sua finalidade, acredito que será a de anunciar ao país, num ambiente propício às encenações propagandistas, o resultado final das laboriosas negociações franco-alemãs, desde muito secretamente empreendidas. A entrada dos Estados Unidos da América na guerra e os insucessos do Eixo na Rússia e Líbia poderão agora ter tornado Hitler aparentemente mais generoso para com a França, a quem procurará enredar na armadilha de suas promessas tentadoras. A Alemanha poderá, assim, restringir a ocupação do território francês aos pontos estrategicamente indispensáveis ao prosseguimento da guerra e, talvez mesmo, libertar grandes levas de prisioneiros, desde que, por sua vez, a França consinta em que seu império colonial africano se torne base de operações para o exército alemão. Parece-me que o marechal Pétain evolui no sentido de uma completa integração da França às conveniências militares das potências do Eixo. Almoçando com o marechal Pétain e o almirante Darlan, há poucos dias, verifiquei achar-se inteiramente dissipado o recente mal-estar entre os governos de Vichy e Berlim e pude convencer-me de que a política de isolamento e contemporização adotada pela França, desde a conclusão do armistício, não poderá sustentar-se com o prolongamento da guerra. Aliando-se a seus ex-inimigos, a França corre o risco de ser duas vezes vencida, des-

de que sobrevenha a derrota da Alemanha nazista e a definitiva extirpação do carcinoma hitleriano, com suas ramificações universais, acontecimento para que muito contribuiria a sadia união de todos os povos americanos. Nem outra interpretação pude dar ao receio que me manifestou o almirante Darlan de que, como resultado da atual Conferência do Rio de Janeiro, os países do hemisfério ocidental se solidarizassem num estreito bloco oposto às potências signatárias do famoso Pacto de Berlim, advogando ele com especiosos argumentos – qual o da vocação mediadora dos Estados sul-americanos –, a infeliz causa do enfraquecimento das Américas. Até o marechal Pétain, embora com menos calor, abundou nas mesmas idéias daquele almirante pró-nazista. Acredito que se a atual conferência interamericana, em que hoje se concentra a atenção do mundo, pudesse dar à França a impressão de que seu destino não é indiferente aos governos e povos americanos, muito se faria para fortalecer em torno do marechal os elementos que ainda não se conformaram com que este país venha a ser uma província européia, num continente nazificado, enfraquecendo-se, ao mesmo tempo que a influência dos políticos, cujos destinos, por estarem irremediavelmente ligados à sorte das armas alemãs, os fazem trabalhar por elas. Uma resolução conjunta de todos os países americanos declarando o empenho de todo um continente em que, por ocasião da paz futura, a França seja restabelecida em sua plena soberania e integridade, metropolitana e colonial, poderá ser de grande peso para contrariar as presentes manobras hitlerianas e afastar de Dacar e outros pontos ocidentais da África francesa o perigo que a ocupação nazista faria pairar sobre nosso continente. E, se de nenhum efeito for sobre o rumo das relações franco-germânicas, teria, pelo menos, a vantagem de fixar as responsabilidades, caso por infelicidade se encontrem um dia, em campos opostos, as nações sul-americanas e a mãe espiritual de todo o orbe latino.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/22 /I/42

CONFIDENCIAL

Entrevista Pétain-Hitler
Declaração conjunta dos países americanos em favor da França

13 – QUARTA-FEIRA– 20H00 – Em aditamento ao meu telegrama n. 11. Foi numa conversa íntima, realizada a 15 do corrente, que o marechal Pétain e o almirante Darlan me confiaram suas idéias acerca da vocação mediadora dos Estados sul-americanos. Em nenhum dos meus interlocutores pude perceber o mais leve intento de influir, por meu intermédio, sobre as decisões do Brasil. Mesmo assim, instruído pelo telegrama[1] de Vossa Excelência n. 145, disse-lhes, imediatamente, o que convinha.

L. M. DE SOUZA DANTAS
* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/22/I/42

CONFIDENCIAL

Rompimento de relações com os países do Eixo
Providências relativas ao consulado-geral em Paris

[1] N.E. – O despacho telegráfico n. 145, de 29/12/1941, tem o seguinte teor: "Portugal e a atitude do Brasil em face da guerra. Resposta ao seu telegrama n. 236. Já manifestamos o nosso desagrado em Lisboa por atitude idêntica, igualmente estranha, do ministro de Portugal em Washington para que Estados Unidos da América exercessem influência sobre nós no mesmo sentido".

14 – QUINTA-FEIRA – 15H45 – Resposta ao telegrama de Vossa Excelência n. 4. Reiterei, há uma semana, as instruções a respeito da incineração dos documentos confidenciais e dei ordem ao cônsul para confiar os arquivos à proteção do representante da nação que ficar encarregada dos nossos interesses. Conviria, pois, que fosse conhecido, desde já, o nome desse país. Diante dos precedentes, não creio que as autoridades alemãs permitam, salvo intervenção da embaixada em Berlim, que os funcionários atualmente em Paris possam vir para a zona livre.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/23/24/I/42

Rompimento de relações com os países do Eixo
Sugestões do embaixador do Brasil em Vichy

15 – SEXTA-FEIRA – 17H15 – Em aditamento ao meu telegrama n. 14. Peço vênia a Vossa Excelência para sugerir a conveniência do auxiliar Maximo Sciolette permanecer em Paris, a fim de zelar pelos bens da embaixada, do consulado e do escritório comercial do Brasil, no caso de ruptura das relações com a Alemanha. As diligências nesse sentido poderão ser feitas pelo próprio cônsul em Paris, amparado pela embaixada em Berlim, invocando os precedentes da Itália, Grécia e Iugoslávia e de vários outros países que ali deixaram funcionários zelando pelo arquivo da chancelaria, além dos porteiros que ficaram apenas guardando a sede das respectivas missões.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/27/I/42

Rompimento de relações com os países do Eixo
Sugestão permanência auxiliar Sciolette em Paris

17 – TERÇA-FEIRA – 13H15 – Muito agradeceria uma resposta de Vossa Excelência ao meu telegrama n. 15. O cônsul Pires do Rio, que considera a medida indispensável, precisa de tempo para providenciar.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de fevereiro de 1942.

Mês político na França[2]
Janeiro de 1942.

N. 1

Na carência de acontecimentos de maior relevância, que caracterizassem, no decurso do mês de janeiro, a atividade do governo de Vichy, se assinalam, como fenômenos sintomáticos da atmosfera política do país, a mensagem que, pelo ensejo do novo ano, dirigiu à nação o chefe do Estado e as declarações que, a 28 desse mesmo mês, concedeu ao jornalismo da zona ocupada, e ao da não ocupada, o embaixador De Brinon, delegado-geral da França junto às autoridades alemãs.

[2] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 30 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/02/1942.

2. Na mensagem do marechal Pétain ressoa, em surdina, a dolorosa decepção que causara em Vichy a conferência de Saint-Florentin, onde em vão se tentara obter da Alemanha, por intermédio do *Feldmarschall* Goering alívios para a angustiosa situação da França. "No exílio parcial a que estou adstrito, na semiliberdade que me é deixada, tento fazer todo o meu dever. Cada dia tento arrancar este país à asfixia que o ameaça, às perturbações que o espreitam" [3] – eis as palavras finais que marcam a tonalidade dessa peça oratória, dita no trêmulo timbre de um chefe de Estado octogenário (v. ofício n. 4).

3. Trecho ainda mais amargo é aquele em que o vetusto marechal estigmatiza como desertores da boa causa quantos franceses, assim no estrangeiro como em seu país, promovem, em abjetas manobras, no rádio e na imprensa, recorrendo à delação e à calúnia, a "desagregação nacional"...

4. Dessa maneira, embora algum tanto velada, pela primeira vez os escribas mercenários da imprensa de Paris, a soldo da autoridade ocupante, foram alvejados pelo chefe do Estado, assimilando ele as campanhas, em que periodicamente se empenham contra o governo de Vichy, às propagandas que contra esse mesmo governo lançam de Londres os representantes da França gaulista, considerados aqui como traidores da pátria, e por isso destituídos da nacionalidade francesa, senão mesmo sentenciados à pena máxima.

5. Logrou o marechal Pétain, graças à imprevista franqueza desta alocução radiofônica, reavivar sua bruxuleante auréola de popularidade no país, sobretudo nas regiões ocupadas, as mais nostálgicas da liberdade francesa e onde mais forte é o sentimento nacional, dada a obsessora presença do invasor estrangeiro. Mas – fato que revela toda a autoridade do governo desta cidade termal – nenhum jornal da zona ocupada ousou estampar a mensagem do chefe do Estado, com a única exceção de uma obscura

[3] N.E. – Traduzido do francês original.

gazeta de Ruão, que, em punição desse deslize, foi logo suspensa e interdita, por determinação da autoridade alemã.

6. E, para chamar à ordem o chefe do Estado Francês, a imprensa germânica de Paris, por intermédio de seus órgãos mais representativos, como *L'Oeuvre* e *Le Matin*, com maior intensidade ainda, orquestrou seus costumeiros ataques contra o governo de Vichy e certas personalidades da privança do marechal, suspeitadas de manobrarem os cordéis que lhe ditam os gestos e atitudes. Poupando-se embora, como é tanto do interesse alemão, o esdrúxulo mito marechalício, foi assim particularmente agredido um senhor Dumoulin de la Barthète considerado pouco sensível às beldades da "nova ordem européia". Ligado ao marechal Pétain desde os tempos de sua embaixada em Madri, exerce ele hoje o cargo de chefe de sua Casa Civil.

7. Sintoma não menos evidente das decepções que, tanto aos alemães como aos franceses, vem causando a aplicação da chamada política de "colaboração franco-alemã", são as declarações de 28 de janeiro, feitas pelo embaixador De Brinon (v. ofício n. 27).

8. O encontro Hitler-Pétain, há ano e meio realizado, em Montoire, onde, por iniciativa de Pierre Laval, se firmou o princípio da referida política, acontecimento então celebrado pela propaganda oficial como de suma relevância e o de conseqüências mais benéficas para os destinos franceses, não justificou até agora as esperanças que suscitara. Prisioneiros de guerra, só têm chegado alguns poucos e só homens inválidos ou idosos com grave dano para a vitalidade da França, com o que vai tendo execução o plano hitleriano de descasar os casais para restringir a natalidade dos povos vencidos. E nem querem os alemães que se lhes fale da evacuação de trechos do território francês, cuja ocupação, balda de todo interesse militar, só é mantida como um meio de pressão política, quais a da Borgonha e a da Champanha.

9. E assim a colaboração franco-alemã, desfazendo, em favor da Alemanha, a linha de demarcação entre a zona livre e a ocupada, só tem tido por efeito integrar toda a França na economia de guerra do *Reich*, para maior proveito de seus planos hegemônicos.

E vantagens reais só têm logrado na França os industriais que se locupletam com os fornecimentos de guerra e os políticos lisonjeados com os afagos do poder, graças à calculada benevolência do vencedor.

10. Em sua generalidade, o povo francês assimila a colaboração franco-germânica à do cavaleiro com a montaria... Mas, também, aos dirigentes alemães assemelha-se a montaria por vezes passarinheira, senão mesmo rebelde aos látegos e às esporadas... Pois até hoje não obtiveram, como tanto lhes conviria, nem a cessão da frota francesa, nem a de bases militares na África setentrional.

11. E daí, entre franceses e alemães, essas recriminações e divergências que De Brinon procura explicar como originadas em dessemelhanças de "ordem psicológica", acrescidas do caráter revolucionário da Alemanha nazista... Os alemães que sempre insistem na necessidade de que os franceses neles tenham confiança, até hoje não lhes deram a conhecer quais sejam "as condições dessa confiança" declara De Brinon. Em seu pensamento, tais condições seriam as que se estipulassem num ajuste preliminar de paz em que se delineassem, com menos penumbras, os destinos da França numa Europa germanicamente organizada.

12. Pertence De Brinon a essa classe de franceses que acreditam mais ou menos encerrado o ciclo histórico de seu país e reconhecem na força germânica o direito de reger o continente, podendo caber à França as migalhas que caírem da mesa do vencedor. Homens como ele, que o desastre de 1940 elevou aos cargos públicos, se entroncam na casta dos derrotistas, outrora esmigalhados por Clémenceau, e que hoje, sob a égide de um marechal octogenário, pretendem com tímidas lamúrias salvar do abismo a pátria avassalada.

Vichy, em 1° de fevereiro de 1942.
Trajano Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/4/5/II/42

Rompimento relações com os países do Eixo
Permanência em Paris do auxiliar M. Sciolette

23 – SEXTA-FEIRA – 18H00 – Referência ao telegrama de Vossa Excelência n. 7. Peço vênia a Vossa Excelência para insistir nas sugestões contidas nos meus telegramas n. 15 e 17 em vista dos grandes interesses dos brasileiros existentes em Paris, tais como, entre outros, os bens da embaixada, apartamentos, móveis e baixelas de todos os funcionários desta missão, bagagem do embaixador Raul Régis de Oliveira, embaixador Pedro Leão Velloso, ministro Joaquim Eulálio, etc. As autoridades alemãs estão dispostas a consentir na permanência do auxiliar Maximo Sciolette. O consulado português em Paris não dispõe de funcionários eficientes para zelar, com o devido empenho, pelos interesses que acabo de mencionar.

L. M. DE SOUZA DANTAS
* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/7/8/II/42

Rompimento relações com os países do Eixo
Permanência em Paris do auxiliar M. Sciolette

24 – SÁBADO – 16H30 – Resposta ao telegrama de Vossa Excelência n. 10. Propus o auxiliar Maximo Sciolette por ter sido ele o agente de ligação entre a embaixada, o consulado e as autoridades ocupantes. Não sendo possível aquele auxiliar, proponho

Alfredo de Pimentel Brandão, convindo que as diligências sejam feitas por intermédio da legação portuguesa em Berlim.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 10 de fevereiro de 1942.

[*Ofício*] n. 37
Ruptura de relações entre o Brasil
e os signatários do pacto tripartido.

Senhor Ministro,

Tenho de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, nas inclusas cópias autenticadas, os termos da nota em que, cumprindo as instruções da circular telegráfica n. 1.587, de 28 de janeiro último, comuniquei a este governo a decisão do Brasil de romper suas relações com os países signatários do pacto triangular de Berlim, bem como os da nota de resposta que me dirigiu o governo francês.

Aproveito este ensejo, senhor ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

L. M. DE SOUZA DANTAS

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo[4] *1*

[4] N.E. – Traduzido do francês original.

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Vichy, 29 de janeiro de 1942.

[*Ofício*] n. 10

Senhor Vice-Presidente,

Cumprindo instruções telegráficas, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Brasil rompeu, a 28 do corrente, suas relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, em aplicação de uma recomendação adotada por unanimidade pela III Conferência de Consulta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Americanos, que acaba de realizar-se no Rio de Janeiro.

Esta recomendação, como meu governo pede assinalar, é o resultado de uma Resolução solene, pela qual os Estados representados na Conferência do Rio de Janeiro, renovando sua fidelidade a uma declaração feita no curso de uma Conferência anterior, comprometeram-se a considerar todo ato de agressão cometido por um Estado não-americano contra um Estado membro da União Pan-Americana como um ataque feito a todos os Estados americanos e uma ameaça direta a cada um destes Estados.

A Conferência do Rio, havendo estabelecido este princípio de direito internacional, em circunstâncias que lhe dão um significado histórico, e tendo tomado conhecimento de que o Japão teve a iniciativa de uma agressão, seguida de declarações formais de guerra, da parte da Alemanha e da Itália, contra um país americano, o Brasil houve por bem romper imediatamente suas relações diplomáticas e comerciais com os signatários do pacto tripartido, em testemunho de sua fidelidade à sua política de tradicional solidariedade interamericana e defesa da segurança continental.

Aproveito esta ocasião, Senhor Vice-Presidente, para renovar a segurança da minha mais alta consideração com a qual tenho a honra de ser

de Vossa Excelência
muito humilde e obediente servidor:
(a) L. M. DE SOUZA DANTAS

A Sua Excelência Almirante F. Darlan,
Vice-Presidente do Conselho, Ministro Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, em VICHY

Confere:	Conforme:
Leon Levy	T. Medeiros do Paço
Datilógrafo-arquivista	Conselheiro de Embaixada

[*Anexo 2*][5]

Ministério dos Negócios Estrangeiros / Direção Política
n. 1.754-Pol.

Estado Francês / Vichy, 9 de fevereiro de 1942.

Senhor Embaixador,

Por carta datada de 29 do último mês, Vossa Excelência houve por bem informar-me de que o Brasil rompeu, em data de 28 de janeiro, suas relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, em aplicação da recomendação da III Conferência de Consulta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Americanos e como seqüência à resolução número XV da Conferência de Havana. Tenho a honra de acusar a Vossa Excelência o recebimento dessa comunicação.

Queira aceitar, Senhor Embaixador, a segurança da minha mui alta consideração.

[5] N.E. – Traduzido do francês original.

Pelo Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
e, por delegação, Embaixador de França,
Conselheiro de Estado, Secretário-Geral
(a) ROCHAT

Sua Excelência Senhor de Souza Dantas,
Embaixador dos Estados Unidos do Brasil na França

Confere:	Conforme:
Leon Levy,	T. Medeiros do Paço,
Datilógrafo-arquivista	Conselheiro de Embaixada

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/12/13/II/42

Retirada do pessoal do consulado-geral em Paris

29 – QUINTA-FEIRA– 12H30 – A legação em Berna comunicou-me as quantias destinadas ao pagamento das despesas de viagem do pessoal de Paris. Não figurando o auxiliar Sciolette, agradeceria a Vossa Excelência providências.

L. M. DE SOUZA DANTAS
* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de março de 1942.

Mês político na França[6]
Fevereiro de 1942.

N. 2

Desde princípios de fevereiro, revelaram grande atividade os irrequietos paladinos do nazismo francês, profundamente impressionados com os revezes da *Wehrmacht*, na frente oriental, durante a inesperada campanha de inverno.

2. A primeiro daquele mês, sob a presidência do famoso Marcel Déat, organizaram eles em Paris, centro das propagandas alemãs na França, um grande comício popular, onde o agitador Jacques Doriot, que voltava da Rússia, falou das façanhas que por lá engrandecem os dois ou três mil voluntários franceses que, honrados com o uniforme e o capacete alemães, formam a chamada Legião Francesa contra o Comunismo.

3. Pelo mesmo ensejo, tomaram a palavra, além do jornalista Déat, o imortal Abel Bonnard e o escritor Alphonse Chateaubriant, diretor do hebdomadário germânico *La Gerbe*. Todos eles celebraram, nos termos mais entusiásticos, a cooperação militar franco-germânica contra a Rússia soviética e trombetearam a esperança de que as massas populares francesas enfim se compenetrassem da necessidade e beleza da nova fraternidade de armas...

4. Expôs Doriot que o intuito inicial dos alemães fora o de empregar a Legião Francesa nos setores meridionais da frente russa, senão mesmo na Criméa, de menos rigoroso clima. Mas, acrescentou, textualmente:

[6] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 41 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/03/1942.

> Napoleão sempre exerceu sobre os alemães impressão profunda. Foi decidido por isso seguíssemos mais ou menos a pista de sua expedição à Rússia. Pois dessa forma, pudemos nos tornar partícipes da honra de vingar o imperador, cooperando na grande ofensiva contra Moscou.

5. De fato, após longas marchas os legionários franceses foram transportados em caminhões até as linhas avançadas, onde receberam o batismo do fogo, não muito longe da capital moscovita. Mas aí sobreveio o inverno russo... E a tal respeito, assim se exprime o belicoso Doriot:

> Da guerra pouco se nos dava. O frio, porém, a tais sofrimentos expõe o combatente que, por fim, a bala ou granada que o aniquile é esperada como uma redenção. Subitamente desceu a temperatura de 10 a 35 abaixo de zero. Em tais condições, é impossível utilizar qualquer arma automática. Os motores têm que funcionar continuamente. E o aço se fende como vidro.

6. A coragem e intrepidez dos voluntários franceses, segundo as declarações de Doriot, são consideradas por todos os alemães como prova de que a França ainda hoje é capaz de desempenhar na história papel tão eficiente quanto honroso... Bem clara é a finalidade da agitação propagandística de Doriot e outros franceses de seu quilate: lograr um aumento do concurso militar da França, senão mesmo a sua participação oficial, na pretensa "Cruzada européia contra o Comunismo", para socorrer a Alemanha em suas dificuldades atuais.

7. De fato, veio Doriot a Vichy, onde conferenciou com o almirante Darlan e o marechal Pétain, a quem leu a honrosa ordem do dia em que o general *Freiherr*[7] von Gablenz, comandante da divisão alemã a que se acha incorporada a Legião Francesa a

[7] T.E. – "Barão".

elogiava sem reservas. Entregou também a Pétain a carta que lhe dirigia um tal coronel Labonne, chefe dos voluntários franceses, em resposta à mensagem de aplauso e simpatia que há tempos recebera do velho herói de Verdun.

8. Sabe-se que o chefe do Estado Francês, provavelmente retido por Dumoulin de la Barthète, chefe de sua Casa Civil, não quis conceder uma audiência oficial a Doriot, no consenso geral mero agente nazista. Mas para que personagem tão valedio não passasse pelo dissabor de vir a Vichy sem ter a graça de ver o marechal, este se decidiu a penetrar como que por acaso no gabinete de Darlan, enquanto lá se achava Doriot, com quem veio a ter, dessa forma, uma entrevista aparentemente fortuita. Até hoje, nada transpirou quanto aos resultados desse conciliábulo.

9. Outra ocorrência, e das mais singulares, que marcará data nos anais do governo de Vichy, foi a abertura, em Riom, a 19 de fevereiro, da "Suprema Corte de Justiça", instância extraordinária, incumbida de julgar as personalidades inculpadas de responsabilidade no colapso francês.

10. Sob o antigo regime constitucional, era da competência do Senado, transformado em "Haute Cour", julgar os delitos de natureza política. Supressas as instituições parlamentares, se tornou necessário criar, para o mesmo fim, um tribunal especial, o que foi feito, já a 30 de julho de 1940, pelo "ato constitucional n. 5", uma das pedras angulares do novo regime francês.

11. Fato curioso, porém, é que, nos termos de uma lei orgânica na mesma data publicada, o novo tribunal, embora de finalidade eminentemente política, se haveria de compor quase só de magistrados de carreira e observar os trâmites da justiça ordinária, assegurando-se aos indiciados os direitos de defesa consignados no código do processo criminal.

12. Já a 8 de agosto de 1940, sob a impulsão de Alibert, então ministro da Justiça, se iniciaram os trabalhos dessa corte de justiça. A instrução do processo foi efetuada com toda a consciência, objetividade e minúcia, dentro das melhores tradições da magis-

tratura francesa. Arrolaram-se mais de novecentas testemunhas, empilharam-se várias toneladas de documentos. Ao proceder agora ao interrogatório dos acusados, só 100.000 folhas de autos, pesando pouco mais de uma tonelada, foram retidas pelo tribunal. E o número das testemunhas a serem inquiridas baixou a pouco menos de trezentas. De qualquer forma, acredita-se que antes de seis meses não poderá ser pronunciada a sentença final dessa instância sem apelo.

13. São de ordens diversas os fatores psicológicos e interesses políticos que concorreram para a decisão de se intentar o processo-monstro, ora em curso na vetusta e pacata cidade de Riom. Inicialmente, a idéia de um tal processo promanou de um vago e confuso sentimento popular, dada a situação das massas francesas, tomadas de estupefação, terror e revolta ante a enormidade da derrocada. Um exército, cujas tradições de bravura pareciam garantias de sua eficiência, acabava de ser levado de vencida, numa batalha de 45 dias, perdendo 250 mil mortos e feridos e cerca de dois milhões de prisioneiros. Com uma rapidez fulminante, as avalanches germânicas haviam submergido dois terços da França, e isso na indescritível confusão do aparelhamento econômico e da máquina administrativa do país, de permeio com dez milhões de fugitivos sem rumo, 50 mil dos quais pereceram metralhados pelas estradas. O povo se sentiu atraiçoado por seus dirigentes e, em seu juízo simplista, clamava vindita contra os "causadores da guerra" ou os "responsáveis da catástrofe". Em tal momento, se um conselho de guerra tivesse, sumariamente, mandado passar pelas armas alguns ministros e generais, as massas seguramente o haveriam aplaudido.

14. Mas os novos dirigentes franceses ainda eram assaz neófitos nos métodos nazistas... Preferiram proceder dentro da legalidade! E imaginaram que, ao mesmo tempo que satisfaziam ao sentimento popular processando os homens do regime varrido pela derrota, consolidariam o novo regime.

15. Certo, porém, é que o mais decisivo fator foi a pressão alemã. Em sua candura, os tímidos políticos de Vichy poderão haver sinceramente acreditado que, responsabilizando os personagens estigmatizados de "belicistas", por haverem tentado se opor à política de Hitler, na Europa, viriam cativar para a França as benevolências do vencedor e lhe minorar as durezas da "*pax* germânica".

16. Tanto é assim, que o octogenário chefe do Estado Francês, a fim de afastar as ameaças e apaziguar as impaciências nazistas, provocadas pelas delongas na instrução do processo, tantas vezes incriminadas pela virulenta "imprensa de Paris", julgou de bom aviso constituir uma entidade transitória, que se denominou "Corte de Justiça Política", em virtude de cujo parecer assumiu a responsabilidade de castigar os acusados, condenando-os ao encarceramento no tenebroso forte de Portalet, prejulgando assim, em outubro último, as decisões de um processo judiciário... (v. ofício n. 188).

17. À medida, porém, que prosseguia a instrução desse processo, se afigurou melindroso apurarem-se as responsabilidades da França na declaração da guerra, ponto em que mais insistiam os alemães. Estes sempre repeliram como impudente extorsão o artigo 231 do Tratado de Versalhes, encabeçamento do Capítulo das Reparações, no qual o segundo *Reich* se confessa responsável pelas guerras que declarara formalmente. Opinar um tribunal francês que a França é responsável pela guerra a que a forçou o jogo das alianças, só poderia justificar as durezas com que a trata a Alemanha nazista. E absolver esse tribunal a França porque a desoladora experiência de Munique, culminando no desaparecimento do Estado tchecoslovaco, a impedia de fugir pela segunda vez a compromissos formais para com outro país aliado, só viria ter por efeito ferir as suscetibilidades do arrogante vencedor. Hoje, aos mais obcecados, pareceu absurdo que uma conflagração cujas labaredas envolvem todo o orbe pudesse ter causas especificamente francesas.

18. Não menores embaraços se deparou ao exame dos erros e deficiências na condução das operações militares, ponto cujas responsabilidades se deveriam averiguar, segundo declarações feitas à Câmara pelo próprio senhor Reynaud, em maio de 1940, logo após ruptura da frente francesa de Sedan, início da catástrofe. Porquanto, em tal exame se haveria de escalpelar todo o trabalho da quinta coluna germânica, as surpreendentes simpatias e corrosivas conivências nazistas no seio do próprio exército francês, contaminando uma parte da oficialidade, sem falar em novos métodos de guerra, eivados de inesperados ardis, postos em honra pelo invasor, tais como as ordens de recuo telefonadas por alemães simuladamente franceses, senão mesmo a utilização dos uniformes do inimigo.

19. Por tudo isso, pareceu menos escabroso circunscrever o processo à questão do despreparo militar da França, no terreno técnico e industrial. E, de fato, é esse o único ponto de que trata o requisitório do senhor Cassagneu, procurador-geral da Suprema Corte de Justiça.

20. Mas, como são interdependentes todas as questões relativas às responsabilidades pelo colapso francês, problema que em sua amplitude domina quaisquer assuntos particulares, não é crível que os debates do processo se possam limitar aos pontos consignados naquele requisitório. De qualquer forma, desde já se anuncia como um erro político, e dos mais graves, o processo que ora se intenta em Riom, donde só poderá sair diminuída a França, e desaparecerem, em proveito da Alemanha, os últimos resquícios da autoridade do governo de Vichy.

Vichy, em 1º de março de 1942.
Trajano Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/1/2/III/42

Inscrição obrigatória de israelitas na França

37 – DOMINGO – 19H15 – Com referência ao telegrama de Vossa Excelência n. 118, do ano passado. Informo Vossa Excelência de que, não obstante a intervenção enérgica desta embaixada, o governo francês está aplicando aos brasileiros israelitas a legislação racista contra a qual protestei no devido tempo. Decidiu-se, assim, liquidar em proveito de um ariano francês a sociedade anônima "Maison René", de Nice, cujo capital pertence aos brasileiros naturalizados Elias Mazloum e seu irmão Sylvio, este último domiciliado no Brasil. Como única concessão, propõe este governo que a embaixada aqui indique um observador para acompanhar os trâmites da liquidação. Sou de opinião que não devemos aceitar essa solução. Não tendo surtido efeito a ameaça que fiz de medidas de retorsão contra os interesses franceses aí, peço vênia a Vossa Excelência para sugerir que se diga, ao embaixador francês aí, que esses interesses respondem pelos esbulhos de que porventura venham a sofrer os brasileiros, em virtude de legislação já referida. Muito agradeceria a Vossa Excelência resposta urgente sobre o assunto, a fim de melhor poder defender os interesses dos brasileiros em jogo.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/19/20/III/42

Nacionalidade auxiliar Maximo Sciolette

47 – Com referência ao despacho telegráfico n. 36. Acabo de receber ofício do cônsul Pires do Rio, por intermédio da legação em Berna, informando que o auxiliar de consulado Maximo Sciolette lhe exibiu o original do decreto de sua naturalização, que é datado de 5 de setembro de 1935 e registrado a folhas 164 do livro competente da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em 11 do mesmo mês.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/28/III/42

CONFIDENCIAL

Entrevista Pétain-Laval

48 – SÁBADO – 13H00 – Realizou-se anteontem às ocultas, nas cercanias de Vichy, longa entrevista Pétain-Laval sobre a qual se guarda aqui o mais espesso sigilo. Já desde algum tempo vêm os alemães urgindo para que o marechal se desfaça de alguns ministros, como os das Colônias, Finanças e Interior, que consideram de duvidosa fidelidade à política de colaboração franco-alemã e os substitua por elementos incondicionalmente devotados à causa nazista. Nem outra finalidade teve a recente visita do senhor Brinon a Vichy. O interesse da Alemanha será que, por ocasião de sua anunciada ofensiva na frente oriental, em que joga seu

destino, exista na França um governo com que possa contar sem reservas e que esteja mesmo inclinado a opor resistência armada à possível tentativa de desembarque anglo-americana na costa francesa, destinada a aliviar a frente russa. Contudo, a volta do senhor Laval ao poder parece-me ainda encontrar sérios obstáculos de ordem interna e internacional que ignoro se poderão ser superados. Estimaria saber se os termos em que foi aprovada a 38ª Resolução da última Conferência do Rio de Janeiro e eventualmente os de qualquer outra em que se exprima a política dos Estados americanos em face dos países vencidos são de natureza a reforçar o marechal Pétain em sua resistência às atuais exigências alemãs. Se assim for, consulto Vossa Excelência se julga conveniente uma visita em que os dê a conhecer ao chefe do Estado Francês.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de abril de 1942.

Mês político na França[8]
Março de 1942.

N. 3

Dentre os acontecimentos de interesse político para a França, ocorridos no mês de março, cumpre revelar a áspera censura de que foi objeto o processo de Riom, e indiretamente o governo de Vichy, por parte do *Führer* alemão, no exórdio do discurso que proferiu em Berlim, a 16 do referido mês.

[8] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 59 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/04/1942.

2. Com sua voz tonitruante, fustigou ele um processo judiciário que não se instalara com o elevado fim de julgar os responsáveis pela guerra, mas tão-somente para chamar a contas os que não a tinham preparado suficientemente... E acrescentou o inimitável demagogo: "Esse fato caracteriza uma mentalidade que me é incompreensível. Mas ela me parece de natureza a revelar, mais do que qualquer outra coisa, a verdadeira causa da guerra atual".

3. É exato que o processo dos responsabilizados pelo colapso francês vinha incomodando, e grandemente, os dirigentes nazistas. Já há tempos, vários órgãos da imprensa do *Reich* e os da imprensa francesa, publicados, sob diretrizes alemãs, nas regiões ocupadas, exprimiram as mesmas críticas, que vieram a ser oficializadas pelo *Führer*.

4. A atitude desassombrada dos acusados de Riom, a impecável dialética de Blum, a emoção patriótica de Daladier, e até mesmo o digno silêncio de Gamelin, tudo ali parecera um desafio aos verdugos nazistas. Sobretudo Daladier, que representara a França em Munique, onde ao lado de Chamberlain, fizera todos os sacrifícios para salvar a paz européia e que, alguns meses depois, assistira, impassível, ao aniquilamento da Tchecoslováquia, consumado pela Alemanha espaço-vitalista, com flagrante ruptura de compromisso solenemente assumido, estava mais do que ninguém em condições de falar ao mundo dos propósitos pacifistas de Hitler.

5. De outro lado, revelaram os acusados as coações que sobre o processo vinham exercendo os alemães. Pois eles exigiram ter vista de todos os documentos, requeridos pela defesa, arquivados nas regiões ocupadas, onde infalivelmente os retinham se fossem de natureza a comprometê-los, quais os que demonstravam as cumplicidades nazistas nas agitações comunistas que tanto contribuíram para solapar o moral francês desde a assinatura do pacto germânico-soviético de 23 de agosto de 1939.

6. Na tortura moral de um ano e meio de prisão, acusado – pelo rádio, pela imprensa e mesmo pelo chefe de Estado – de

responsável pelas desgraças da França, sem que até então se tivesse podido defender, Daladier, de sua banca de réu, lançou um requisitório veemente contra os compatriotas que daquela forma o tratavam e não trepidou em declarar que o processo a que respondia se instaurara sob a pressão do inimigo. E teve assomos como este: "A França ainda saberá de que lado se encontram os seus traidores! Pois o armistício de 1940 nos deu o espetáculo de elevar Bazaine ao poder e degradar Gambetta à prisão!..."

7. Em sua mediocridade, os políticos de Vichy não haviam previsto a repercussão de um tal processo, no país e no estrangeiro, nem tinham considerado a inconveniência de intentá-lo num momento em que dois terços da França se acham ocupados pelos nazistas.

8. Grandes foram, por certo, as cautelas da censura jornalística em só permitir a publicação de extratos sumários e tendenciosos de tudo o que tocasse ao processo, ao qual também, só é admitido um público reduzidíssimo. Assim mesmo, certas coisas transpiraram e se propalaram pelo país, contribuindo para a reabilitação dos acusados e para maior desprestígio do governo de Vichy e do próprio chefe do Estado Francês.

9. Desde que, porém, os debates do processo de Riom, salpicando o *Führer*, molestaram um Júpiter tonante, é de crer que o encerramento desse processo, ou sua suspensão *sine die*, seja apenas uma questão de oportunidade, cedendo a Justiça aos interesses do Estado.

Vichy, em 1° de abril de 1942.
Trajano Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/1/IV/42

Sobrevôo do território da Guiana Francesa por aviões da FAB

50 – QUARTA-FEIRA – 13H00 – Em resposta ao telegrama[9] de Vossa Excelência n. 44. Passei nota a este governo, n. 12 de 13 de março último, apoiando o pedido e reiterando a *démarche* pessoal no Ministério das Relações Exteriores. O chefe dos serviços políticos e diplomáticos deixou perceber finalmente que a França, cuja soberania nas condições atuais é antes nominal, não poderá dar autorização por escrito, mas também, por isso mesmo, não se oporá que a esquadrilha brasileira em questão sobrevoe, por sua iniciativa, a Guiana Francesa. Certifiquei-me, assim, da justificada suspeita formulada em meu telegrama n. 199 do ano passado.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/3/4/IV/42

Guerra na Europa
Impressões do embaixador do Brasil sobre as relações
entre os governos da França e da Alemanha

51 – SEXTA-FEIRA – 18H00 – Em aditamento ao meu telegrama n. 48. É de ansiosa expectativa a atmosfera política da França, onde se aguardam para breve os mais sombrios acontecimentos. Sob o espesso sigilo com que se ocultam aqui as ocorrências, e na com-

[9] N.E. – O telegrama n. 44 tem o seguinte teor: "À embaixada em Vichy, em 03 de março de 1942. Telegrama n. 44. Sobrevôo de território da Guiana Francesa por aviões da FAB. Referência meus telegramas n. 38 e 41. Rogo informar com urgência se foi concedida autorização de sobrevôo solicitada".

plexa trama de boatos e informações contraditórias, apurei que o fato dominante e real é a profunda apreensão que causa aos alemães da região ocupada a atitude que venha a tomar a população civil, cujo levante receiam, por ocasião de um eventual desembarque anglo-americano. A prolongada ocupação, as requisições em massa, generalizando a miséria e, sobretudo, o erro grave do fuzilamento dos reféns, a tal ponto indispôs contra os ocupantes o povo deste país, que os próprios bombardeios ingleses na região ocupada parece que só vieram aumentar ali as hostilidades contra os alemães. Conhecido por sua rigidez, o príncipe Waldeck-Pyrmont, pessoa de confiança de Himmler, acha-se hoje em Paris incumbido de introduzir na França a organização dos *SS*[10] e reforçar os poderes da *Gestapo*. Em proveito desse ex-*gauleiter* do protetorado da Morávia, está hoje eclipsado, senão posto à margem, o embaixador Abetz, até agora suprema autoridade civil da ocupação, inspirado na política alemã na França, pois incorreu na desconfiança dos elementos da *Gestapo*, esteio de Hitler contra a *Wehrmacht*, descontente com o *Führer* desde a crise do comando em outubro do ano passado. Aqueles elementos obtiveram a substituição do comandante-chefe das forças de ocupação, general Stuelpnagel, que consideram de duvidosa capacidade em matéria de repressão e fuzilamentos. De outro lado, sei que este governo está inteirado por seus serviços de informações clandestinas, ser bastante grave a situação política e militar da Alemanha, parecendo passageiro o desafogo que obteve, arrastando o Japão à guerra. Não posso crer, por isso, que o governo francês aceite as exigências alemãs à França de colaborar militarmente na defesa da costa, nem de mandar para a Alemanha 500.000 operários para substituir, nas usinas de guerra, os homens necessários nas linhas de frente, dadas as crises efetivas. Tais exigências são sincronicamente amparadas pela Itália e Espanha, ao renovarem, neste momento, o problema de suas reivindicações sobre o território francês, metropolitano e colonial, aspirações que a Alema-

[10] N.E. – Abreviatura de *Schutzstaffel* = "escolta, guarda pessoal".

nha ameaça apoiar, caso não seja atendida. O senhor Pierre Laval procurou, de sua própria iniciativa, atuar como intermediário entre o governo francês e o alemão. Mas, tenho a impressão de que sua intervenção fracassou, já porque não é pessoa benquista do marechal, já porque não conta com o apoio dos elementos extremados do partido nazista que ditam hoje a violenta política da Alemanha com a França.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/11/12/IV/42

Guerra na Europa
Relações franco-alemãs

53 – SÁBADO – 20H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 51. A crise francesa atingiu, neste momento, seu ponto culminante. O ministro Benoist-Méchin, chegado anteontem de Paris, foi portador das últimas exigências alemãs, que se resumem mais ou menos no seguinte dilema: ou o governo de Vichy entra, definitivamente, no terreno da colaboração econômico-militar, fornecendo, desde já várias divisões para combater na Rússia ou o governo alemão transforma a zona ocupada num verdadeiro *Gau*[11], que seria confiado ao príncipe Waldeck-Pyrmont, que já ali se encontra. Na primeira hipótese, o governo francês teria de sofrer profunda remodelação que permitisse o regresso do senhor Laval ao cargo de vice-presidente do Conselho. O almirante Darlan naturalmente seria posto à margem. Admite-se, também, como provável que, na impossibilidade de um acordo com Vichy, os

[11] N.E. – Unidade territorial, de caráter administrativo, criada pelo regime nazista, sendo seu administrador o *gauleiter*.

alemães constituam em Paris um simulacro de governo, sob a direção dos senhores Laval e Doriot. A resposta francesa será transmitida no começo da próxima semana, por intermédio do ministro Benoist-Méchin, que vem servindo de negociador entre o governo de Vichy e as autoridades alemãs em Paris. Estou informado, porém, de que, até este momento, o governo francês nada resolveu. Assegura-se, no entanto, que o marechal Pétain se recusa, terminantemente, a aceitar qualquer negociação em torno da colaboração militar da França. O senhor Moulin de la Barthète, que exercia o cargo de chefe do Gabinete Civil do marechal Pétain, foi hoje dispensado de suas funções, por imposição dos alemães, sob o fundamento de que sua presença no governo era intolerável. Reina grande ansiedade e nervosismo nos círculos oficiais desta cidade, sendo voz corrente que o governo, desta vez, será obrigado a tomar uma atitude definida e definitiva.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/14/15/IV/42

Situação política na França
Conferências entre Pétain, Darlan e Laval

54 – TERÇA-FEIRA – 17H30 – Com referência ao meu telegrama n. 18, do ano passado. A iminente volta do senhor P. Laval ao poder, com todas as conseqüências que comportará o estabelecimento de um governo "Quisling"[12] na França, de tanto maior gravidade quanto acobertado pela bandeira do octogenário herói de Verdun,

[12] N.E. – Derivado do político norueguês Vidkun Quisling (1887-1945), que colaborou com os nazistas durante a ocupação da Noruega.

acaba de ser anunciada ao país no seguinte comunicado oficial: "Desde sua última entrevista com o marechal Pétain, o presidente Laval conferenciou várias vezes com o almirante Darlan. Hoje, o marechal Pétain, o almirante Darlan e o senhor Laval reuniram-se novamente e decidiram proceder à formação de um governo que se estabelecerá sobre novas bases. Na quinta-feira, o marechal, o almirante e o senhor Laval se reunirão novamente." Noto nos meios franceses grande preocupação em conhecer quais as repercussões desse comunicado nos Estados Unidos da América.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/20/IV/42

Manutenção do *Office du Brésil* em Marselha ou Lion

57 – SEGUNDA-FEIRA – 19H00 – Permito-me sugerir a Vossa Excelência e ao ministro do Trabalho a conservação do *Office du Brésil* em Marselha ou Lion. Julgo necessário porque prepararia o terreno para o reatamento normal da vida econômica após a guerra e iria estudando as modificações profundas que estão sofrendo os mercados europeus, seguramente com grande economia e vantagem para o Brasil. Conviria a conservação em França do senhor Paulo Carneiro, a quem o Instituto Pasteur confiou na zona livre importante serviço de pesquisas de plantas medicinais do Brasil e poderia ao mesmo tempo dirigir o *Office*, com grande economia para o erário público.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de maio de 1942.

Mês político na França[13]
Abril de 1942.

N. 4

O marechal Pétain completou 86 anos em abril corrente. A 18 desse mês, entregava ele a Pierre Laval o cargo de chefe do governo francês, conservando ainda o título e as honras de chefe do Estado, e seguramente o de chefe da "revolução nacional". Iniciou-se assim, com a aposentadoria política do velho herói de Verdun, uma nova fase na história da França derrotada.

2. Ainda não está de todo esquecida essa data de 13 de dezembro de 1940, em que, após dramática reunião do gabinete, Pétain, falando ao microfone, anunciou que, para bem do país, despedia Laval do cargo de vice-presidente do Conselho e lhe dera ordem de prisão, acorrendo logo após a Vichy, com escolta imponente, o embaixador Otto Abetz, suprema autoridade de ocupação, a cujo amparo se acolheu em Paris o atual chefe do governo francês, que recuperava a liberdade, sob o ferrete da cruz gamada (v. ofício n. 5, de 1941).

3. Desde então, destituído embora de função pública, Laval nunca abandonou em Paris as atividades políticas, visíveis ou subterrâneas. Logo de início, obteve, por intermédio das autoridades de ocupação, que Pétain se desfizesse de alguns de seus colaboradores mais fiéis, quais os ministros Peyrouton e Alibert, a cuja atuação atribuía haver caído em desgraça. Patrocinou, embora com alguma distância, a criação na zona ocupada da chamada "Concentração Nacional Popular", partido de oposição ao gover-

[13] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 80 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/05/1942.

no de Vichy, fundado pelo famoso Marcel Déat, protagonista da "Colaboração" cem por cento. Presidiu a numerosas manifestações "colaboracionistas" e mui especialmente se ocupou do recrutamento de voluntários para a chamada "Legião Francesa contra o Comunismo". Foi por ocasião de uma visita a um quartel de Versalhes, onde devia arengar um grupo de legionários de partida para a frente russa, que Laval, ao lado de Déat, veio a ser vítima de um atentado, de que saíram ambos feridos gravemente. (v. ofício n. 176, de 1941).

4. Após esse episódio, recolhido à sua gloriosa morada campestre, fronteiriça ao pobre açougue paterno de seu lugarejo natal, em Chateldon, nas proximidades de Vichy, Laval espalhava por seus íntimos que, doravante, totalmente se desinteressava da política... Na realidade, permanecia em assíduo contato com seu amigo Otto Abetz e observava cuidadosamente tudo o que se passava na sede provisória do governo francês.

5. Desde meados de março, revelavam os alemães grande atividade nas regiões ocupadas. Introduziram ali as chamadas organizações *SS*, formações militarizadas de particular confiança do *Führer*, e reforçaram consideravelmente os poderes da *Gestapo* de Himmler. Emissário deste, o príncipe von Waldeck-Pyrmont, ex-*gauleiter* da Boêmia, fora mandado para Paris, a fim de remodelar toda a polícia das regiões ocupadas, submetendo ao pulso germânico a própria polícia francesa. Essas medidas, subseqüentes aos primeiros *raids* ingleses nas costas da França, visavam evitar que, por tais ensejos, ocorressem atos de sabotagem, senão mesmo levantes por parte da população civil, que pudessem seriamente molestar os alemães no ocidente europeu, por ocasião de sua projetada ofensiva na frente russa. Ao mesmo tempo, em nome da colaboração franco-alemã e no da cruzada européia contra o comunismo, reclamavam as autoridades ocupantes, como um pequenino sacrifício por parte da nação colaboradora, que o marechal Pétain acobertasse, sob sua bandeira de Verdun, a requisição compulsória, para não dizer a escravização, de algumas

centenas de milhares de operários franceses, a serem despachados para a Alemanha, onde substituíssem, nas usinas de guerra, homens necessários para a frente russa. E os vencedores ameaçavam, caso não fossem atendidos, anexar pura e simplesmente toda a região ocupada, transformando a linha de demarcação em fronteira internacional.

6. Não se sabe se Laval inspirara aquelas ameaças germânicas... Mas o fato é que elas lhe forneceram o esperado ensejo para que saísse da penumbra! Por intermédio de seu genro, conde de Chambrun, mandou dizer ao velho marechal que tinha uma comunicação urgente e de suma gravidade a fazer-lhe, pelo que lhe pedia uma audiência. Embora nutra por Laval antipatia profunda, o marechal, de temperamento impressionável, julgou que não deveria deixar de ouvir a importante mensagem, e supôs que a nenhum perigo se exporia desde que tivesse com aquele personagem uma entrevista secreta... Marcou-lhe, pois, encontro para 27 de março, à sombra da floresta de Randan.

7. Imediatamente, os numerosos amigos de Laval propalaram a realização da entrevista, que tanto prestigiava aquele político, fazendo crer até que fora pedida pelo marechal. E, naquela mesma noite, já o rádio londrino, estultamente, anunciava o que aparentemente ocorrera.

8. Laval prontificou-se a ir a Paris, falar com seus amigos alemães, ver como arranjar as coisas para o bem da França; e já a 30 de março aqui estava de volta. Mas aí o marechal Pétain, enfastiado do senhor Laval, se recusava a recebê-lo...

9. Ante essa atitude do chefe de Estado, que se afigurava definitiva, já os alemães, para que não ficassem em má postura, faziam propalar que todas as notícias que corriam Vichy, relativas à existência de pressões germânicas, perturbadoras das boas relações entre o governo francês e as autoridades ocupantes, não passavam de ociosa invencionice; porquanto a Alemanha nada tinha que exigir da França, dela já recebendo tudo quanto podia ou queria. Tais assertos, ouvidos a diplomatas espanhóis e aos de

outros países solidários do Eixo, promanavam do centro de observações políticas que aqui se instalou com nome de "consulado-geral da Alemanha", notável sucursal da "embaixada" de Otto Abetz, situada em Paris. O que parece demonstrar que, em tal momento, não passavam de meras sondagens as ameaças germânicas, embora realmente acenadas, conforme se o soube, e com perfeita segurança, por altos funcionários franceses, e mesmo ministros de Estado, em sucumbidas confidências de fins de almoço.

10. Certas pessoas da confiança do chefe do Estado Francês, como o então chefe de sua Casa Civil, Dumoulins de la Barthète, e o glorioso coronel René Fonck, embora incitassem o marechal a resistir a quaisquer exigências alemãs, acabaram por opinar que não devia persistir na recusa de receber Laval, por uma segunda e última vez. Pois lhes pareceu que fora dar armas a um adversário, negar-se Pétain a ouvir-lhe as propostas que houvesse trazido de Paris. Aconselharam, porém, que as ouvisse tão-somente, sem nada aceitar, sem a nada ceder, e que não tentasse de receber Laval às ocultas.

11. Esta segunda entrevista se realizou, pela tarde de 3 de abril, no *Pavillon Sévigné*, em Vichy. E Pétain fez tudo certo, tal como lhe disseram. Somente, ocorreu um imprevisto... Ao despedir-se, Laval tira do bolso um papelucho, de 10 linhas, em que dá por encerradas suas conversações com o chefe de Estado e se lava as mãos dos malefícios que, do fracasso de suas patrióticas diligências, pudessem resultar para o povo francês. Pétain nada compreendeu. E autorizou Laval a fornecer à imprensa aquelas poucas linhas, em forma de comunicado. Dispondo de conivências nos serviços de informações e propaganda, Laval imediatamente o transmitiu aos quatro ventos. Altas horas da noite, quando o gabinete do almirante Darlan procurou sustar a publicação desse comunicado, já era tarde (v. ofício n. 63, anexo n. 1).

12. Como quer que fosse, Laval não saíra vencedor. Mas foi aí que a diplomacia norte-americana, balda de tradições vetustas,

imaginando enterrar Laval, realizou o milagre de ressuscitá-lo! Porquanto o fino e nobre almirante Leahy, um dos melhores embaixadores que a América já teve na França, onde serviu seu país com grande sacrifício pessoal e nas circunstâncias mais difíceis, homem de muita amizade do marechal Pétain, já havia deste recebido, e ainda recentemente recebera, todas as seguranças que lhe podia dar de que Pierre Laval, na opinião de muitos meros agentes alemães, jamais seria readmitido ao poder. Não era, pois desnecessário que a embaixada americana aqui – não se sabe se em obediência a instruções formais de Washington – passasse nota ao governo francês em que se declara que a volta de Laval ao poder seria uma eventualidade de molde a estremecer seriamente as relações entre a América e a França.

13. Essa nota norte-americana, imediatamente conhecida pelos alemães, lhes feriu profundamente o amor próprio e determinou que fizessem da volta de Laval ao poder uma questão de prestígio germânico! Para contrariar ao que consideravam indébita intromissão nos negócios internos de um país que não fora vencido pela América, dirigiram ao marechal Pétain um *ultimatum*, exigindo, peremptoriamente, que até quinta-feira, 15 de abril, Laval voltasse ao governo, munido dos mais amplos poderes, na falta do que nomeariam um *gauleiter* em Paris, com todas as conseqüências que daí decorressem.

14. Eis a razão do comunicado oficial publicado a 14 de abril, no qual se anuncia a decisão, tomada por Pétain, Darlan e Laval, como se este já fosse membro do governo de então, de se constituir "sobre novas bases" um novo governo francês (v. ofício n. 79). Nos termos dos atos constitucionais que se iriam remodelar, o cargo de chefe do Estado coincidia, na pessoa do marechal Pétain, com o de chefe do governo, a quem também cabiam por isso as funções e o título de presidente do Conselho. A fim de, atendendo às exigências alemãs, confiar a Laval, nos negócios internos e externos, a direção efetiva da ditadura francesa, sem que nem por isso lhe faltasse a auréola do patrocínio marechalício,

Pétain se viu forçado a criar, por um decreto de 18 de abril, o cargo de "chefe do governo", separando-o do de "chefe de Estado", perante quem aquele permanece responsável em teoria. Dessa forma, ficou automaticamente supresso o cargo de vice-presidente do Conselho, até então ocupado por Darlan (v. ofício n. 70).

15. Desprezado pela opinião pública, pessoalmente inimizado com o chefe do Estado Francês, não podendo contar, como o almirante Darlan, com o apoio das classes armadas, Laval, para buscar sustentáculos no país, procurou constituir um ministério dentre antigos representantes do partido radical, o mais numeroso dessa Terceira República para cuja queda ele tanto contribuíra em 1940. Sondou assim os ex-parlamentares Bonnet, Mistler, Régnier, Lamoureux, Reibel, Chichéry... Todos eles, porém, prudentemente se recusaram, alegando não poderem participar do governo enquanto o chefe de seu partido, Daladier, se encontrasse na prisão.

16. Laval teve assim que constituir um gabinete sem cor política, recrutando nomes semi-obscuros, dentre técnicos e funcionários (v. ofício n. 72). Com a única exceção de Cathala, que é amigo pessoal de Laval, nenhum dos novos ministros tem alguma expressão política.

17. Discípulo de Briand, com quem partilha de fato o pacifismo derrotista, sem que o dominem os mesmos arroubos de eloqüência, Laval não deixou de ser muito hábil no discurso irradiado em que deu a conhecer sua plataforma política, protestando o seu patriotismo com todas as entonações em que se reconhece o artista consumado (v. ofício n. 73).

18. Não será perfeitamente exato dizer-se que o atual chefe do governo francês é um agente alemão. Parece antes tratar-se de um político, astuto e obstinado, e que, num estreito realismo, impenetrável às considerações de ordem moral, deseja ardentemente a hegemonia da mais robusta nação do continente, porque a acredita capaz de sufocar, com guante de ferro, velhos antagonismos

nacionalistas e encerrar para sempre na Europa o sangrento ciclo guerreiro.

19. Por isso, Laval procurará dominar, pela astúcia ou pela força, todas as resistências, internas ou internacionais, que se oponham a um completo concurso da França à Alemanha, nas vésperas de uma ofensiva em que se jogarão os seus destinos e de cujo êxito ou insucesso dependerá a nova face do mundo.

20. De qualquer forma, essa data de 18 de abril, em que um nazista francês assumia em Vichy a direção efetiva da ditadura de seu país, marca uma nova e estrondosa vitória germânica sobre a França e, no domínio político, não menos fatídica para os destinos franceses do que foi a da própria ocupação de Paris, pelas avalanches blindadas.

Vichy, em 1º de maio de 1942.
Trajano Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/6/7/V/42

Sobrevôo do território da Guiana Francesa

64 – QUARTA-FEIRA – 18H30 – Resposta ao telegrama de Vossa Excelência n. 59. Cumpri as instruções; quanto porém a telegrafar à embaixada em Washington comunicando a autorização formal para o sobrevôo, refiro-me ao meu telegrama n. 50 e ao telegrama de Vossa Excelência n. 47.

L. M. DE SOUZA DANTAS
* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/9/V/42

Declarações do senhor Laval ao embaixador do Brasil

66 – SÁBADO – 18H00 – Retribuí ontem ao chefe do governo francês a visita protocolar que me fez há dias. Em conversa, tive a impressão de que o senhor Laval se vê, com pesar, inibido de prosseguir com mais decisão na sua anunciada política de franca e estreita colaboração com a Alemanha, enquanto não tiver solução o caso recente da evasão do general Giraud, um dos mais populares dos militares na campanha da Flandres, cuja restituição os alemães exigem, fazendo disso questão de prestígio, segundo me declarou. Disse-me ainda que está dependendo do general Giraud o alívio de um milhão e duzentas mil famílias francesas, pois os alemães recusam libertar um só prisioneiro de guerra enquanto não puserem a mão outra vez naquele general. Parece-me que se exerce pressão a fim de que volte para a Alemanha voluntariamente. De qualquer forma, o incidente apresenta-se de molde a impressionar profundamente a opinião pública francesa, que Laval necessita afagar no próprio interesse da colaboração com a Alemanha. No domínio da política externa, percebi que lhe causa grave apreensão a atitude norte-americana, patenteada no caso de Madagascar, reafirmando, embora, a sua conhecida declaração de que a França não tomará a iniciativa de uma ruptura com os Estados Unidos. Disse não compreender como o presidente Roosevelt, que se apresenta como o paladino da liberdade do mundo, pretenda negar ao governo francês a liberdade de escolher sua própria política, observação essa assaz eloqüente pela mentalidade que revela. O mais íntimo colaborador de Laval no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o secretário-geral Rochat, com quem também estive, negou-me, porém sem muita força, existir neste momento pressão do Eixo para a ocupação de Bizerta e de Dacar.

L. M. de Souza Dantas
* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de junho de 1942.

Mês político na França[14]
Maio de 1942.

N. 5

No decurso do mês de maio, caracterizou a atividade política do senhor Pierre Laval, chefe do governo francês, o iniludível empenho de guardar a confiança das autoridades de ocupação, a quem deve o acesso ao poder, sem por isso entrar em conflito com os Estados Unidos da América, nem ferir profundamente a opinião pública francesa.

2. Dessa forma, o controvertido manobrista político que salvara o fascismo italiano, induzira ao suicídio a Terceira República, promovera o encontro de Hitler com Pétain em Montoire, berço da "colaboração", e, ainda em abril último, proclamara, na plataforma de seu governo, sua fé numa Europa "socialista" e "nacional" – uma vez no poder, pelo menos aparentemente, não se apartou até hoje daquela mesma atitude contemporizadora, esse *attentisme*, que tão acremente increpava ao governo de seu país.

3. Fato significativo é que a própria palavra "colaboração", o atual chefe do governo francês a tenha banido de seu vocabulário político, substituindo-a por perífrases, quais "reconstrução européia", "política de apaziguamento" e evitando cuidadosamente aquele termo impopular.

[14] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 102 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/06/1942.

4. E já os há que acreditam que Pierre Laval aspire agora a refazer-se, perante o povo francês, uma espécie de *virginité patriotique* e que, com as astúcias em que o sabem vezeiro, é ele o homem que vem a talho de foice para "enganar o alemão"[15]... A verdade, porém, deverá ser bem outra, ao mesmo tempo, que dolorosa! Que poderia sua pobre astúcia campônia, ante os uivos dos ditadores? Guardando, a dois milímetros do coração, uma bala nacionalista, esse homem público, não menos afoito do que prudente, antes de se firmar no governo, se abstém de atos que o malquistem de chofre com a opinião do país e assim procede no próprio interesse dos serviços que dele ainda esperam os alemães e que ele ainda lhes espera prestar.

5. Laval visa, pois, preliminarmente, popularizar-se. E, para tanto, abordou desde logo, com grande energia, o problema do abastecimento público, garantindo ao povo francês pão e vinho. Neste ponto, os alemães lhe têm facilitado a tarefa, diminuindo certas requisições maciças, a que até então se entregavam.

6. Mas é sobretudo nos "Serviços de Informação e Propaganda", diretamente geridos pelo chefe do governo, que se nota hoje grande alteração. Fora sem dúvida uma inabilidade que, desde 1940, a propaganda governamental da "colaboração franco-alemã" – termo então oficialmente adotado – a viesse apresentando como irremovível contingência e única política possível à França, dada a profundeza abismal de sua catástrofe. Dessa forma, se desmascarava, com excessiva clareza e candura, a mentalidade derrotista, para só assim qualificar o fator psicológico daquela política. Com o que, ante a heróica resistência britânica e o desdobramento universal da guerra, quantos franceses ainda acreditassem em sua pátria, não se podiam conformar com que a história de seu país se houvesse terminado no humilhante armistício de Compiègne.

7. Hoje em dia, de maneira insidiosa e sutil, busca-se apelar

[15] N.E. – Traduzido do francês original.

para o próprio patriotismo francês e os ideais de justiça social, em proveito dos interesses da colaboração franco-alemã, com outros nomes rotulada. E, na martelagem quotidiana das emissões radiofônicas e informações jornalísticas, se intenta modelar uma opinião pública que finalmente venha a acreditar que a verdadeira catástrofe francesa não ocorreu em 1940, mas se verificaria no caso de uma eventual derrota da Alemanha, com o que se frustraria à Europa os benefícios do socialismo e os de um nacionalismo respeitador dos caracteres particulares de cada povo – uma Europa justa e pacífica e em que haveria de caber à França, graças às riquezas de seu solo e à inteligência de sua raça, papel honroso e relevante... E assim, nessa suave pintura de uma nova ordem européia, burguesmente francesa, nem de longe se estampam os verdadeiros traços do nazismo germânico, divinização de um povo, sanguinária religião do sangue, tenebroso credo biológico, que substitui os princípios divinos de piedade cristã pelos dogmas monstruosos do orgulho e da força. O espantalho bolchevista é também utilizado na propaganda francesa, mas, até hoje, sem muita insistência, para não chocar certas correntes populares. Tanto é assim, que a chamada "Legião de Voluntários Franceses contra o Comunismo" preferiu trocar o nome no de "Legião Tricolor"!...

8. É sobretudo nos meios populares e nos da pequena burguesia, redutos do patriotismo francês, que se faz mister doutrinar e propagar a "colaboração". De modo genérico, na França de hoje, todas as classes possuintes, quantos tenham algo a perder, já são "colaboracionistas", não necessitando para isso de outros argumentos do que os de suas situações e haveres.

9. A França inteira se houvera lançado aos braços de Laval e lhe dispensaria quaisquer esforços de propaganda, se, ao subir ao poder, lhe tivesse trazido, ou quando menos prometido trazer, algumas centenas de milhares de prisioneiros de guerra, há dois anos apartados de seus lares. Mas, neste ponto, os alemães se mostraram particularmente irredutíveis. "Já chego tarde, muito tarde, e não sei se ainda em tempo para salvar o meu país" –

ouviu-se a Laval, em pequenos círculos, numa possível alusão à inutilidade do que haja empreendido em favor da libertação dos prisioneiros franceses, acontecimento que tanto o teria popularizado. E, como que para justificar-se, em conversas íntimas pesarosamente alude ele ao "caso Giraud" que, por má sorte sua, lhe arrebentou nas mãos...

10. O caso Giraud! Mal ascende Laval ao poder, eis senão quando se evade de uma fortaleza alemã esse general bem conceituado, uma das poucas altas patentes militares francesas que se negara a empenhar palavra de honra em não tentar evadir-se. Pela Suíça, que o não guardou muito tempo, ei-lo que ingressa na França não ocupada, onde se mantém tranqüilamente.

11. E agora, contra todas as leis de guerra, requerem os alemães que o governo de Vichy lhes restitua o militar evadido, acompanhando essa exigência da inqualificável chantagem, tão inaceitável à opinião pública quanto aos próprios brios do exército, por mais o tenha desvertebrado a derrota, de que nenhum prisioneiro se poderá libertar enquanto não for outra vez aprisionado Giraud!

12. Pude mesmo ouvir a Laval que os alemães, infelizmente, haviam feito deste caso "uma questão de prestígio", e acrescentar que era do general Giraud que estava dependendo hoje o alívio de um milhão e duzentas mil famílias – número dos franceses atualmente cativos na Alemanha. É certo que Giraud foi convocado a Vichy, onde se entrevistou com os homens de governo, parecendo que sobre ele se exerceram pressões a fim de que voltasse para a Alemanha "voluntariamente".

13. Mas quem forneceu a esse general, numa praça de guerra, a corda, longa de 20 metros, com que logrou descer alta escarpa, abandonando o cubículo em que se achava, e baldando a fiscalização das sentinelas germânicas? Não será temerário acreditar-se que essa evasão sensacional tenha sido ocultamente favorecida pelos próprios nazistas numa dessas astúcias em que sempre se revelaram tão férteis. Pois, criando um "caso Giraud" e dele fazendo

uma "questão de prestígio", mais facilmente esconderão os verdadeiros motivos, seguramente mais sérios, por que não mais restituem prisioneiros à França, embora chefiada hoje por um homem que sempre se lhes mostrou tão amigo. Porquanto o próprio fato de que seja Laval quem hoje executa em Vichy a política da "colaboração", só os poderá induzir a guardar com maior ciúme o precioso penhor de vidas que possuem sobre a França. E se Giraud não se decidiu até hoje a voltar para a Alemanha, nem pareça disposto a fazê-lo, não será porque faleça a esse bravo soldado o necessário espírito de sacrifício, senão porque conheça sobejamente a tortuosidade dos processos nazistas.

14. É bem certo que sobre este episódio, embora bastante conhecido, nenhum jornal sussurrou palavra aqui. Nota-se, desde o acesso de Laval ao poder, a preocupação de se estancarem todas as fontes de informação, de acordo com os métodos alemães. Os boletins do "Serviço Oficial de Audições Radiofônicas" só chegam ao conhecimento de alguns membros do governo. Gazetas suíças só continuam a chegar as de língua francesa, e isso em tiragens especiais para a França, previamente submetidas à censura de Vichy. Embora seja a Suíça um país visceralmente neutro, desapareceram por completo os jornais helvéticos de língua alemã, preciosos pela independência, variedade e amplitude de suas informações do estrangeiro, e nem mesmo as missões diplomáticas que os assinam logram recebê-los em Vichy, a não ser com inexplicáveis irregularidades na entrega, a despeito de reiteradas diligências junto ao governo francês. Enfim, fechadas aqui todas as portas de informações livres, num regime ditatorial cada vez mais calafetado, só dificilmente transpiram as coisas internas da França, ao mesmo tempo que se enevoam as vistas ante os planos construtivos da "nova ordem" da Europa. Deverá também ser por isso que os Estados Unidos da América, reconhecendo à Suíça, bastião da democracia, posição excepcional como centro de observação e estudos do atual cataclisma europeu, se decidiram a quintuplicar o pessoal de sua legação em Berna.

15. No âmbito da política exterior, são ainda as preocupações de ordem interna as que parecem vir decisivamente influindo na atitude do atual chefe do governo francês. Não ignora ele como lhe é hostil a opinião pública norte-americana e com quanta desconfiança o governo de Washington, que em vão tentou evitá-lo, o viu reassumir o poder. Em conversas particulares, atribui Laval o juízo que dele se tem na América à obra nefasta dos exilados políticos, a seu ver, todos eles judeus sem pátria ou ambiciosos vulgares, impulsionados pelo desejo de recobrarem posições perdidas e que, malevolamente, procuram intrigá-lo com o presidente Roosevelt.

16. O fato é que uma ruptura entre a América e a França, bem o sabe Laval, lhe viria baldar os esforços de popularizar-se. "Se a França não tiver mais por amiga a América, com que país amigo ainda poderá contar?" – di-lo aqui, com intuitiva justeza, o homem da rua. "Que será da França se não mais flutuar em Vichy, sobre a embaixada americana, o pavilhão estrelado?" – podia-se ouvi-lo, por ocasião da volta de Laval ao poder, da boca de urbanos e campesinos.

17. Laval conhece a alma de seu povo. E daí a declaração sentimental, publicada, em condições dramáticas, pelo ensejo do apoio diplomático prestado por Washington à ocupação britânica de Madagascar, de que "um gesto definitivo" entre os Estados Unidos e a França, não partiria desta... (v. ofício n. 86, anexo 2). E dessa mesma forma se explicará que, a despeito de anódinos protestos, se haja, em suma, submetido às exigências norte-americanas de uma alteração do estatuto das Antilhas Francesas, negociando-se este não mais entre Washington e Vichy, mas entre um representante do Departamento de Estado e o alto comissário Robert, tal como o requeria a América (v. ofício n. 92).

18. "Vejam, se eu quisesse romper com os Estados Unidos não me faltariam motivos para isso" – ouviu-se a Laval, em círculos diplomáticos. Mas não serão considerações de ordem sentimental, senão as de frio cálculo político, as que lhe ditem a atitude que nessas palavras se revela. E nesse cálculo se encontrarão mui-

to menos fatores de longínqua política externa do que os de imediata política interior, mais adequados ao feitio moral do personagem. Porquanto, quem como ele, já em maio de 1941, aprovada a lei de empréstimos e arrendamentos, lançou à opinião norte-americana um vibrante apelo, admirável de sutilezas, para que os Estados Unidos não interviessem na guerra, nem se lembrassem, num ímpeto de generosidade, de vir "libertar a França", porque com isso cometeriam o descalabro de "impedir a Europa de organizar-se", esse homem parece já haver cabalmente demonstrado de que país e de que regime espera a salvação de sua terra... (v. ofício n. 73, de 1941). E note-se que esse apelo sensacional, anterior à inesperada agressão alemã contra a Rússia, se formulou num momento em que a guerra hitleriana não havia ainda assumido a aparência, com que hoje se enfeita, de "cruzada européia contra o comunismo".

19. Mais tarde, consolidado o governo a que ascendeu por obra exclusiva dos alemães, apoiado numa corrente de opinião que procura canalizar em favor de sua política, Laval poderá achar até conveniência numa ruptura entre a França e a América, graças a algum novo incidente entre os governos dos dois países, como seguramente se verificaria na eventualidade de um desembarque anglo-americano em territórios franceses, africanos ou europeus.

20. Hoje em dia, como sintoma de estremecimento nas relações entre Washington e Vichy, desde o acesso de Laval ao poder, os Estados Unidos se contentaram em chamar "para consulta" o prestigioso embaixador que os representava aqui, onde, desde 1° de maio, só mantêm um encarregado de negócios. Mas, fato significativo, o governo de Vichy preferiu não tomar medida similar e até hoje conserva em Washington o seu embaixador.

21. Na segunda quinzena de maio, muito molestou Laval a recrudescência, em súbita explosão, das reivindicações territoriais da Itália contra a França, fato só aqui conhecido por meio das emissões radiofônicas estrangeiras, mais do que nunca perturbadas por interferências ensurdecedoras.

22. Assim mesmo, não se pode totalmente ocultar ao país a viagem de Mussolini à Sardenha, donde houvera cupidamente alongado os olhos para a Córsega, nem abafar por completo certos ecos das orquestrações jornalísticas do "dinamismo" fascista, atraído por Nice, pela Sabóia e outras belas terras francesas. Soube-se, por fim, de paradas militares, senão mesmo concentrações de tropas, realizadas na fronteira ítalo-francesa, com a presença do rei da Itália e a do príncipe herdeiro.

23. Foi o suficiente para que, dado o completo silêncio do governo, se esperasse em toda a França meridional uma súbita invasão italiana, com o que abandonaram a Riviera, caudalosamente, quantos o puderam fazer, repetindo-se, em pequena escala, as cenas de estonteante confusão que caracterizaram, em 1940, o êxodo de Paris.

24. Laval, ante a possibilidade de um ímpeto mussoliniano, que lhe viria frustrar de súbito os pertinazes esforços de popularizar-se, despachou para Roma, a toda pressa, o aristocrático Chambrun, ex-embaixador ali, e também o proletário Lagardelle, atual ministro do Trabalho, considerado amigo pessoal do *Duce*.

25. Foi por esse ensejo – terceiro aniversário do famoso Pacto de Aço – que a publicação oficiosa *Relazioni Internazionali* assinalou, com acerbo realismo, que Laval e os pobres ministros que o circundam pareciam ignorar que não representam um país soberano, nem são propriamente homens de governo, senão meros administradores dessa massa "militar e politicamente falida" que se chama "França"; "síndicos de falência", que gerem propriedades por conta das potências do Eixo que os poderiam "responsabilizar e mesmo punir" por desmandos, quais os que praticariam se pretendessem sonegar à Itália o direito de realizar suas "aspirações naturais"!

26. Falou-se mesmo de *ultimatum* italiano a Vichy. Como quer que seja, ante tais exigências, com tanta arrogância tão categoricamente formuladas, ignoram-se quais possam ter sido os apaziguamentos prestados por Laval para que de súbito cessassem as

ameaças transalpinas. Entretanto, se se avalia o profundo patriotismo "europeu" do atual chefe do governo francês, não será ousado supor-se que esses apaziguamentos se tenham revestido de uma forma concreta, talvez mesmo a de um compromisso escrito, de que, por ocasião da paz futura, se haverão de satisfazer pelo menos algumas das "aspirações naturais" do galhardo parceiro meridional do Eixo.

27. A favor das espetaculares reivindicações italianas, também a Espanha falangista teria empreendido, em fins de maio, diligências diplomáticas destinadas a reservar sua conhecida expectativa de direitos sobre o Marrocos francês e a região de Oran. Essa interferência espanhola parece haver sido mal acolhida pela Itália, que a considerou como de molde a perturbar a realização de suas próprias reivindicações. De fato, por essa ocasião se pôde notar sensível esfriamento nas relações, até então muito íntimas, entre os diplomatas espanhóis e os representantes italianos em Vichy, funcionários de uma classe *sui generis*, encarregados de observar e fiscalizar o governo francês, aboletados no mesmo hotel em que aqui se concentra o corpo diplomático estrangeiro.

28. Laval terá bem podido avaliar, já neste seu primeiro mês de governo, tão assinalado por incidentes com as nações anglo-saxônicas quanto com os países a que se sente ligado por sectarismos ideológicos, toda a responsabilidade da atual situação da França, politicamente isolada, incapaz de diretriz segura, elemento meramente passivo no torvelinho dos acontecimentos que a enredam.

29. Pois, qualquer que venha a ser o desfecho da atual tragédia universal, não se vê bem de que maneira airosa ainda se poderá sair a França. Vença o bloco das Nações Unidas, e a França lhes terá severas contas a prestar, por haver, mais ou menos voluntariamente, colaborado com o grupo adverso e, dessa forma, sensivelmente contribuído para a prolongação da guerra. Acabem prevalecendo as potências do Eixo, e estas não farão mais do que executar a hipoteca que já possuem sobre a França. Termine a

luta pelo esgotamento geral, negocie-se uma paz branca, e nada melhor do que as possessões francesas poderão formar, entre os contendores, a "moeda de troca"[16] dos ajustes a que chegarem. E esse haverá sido o resultado de um armistício que pretendeu unir a sorte da metrópole vencida à de um império colonial, o segundo por sua amplitude e que se mantinha inteiriço e intacto. "Não se salva a França abandonando-a[17] – foi sob esse mote que Laval poderosamente influiu em que se não transferisse para a África a resistência francesa e ultimou a conclusão do armistício de Compiègne. Mas hoje se poderá inquirir se a França se logrará salvar por haver permanecido no país uma governança francesa, inteiramente à mercê da vontade do vencedor.

30. Quanto ao marechal Pétain, em quem por vezes se notaram, mesmo em sua idade avançadíssima, certos assomos patrióticos, obtiveram os alemães que, hoje em dia, não mais lhe caiba, nos negócios públicos, influência alguma. Bela e respeitável estampa de soldado, é apenas a cocarda tricolor sobreposta à cruz gamada no frontispício do novo Estado Francês. E assim, abdicou, em favor dos alemães, ao direito de escolher quaisquer pessoas que o circundem e só com autorização destas pode ter ele acesso às pessoas que lhe queiram falar.

31. Mas, em compensação, respira o marechal, continuamente, o adorável incenso que lhe turibulam como a um salvador da pátria, missão em que acredita firmemente. Seria inteiramente errôneo supor-se que ele se arraste sucumbido, sob o peso da idade e o das desgraças da França. Seu porte é sempre majestoso; o andar, lépido. Come bem, dorme bem e se exercita em trocadilhos chistosos. Parece ter, visceralmente, a frieza dos franceses do norte.

32. Seu anelo de salvador da pátria, várias vezes revelado, é o de repousar um dia "à frente de seus soldados de Verdun", na capela do Ossuário de Douaumont, como único nome que a história iluminaria, em meio a algumas centenas de milhares de anôni-

[16] N.E. – Traduzido do francês original.
[17] N.E. – Traduzido do francês original.

mas ossadas... E, enquanto vive Pétain, com quem Laval se prestigia, o rádio da propaganda da "colaboração", cinco vezes por dia martela, em tom pomposo e grave, escandido cada termo: "A França primeiro! Não há para nós outra política senão a do marechal, na honra e dignidade".[18]

Vichy, em 1º de junho de 1942.
T. Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 100
Legislação racista na França.

A embaixada do Brasil na França cumprimenta atenciosamente a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de lhe comunicar, no incluso recorte de *Le Matin*, de Paris, de 1° do corrente mês, os termos dos editais pelos quais as autoridades militares de ocupação – que, em virtude de "plenos poderes" conferidos pelo *Führer*, se arvoraram em legisladores de tudo o que lhes apraz – acabam de forçar os israelitas a ostentarem, em público, um signo racial distintivo, a exemplo do que se vê na Alemanha racista.

Vichy, em 1° de junho de 1942.

* * *

[18] N.E. – Traduzido do francês original.

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/2/VI/42

Medidas antijudaicas na zona ocupada da França

74 – TERÇA-FEIRA – 18H45 – Sob a firma do comandante das forças de ocupação, os jornais da zona ocupada publicam o seguinte edital, datado de 29 de maio: "Em virtude dos plenos poderes que me conferiu o *Führer*, chefe supremo do exército alemão, ordeno o que segue: É proibido aos judeus, desde os seis anos de idade, aparecerem em público sem a estrela judia, como sinal distintivo, de forma hexagonal, da dimensão de um palmo, orlada em negro. A estrela judia trará, sobre tecido amarelo, esta inscrição, em caracteres negros: "judeu" e deverá ostentar-se ao peito, do lado esquerdo, solidamente costurada à vestimenta. Os infratores serão punidos com prisão ou multa, ou ambas as penas, que também poderão ser agravadas ou substituídas por sanções policiais, particularmente o internamento no campo de concentração dos judeus. O presente edital entrará em vigor a 7 de junho de 1942". Outro edital, firmado pelo comandante das organizações *SS* na França e, cumulativamente, pelo chefe de polícia das regiões ocupadas, obriga toda pessoa inscrita como judia a apresentar-se ao comissariado de polícia ou subprefeitura do lugar da residência, a fim de receber, em triplicata, aquele distintivo estelar.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 6 de junho de 1942.

[*Ofício*] n. 103
Emprego da língua portuguesa em comunicações telegráficas.

Senhor Ministro,

Em resposta à circular n. 1.596, de 14 de fevereiro último, tenho a honra de informar Vossa Excelência de que não é hoje em dia permitido aos particulares empregarem a língua portuguesa nas comunicações telegráficas dentro deste país.

2. Quanto aos telegramas oficiais, permutados entre esta embaixada e os consulados do Brasil na França, embora em princípio também não se autorize a língua portuguesa, na prática é ela tolerada, em conseqüência de gestões desta embaixada junto a este governo. Tais telegramas, porém, não se podem redigir senão em claro e devem trazer o carimbo da repartição expedidora e a firma do respectivo chefe.

3. Nas comunicações telegráficas entre a França e o exterior, faculta-se, aos particulares e às autoridades brasileiras, o emprego da língua portuguesa, de acordo com as normas estabelecidas pelos convênios internacionais. Todavia, não se admite, mesmo entre repartições brasileiras, o emprego de qualquer linguagem cifrada, exceto em se tratando de telegramas diretamente trocados entre essa Secretaria de Estado a [*sic*] esta embaixada.

Aproveito este ensejo, senhor ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

L. M. DE SOUZA DANTAS

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de julho de 1942.

Mês político na França[19]
Junho de 1942.

N. 6

Sobreleva todos os acontecimentos que assinalaram, no decurso do mês de junho, a política do governo francês, o inquietante discurso que, a 22 desse mesmo mês, proferiu Pierre Laval e no qual, não trepidando em declarar que almeja a vitória da Alemanha e como que empenhado em atribuir à França o papel de cúmplice de seus verdugos, lança um solene apelo aos operários de seu país, concitando-os a que partam, em grandes massas, para as forjas de guerra do *Reich*, onde venham a libertar homens necessários nas frentes de batalha (v. ofício n. 119).

2. A tão estonteantes manifestações oratórias não se abalançara tão cauteloso advogado, não avaliasse ele a natureza dos perigos que lhe ameaçam a permanência no governo, originados nas condições particulares em que logrou reassumi-lo. Buscarei rememorá-las sumariamente.

3. Desde início do corrente ano, muito se reforçara e alastrara na França a ocupação da *Gestapo* e das formações *SS*, elementos extremados do partido nazista. Essa ocupação policial, bem mais truculenta do que a própria ocupação militar, se inculcava de início como destinada a assegurar a repressão sumária dos atentados, sabotagens e atos de hostilidade que se vinham multiplicando contra as forças alemãs. E, a par disso, eram sintomas da inquietação que os revezes da inesperada campanha de inverno causaram aos próceres nazistas, empenhados em prevenir o tro-

[19] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 128 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/07/1942.

peço de possíveis levantes, por parte das oprimidas populações civis, no caso de desembarque anglo-americano nas costas francesas. Mas, como conseqüência final e a exemplo do que já tem ocorrido a países sob a mesma ocupação policial nazista, poderia esta acarretar o completo aniquilamento da nação vencida, a sua impiedosa escravização, com o que se transformaria a França, sob as garras da *Gestapo*, desde já, numa espécie de Polônia do ocidente.

4. Foi sob a invocação desse perigo que Pierre Laval, a quem sempre sorriram os infortúnios de sua pátria, ruminando desforrar-se das humilhações com que, a 13 de dezembro de 1940, se vira despedido do governo de Vichy, cuja paternidade lhe pertence, se apresentou como intermediário entre esse governo e as autoridades ocupantes. Cumpre acentuar que o fez de *motu proprio*, e não a rogo das autoridades alemãs, ponto em que até hoje coincidem todas as informações. Mesmo porque, longe de constituir uma unidade compacta, essas complexas autoridades germânicas que, visível ou invisivelmente, ocupam a França são hoje, pelo menos, de três espécies distintas e, se nem sempre rivais, representam por vezes pontos de vista discordantes.

5. Existem as que se poderão chamar autoridades ocupantes civis, providas de "consulados-gerais" por toda a parte, e delegados no seio de numerosas repartições francesas, mesmo nas regiões não ocupadas militarmente. Sob denominações usurpadas ao direito internacional, são agências incumbidas de fiscalizar e dirigir, às ocultas, os atos do governo francês, alastradas ramificações dessa "embaixada" da rue de Lille, a cargo do "embaixador" Otto Abetz, espiante [*sic*] de comprovada eficiência, pessoa da confiança de Ribbentrop, na realidade um encapotado alto-comissário colonial. E há as autoridades de funções mais claras e definidas, cabendo-lhes, "em virtude de plenos poderes conferidos pelo *Führer*", legislar ditatorialmente em tudo o que lhes apraz, quais sejam as autoridades ocupantes militares, chefiadas pelo general von Stuelpnagel, homem da *Wehrmacht*, e as autoridades

ocupantes policiais, sob as ordens de um general de polícia, de nome Oberg, *Brigadeführer* das formações *SS*, representante do temeroso Himmler.

6. Todas essas autoridades ocupantes, ocupadas em avassalar a França, para dela extrair, em proveito da "nova Europa", o maior concurso possível nas vésperas da ofensiva alemã contra a Rússia, não convergiam, por certo, quanto ao meio mais adequado para alcançar o mesmo fim. Um governo Pierre Laval, bom, padroeiro dos interesses alemães em Vichy, não lhes podia ser mais do que uma dentre as várias experiências realizáveis. Mas, para que acabasse predominando o grupo de Otto Abetz, junto a quem mais se insinuara Laval, decidindo-se o *Reich* a impor este nome à França, foi mister que os alemães avaliassem as graves apreensões com que a América do Norte encarava a eventualidade de sua volta ao poder, tais como lhes foram cabalmente conhecidas por uma nota dirigida ao governo de Vichy pelo governo de Washington, numa falsa manobra diplomática. A essa falsa manobra alude o próprio Laval quando, em pequenos círculos, ironicamente, assevera: "O estar eu agora no poder, devo-o exclusivamente aos americanos!"

7. Na embaixada dos Estados Unidos em Vichy, tive vista de um documento que o atual chefe do governo francês, a fim de acalmar as relutâncias norte-americanas, que teriam podido, em mau momento, culminar numa franca ruptura diplomática, ali fizera entregar no dia em que, alçado ao poder, rumava para Paris, a fim de constituir seu ministério, mediante o beneplácito alemão. Dizia ele, num papelucho cautelosamente sem firma e, não menos cautelosamente, datilografado:

"Caros senhores, peço-vos que não acreditem em nada de 'chocante' em meu governo. Não farei vir de Paris nem Doriot, nem Déat!"[20]

8. São esses exatamente os nomes dos prováveis sucessores do atual chefe do governo francês, desde que o *Reich* venha a consi-

[20] N.E. – Traduzido do francês original.

derar malograda a experiência que lhe cometeu. Franceses da mais baixa espécie, escancarados agentes do estrangeiro, eis os homens a quem os ocupantes poderão recorrer para impor ao povo francês, pelo sangue e pela violência, a mesma política em que Laval tenta hoje encaminhá-lo pela astúcia e pela palavra, meios mais consentâneos à sua índole e ao seu passado de manobrista parlamentar. Déat e Doriot, ambos jovens, ambiciosos ambos, possuídos de veemência revolucionária, são os fundadores desse *Rassemblement National Populaire*, ala extremada do nazismo francês, acervo de turbulentos agitadores, francamente patrocinado pelas autoridades de ocupação. De feitio intelectual, Marcel Déat, diretor de *L'Oeuvre*, é o editorialista explosivo que diariamente despende, na imprensa parisiense, um admirável talento na destruição da velha pátria francesa, cujos destroços poderiam fertilizar uma Europa germanizada. Homem de ação, Jacques Doriot, uns dez anos atrás tesoureiro do Partido Comunista na França, desavindo por questões de pecúnia com os dirigentes de Moscou, é hoje o nazista irredutível, sob cujo governo cabeças rolarão, jorrará sangue francês, em defesa dos dogmas hitlerianos.

9. Nem se conceberiam, a par de surpreendentes desconexões lógicas, os extremos de aberração patriótica atingidos por Pierre Laval, em seu grande discurso de 22 do corrente, se não se soubesse que por trás do atual chefe do governo francês se acocora, exortado pelas autoridades de ocupação, o fantasma de um governo Doriot.

10. Aquele discurso é, antes de tudo, a confissão de um notável fracasso político: "O meu pensamento se voltava primeiro para nossos prisioneiros e sabia que meu retorno ao poder fazia nascer neles e nos campos, uma grande esperança".[21] E para se justificar de nada haver conseguido e exculpar, em matéria de tanto melindre, a intransigência germânica, alude à evasão do general Giraud, em virtude da qual Berlim notificara a Vichy que doravante "anu-

[21] N.E. – Traduzido do francês original.

laria a concessão de quaisquer facilidades aos prisioneiros de guerra e ficariam suspensas todas as libertações, ainda que solicitadas a título individual". Mas, se é Giraud quem responde pelo prolongado cativeiro de umas doze centenas de milhares de franceses, não havia porque asseverar, nesse mesmo discurso: "Deixamos passar o momento de liberação. Ela foi possível. Mas, desde que a Alemanha entrou em guerra com os sovietes, a mão-de-obra de nossos prisioneiros de guerra se lhes tornou indispensável."[22]

11. O trecho em que Laval anuncia o compromisso hitleriano de libertar prisioneiros-agricultores, em "número importante", desde que cheguem à Alemanha operários franceses, é significativo pela sua imprecisão e vagueza. Embora se apele para o dever de solidariedade entre as classes, absolutamente não se avança que se trocarão, em quantidades idênticas, operários por agricultores. Parece mesmo que se a mão-de-obra prisioneira é hoje imprescindível à Alemanha, cumprindo a todos os bons franceses contribuírem para a vitória desse país, emocionados ante os sacrifícios que prodiga [*sic*] a fim de que se constitua uma nova Europa, o *Reich* só restituirá à liberdade, dentre os prisioneiros, e na razão que lhe aprouver, os elementos menos aptos ao trabalho, por enfermos ou idosos. O que não impede que Laval ainda agradeça a Hitler o vantajoso mercadejo. Na realidade, o que Laval patrocina e reclama é que, sob a ficção de um operariado livre, novos prisioneiros franceses sejam postos à disposição do *Reich*. E, desse modo, um chefe de governo francês formalmente anui ao arcaico princípio da escravização dos vencidos, em suas inverossímeis ressurreições hitlerianas. E essa total submissão porque o angustia, segundo afirma, o problema de haver a França um dia de "negociar a paz", fixando-se por um longo período o seu destino, como se a Alemanha nazista parlamentasse com terras que já domine, ocupe ou colonize.

[22] N.E. – Traduzido do francês original.

12. Atribui-se ao *Reich* o intento de levantar neste país nada menos de 300 mil operários qualificados. Mas ainda que se proceda, na mais vasta escala, ao encerramento compulsório das usinas francesas, parece desde já assaz problemático que bastem para planos de tanta monta os recursos oratórios do velho Laval. E, se se averiguar de pouca ressonância a sua eloqüência, poderia troar para a França a hora cruenta de um governo Doriot. Tal poderá ser a próxima conseqüência do armistício de Compiègne.

Vichy, em 1° de julho de 1942.
T. Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 126
A Bélgica em face da nova Europa.

A embaixada do Brasil na França cumprimenta atenciosamente a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de lhe comunicar, em anexo, o teor de uma carta dirigida ao comandante militar da Bélgica e da França setentrional, general von Falkenhausen, por Sua Eminência monsenhor Van Roey, cardeal arcebispo de Malines, em seu nome e no das demais autoridades eclesiásticas de seu país.

2. À leitura desse documento, aqui divulgado a título clandestino, verifica-se que o primaz da Bélgica, digno sucessor do cardeal Mercier, favorecido pelo fato de não existir em seu país um governo que pactue com o vencedor, se abalança a estigmatizar em termos comedidos, ao mesmo tempo que perpassados de

uma nobreza de expressão desconhecida na França colaboracionista, o regime de vexações imposto a seu país pelas autoridades ocupantes, quais as restrições à liberdade religiosa, as leis neoescravistas que introduziram, sob a ameaça de deportação, o trabalho obrigatório em proveito do inimigo e demais processos coercitivos destinados a obrigar os operários a emigrarem para a Alemanha.

3. Sabe-se que essas medidas consistem, essencialmente, no fechamento compulsório das fábricas sem finalidade militar, na supressão das indenizações de desemprego garantidas pela legislação social e na retirada das cartas individuais de alimentação, com o que se coloca o proletário ante o dilema de perecer de inanição ou trabalhar nas usinas alemãs.

4. Com palavras que denotam entranhada fé na libertação de sua pátria, assinala o cardeal Van Roey que uma das feridas mais profundas que a ocupação militar nazista haverá de abrir na consciência popular da Bélgica, será um dia a recordação dos sistemas de opressão de que ali sofrem as classes laboriosas.

Vichy, em 1º de julho de 1942.

Anexo único[23]

Malines, 8 de maio de 1942.

Excelência,

Tendo tomado conhecimento do decreto de 9 de abril de 1942, relativo à prestação de trabalho obrigatório nas explotações carboníferas belgas nos domingos e dias feriados legais, estimamos de nosso dever de bispos católicos vos fazer conhecer a impressão extremamente penosa que este decreto produziu em nós.

[23] N.E. – Traduzido do francês original.

Não temos o hábito de protestar contra cada medida restritiva de nossas liberdades religiosas e contra todas as vexações de que são objeto nossas obras católicas, porque estamos persuadidos de que, no final das contas, essas medidas são mais prejudicais aos que as adotam do que aos que estão a elas submetidos. Mas nossa responsabilidade de pastores de almas nos impede de, desta vez, guardar o silêncio. Com efeito, a obrigação imposta a todos os trabalhadores das explotações carboníferas de trabalhar uma vez por mês, um domingo ou um feriado legal, está em oposição formal com uma das leis principais da igreja católica e constitui um atentado direto à liberdade de consciência dos fiéis. Os trabalhadores poderão mesmo, nos termos do decreto, trabalhar nas grandes solenidades religiosas, tais como a Ascensão, a Assunção, o Dia de Todos os Santos e mesmo o Natal.

A liberdade de cumprir os seus deveres religiosos é para todo homem um direito natural, primordial e, entre os deveres religiosos de um católico, a observância dos domingos e das festas de guarda é dos mais graves. O poder ocupante tem, como qualquer outra autoridade, o dever fundamental de respeitar este direito fundamental da consciência humana. Ele está, aliás, submetido ao artigo 46 do regulamento anexo à Convenção da Haia, de 18 de outubro de 1907, que obriga a respeitar as 'convicções religiosas e o exercício dos cultos', o que compreende evidentemente a livre prática dos deveres religiosos.

A autoridade ocupante não tem, pois, o direito de colocar nossos trabalhadores na alternativa de infringir suas graves obrigações de consciência ou de se expor às penas de prisão e de multa ou a uma dessas duas penas. Em nome dessas populações católicas, elevamos a voz para estigmatizar essa violência feita à sua consciência e à liberdade religiosa.

Esta violência se agrava ainda pelo fato de que o trabalho fornecido pelos trabalhadores da indústria carbonífera belga não aproveita a seus compatriotas. Sendo a Bélgica um país produtor de carvão por excelência, vimos durante este longo e duro inver-

no numerosas famílias e instituições privadas de qualquer meio de se aquecer, o que prova, como todo mundo sabe, aliás, que nossos mineiros são obrigados a trabalhar no interesse do estrangeiro. É tanto mais injusto e mais odioso restringir, com este fim, a sua liberdade religiosa.

Nós, bispos católicos, temos por missão tomar a defesa dos fracos e é com viva dor que vemos os trabalhadores belgas progressivamente privados dos seus direitos elementares e sendo constrangidos moralmente, por todos os meios, a aceitar trabalho no estrangeiro, fato tanto mais grave quanto lá, geralmente, ficam sem qualquer assistência religiosa e moral. Recentemente, o decreto de 6 de março de 1942 introduziu legalmente o trabalho obrigatório, sem excluir os trabalhos militares e a possibilidade de deportação. Assim, à medida que a guerra se prolonga, as condições dos trabalhadores belgas tornam-se mais precárias e angustiantes. Entre todas as provações imerecidas a que nossas populações estão submetidas, esta é, incontestavelmente, uma das mais duras e das mais penosas. Ademais, pensamos que uma das feridas mais profundas que a ocupação alemã deixará no coração da população belga será a lembrança das medidas adotadas pelas autoridades de ocupação com respeito a nossos trabalhadores.

Ao expressar nosso pensamento com franqueza e lealdade, Excelência, acreditamos prestar serviço igualmente aos interesses que vós representais. Se a Alemanha deseja, depois da conclusão da paz, guardar contatos com nosso país, é preciso não tornar esses contatos impossíveis, antecipadamente, com medidas que ferem profundamente as massas.

Queira aceitar, Excelência, a segurança de nossa consideração.

(a) O Cardeal e os Bispos da Bélgica
VAN ROEY

A Sua Excelência

o General von Falkenhausen,
Comandante militar para a Bélgica e norte da França

É cópia fiel:
T. Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 134
Medidas racistas nas regiões ocupadas.

A embaixada do Brasil na França cumprimenta atenciosamente a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e, em aditamento ao ofício de n. 100, de 1º de junho último, tem a honra de lhe comunicar, no incluso recorte de *Le Matin*, de Paris, de 9 do corrente mês, um breve artigo em que se informa não poderem os israelitas, todos obrigatoriamente portadores de uma cruz judaica, se utilizar senão dos últimos carros dos trens metropolitanos.

2. Ao anunciar a adoção dessa medida, reclama o referido órgão de propaganda germânica que, doravante, não mais seja dado aos não-semitas depararem semitas nos cafés, restaurantes ou logradouros públicos, para que não fique constrangida a liberdade ariana.

Vichy, em 10 de julho de 1942.

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 139
Medidas racistas nas regiões ocupadas.

A embaixada do Brasil na França cumprimenta atenciosamente a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e, em aditamento ao ofício n. 134, de 10 do mês corrente, tem a honra de lhe comunicar, no incluso recorte da *Pariser Zeitung,* de 15 desse mesmo mês, a título documentativo dos progressos da arianização da França ocupada, os termos de um edital em que a *Gestapo* ordenou, entre semitas e não-semitas, uma separação social não menos profunda do que a que sempre existiu entre os humanos e os irracionais.

Vichy, em 15 de julho de 1942.

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/18/19/VII/42

CONFIDENCIAL

Reclusão brasileiros em campos concentração
zona ocupada da França

85 – SEXTA-FEIRA – 19H00 – Segundo informações que acabo de receber por pessoa vinda da zona ocupada, a 14 do corrente mês as autoridades alemãs prenderam os nacionais brasileiros ali residentes, do sexo masculino e de menos de 60 anos, a fim de encaminhá-los para um campo de concentração. Consta-me que,

em Paris, atingiu essa medida cerca de 20 brasileiros, estando dela excetuados os encarregados da guarda do local da antiga embaixada do Brasil ali.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/24/VII/42

CONFIDENCIAL

Reclusão brasileiros em campos concentração
zona ocupada da França
Libertação Mário e João Carlos Costa e senhora

90 – SEXTA-FEIRA – 19H30 – Aditamento ao meu telegrama n. 85. Em virtude de enérgica intervenção junto a este governo, obtive a imediata libertação do senhor Mário Costa, seu irmão João Carlos e sua senhora, brasileiros residentes na zona ocupada, donde, prevenidos a tempo, lograram passar, clandestinamente, para a zona não ocupada, sendo, por isso, aí presos pela polícia francesa, para o fim de extradição às autoridades alemãs, segundo certos entendimentos franco-germânicos. O senhor Mario Costa escreveu-me, dizendo que os seus primos Otávio Costa e João Taques e seu amigo Luiz Ullman devem ter sido presos em Paris. Fui informado, também, por sua mãe, residente em Cannes, de que o engenheiro metalurgista Miguel Gonçalves Cunha foi preso pelos alemães em Paris e internado, com os demais brasileiros, no campo de concentração de Compiègne.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de agosto de 1942.

Mês político na França[24]
Julho de 1942.

N. 7

No âmbito das preocupações de política interna, intensa propaganda em prol do aliciamento de mão-de-obra francesa para a Alemanha assinalou a atividade de Pierre Laval no decurso do mês de julho.

2. Por todos os meios persuasórios, no rádio, na imprensa, nas conferências que se organizaram por toda a parte, a mobilização de operários voluntários foi pregada, pelos agentes do governo, como uma espécie de dever moral ou obrigação cívica, honroso fardo de todo bom francês, consciente dos verdadeiros interesses de sua pátria: trabalhar pela Alemanha!

3. Nada menos de 150 escritórios de recrutamento se abriram nas duas zonas do país. E, de fato, numerosos trens, oficialmente festejados por ocasião de cada partida, rumaram, de diversas cidades francesas para as terras de além-Reno, apinhados de operários e mesmo operárias, todos de menos de 45 anos, previamente submetidos a exame de saúde e, em grande maioria, especializados nos seus misteres.

4. Fechadas, por decreto governamental, mais de mil usinas francesas, turmas inteiras de trabalhadores, com seus mestres e contramestres costumeiros, se transferiram para a Alemanha, realizando-se assim, por vezes, uma verdadeira transplantação de indústrias.

[24] N.E. – Documento anexo ao oficio n. 151 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/08/1942.

5. Todavia, é certo que os resultados até hoje obtidos não correspondem às expectativas do apostolado de Pierre Laval, nem muito menos às necessidades e exigências da Alemanha. Pois, de outro modo, não se compreenderia que, apesar do êxodo de vários milhares de operários franceses para as usinas do *Reich*, até agora nenhum prisioneiro francês tenha sido liberto em virtude da anunciada troca de cativos por obreiros – esse famoso princípio da *relève*.

6. É que o operariado francês, quando a fome o não escravize, nem carece da contra-propaganda radiofônica de Londres ou de Moscou para avaliar com segurança a sorte a que se abandonaria na Alemanha. Pois, por companheiros que de lá se têm conseguido escapar, já sabe o proletário francês com quanta hostilidade o acolhe a população civil alemã, que nele nada mais vê do que o estrangeiro intruso a se aboletar no emprego, até então ocupado pelo operário germânico, obrigado assim a partir para os matadouros da frente russa.

7. De outro lado, só em teoria têm prazo limitado os contratos de trabalho entre os empregadores alemães e os empregados estrangeiros, de quaisquer nacionalidades que sejam. Soem os casados assinar contratos pelo prazo de seis meses e os solteiros pelo de um ano. Na prática, porém, não há nenhum limite de prazo. Porquanto, quando o chefe de indústria alemã necessita reter mão-de-obra estrangeira, basta-lhe, com o infalível apoio das autoridades governamentais, retirar ao operário forasteiro a indispensável carta de racionamento da alimentação, para que esse, a fim de não perecer de penúria, se veja coagido a aceitar, por um novo período, a renovação de seu contrato de trabalho.

8. Por fim, embora não sejam mesquinhos os salários, está hoje muito elevado o custo da vida na Alemanha, tudo tendo que gastar o operário ali para a sua morada e sustento.

9. Difícil será julgar até que ponto fatores de ordem ideológica também venham restringindo na França a mobilização de operários voluntários para a Alemanha. Na zona ocupada, onde o

contínuo e prolongado contato com o soldado alemão mais acendrou o patriotismo, é provável que esses fatores estejam exercendo influência predominante. Na região não ocupada, em que a ausência do uniforme do vencedor dá ainda ao povo certa ilusão de liberdade, aqueles mesmos fatores parecem que estão sendo de ordem secundária (vejam-se os ofícios n. 129; 130; 131; 132; 133; 134; 135; 136; 138 e 148, todos de julho do corrente ano).

10. Na política externa, grave tensão diplomática entre Washington e Vichy foi agora suscitada pela situação da frota francesa de Alexandria (v. ofício n. 141).

11. Trata-se de umas 10 unidades navais, tripuladas por uns 3 mil homens e que, de permeio com vasos de guerra britânicos, operavam no Mediterrâneo oriental, quando ocorreu o colapso francês, já lá se vão dois anos. Desde então, desarmadas pelos ingleses e imobilizadas naquele porto egípcio, não puderam as referidas unidades navais ganhar nenhum porto da França, onde fossem internadas, como outras unidades da Marinha francesa, nos termos do armistício de Compiègne.

12. Laval ateve-se estritamente às cláusulas desse convênio para rejeitar as sugestões americanas de que aquela frota francesa fosse afastada para algum porto longínquo, não podendo ela, assim, cair em mãos alemãs, na hipótese de uma ruptura da frente de El-Alamin e de uma irrupção de Rommel no delta egípcio. A nota em que Laval formula a sua recusa é mesmo admirável de alternância patriótica: "A França tem direito ao respeito."[25]

13. De fato, a conquista do Egito não só ameaçaria perigosamente todas as posições anglo-saxônicas na Ásia Menor, como de tal forma viria abalar o prestígio britânico, que Laval bem podia falar com entono, ao se lhe acenar com a possibilidade daquela ocorrência.

14. Acreditam alguns que se a Grã-Bretanha for varrida do Egito, Laval não trepidará em tentar a reconquista da Síria, donde

[25] N.E. – Traduzido do francês original.

inevitavelmente resultaria, enfim, essa colaboração militar franco-germânica, que os alemães tanto almejam. Outros, porém, provavelmente com menor fundamento, supõem que Laval, em nenhum caso, ousará arrastar a França à beligerância com as Nações Unidas e que, a fim de evitar um incidente internacional dos mais graves e salvar a honra do pavilhão tricolor, já a frota francesa de Alexandria recebeu ordens de afundar-se espontaneamente, desde que os alemães invadam o baixo-Nilo.

15. Na realidade, só a ocupação de Alexandria pelas potências do Eixo, no caso de que a sorte das armas o decida, poderá aclarar os verdadeiros planos do atual chefe do governo francês.

Vichy, em 1º de agosto de 1942.
T. Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/3/VIII/42

CONFIDENCIAL

Reclusão brasileiros campos concentração zona ocupada França

92 – SEGUNDA-FEIRA – 18H15 – Resposta ao telegrama de Vossa Excelência n. 87. Não pude ainda obter a relação nominal dos brasileiros internados em Compiègne à vista da dificuldade de comunicações com a zona ocupada. Todavia, segundo pessoas fidedignas que de lá vieram e me afirmam tê-lo sabido com segurança no consulado-geral de Portugal em Paris, o número total é de 35, todos do sexo masculino. Acrescentam que seu passadio consiste apenas de um prato de sopa quatro vezes por dia e que

nem poderiam subsistir, se a Cruz Vermelha não lhes enviasse semanalmente algumas provisões de boca. Dentro de dois meses, com a chegada do frio, o estado sanitário do campo de concentração poderá ser, pois, dos mais precários. Estou informado de que as autoridades alemãs fecharam a Associação de Beneficência Brasileira em Paris, cujos bens seqüestraram e que as famílias de vários internados brasileiros já sofrem ali as mais sérias privações, separadas de seus arrimos desde 12 de julho, data da prisão. Soube ainda que o auxiliar Alfredo Pimentel Brandão foi a Compiègne, onde, em vão, tentou visitar pessoalmente o campo de concentração dos brasileiros.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/5/VIII/42

CONFIDENCIAL

Reclusão de brasileiros campos concentração zona ocupada

95 – QUARTA-FEIRA – 16H00 – Em aditamento ao meu telegrama n. 92. Estou informado confidencialmente de que o serviço da Cruz Vermelha em Paris, a exemplo do que tem feito com as famílias dos internos ingleses e norte-americanos, vem procurando socorrer as que ficaram sem recursos em virtude do internamento dos brasileiros em Compiègne. Sei, porém, que esses auxílios não têm podido ser senão precários. Por isso, se se prolongar o internamento, permito-me sugerir a Vossa Excelência que o governo brasileiro entre em entendimento com aquela instituição a fim de que fique habilitada a assegurar proteção eficiente, podendo servir de intermediário o consulado português

em Paris ou o auxiliar Alfredo Pimentel Brandão, funcionário que sei não tem poupado sacrifícios de toda ordem para aliviar o sofrimento das famílias brasileiras.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/13/VIII/42

CONFIDENCIAL

Reclusão brasileiros campos concentração zona ocupada
Atuação do embaixador do Brasil em Vichy

100 – QUINTA-FEIRA – 20H00 – Em aditamento ao meu telegrama n. 92. Transmito a Vossa Excelência a lista dos brasileiros internados no "*Stalag* n. 112", a 10 quilômetros de Compiègne, tal como acaba de me ser secretamente comunicada pelo auxiliar Alfredo Pimentel Brandão: Braulio Martins Souza; Oswaldo Cunha Faria; Joaquim Ferreira, Miguel Cunha, Augusto Pereira, Luiz e Nathan Ullman, Otávio Chermont da Costa, Yvo Efira, E. P. Franck, Oscar Victor Mass, David Fojo, Costa Campos, Francisco de Barros, Pedro Francisci, Bondini Piergentili, Raul Arthez, José Santos, Gastão Polonio, Luiz Mesquita Azevedo, Roberto Levy, José Keraz, João Ceruli, D. Scarpignato, Megale, Mangieri, Emilio João Schmidt, Gastão Argollo Ferrão e Mário Costa Faria. Por motivos que ignoro, foram libertados, a 29 de julho, os oito últimos, mas agora os alemães lograram descobrir e prender, para fins de internação, outros doze brasileiros, cujos nomes o consulado português em Paris ainda não conseguiu obter. O total dos internados elevou-se, hoje, a 33. Tenho recebido, da zona ocupada, mensagens confidenciais de brasileiros que vivem em escon-

derijos, a fim de evitar que sejam presos pelos alemães, que me pedem proteção junto às autoridades francesas, logo que consigam realizar o intento de atravessar a linha de demarcação. Sei que o governo americano procedeu a enérgicas diligências junto a este governo, a fim de impedir que seus nacionais – que em condições semelhantes busquem asilo na zona não ocupada – fossem rechaçados para a zona ocupada, em virtude da colaboração policial franco-alemã. Embora não tenha chegado ao meu conhecimento nenhum caso concreto, já fiz sentir a este governo os graves inconvenientes que poderiam atingi-lo aí, se se souber que o governo francês, de qualquer forma, se torna solidário com os atos de violência contra brasileiros, cometidos pelas autoridades de ocupação. Acredito que um aviso de Vossa Excelência, diretamente ao embaixador francês aí, reforçaria a atuação que empreendi aqui.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/17/VIII/42

Perseguição aos judeus na França ocupada
Pedido do brasileiro Mendel Reicher

102 – SEGUNDA-FEIRA – 20H00 – A *Gestapo* vem procedendo, na França ocupada, à verdadeira escravização e extermínio dos judeus. Suas famílias são literalmente separadas: os maridos, de cabeças tosadas, são tangidos para trabalhar na Silésia; suas mulheres são internadas nos campos de concentração na Polônia, uns sem jamais poder saber dos outros, todos relegados a destinos ignorados; e os filhos, mesmo os de idade mais tenra, são violentamente arrancados das mães e confinados em asilos espe-

ciais, onde sucumbem os rebentos da "raça maldita". Dessas medidas estão excetuados os israelitas das nacionalidades espanhola, suíça, portuguesa e norte-americana, porém, não os de nacionalidade brasileira. Um natural de Sant'Ana do Livramento, portador do passaporte n. 10.833, expedido pelo consulado do Brasil em Lion, em 24 de abril, o brasileiro nato Mendel Reicher, atualmente em Lisboa, à avenida Elias Garcia, n. 177, escreve-me que sua mulher Blima Reicher, por motivo racista, foi deportada para a Polônia, nada mais sabendo de seu filho Theodoro, de 14 anos, nem de sua filha Tereza, de 4 anos. Essa família brasileira vivia em Montceau-les-Mine*s*, departamento do Saône-Loire. Na impossibilidade de prestar-lhe o auxílio que desesperadamente me pede, cumpro o dever de submeter o caso a Vossa Excelência.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/18/19/VIII/42

Vinda para o Brasil de Antonio May e esposa

103 – TERÇA-FEIRA – 18H15 – Com referência ao telegrama de Vossa Excelência n. 88. Antonio May e senhora, para quem obtive autorização de saída da França, agradeceriam pedir ao senhor Lineu de Paula Machado que lhes retenha passagens de Lisboa para o Rio de Janeiro, a contar de fins de setembro.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/21/22/VIII/42

Entrega de judeus estrangeiros pela França à Alemanha

106 – QUINTA-FEIRA – 18H30 – Aditamento ao meu telegrama n. 102. Estão sendo entregues aos alemães os judeus estrangeiros que se acham na França não ocupada, sobretudo os nacionais dos países sob ocupação militar nazista. Parte é encurralada em vagões fechados com chumbo, adequados para o transporte de animais. Os homens e as mulheres seguem para rumos diferentes, todos apartados dos filhos, que são deixados ao desamparo. Estão ocorrendo entre as vítimas numerosos suicídios e as cenas mais lancinantes no momento do dilaceramento das famílias. Em vão a Santa Sé, por intermédio do núncio apostólico, vem agindo junto a este governo, que pretexta submeter-se às exigências alemãs, no próprio interesse dos israelitas franceses, a fim de evitar seja compelido a extraditá-los também, o que, aliás, fará, desde que os alemães o queiram. Sei que os senhores de Monzie, prefeito de Cahors, Jean Mistler e Des... [*sic*], todos eles membros do Conselho, acabam de demitir-se de suas funções públicas, em sinal de protesto contra as medidas que violam o tradicional direito de asilo e os mais elementares princípios de humanidade, desonrando a França.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/24/25/VIII/42

Circular n. 1.646

Declaração guerra do Brasil à Alemanha e à Itália
Comentários da imprensa francesa

108 – SEGUNDA-FEIRA– 12H00 – Referência à circular telegráfica n. 1.646. Cumpri as instruções. Sei que a nobre, calma e digna decisão do Brasil causou a mais profunda impressão neste país e neste governo, embora a imprensa venha procurando apresentá-la como destituída de importância militar em obediência às diretrizes das potências ocupantes.

L. M. DE SOUZA DANTAS
* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 168
"Legião Tricolor".

A embaixada do Brasil na França cumprimenta atenciosamente a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e, em aditamento ao ofício n. 159, de 15 do corrente mês, tem a honra de lhe comunicar, no incluso recorte de *Le Moniteur*, de Clermond-Ferrand, de 24 do mês corrente, a edificante cerimônia que acaba de se desenrolar em Guéret, na zona não ocupada, ao partir para a frente russa um destacamento de voluntários da chamada "Legião Tricolor", hoje oficializada, com serviços administrativos de-

pendentes do Ministério da Guerra, e como que precursora de uma colaboração militar franco-germânica, tal como claramente se deduz da alocução que, pelo referido ensejo, proferiu Benoist-Méchin, membro do atual governo francês.

2. Este personagem, autor de uma alentada obra apologética, *Histoire de l'Armée Allemande*, publicada em 1938 com documentos visivelmente fornecidos pelo estado-maior germânico, se laureia com os títulos de colaboracionista histórico e velho membro da quinta coluna e, como tal, é considerado o candidato mais preferido pelos alemães para substituto eventual do octogenário herói de Verdun, no alto cargo de chefe do Estado Francês...

Vichy, em 26 de agosto de 1942.

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/31/VIII/42

Boatos sobre projeto Brasil ocupar Guiana Francesa
Intrigas da imprensa alemã na França ocupada e não ocupada

114 – SEGUNDA-FEIRA – 18H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 111. Sob o título "O Conselho de Ministros examinará hoje o problema que a entrada do Brasil em guerra criou para Dacar e a Guiana", o *Petit Parisien* publicou em Paris, a 27 de agosto, a seguinte informação de seu correspondente em Vichy, visivelmente inspirada pelos alemães: "Acredita-se que será particularmente importante para a política externa francesa a exposição que, por ocasião dessa reunião do Conselho, fará o presidente Laval acerca da situação geral. Efetivamente, vários fatores novamente concentraram a atenção sobre as nossas colônias à margem do Atlântico, onde a entrada do Brasil em guerra se apresenta

talvez como fator significativo. Certas dificuldades de comunicações com Dacar se juntaram a todos os boatos que circularam nos últimos dias acerca das intenções americanas sobre a Guiana. Ninguém duvida que se devam seguir com a maior vigilância todos os acontecimentos que poderiam ocorrer nessas duas colônias onde, além disso, se está notando ultimamente grande atividade marítima". Já na véspera, o jornal tedesco *Pariser Zeitung* num truculento artigo de seu correspondente em Vichy, com germânica insolência, pergunta: "Se a Guiana Francesa seria para o Brasil os 30 dinheiros de Judas, por sua entrada na guerra" e afirma haver o governo brasileiro declarado ser aquele território "de importância vital" para o Brasil, pelo que devia ser ocupado por tropas brasileiras, pretensão essa que, segundo ainda aquele órgão alemão, fora acolhida pelas autoridades competentes de Vichy com a máxima indignação, sobretudo porque, do lado brasileiro, se declarara que "nossa exigência se formulava com o assentimento do governo americano", o que por parte deste governo implicaria a ruptura do compromisso com a França de respeitar as possessões na América, enquanto não fossem utilizadas pelas potências do Eixo, entendimentos esses que tanto se aplicam à Martinica como à Guiana. O artigo conclui dizendo que, como ponto de partida para a invasão do Brasil, não seria de nenhum proveito para a Alemanha a posse da Guiana francesa, por confinar do nosso lado com florestas impenetráveis... Na França não ocupada, o *Moniteur*, órgão de propriedade do senhor Laval, publicou anteontem sob forma de correspondência de Berlim intitulada "A propósito do boato lançado pela agência *Tass* a respeito de Dacar" um artigo no qual diz: "Os meios políticos alemães se abstêm de tomar posição quanto ao boato relativo ao plano estratégico das Nações Unidas no continente africano e nos diversos arquipélagos do Atlântico, embora não possam deixar de assinalar que os planos dessa ordem foram expostos de forma concreta pelo almirante norte-americano Woodwort, em recente artigo, no jornal argentino *Crítica*". E, numa intriga sabiamente

arranjada, assim termina aquela correspondência de Berlim: "Acentuam-se nos meios políticos de Berlim tratar-se de planos que visam territórios colocados sob a soberania de países que estão fora do conflito, isto é, a França, Portugal e Espanha".

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de setembro de 1942.

Mês político na França[26]
Agosto de 1942.

N. 8

Eis, numa breve resenha, os principais fatos e ocorrências que, no âmbito da política interna e internacional, interessaram a atividade do governo francês, no decurso do mês de agosto.

2. OFICIALIZAÇÃO DA LEGIÃO TRICOLOR. "Legião Tricolor" é o nome que hoje tem a antiga "Legião de Voluntários Franceses contra o Comunismo", criada, há cerca de um ano, pouco após a irrupção da guerra germano-russa e a subseqüente ruptura das relações diplomáticas entre Vichy e Moscou. Numericamente, nunca foi considerável o seu concurso na chamada "cruzada européia contra o bolchevismo", de que apenas participaram, até hoje, uns três a quatro mil ideólogos e aventureiros franceses. Esses novos cruzados da pátria de Laval combatem em uniforme alemão e sob as ordens dos alemães, de quem apenas se distinguem por uma pequena cocarda ao braço, onde ainda se vislumbram as

[26] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 183 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/09/1942.

cores tradicionais da velha terra da Liberdade e da Proclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão.

3. Com a denominação de "Legião Tricolor", invocadora de recordações patrióticas autenticamente francesas, visa-se hoje se lhe engrossar as fileiras e atribuir-lhe objetivos evidentemente mais amplos do que os da cruzada anticomunista. Tais objetivos serão, antes de tudo, os de lançar as bases de uma colaboração militar franco-germânica, em quaisquer frentes de batalha e, em particular, nos territórios ainda nominalmente franceses, metropolitanos ou coloniais, no caso de realizarem as Nações Unidas o anunciado projeto de constituir uma "segunda frente", na Europa ou na África.

4. É o que claramente se deduz do discurso que proferiu, a 23 do corrente mês, o ministro Benoist-Méchin, membro do atual governo francês e presidente da comissão organizadora da legião referida, ao arengar um destacamento de voluntários, a seu ver, imbuídos do "orgulho de trazer armas e de as trazer por uma causa justa":

> Conheço vossas vontades. Sabeis que a França é uma civilização que encontra em seu império a sua projeção e a sua força. Não quereis que uma barbárie de asiáticos aniquile a nossa civilização, ao mesmo tempo em que seus cúmplices prolonguem o conflito, ou procurem escapar à derrota, fazendo recair sobre nós, e sobre nós somente, todo o peso do desastre em que eles nos atiraram[27] (v. ofício n. 168).

5. Sabe-se que os serviços administrativos da Legião Tricolor funcionam hoje no Ministério da Guerra, em Vichy. Já a 10 do mês corrente, foi publicada uma lei que assimila os membros dessa legião de voluntários aos soldados do exército regular. Além disso, poderão ser condecorados, com a medalha militar francesa

[27] N.E. – Traduzido do francês original.

e as insígnias da Legião de Honra, os que se distinguirem por atos de bravura...

6. Por fim, o próprio chefe do governo francês se decidiu a prestigiar a Legião Tricolor, de maneira ostensiva, assumindo a presidência de honra de sua comissão de patrocínio, da qual também fazem parte, entre outros menores, o atual ministro Platon, almirante e ex-titular da pasta das Colônias; Abel Bonnard, ministro da Instrução Pública; Paul Marion, ministro da Propaganda; e De Brinon, o conhecido embaixador de Vichy em Paris (v. ofício n. 159).

7. Assinalo ainda que a Legião Tricolor possui agora, em colaboração com os serviços oficiais da "Radiodifusão Nacional", uma seção de propaganda radiofônica, onde diariamente se ataca, da maneira mais virulenta, a causa das Nações Unidas e se reproduzem, em tristes adaptações francesas, as chapas germânicas da guerra de libertação do mundo, empreendida por Hitler, contra o escravismo "judeu-maçônico-bolchevista-capitalista-anglo-americano-internacional" fato que, antes da era de Laval, parecera inconcebível na pátria da razão equilibrada.

8. A 27 de agosto, data comemorativa do primeiro aniversário da partida do primeiro contingente de voluntários franceses para a frente russa e também do atentado que, por esse ensejo, o patriota Colette cometeu em Versalhes contra Déat e Laval, um congraçamento oficial de autoridades ocupantes e ocupadas se celebrou em Paris, com missa em Notre-Dame e exibições militares no pátio dos Inválidos, cerimônias em que o octogenário herói de Verdun, chefe do Estado Francês, se dignou fazer-se representar pelo almirante Platon, membro do governo (v. ofício n. 178).

9. PIERRE LAVAL COMO GUARDA-COSTAS DA ALEMANHA. A possibilidade de um desembarque anglo-americano em territórios franceses, europeus ou coloniais, muito vem preocupando o governo de Vichy. Laval fora recolocado no governo de seu país como guarda-costas da Alemanha, no momento em que esta se preparava a empenhar-se numa campanha decisiva contra o colosso

russo. E o solícito Laval vem desempenhando, tão bem quanto pode, as suas funções de guarda-costas.

10. Procura ele, pois, antes de tudo, impedir que a população civil francesa, em seu natural anseio de libertação, preste concurso armado aos possíveis desembarcantes. Assim, a 2 de agosto, se soube de um sensacional Conselho de Ministros que decidira aplicar-se pena de morte aos franceses que, nas duas zonas do país, ocultassem armas e munições, medida essa que, até então, só fora cominada pelos alemães, contra os habitantes das regiões ocupadas.

11. Laval também resolveu sair a campo contra a "guerra dos nervos", prejudicial à Alemanha ou aos interesses da política de colaboração franco-germânica. E, por isso, a 13 de agosto, no decurso de uma conferência de imprensa, anunciou sérias sanções contra quaisquer "boateiros" ou propagadores de notícias nocivas à atividade governamental (v. ofício n. 160). Também pelo rádio e pela imprensa vem a propaganda governamental procurando coibir os possíveis ímpetos do povo francês, já com a ameaça de terríveis represálias dos alemães, já sob a alegação de que, se se lhes mostrar hostil, abortarão os auspiciosos frutos da colaboração franco-germânica e se baldarão as concessões que a França espera do *Reich*, mormente no que respeita à libertação de prisioneiros.

12. TROCA DE OPERÁRIOS POR PRISIONEIROS. A 11 de agosto, quase dois meses após o início da campanha em prol da partida de mão-de-obra francesa para a Alemanha e a efetiva emigração de cerca de 20 mil obreiros, chegou enfim à França o primeiro trem de prisioneiros libertos em virtude do princípio da *relève*. O número desses libertos, escolhidos entre os homens de mais idade, atingirá apenas um milheiro – a milésima duodécima parte do total dos prisioneiros franceses. Por parte da Alemanha, foi um mero gesto simbólico, a que se decidiu sob as instâncias de Laval, empenhado em acalmar as impaciências da nação francesa, que só vira partir operários sem que chegasse prisioneiro algum.

13. Porquanto, ao que se sabe, nos termos dos acordos negociados por Laval, a Alemanha só se obrigara a libertar prisioneiros franceses desde que recebesse da França 150 mil operários especializados. Mas Laval, que não ousara revelar ao país esse detalhe, invocando a possibilidade de um levante da população francesa, no caso de desembarque anglo-americano, se a nação percebesse que estava sendo ludibriada, obteve que o *Reich* se decidisse, enfim, àquele gesto simbólico (v. ofício n. 158).
14. Esse gesto foi dramaticamente festejado em Compiègne, com a presença de autoridades francesas e alemãs, e encorajou Laval a anunciar o que até então só de oitiva se sabia: que, por um prisioneiro que liberte, o *Reich* requer a entrega de três operários especializados... Por aquele ensejo, pela primeira vez desde a partida da primeira leva de voluntários franceses para a Rússia, permitiram os alemães que, em sua presença, reboasse a Marselhesa, cuja toada e letra continuam, paradoxalmente, a ser as do hino nacional da França de Laval.

Vichy, em 1° de setembro de 1942.

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de setembro de 1942.

[*Ofício*] n. 181
Entrada do Brasil na guerra.

Senhor Ministro,

Com referência à circular telegráfica de n. 1.646, de 22 de agosto último, e aos meus telegramas n. 108 e n. 115, datados respectivamente de 24 e de 31 daquele mesmo mês, tenho a honra

de comunicar a Vossa Excelência, nas inclusas cópias autenticadas, os termos da nota em que dei a conhecer a este governo a decisão do Brasil de reconhecer o estado de beligerância em que se encontra com as potências do Eixo e, bem assim, os da nota de resposta pela qual o governo francês declara o intuito de manter, no conflito em curso, uma atitude de neutralidade.

Aproveito este ensejo, senhor ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

L. M. DE SOUZA DANTAS

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo[28] *1*

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Vichy, 23 de agosto de 1942.

[*Ofício*] n. 84

Senhor Presidente,

Em cumprimento a instruções telegráficas, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência o seguinte:

2. Constatando que, apesar da atitude sempre pacífica do Brasil, as potências do Eixo, pelos atentados que seus submarinos cometeram contra a navegação brasileira de cabotagem, se comprometeram em atos de guerra contra o meu país e, ademais, considerando que, em virtude desses atos de guerra, elas inegavelmente criaram uma situação de beligerância, o governo do Rio de Janeiro foi

[28] N.E. – Traduzido do francês original.

forçado a reconhecer que o estado de beligerância existe entre o Brasil, de uma parte, e a Alemanha e a Itália de outra parte.

3. Por este reconhecimento formal, o Brasil entende reparar os atentados cometidos contra seus direitos de Estado soberano, bem como contra a honra de sua bandeira, e agir no interesse da segurança nacional e da seguridade americana, que defenderá com todos os seus meios.

4. Como meu governo me pede também que registre, esta decisão – que ele fez comunicar aos governos de Berlim e de Roma em data de 22 do corrente – foi levada ao conhecimento dos governos de todos os Estados da América, segundo as regras estabelecidas nas reuniões de consulta de seus ministros dos Negócios Estrangeiros e de acordo com os compromissos acordados nas conferências interamericanas de Lima e de Buenos Aires.

Aproveito esta ocasião, senhor presidente, para renovar a Vossa Excelência as seguranças da minha mais alta consideração com a qual tenho a honra ser,

De Vossa Excelência o muito humilde e muito obediente servidor:

(a) L. M. DE SOUZA DANTAS

A Sua Excelência Senhor Pierre Laval,
Chefe do governo, Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em VICHY

Confere:	Conforme:
T. Medeiros do Paço	L. M. de Souza Dantas

Anexo[29] *2*

[29] N.E. – Traduzido do francês original.

Ministério dos Negócios Estrangeiros / Direção Política
n. 11.949 Pol

Estado Francês / Vichy,
31 de agosto de 1942.

Senhor Embaixador,

Por carta, datada de 23 deste mês, Vossa Excelência houve por bem informar-me de que, em conseqüência dos recentes acontecimentos nas águas brasileiras, o governo do Rio de Janeiro tinha sido 'forçado a reconhecer' que existia o estado de beligerância entre o Brasil, de uma parte, e, de outra, a Alemanha e a Itália. Vossa Excelência quis aditar que esta decisão, notificada aos governos de Berlim e de Roma em 22 do corrente, tinha sido igualmente levada ao conhecimento de todos os estados da América.

Tenho a honra de acusar o recebimento desta comunicação e de lhe pedir que faça saber ao governo brasileiro que o governo francês pretende manter, durante este conflito, uma atitude de neutralidade.

Queira aceitar, Senhor Embaixador, as seguranças da minha mui alta consideração.

(a) PIERRE LAVAL

A Sua Excelência Senhor de Souza Dantas,
Embaixador dos Estados Unidos do Brasil na França

Confere:
T. Medeiros do Paço

Conforme:
L. M. de Souza Dantas

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/1/IX/42

Declaração estado de beligerância do Brasil
com Alemanha e Itália
Atitude do governo português e sua repercussão na Alemanha
Propostas da Alemanha à França para a assinatura
tratado de paz

116 – TERÇA-FEIRA – 19H15 – Todas as manobras ostentadas em meu telegrama n. 114 se me afiguram exprimir o profundo despeito com que os alemães viram o Brasil entrar na guerra, acontecimento que – contra a expectativa da diplomacia germânica, essencialmente estratégica e, por isso, má psicóloga – feriu grandemente a imaginação dos povos europeus, contribuindo, numa fase crítica da guerra, para reerguer as esperanças de libertação das nações oprimidas e diminuir as que as massas germânicas ainda possam ter na vitória final; e isso não somente pelo que militarmente já somos ou representamos como potencialidade, como também pelas inequívocas provas de solidariedade que recebemos de outros povos e governos, dentre os quais causou ao governo alemão a maior indignação e surpresa a que nos testemunhou o governo português. A nobre e corajosa atitude do presidente do Conselho, senhor Oliveira Salazar, que, de continente para continente, proclamou sua solidariedade ao atacado, é considerada pelos alemães como imprudente ousadia, verdadeira traição ao que chamam "causa européia" e comprometedora da "nova ordem" em que pretendem arregimentar o Velho Mundo. Hoje não lhes escapará mais toda a influência que essa atitude desassombrada está exercendo sobre outros povos europeus, sobretudo o espanhol, nem o que ela significa como apoio indireto à grandiosa idéia pan-americana, fruto de negociações livres, congraçamento fraternal de um continente em que se respeitam as soberanias nacionais, em oposição ao regime de terror e de força

com que a Alemanha pretende reorganizar a Europa. Um dos últimos redutos das forças morais da Europa de hoje, o senhor Oliveira Salazar terá, daquela forma, negado a autoridade de seu nome à ordem européia hitleriana. Soube mesmo que, num primeiro ímpeto, certos alemães ruminaram a idéia de obter que a França logo rompesse conosco, para contrabalançar a repercussão de nossa entrada na guerra e alcançar imediata satisfação de prestígio. Ponderando melhor, a diplomacia alemã recorre, agora, a outra manobra, perfidamente sutil. De várias fontes informam-me que a Alemanha ou, pelo menos o embaixador Otto Abetz, acaba de propor à França a conclusão de um tratado de paz, sob a condição de que as forças alemãs se estabeleçam em Dacar, enquanto perdurar a guerra com a América. Desse modo esperaria o *Reich* fazer recair sobre o nosso continente o odioso da iniciativa de uma ruptura com a França, exatamente no momento em que esta lograsse se reconciliar com a Alemanha. Os melindrosos problemas de cessões territoriais, dentre os quais o da Alsácia-Lorena, seriam definitivamente resolvidos após a guerra universal "mediante livres plebiscitos". As tropas alemãs de ocupação transformar-se-iam, desde logo, em forças aliadas da França e, no domínio político, um Eixo Paris-Berlim viria completar, senão mesmo substituir, pouco a pouco, esse Eixo Berlim-Roma, do qual a Alemanha necessitou e já retirou todos os frutos, enquanto o conflito foi predominantemente europeu. Receando assumir a responsabilidade exclusiva de impor à França essa orientação política, senão mesmo a impossibilidade material de levá-la a cabo, dada a profunda divisão dos espíritos neste país, o senhor Pierre Laval teria proposto aos alemães esperarem que possa ele remodelar o seu gabinete, reforçando-o de elementos representativos de largas correntes de opinião, a fim de que a conclusão da paz e os novos rumos da política francesa venham a ter caráter verdadeiramente nacional. Essa remodelação só seria para fins de setembro. A fixação dessa data faz-me acreditar que o êxito dessas gigantescas manobras diplomáticas do *Reich* dependerá de que, até a chegada da esta-

ção invernosa, obtenha, na frente russa, resultados militares decisivos. Do lado alemão, tais maquinações já poderiam denotar, apesar do orgulho germânico, sintomas de receio e enfraquecimento. Assinalo, por fim, que não me cessam de chegar em cartas, ora anônimas, ora assinadas, de todas as classes sociais, as provas mais tocantes de aplauso, encorajamento e esperança pela decisão do Brasil, nas quais me pedem transmitir a maior admiração e profunda gratidão ao senhor presidente da República e a Vossa Excelência.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/3/4/IX/42

Medidas policiais de fiscalização dos brasileiros
na zona da França ocupada

119 – QUINTA-FEIRA – 18H00 – Com a data de 1º do corrente, os jornais da zona ocupada publicaram, ontem, por ordem da *Gestapo*, o seguinte edital: "Todos os nacionais brasileiros de mais de 15 anos de idade, residentes na zona ocupada, deverão inscrever-se, até 3 de setembro de 1942, às 18 horas, no comissariado de polícia ou *Mairie* de sua residência atual. Todos os nacionais brasileiros enfermos ou de menos de 15 anos deverão fazer-se inscrever, por escrito ou mediante declaração de seus representantes legais. Aplicam-se estas mesmas prescrições aos apátridas, cuja última nacionalidade tenha sido brasileira, e a todos cuja nacionalidade brasileira seja duvidosa. Todos os nacionais brasileiros, assim como os apátridas acima indicados, não poderão deixar o lugar onde habitem no momento da publicação deste edital, salvo autorização da competente repartição de segurança alemã. Após

a inscrição, todos os nacionais brasileiros de mais de 15 anos deverão, uma vez por semana, apresentar-se pessoalmente, no comissariado de polícia ou *Mairie* de suas residências. (a) Chefe Superior das Organizações *SS* e da Polícia, no domínio do comando militar da França."

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/6/7/IX/42

Estado beligerância Brasil com Alemanha e Itália
Pretensões Alemanha relativas a Dacar
Informações do embaixador em Vichy

120 – DOMINGO – 20H30 – Em aditamento ao meu telegrama n. 116. Sei que os alemães pretendem agora estabelecer uma comissão militar de controle em Dacar, onde, devido à oposição norte-americana, não a têm até hoje, e estão exigindo que a França lhes franqueie aquela colônia, como base de operações para seis esquadrilhas de *Stukas* tripulados pela *Luftwaffe*, em flagrante contradição com as condições do armistício. Chamado a Vichy, o governador da África Ocidental Francesa, Boisson, embora nutra sentimentos anglófobos, seria pessoalmente contrário àquelas medidas e já teria pedido demissão, bem como o comandante militar da mesma colônia. Ambos se contentariam em receber dos alemães armas e munições para a defesa de Dacar, mas lhes repugna que o *Reich* preste concurso militar ativo antes que a referida colônia seja efetivamente atacada. Por outro lado, receariam os alemães que, sem sua presença ali, as forças francesas por eles armadas se bandeassem para a dissidência "degaullista" na África. Aqueles pedidos de exoneração não foram aceitos até ago-

ra, à vista da séria resistência existente em numerosos meios militares franceses que, embora fiéis ao marechal Pétain, acredito desejarem, intimamente, a derrota dos alemães. Se, porém, Laval conseguir vencer essas resistências e se curvar às atuais exigências alemãs, parece quase impossível que um conflito entre a França e os adversários da Alemanha possa ser localizado e se restrinja às proporções de um incidente colonial, como há um ano atrás ocorreu, no caso da Síria, onde a simples utilização de seus aeródromos para o abastecimento em carburante pela aviação militar do Eixo desencadeou a campanha de então. Transformando a África Ocidental Francesa em teatro de operações militares, o plano alemão será o de dificultar a defesa do Egito e da Ásia Menor, onde as forças britânicas estão sendo abastecidas pela pista transafricana do Chade, e o de eliminar as possibilidades de um golpe fatal, pela retaguarda, sobre o exército de Rommel. Daquela forma, também realizariam o velho plano político de arrastar a França à beligerância, com todas as suas conseqüências. A entrada do Brasil na guerra continua, pois, sendo por eles explorada como incremento de ameaça para Dacar. Exato porta-voz dos interesses alemães contra seu país, o ignóbil Marcel Déat, em *L'Oeuvre*, que se publica em Paris e só circula na zona ocupada, espuma entre outras insânias as seguintes: "O perigo para a África Ocidental Francesa se tornou mais nítido desde a entrada do Brasil em guerra, entrada essa totalmente teórica. Na realidade esse gesto em nada alterou as coisas, por serem mais que insignificantes as forças brasileiras, não tendo aquele ato diplomático outro efeito senão o de confirmar a submissão de uma casta dirigente aos distribuidores de dólares. Mas, a costa brasileira é a mais próxima da África e o glorioso traçado das asas de Mermoz indica hoje o mais curto trajeto para os reforços e os materiais americanos".

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 188
Supressão das secretarias do Senado e da Câmara.

A embaixada do Brasil na França cumprimenta atenciosamente a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de lhe comunicar, na inclusa cópia autenticada, tais como clandestinamente circularam em Vichy, os termos de uma carta, dirigida ao marechal Pétain, chefe do Estado, e pela qual os senhores Jules Jeanneney e Edouard Herriot, respectivamente presidente do Senado e da Câmara, protestam contra o recente ato do governo francês que suprimiu as secretarias daquelas duas casas do Congresso.

2. De acordo com o "Ato Constitucional n. 2", de 11 de julho de 1940, que fixou os poderes ditatoriais do chefe do atual Estado francês, a única atribuição que ainda caberia às assembléias legislativas francesas seria a de autorizá-lo a declarar a guerra, ao que este não poderia proceder sem o seu assentimento formal (artigo 1 parágrafo 8).

3. A atual decisão do governo francês, fundamentada em especiosas razões de ordem jurídica, parece, na realidade, destinada a eliminar aquela última barreira que ainda cerceava os poderes discricionários do governo de Pierre Laval e, talvez, lhe prenuncie o intuito de levar a França à guerra ao lado das potências do Eixo, contra a vontade da imensa maioria da nação e a de seus órgãos representativos.

4. Corre que a carta em questão, conhecida em toda Vichy, ainda não logrou chegar ao alto conhecimento de seu destinatário venerando, devido à severa censura a que é submetida a sua correspondência...

Vichy, em 8 de setembro de 1942.

Anexo[30]

Châtel-Guyon, 31 de agosto de 1942.

O Presidente do Senado Jules Jeanneney
O Presidente de Câmara dos Deputados Edouard Herriot

Ao Senhor Marechal Pétain, Chefe do Estado

O *Diário Oficial* acaba de nos informar que, em virtude de um decreto-lei, "a mesa de cada uma das Câmaras cessará suas funções a partir de 31 de agosto de 1942".

Este ato está em contradição com vossos compromissos.

Em julho de 1940, havíeis, para obter o voto da Assembléia Nacional, feito prometer pelo senhor Laval (o relatório do senhor Boivin Champeaux o comprova) que as Câmaras não seriam suprimidas.

Vosso ato constitucional de 11 de julho de 1940 estipulou, com efeito, que "o Senado e Câmara dos Deputados subsistirão até que sejam formadas as Assembléias previstas pela Lei Constitucional de 10 de julho de 1940". Mas, pelo mesmo ato, as Câmaras foram "adiadas até nova ordem" e vós publicastes que elas "não poderiam", doravante, reunir-se, senão "por convocação do Chefe do Estado".

Vosso desígnio de abolir a representação nacional já existia, vós o perseguistes desde então. Agora, já não vos basta ter interditado toda atividade às Assembléias Legislativas, suprimido uma a uma as prerrogativas de seus membros; e mais – por uma medida arbitrária, que nós vos obrigamos a tornar legal – deportado suas mesas para cá: acabais de pôr fim à sua existência mesma.

Alegar, como fazeis, que estas mesas deveriam ter sido eleitas a cada ano, é omitir que sua renovação foi impedida por vós mesmo, que haveis proibido às Assembléias se reunir; é esquecer

[30] N.E. – Traduzido do francês original.

também que, por 18 meses, haveis reconhecido legal a prorrogação destas mesas, como aquela das Assembléias e que, ao transferi-las para Châtel-Guyon, vossa lei de 28 de agosto de 1941 lhes tinha consagrado formalmente a permanência.

Dir-se-á que as mesas das Assembléias perdem sua razão de ser quando estas Assembléias não estão reunidas? É vosso ministro da Justiça quem responde pelo seu tratado de Direto Constitucional (página 525 da edição de 1933): "A mesa não desaparece no intervalo das sessões".

É fora de dúvida que as mesas deveriam subsistir, já que as Assembléias "subsistem"; só aqueles que delas receberam, por eleição, um mandato de confiança, estão habilitados a representá-las.

Eis agora o fato consumado.

Mas compreendei que, contra o novo atentado às nossas instituições republicanas, que desta vez afeta aquela pela qual somos responsáveis, os republicanos, que somos, não se calam.

Em Vichy, a Assembléia Nacional deu "todos os poderes ao governo da República", sob a autoridade e assinatura do marechal Pétain, para promulgar, em um ou mais atos, uma "nova constituição do Estado Francês". Foi, ademais, especificado que "esta constituição será ratificada pela nação e aplicada pelas Assembléias que ela tiver criado".

Quer queirais, quer não, é ao Governo da República que a Assembléia Nacional deu o seu mandato. Este mandato é, pelo próprio ato, desconhecido quando se toma a iniciativa de eliminar de nossas instituições o essencial da República. Não somente a palavra república desapareceu do *Diário Oficial* e do frontão dos prédios nacionais, mas vós abolis por toda parte o princípio da representação eletiva; vós infringis as regras fundamentais de nosso direito cívico e de nosso direito penal. Vós substituístes um arbítrio sem limite às garantias que todas as nações civilizadas concedem aos acusados. Restabelecestes as *lettres de cachet*.[31] Tais atos constituem muito mais que abusos do poder.

[31] N.E. – Ordens de prisão arbitrárias, do tempo do regime anterior a 1789.

Mesmo sob vossa autoridade e vossa firma, nenhum governo pode permanecer mandatário da Assembléia Nacional, nem agir validamente em seu nome, se ele cessa de ser o governo da República.

Não vemos claramente a que fins se destina vosso decreto-lei. Mas, se a despeito dos compromissos assumidos, tínheis o desígnio, quer de confiscar à nação o direito de decidir, ela mesma, o seu regime definitivo, quer, sem a autorização do Parlamento, exigida por vosso ato constitucional n. 2, arrastar a França contra nossos antigos aliados, numa guerra a que, segundo vossas próprias palavras, "a honra nos proíbe", nós teríamos por esta carta protestado antecipadamente em nome da soberania nacional.

Enganam-vos e vos faltam ao respeito se vos dizem que o país vos segue sob o caminho por onde tentais levá-lo. Ele suporta – e não tem remédio – as medidas e os governos sucessivos que lhe haveis imposto, mas a adesão de seu espírito e de seu coração, sem a qual nada podereis fazer de durável, não contai obtê-la.

Os franceses estão prontos a todos os esforços para reparar o desastre da pátria. Eles aceitarão toda disciplina necessária. Mas preservam sua fé nas instituições da liberdade.

É impossível que a liberdade morra no país onde ela nasceu e de onde ela se expandiu para o mundo.

O próximo grande perigo é que ela não possa ser reconquistada sem as convulsões que o vosso dever seria, em verdade, conjurar.

Falando constantemente de união, não deixastes de excluir os franceses da comunhão nacional; haveis prejudicado a muitos, haveis mutilado as Assembléias Municipais, herdeiras de seculares tradições comunais; haveis aniquilado os Conselhos Gerais, que traduziam a sabedoria das nossas províncias; haveis substituído vossas próprias escolhas às do povo.

Vossa pretensão de despojar agora nossos colegas das mesas, e nós, de títulos que dependem, não de vossa vontade, mas,

do sufrágio de nossos pares, não afetará nem nosso devotamento total à França, nem nosso amor à democracia, que nos recusamos a negar.

É cópia fiel:
T. Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 206
Herriot e a Legião de Honra.

A Embaixada do Brasil na França cumprimenta atenciosamente a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de lhe comunicar, no incluso recorte de *Le Matin*, de Paris, de 23 do corrente mês, um artigo de ataque ao senhor Edouard Herriot, ex-presidente da Câmara francesa, pelo fato de haver apresentado sua demissão da Legião de Honra desde que essa condecoração vem sendo conferida a membros da chamada "Legião Tricolor", que combatem em favor da Alemanha, assinalando ele, numa carta dirigida ao chefe daquela ordem, que assim procedia com o intuito de não poluir a memória de Clémenceau, por quem fora condecorado em 1917, justificação essa que nenhum jornal deste país foi autorizado a publicar.

Vichy, em 24 de setembro de 1942.

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 24 de setembro de 1942.

[*Ofício*] n. 207
Perseguições racistas na França.

Senhor Ministro,

Em aditamento aos ofícios n. 203 e n. 204, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nas inclusas cópias autenticadas, tais como, dado o silêncio da imprensa, vêm sendo aqui divulgados a título clandestino, dois manifestos em que se expõem as atrocidades a que estão sendo submetidos os israelitas estrangeiros neste país.

2. Cumpro, em nome da verdade, o dever de certificar que tudo quanto nesses manifestos se afirma corresponde ao que por outras fontes me tem chegado ao conhecimento e aos fatos de que, em parte, me coube ser testemunha pessoal, para o entristecimento de meus dias no fim de uma carreira já longa.

Aproveito este ensejo, senhor ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

L. M. DE SOUZA DANTAS

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo[32] *1*

[32] N.E. – Traduzido do francês original.

AOS NOSSOS IRMÃOS FRANCESES

Humilhados, perseguidos e mortificados, os judeus franceses e imigrados se voltam para ti, população francesa da zona não ocupada, e te dirigem um apelo urgente: deves tomar conhecimento das atrocidades inauditas que cometem atualmente em teu solo os bárbaros anti-semitas, atrocidades que uma imprensa a soldo te deixa ignorar. Eleva teu protesto. Por todos os meios em teu poder, paralisa a mão criminosa e salva as vítimas.

Crimes odiosos, sem igual, mesmo na Idade Média, nos anais das perseguições anti-semitas as mais horríveis, foram perpetrados nestes dias e continuam a ser cometidos pelas autoridades de ocupação e seus agentes na zona ocupada. E esta vaga de perseguição se espraia sobre a zona não ocupada, ameaçando ganhar a mesma amplitude que do outro lado da linha de demarcação.

DEPORTAÇÕES MACIÇAS NA ZONA OCUPADA
BRUTALIDADES ATROZES CONTRA AS MULHERES E CRIANÇAS

Há algum tempo, milhares de judeus internados nos campos de Drancy, Pithiviers, Beaune-la-Rolande e Compiègne foram deportados.

Por ocasião da partida dos deportados de Drancy, perto de Paris, os vândalos nazistas e os policiais a seu soldo quiseram mostrar até onde podia ir seu sadismo. Eles haviam convocado as mães, as mulheres e os filhos dos internados. Foi-lhes dito para lhes permitir abraçar uma última vez os seus. Então, aos olhos das infelizes famílias, os guardas chicoteavam os deportados acorrentados, como condenados. Entre esses internados, achavam-se uma centena de homens que tinham combatido pela França em 1914 e em 1939, muitos dos quais tinham sido condecorados por sua dedicação e sua coragem.

Isso não foi suficiente para esses bárbaros. Algumas semanas depois que os seus campos tinham sido esvaziados, sua raiva

bestial desencadeou-se contra os homens, as mulheres e as crianças deixadas em liberdade.

Em plena noite, policiais e seus mercenários forçaram as portas de milhares de lares judeus; arrancaram de suas casas mulheres, mesmo doentes, mesmo grávidas, carregaram-nas em seus caminhões e conduziram-nas a campos de concentração provisórios. Somente as crianças com menos de dois anos foram deixadas com suas mães. Acima desta idade, foram separadas e conduzidas a centros de agrupamento especiais, sem que nem mesmo fosse anotada sua identidade. Numerosas foram deixadas, sem nenhum cuidado, nas habitações de onde seus pais acabavam de ser carregados. Uma parte dessas crianças foi confiada à Assistência Pública e seus documentos de identidade destruídos propositalmente pelas autoridades policiais. Perto de trezentas mulheres se suicidaram; numerosas lançaram seus filhos pelas janelas, antes de se matarem, para não cair nas mãos dos nazistas. O sangue gela quando se ouve os relatos dos que conseguiram fugir desse inferno.

No Velódromo de Inverno ultralotado, elevavam-se os gritos das mulheres que davam à luz sem nenhuma ajuda médica e os gemidos dos doentes e dos moribundos.

Faltam palavras para traduzir os sofrimentos e a angústia das crianças. Despertadas em pleno sono, fixavam com seus olhos amedrontados os bandidos que brutalizavam suas mães e que as arrancavam a elas, depois de terem aprisionado seus pais.

E este furor de *pogrom* não tem fim. A cada dia, continua a caça aos que conseguiram escapar às garras dos nazistas. Na linha de demarcação, são detidas as mulheres que, com seus filhos, procuram alcançar a zona não ocupada. As mães são levadas pela polícia e as crianças abandonadas em pleno campo. Centenas de crianças judias erram, assim, sem teto e devem a vida à população francesa.

UMA NOVA VAGA DE PERSEGUIÇÕES ANTIJUDIAS NA ZONA NÃO OCUPADA

Em simetria às medidas anti-semitas da outra zona, as perseguições contra os judeus começaram também na zona não ocupada e prosseguem cada dia de uma maneira mais violenta.

Retidos nos campos de concentração de Gurs e de Rivesaltes, 3.500 internados foram entregues aos nazistas pelas autoridades francesas e transferidos para Drancy. Em Marselha, no campo de Milles, numerosas centenas de mulheres, homens e crianças foram reunidos. Serão deportados, como os de Paris, para o leste. Numerosos trens passaram pela estação de Lion abarrotados de infelizes amontoados em vagões para o transporte de animais e guardados por policiais de baioneta armada. Em todas as grandes cidades, houve prisões em massa e milhares de pessoas foram detidas. Partirão também para o leste.

A pedido de Hitler, começou a caça de judeus refugiados da Alemanha, que se condenam a uma morte certa ao entregá-los às autoridades alemãs.

Toda população judia desta zona, aterrorizada pela campanha de excitação anti-semita de certos jornais particularmente odiosos, vive na angústia da prisão e da deportação. E as últimas circulares de polícia provam, infelizmente, que estes temores são fundados e que uma grande parte da população judia será brevemente entregue aos nazistas.

OS QUE COMETEM ESSES CRIMES SÃO OS INIMIGOS DO POVO DA FRANÇA

Franceses, esses fatos odiosos são cometidos em vosso país, o país da Declaração dos Direitos do Homem, aquele cuja reputação de terra de asilo, de berço de cultura e de civilização irradiou-se, no curso dos séculos, através do mundo inteiro. São cometidos contra uma parte da população cujos filhos verteram

convosco seu sangue para a salvação da França; contra aqueles que, como imigrados, engajaram-se voluntariamente na defesa de sua nova pátria. Esses crimes são perpetrados contra aqueles que ajudaram, pelo seu trabalho, a reconstruir a França devastada depois da Grande Guerra; que criaram em vosso país indústrias novas e contribuíram para a sua prosperidade. Seus filhos são nascidos na França, foram aqui educados com os vossos, falam a mesma língua, são impregnados da cultura francesa e do amor pela terra da França.

Em nome de uma teoria racial insensata, anticientífica e imoral, torturam-se homens pela única razão de serem judeus. Numa propaganda vergonhosa, que não hesita diante de nenhuma mentira, esforça-se para atribuir-lhes a responsabilidade por todas as infelicidades que sofreis desde a ocupação.

Mas, deveis fazer-vos uma pergunta: quem são aqueles que cometem os crimes? E a resposta é fácil. São aqueles que devastam o vosso país; que, em seus *stalags* na Alemanha, fazem sofrer um milhão e meio de homens em plena juventude; que arruínam vossa indústria; e que querem, por todos os meios, obrigar-vos a ir trabalhar em seu país, para fazer funcionar sua máquina da guerra. São eles que montaram uma cruzada contra as idéias mais progressistas do espírito humano; que sufocam toda liberdade de palavra e de pensamento em vosso país; que matam milhares de inocentes reféns franceses; que torturam nos campos de concentração os melhores de vossos filhos, os verdadeiros patriotas, aqueles que não querem dobrar-se ao jugo do ocupante, aqueles que lutam com heroísmo pela liberação da França.

Esta odiosa caça ao homem é conduzida pelas autoridades ocupantes com o assentimento e a ajuda daqueles que aviltam o nome da França; daqueles que, contra a vossa vontade, entregam o país aos nazistas; daqueles que copiam os métodos hitlerianos e que, na mesma condição que os nazistas, merecem vosso desprezo e vosso ódio.

POR QUE ESTES CRIMES?

Os nazistas e seus agentes escolheram os judeus como bodes expiatórios na esperança de afastar vossa justa cólera dos verdadeiros responsáveis pelo vosso sofrimento e de desviá-la sobre inocentes, na esperança de quebrar a unidade de luta de toda a população francesa. É a aplicação do velho princípio "dividir para reinar", de que se servem desde sempre os tiranos para reforçar o seu poder.

Com o terrível destino preparado para as massas judias, querem assustar-vos, provando que não param diante de nenhuma atrocidade, que não há limite à sua raiva sanguinária quando se trata, para eles, de realizar o extermínio de todo um povo.

Nem os gritos de desespero de uma mãe nem o choro lacerante de uma criança são de natureza a parar sua mão assassina. Querem assim vos advertir de que se continuardes vossa luta libertadora, que se não fornecerdes centenas de milhares de trabalhadores, eles vos aplicarão os métodos que empregam contra o povo polonês em luta, contra a Noruega, contra a Tchecoslováquia, contra todos os povos oprimidos da Europa: as mesmas atrocidades que, diante de vossos olhos e em vosso país, se cometem na hora atual contra a população judia.

O POVO DA FRANÇA COMPREENDE A MANOBRA
– ESTÁ AO LADO DOS PERSEGUIDOS –

Mas sabeis que não são os judeus que são os vossos inimigos, que eles não são os responsáveis por vossos sofrimentos. Convosco, os judeus estão prontos a lutar por uma França livre e independente, onde, segundo as mais gloriosas tradições de vosso país, todos os homens, sem distinção de raça e religião, poderão viver livres no trabalho e na dignidade.

A população francesa de Paris mostrou que compreende a verdadeira significação da barbárie anti-semita. Sua conduta é

um exemplo de coragem, de nobreza e solidariedade humana.

Graças à ajuda de seus vizinhos franceses, um grande número de famílias judias pôde escapar aos nazistas. As mães francesas substituíram as mães roubadas aos filhos judeus.

Os bárbaros fizeram o seu *pogrom* em plena noite, porque temiam um protesto público, porque temiam que a população francesa defendesse os judeus. E, desde a manhã, manifestações ocorreram em certos bairros de Paris.

Saudamos com alegria a demissão de certos agentes da polícia francesa, que recusaram participar da odiosa tarefa que lhes era atribuída.

Estamos convencidos de que, na zona não ocupada, seguireis também o exemplo de vossos irmãos de Paris. Fareis ouvir vosso grito de protesto:

- contra os atos de *pogrom* na zona ocupada;
- contra as perseguições que ameaçam ampliar-se nesta zona;
- vós cercareis de vossa solidariedade ativa os judeus perseguidos;
- exigireis que aqueles que fugiram para a zona não ocupada encontrem aqui o direito de asilo;
- obtereis que as instituições que se ocupam da infância se interessem pelo destino das crianças judias abandonadas;
- exigireis que seja procurada a identidade das crianças entregues à Assistência Pública para que sejam entregues às suas mães;
- impedireis que sejam entregues aos nazistas os homens, as mulheres e as crianças judias desta zona;
- não permitireis que também nesta zona seja realizado o plano hitlerista de extermínio das massas judias.

MÃES FRANCESAS

Não podeis ficar impassíveis diante dos atos odiosos que são cometidos em vosso país.

Se alguém entre vós hesitasse ainda em formar seu juízo contra o regime nazista, encontraria agora –no olhar angustiado das crianças que viveram a noite terrível dos *pogroms* de Paris, nas lágrimas das crianças abandonadas – a condenação dos bárbaros do século XX.

Em nome dos mais sagrados sentimentos maternais, apelamos a vós, mães francesas, para que exijam, em toda parte e por todos os meios, o fim deste extermínio inumano e para que ponhais sob vossa proteção as mães e as crianças judias.

CATÓLICOS E PROTESTANTES

Em nome de vossos princípios, em nome de vossa fé, em nome de vossa misericórdia e de vossa piedade por aqueles que sofrem e são perseguidos, nós vos pedimos: AJUDAI-NOS.

EX-COMBATENTES

O sangue de vossos camaradas judeus que, com o vosso, regou a terra francesa, apela à vossa consciência. Não permanecereis surdos ao grito de vossos irmãos, suas mulheres e seus filhos.

INTELECTUAIS

Vós, que fostes sempre os primeiros a despertar as consciências, quando em algum lugar do mundo se cometia uma injustiça, quando um homem ou um povo era perseguido, vós não vos podeis calar quando são perseguidos até o extermínio aqueles entre os quais se contam grandes nomes das ciências e das letras.

TRABALHADORES

Em nome da solidariedade que, em todos os tempos, guiou o mundo operário, nós vos chamamos a elevar vossa voz poderosa contra as perseguições anti-semitas, contra o extermínio de uma parte da população trabalhadora de vosso país. Os trabalhadores judeus estiveram sempre ao vosso lado em defesa de vossa condição de vida e de vossas liberdades. Ainda agora, lado a lado convosco, eles combatem por um futuro melhor.

POVOS FRANCESES

Os anti-semitas nazistas são os que odeiam o povo da França, aquele que Hitler chamou, no *Mein Kampf*, um povo de negróides, uma raça inferior ao povo alemão, "povo de senhores". Se permitis que os animais nazistas exterminem sem piedade a população judia da França, o seu ódio racial se voltará amanhã contra vós.

É preciso que um grito de protesto unânime se eleve através do país. É preciso que os criminosos saibam que o povo da França não está disposto a tolerar os *pogroms*, que ele não considera nem os judeus, nem um outro povo, nem ele mesmo, como um rebanho destinado à escravidão nazista.

Impedi a mão do carrasco dos povos. Fazei vosso dever de homens. Tomai a defesa das vítimas do anti-semitismo.

Assim agindo, defendereis vossa própria existência e vossa própria liberdade.

É cópia fiel:
T. Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

Anexo[33] *2*

O Consistório Central dos Israelitas da França, consciente do dever de solidariedade religiosa que lhe incumbe, exprime ao chefe do governo a indignação que lhe inspira a decisão tomada pelo governo francês de entregar ao governo alemão milhares de estrangeiros de diversas nacionalidades, mas todos de religião israelita, residentes na zona não ocupada e que se haviam refugiado na França, antes da guerra, para fugir às perseguições de que eram vítimas.

O Consistório Central protesta, com toda a sua energia, tanto contra esta ofensa feita ao princípio de direito de asilo, quanto contra as condições desumanas nas quais esta medida começou a ser executada pelas autoridades da zona não ocupada.

O Consistório Central não pode ter nenhuma dúvida quanto ao destino final que espera os deportados, depois que tenham sofrido um terrível martírio. Não declarou o chanceler do *Reich* em sua mensagem de fevereiro de 1942: "se realizará a minha profecia, segundo a qual, no curso desta guerra, não será a humanidade ariana que será aniquilada, mas os judeus é que serão exterminados. O que quer que nos traga a luta, qualquer que seja a sua duração, este será o seu resultado final"? Este programa de extermínio foi metodicamente aplicado na Alemanha e nos países por ela ocupados, pois foi comprovado por informações precisas e concordantes que numerosas centenas de milhares de israelitas foram massacrados na Europa oriental ou ali morreram depois. O fato de que as pessoas entregues pelo governo francês foram reunidas sem nenhuma discriminação quanto às suas aptidões físicas, que entre elas figuram doentes, velhos, mulheres grávidas, crianças, confirma que não é com o objetivo de utilizar os deportados como mão-de-obra que o governo alemão os reclama, mas na intenção bem clara de exterminá-los impiedosa e metodicamente.

[33] N.E. – Traduzido do francês original.

Os cidadãos franceses, que somos, não podem constatar sem revolta que o governo francês, pela primeira vez na história, viola deliberadamente o direito de asilo, cujo respeito, por uma tradição secular, foi sempre considerado em nosso país como um princípio sagrado.

Os israelitas estão ainda mais justificados em sublinhar o caráter sagrado do direito de asilo pelo fato de ter sido ele instituído, nos tempos bíblicos, por sua lei religiosa; o cristianismo retomou a mesma tradição e a Igreja impôs constantemente o seu respeito às autoridades leigas, ao longo da nossa história.

Todas as circunstâncias que cercaram este abandono o tornam ainda mais revoltante. Os infelizes deportados foram tratados do modo mais desumano, desde o seu desembarque na zona não ocupada. Foram amontoados em vagões para transporte de animais, homens, mulheres, crianças, velhos, doentes, todos misturados, sem víveres, sem que tenham sido respeitadas as mais elementares precauções de higiene. Estes comboios sinistros não puderam ser abastecidos nas suas paradas em algumas estações da zona não ocupada, onde o serviço de polícia rigoroso e brutal interditou o acesso das plataformas às organizações de caridade e a ministros do culto, que tentavam trazer a estes condenados os últimos socorros da religião.

Os membros do Consistório Central, porque todos antigos combatentes, acreditam dever fazer notar ao governo que, entre as pessoas ameaçadas de deportação, figuram estrangeiros que, no curso da guerra, engajaram-se no exército francês e combateram sob suas bandeiras. Hoje, a França os entregaria, sem defesa. Seria um fato tão grave que o Consistório Central está seguro de que será suficiente assinalá-lo ao governo para que seja evitada uma medida capaz de escandalizar todos os antigos combatentes, qualquer que seja a confissão religiosa a que pertençam.

O Consistório Central dos Israelitas da França, renovando os protestos anteriores, nos termos dos quais não deixou de pedir que os judeus estrangeiros fossem tratados em todos os aspectos

num pé de igualdade com os outros estrangeiros, adjura o governo a refletir sobre as incalculáveis conseqüências morais das medidas que ordenou;

E recorda que as mais altas tradições da França, constantemente mantidas, proíbem a entrega a um governo estrangeiro dos infelizes destinados à morte, unicamente por serem culpados de pertencer a uma determinada religião;

E lhe requer, ao menos, no caso de não ser possível obter a revogação do conjunto destas medidas, que seja mantida a totalidade das exceções que tinham sido aplicadas aos primeiros comboios e, notadamente, a exclusão de todos os antigos combatentes e voluntários estrangeiros com suas famílias, os filhos de menos de dezoito anos isolados e, em todos os casos, as jovens, a quem estas deportações são suscetíveis de acarretar as mais revoltantes conseqüências;

Pede, igualmente, a decisão de que os pais de crianças de menos de cinco anos não sejam deportados, bem como todas as mulheres grávidas;

Insiste, enfim, para que um tratamento humano seja dado aos que ficariam condenados a tomar o caminho da deportação.

É cópia fiel:
T. Medeiros do Paço
Conselheiro de Embaixada

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 209
Racismo japonês...

A embaixada do Brasil na França cumprimenta atenciosamente a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de lhe comunicar, no incluso recorte de *Le Matin*, de Paris, de 24 do corrente mês, uma informação, segundo a qual se atribui ao deputado japonês Yomiuri Hochi, ex-embaixador de seu país na Itália, a opinião, quando menos esdrúxula, de que a atual guerra universal nada mais é, na realidade, do que uma "revolta dos povos oprimidos pelos judeus"...

Vichy, em 25 de setembro de 1942.

* * *

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

[*Ofício*] n. 217
Perseguições racistas na França.

A embaixada do Brasil na França cumprimenta atenciosamente a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de lhe comunicar, tais como vêm sendo clandestinamente divulgados neste país, os termos de uma carta em que o conhecido literato Paul Claudel, ex-embaixador, se dirige ao rabino Schwartz, para lhe dizer a indignação que lhe causam as perseguições racistas a que se abandonou a França derrotada.

Vichy, em 30 de setembro de 1942.

Anexo único[34]

Castelo de Brangues (Isère),
24 de dezembro de 1941. Véspera de Natal.

Senhor,

Meu bom amigo Wladimir d'Ormesson acaba de me dar seu endereço. Faço questão de lhe escrever para lhe dizer da repugnância, da dor, do horror, da indignação que experimentam todos os bons franceses e, especialmente, os católicos, com respeito às iniqüidades, espoliações, maus-tratos de toda a sorte de que são atualmente vítimas nossos compatriotas israelitas. Tive relações freqüentes com judeus de todas as nações e sempre encontrei neles não somente espíritos, mas corações, generosos e delicados.

Tenho orgulho de ter, entre eles, muitos amigos. Um católico não pode esquecer que Israel é sempre o Primogênito da Promessa, como é hoje o primogênito da dor: 'bem-aventurados aqueles que sofrem perseguição pela justiça'. Que Deus proteja e abençoe Israel nesta palavra redentora.

'Eu não estarei sempre irritado', vos diz o Senhor pela boca de seu profeta.

Aceite...

(a) PAUL CLAUDEL
Embaixador de França

Ao Senhor Grão-Rabino Schwartz, Lion

É cópia fiel:
T. Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

[34] N.E. – Traduzido do francês original.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Vichy, em 1º de outubro de 1942.

Mês político na França[35]
Setembro de 1942.

N. 9

Ao se analisarem as ocorrências que assinalaram, no decurso do mês de setembro, a política do governo de Vichy, aparecem como aspectos relevantes da progressiva nazificação da França, empreendida por Pierre Laval, a introdução do serviço civil obrigatório em favor da Alemanha, a colaboração que lhe vem prestando na obra de escravização e extermínio dos judeus e, por fim, misterioso sintoma de incertezas e inquietações, prenunciadoras de descargas na atmosfera política do país, a exoneração de Benoist-Méchin, extremado êmulo de Laval, do cargo de membro do governo francês. Tentarei examinar, sucessivamente, essas principais ocorrências.

2. O TRABALHO CIVIL OBRIGATÓRIO. Salvo na Rússia soviética, onde o impôs a ideologia comunista, o trabalho civil obrigatório, em todos os países em que excepcionalmente exista, é sempre uma medida de guerra, e de guerra total, quando a nação em armas, dadas as necessidades da mobilização industrial, não mais distingue entre militares e civis, ante a obrigação comum da defesa da pátria.

3. Moralmente, o governo francês deixou de ser neutro desde que, a 22 de junho, pela voz de seu chefe, declarou almejar a vitória da Alemanha (v. ofício n. 119). E, juridicamente, abandonou o estatuto de neutralidade – a que até então, aparentemente, se atinha –, quando decretou a mobilização da mão-de-obra em favor

[35] N.E. – Documento anexo ao ofício n. 218 da embaixada do Brasil em Vichy, de 01/10/1942.

da Alemanha, pela lei n. 869, publicada a 13 de setembro, sob o eufemístico título de "Lei relativa à utilização e orientação da mão-de-obra" (v. ofício n. 201).

4. Esse ato legislativo é, antes de tudo, uma confissão: a de que fracassara o voluntariado da mão-de-obra para a Alemanha, tão apregoado pelo governo francês; voluntariado, aliás, muito relativo, dadas as medidas de compressão de que já se vinha utilizando, qual o encerramento compulsório de usinas.

5. É, com certeza, profundamente impopular a lei em apreço. Mas, no estado de crescente *gestapização* em que se encontra a França, será ousado afirmar-se que o povo lhe poderá opor resistências eficazes. Nem se fará mister recorrer às penas que a lei comina contra seus infratores. Bastará ao governo retirar aos relutantes as cartas individuais de alimentação, para que eles se vejam ante a contingência de se submeter, ou perecer de inanição.

6. E assim procederá o lavalismo escravista. Prevêem-se, é certo, embaraços na execução da lei, suscitados pela provável hostilidade das repartições públicas, ou das empresas industriais. Mas, com o fim de remover esses tropeços, a 19 de setembro, um sensacional Conselho de Ministros, reunido sob a sonolenta presidência do marechal Pétain, conferiu a Pierre Laval, sob proposta deste, o direito de demitir *ad nutum* quaisquer funcionários públicos, ou pessoas que exerçam, em empresas industriais, empregos atribuídos ou aprovados pelo governo. Trata-se de um direito que caberá a Laval a "título excepcional" e "enquanto durarem as hostilidades" – com o que o governo de Vichy implicitamente anuiu em considerar-se beligerante.

7. A 20 de setembro, apareceu o primeiro decreto relativo à execução do trabalho obrigatório e bastante instrutivo é o comentário oficial publicado por esse ensejo (v. ofício n. 211, anexo 2). Revela-se que a lei que pretende "utilizar e orientar a mão-de-obra na França" é o resultado de negociações empreendidas entre o chefe do governo francês e o *gauleiter* Lauckel, escravizador de operários em todos os países militarmente ocupados pelo *Reich*.

Em virtude das negociações referidas, aquele *gauleiter* alemão se absterá de aplicar à França ocupada o edital de 22 de agosto último, pelo qual, contra todos os direitos da potência ocupante, atrela os obreiros das nações vencidas às moendas de guerra do vencedor, desde que um *gauleiter* francês, com palavras, iniciativas ou aos estalos de seu rebenque, se incumba de idênticos misteres, nas duas zonas de seu país. Operação brilhantíssima para a Alemanha, não só porque um *gauleiter* nacional, conhecendo melhor a índole das massas que tenha de domar, se haverá com maior eficiência, como por isso que uma medida que só atingiria a parte ocupada do país, se tornará extensiva à totalidade de seu território.

8. E o astuto e obstinado Laval ao avançar, passo a passo, com habilidade indiscutível, sofisma, no comunicado em apreço, que o trabalho obrigatório não acarretará obrigação de trabalhar na Alemanha, muito embora os homens que, por sua idade, competência ou situação de família, sejam particularmente qualificados para isso, venham a receber "apelos individuais", a fim de que cumpram com o "dever moral" de participar nessa grande obra de solidariedade francesa "à substituição dos prisioneiros".

9. ESCRAVIZAÇÃO E EXTERMÍNIO DOS JUDEUS. Eis outra forma, e das mais degradantes, da colaboração que Laval acaba de prestar à Alemanha (v. ofício n. 207). Desde meados deste ano, festejara o racismo nazista, na França ocupada, as suas mais bárbaras orgias, reprodução em reduzida escala das hecatombes que o Moloch racista já celebrara na Europa oriental. Na Cidade-Luz, 28 mil judeus estrangeiros, originários de países sob ocupação alemã, de quaisquer condições ou idades, foram literalmente encurralados, no estreito recinto do "Parc des Princes" e do "Vélodrôme d'Hiver", como etapa preliminar de seu martirológio. Horas mortas da noite, a *Gestapo* bateu à porta das residências particulares e à de clínicas e hospitais, não poupando nem pessoas que acabassem de ser operadas, nem mulheres em vias de dar à luz. Judeus suicidaram-se às centenas e a nobre população

parisiense, horrorizada ante tais espetáculos, procurou, na medida do possível, acoitar os perseguidos. Na própria polícia francesa, forçada a prestar auxilio à *Gestapo*, houve elementos que se negaram a participar da tarefa ignominiosa, o que determinou a demissão de uns 300 humildes policiais e a de oito altos funcionários, todos inculpados de "mentalidade pró-judia".

10. Mas, o estadista Laval, apóstolo da Europa hitleriana, levou sua mentalidade colaboracionista ao ponto de entregar à Alemanha mais de 10 mil israelitas refugiados na zona não ocupada, muitos dos quais já se achavam internados em campos de concentração, quais os de Gers, Rivesaltes, Vernet, Pau, Perpignan e Marselha. Entregou-lhe todos os adultos, sem distinção de sexo nem de idade; e, com isso, uma dezena de milhares de crianças judias foram recolhidas pela população francesa, ou pelas instituições de caridade, em particular a Cruz Vermelha suíça (v. ofício n. 170). Destroçadas e dispersas as famílias – dos homens, quando válidos, necessitam os alemães para os mais penosos trabalhos forçados, em minas de chumbo ou de sal; das mulheres, solteiras ou casadas, para que alegrem as casas de tolerância; e de todos os inúteis, por enfermos ou idosos, para que cessem de existir, não prejudicando com suas bocas a alimentação do continente, nem poluindo com seu bafo de vida o ar da nova Europa. Quando se sabe, pelas revelações da missão médica suíça à frente russa, que os nazistas asfixiam, em trens sanitários, os seus próprios feridos incuráveis, não será temerário acreditar-se que daquela forma procedam em relação aos judeus.

11. A França tradicional, a França cristã, a verdadeira França, pela voz de seus prelados, únicas forças morais que ainda nela sobrenadam no dilúvio da atual barbárie européia, em vão protestou contra tão inverossímeis aspectos da colaboração franco-germânica (v. ofício n. 203).

12. Ao núncio apostólico em Vichy que, em nome da moral divina, procurou interceder junto ao marechal, chefe do Estado, para que ao menos se respeitasse na França o direito de asilo, foi-

lhe respondido, pelo octogenário herói de Verdun, que a França entregava à Alemanha os judeus estrangeiros para não se ver constrangida a lhe extraditar os judeus franceses – como se Hitler, que visa exterminar na Europa todos os judeus, se dispusesse a poupar para sempre os da nacionalidade de Pétain...

13. Por sua vez, o inconfundível Laval – que, neste mesmo assunto, declarou não estar disposto a receber do estrangeiro "lições de moral" –, obteve, numa manobra destinada a acalmar a opinião pública e dividir o clero francês, que certos prelados dirigissem ao inocente chefe do Estado, por um ensejo qualquer, um telegrama de solidariedade, saudando-o como "salvador e reconstrutor da pátria" e protestando os seus sentimentos de lealdade e apoio "à sua obra de reerguimento religioso, moral e material da França nova"! (v. ofício n. 204).

14. A EXONERAÇÃO DE BENOIST-MÉCHIN. Será ainda prematuro avaliar a significação exata da demissão de Benoist-Méchin do cargo de membro do governo francês, paredro laureado com os títulos de colaboracionista histórico, velho militante da quinta-coluna na França e atual presidente da "Legião Tricolor" (v. ofício n. 213).

15. A notícia, tal como foi anteontem publicada, apresentou-se como o desfecho provisório de apreensões em torno da estabilidade do governo de Laval e de intrigas urdidas por alguns de seus ministros, com o apoio de certos elementos alemães. Goza Laval da confiança de Otto Abetz, embaixador alemão em Paris, pessoa de Ribbentrop. Mas, a *Wehrmacht*, e sobretudo a *Gestapo*, parece que não consideram como homem de bastante pulso o atual chefe do governo francês e dão suas preferências ao famigerado nazista Jacques Doriot, presidente do "Partido Popular Francês", que aspira a foros de partido único. E Doriot, não há muito, anunciara que, a 15 de outubro, assumiria a chefia do governo francês, com ou sem o assentimento de Pétain...

16. Na previsão de uma mudança do governo, vários de seus membros, dentre os colaboracionistas extremados, como Platon,

Marion, Bonnard, e sobretudo Benoist-Méchin, já trocavam com Doriot, possível sol nascente, olhares amorosos. Falou-se mesmo na existência de uma conspiração... Afirma-se que Laval teve conhecimento de uma lista de componentes do novo governo, preparada por Benoist-Méchin, o que determinou a sua demissão. Mas, como é personagem muito benquisto às autoridades ocupantes, rumou para Paris, onde continuaria a conspirar com segurança.

17. Donde se vê que os alemães usam na França a mesma técnica política por eles tão eficientemente empregada em todos os países que avassalaram: manter, por trás do títere de quem se servem, como permanente ameaça, uma facção ultra-extremista, para dele retirarem o maior proveito possível e se precaverem contra suas possíveis veleidades de independência. Laval é também uma vítima da nova Europa...

Vichy, em 1º de outubro de 1942.
T. Medeiros do Paço,
Conselheiro de Embaixada

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/26/27/X/42

Situação militar
Perspectivas da guerra para o próximo futuro, vistas de Vichy

145 – SEGUNDA-FEIRA – 18H30 – Aditamento ao meu telegrama n. 120. Observo, nos meios políticos, a maior inquietação, provocada pelo problema de Dacar e a possibilidade da constituição da segunda frente na África Setentrional Francesa, cometimento que, desde o começo deste mês, a imprensa da zona ocupada, sob

inspiração alemã, vem apresentando como iminente. Acredito que a Alemanha considere pouco prováveis vultosas operações militares anglo-americanas nas costas francesas, por já muito fortificadas e onde se está construindo nova linha defensiva a uns 20 quilômetros da atual linha de defesa costeira. Entretanto, dada a impossibilidade de prosseguir, durante o inverno, a ofensiva na frente russa, poderia agora convir ao Eixo abrir novos teatros de guerra na África, onde visaria prevenir um ataque anglo-americano contra o sul da Europa e transformar num lago ítalo-germânico o mar Mediterrâneo. Noto que a propaganda contra a Grã-Bretanha – e mesmo contra os Estados Unidos – se torna cada vez mais virulenta e que quantos, pacifistas ideólogos ou agentes do estrangeiro, estigmatizavam na França de 1939 como último dos absurdos "morrer por Dantzig" proclamam hoje dever sagrado "morrer por Dacar". Todos, porém, que não se deixando iludir de que a ordem européia de Hitler não poderá acarretar senão a destruição política da França, ou mesmo o extermínio de seu povo, anelam aqui, como única salvação, a par da resistência russa, o estabelecimento de uma segunda frente, onde quer que seja, desde que seja empreendido com tal efeito de surpresa e superioridade de armamento e eficiência de comando, que fique assegurado o êxito decisivo. O primeiro-ministro Laval, na impossibilidade de fornecer imediatamente à Alemanha a quantidade de operários que lhe prometeu, dela vem obtendo sucessivas prorrogações de prazos, comprados a custo, contra prestações que são as infiltrações militares, cada vez maiores, na África do norte. A conclusão deste telegrama segue sob número 146, por outro código.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/26/27/X/42

Situação militar
Perspectivas da guerra para o próximo futuro, vistas de Vichy

146 – SEGUNDA-FEIRA – 23H55 – Aditamento ao meu telegrama n. 145. Veio dar as mais graves preocupações do momento a ostensiva expressão oficial da visita que o almirante Darlan, comandante supremo de todas as forças francesas, acaba de fazer a Dacar, para inspecionar os trabalhos de fortificação local e como portador da mensagem em que o marechal Péteain reafirma a decisão governamental de repelir pelas armas, como atentatório à integridade do império colonial francês, qualquer ato preventivo das Nações Unidas. Sei que já estão concluídos os ajustes militares entre a França e a Alemanha, para a "defesa em comum" da África de Vichy e, em certos meios oficiais, parecem-me insinuar a existência de entendimentos da mesma ordem entre a Espanha e a Alemanha, ao me assinalarem uma concentração de forças providas de divisões blindadas, fornecidas pelos alemães no Marrocos espanhol. Quanto a Portugal, seu ministro aqui, com quem ainda hoje conversei, supõe que uma investida contra Dacar não seja, hoje, estrategicamente realizável, sem prévia ocupação das ilhas de Cabo Verde, como base aérea. Asseverou-me que, em tal eventualidade, seu país defenderia aquelas ilhas como quaisquer outros territórios portugueses, pelo menos pró-forma, mas que, de modo algum, assumiria posição jurídica de aliado das potências do Eixo. Ao mesmo tempo, afirmou-me, não sei se a título de *bluff*, que Portugal já tem em suas possessões 60.000 homens em pé de guerra. Absolutamente sincero senti-o, ao encarecerme a profunda apreensão que o problema suscita ao sr. Oliveira Salazar, de quem é pessoa muito chegada. De tempos para cá, vêm sendo aqui exploradas pela propaganda germânica, sobretudo na zona ocupada, certas manifestações, quanto à necessidade

de uma ocupação de Dacar, atribuídas à imprensa brasileira e veiculadas por Buenos Aires.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/28/29/X/42

Situação militar
Perspectivas da guerra para o próximo futuro
Trabalho propaganda francesa

147 – QUARTA-FEIRA – 12H00 – Aditamento ao meu telegrama n. 146. O serviço de propaganda do Ministério das Informações deste país, em sincronismo com o da propaganda alemã, que dia-a-dia fornece às redações "notas de orientação" em que se deve inspirar a atividade jornalística, redigiu para ontem o seguinte, que me foi mostrado, a título reservado: "No momento em que tantas ameaças circundam nosso império colonial, particularmente a África ocidental, convém encarecer as importantes declarações que o almirante Darlan, comandante-em-chefe das forças armadas, acaba de fazer em Rabat, a propósito de Dacar. Insistir-se-á sobretudo no trecho em que diz não haver comparação alguma entre os atuais meios de defesa de Dacar e os que lhe permitiram resistir há dois anos, bem como no tópico em que o almirante afirma com energia: 'Se se travasse combate por Dacar, todos obedeceriam a esta ordem do marechal: *Resistir até a vitória*. Exaltar-se-á também o belo gesto dos professores estagiários da escola dos quadros cívicos de Mayet de Montagne, que reivindicaram a honra de participar efetivamente na defesa do império colonial caso seja atacada Dacar ou qualquer território de além-mar'".

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/31/X/42

CONFIDENCIAL

Agrément governo francês para o doutor João Neves da Fontoura
Agradecimentos embaixador Souza Dantas

148 – SÁBADO – 11H45 – Em resposta ao telegrama de Vossa Excelência n. 119. Protesto, mais uma vez, eterna e profunda gratidão ao Senhor Presidente da República e a Vossa Excelência. Jamais esquecerei o que lhes devo. Acabo de ver o senhor Laval, que me autorizou a dizer a Vossa Excelência que o doutor João Neves da Fontoura é *persona grata*. Esclareci o senhor Laval sobre a pessoa brilhantíssima do novo embaixador.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/31/X/42

Recomendações em favor conselheiro
Trajano M. do Paço e auxiliar Leon Levy

148 A – SÁBADO – 11H45 – Neste momento, cumprindo um dever de consciência, permito-me pedir ao Senhor Presidente da República e a Vossa Excelência a promoção do conselheiro Trajano Medeiros do Paço, funcionário brilhantíssimo, dos mais antigos na classe, classificado em 1º lugar em concurso memorável, conforme me disse tantas vezes o doutor Epitácio Pessoa, e que serve ao país com dedicação profunda, grande inteligência e patriotismo acendrado. Posso afirmar a Vossa Excelência que seria ato de

inteira justiça. Permita-me Vossa Excelência que lhe recomende o auxiliar Leon Levy, admirável funcionário, de proverbial capacidade de trabalho, que há cerca de 30 anos vem prestando serviços inestimáveis e que é conhecido e estimado por todos os brasileiros, grandes e pequenos, que tenham vindo a este país.

L. M. DE SOUZA DANTAS

* * *

DA EMBAIXADA EM VICHY
EM/27/XI/1/XII/42

Partida da França de funcionários diplomáticos brasileiros

S/N – Nossa partida não pode ainda ser efetuada, nem posso saber quando o será, porque, por imposição das autoridades ocupantes, este governo não tem a faculdade de conceder vistos de saída do território francês, para quaisquer direções, nos passaportes, mesmo nos diplomáticos, dos nacionais dos países que se acham em estado de beligerância ou de ruptura de relações com o Eixo. Todavia, desde a violação do edifício da embaixada, cometida em 12 do corrente, não fomos mais objeto de mais nenhum molestamento, até agora.

SOUZA DANTAS

Nota: Este telegrama foi recebido por intermédio da Legação em Berna.

* * *

Índice Onomástico

A

ABETZ, OTTO (1903-1958)

> Diplomata alemão. Criador do Comitê França-Alemanha (1935), integrado por movimentos de jovens, intelectuais e acadêmicos. Representante de Ribbentrop em Paris, a partir de junho de 1940, com o grau de ministro plenipotenciário e, depois, embaixador, exerce enorme influência sobre o governo de Vichy. Condenado a 20 anos de prisão (1949) pelo Tribunal Militar de Paris, é liberado (1954) e expulso para a Alemanha. Sua morte, após a explosão do automóvel em que viajava, faz supor um atentado. 140, 155, 157, 160, 161, 174, 176, 177, 186, 187, 196, 197, 218, 226, 281, 284, 287, 288, 291, 331, 335, 336, 338, 357, 358, 389, 416

ACHARD, JEAN

> Político francês. Secretário de Estado para o Abastecimento do governo de Vichy. 121

ALFIERI, DINO (1886-1966)

> Advogado italiano. Chefe partidário e deputado fascista, ministro da Imprensa e Propaganda (1935) e da Cultura Popular (1937-1939), embaixador em Berlim (1941-1943). Vota a favor da *Ordine del giorno Grandi* (25 jul. 1943) no Grande Conselho do Fascismo. Condenado por contumácia nos processos de Verona (1944). 65

ALIBERT, RAPHAËL (1886-1963)

> Político francês. Secretário-geral da presidência do Conselho (1940) e ministro da Justiça (12 jul. 1940 / 27 jan. 1941). Signatário do Estatuto dos Judeus (out. 1940). Refugiado no estrangeiro, é condenado à morte por contumácia (7 mar. 1947); asilado na Bélgica, é anistiado (1959). 172, 187, 321, 335

ARANHA, OSWALDO (1894-1960)

> Político e diplomata brasileiro. Um dos líderes da Revolução de Trinta; ministro da Justiça (1930-1931); ministro da Fazenda (1931-1934);

embaixador em Washington (1934-1938); ministro das Relações Exteriores (1938-1944); chefe da missão junto à ONU (1947); ministro da Fazenda (1953-1954). 256, 315, 355, 385, 398

ARC, JOANA D' (1412-1431)
> Heroína nacional da França. Sua imagem, criada a partir de sua participação na Guerra dos Cem Anos contra os ingleses, transformou-a no ícone do nacionalismo gaulês. 143

ARTHEZ, RAUL
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

AZEVEDO, LUIZ MESQUITA
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

B

BARNAUD, JACQUES (1893-1962)
> Inspetor de finanças francês. Chefe de gabinete do ministro do Trabalho; secretário de Estado para as relações franco-alemãs. Detido (1944), absolvido (1949), reassume suas funções no Banco Worms e outras sociedades. 192, 193

BARNES, MAYNARD
> Diplomata americano. Primeiro-secretário de embaixada e encarregado de negócios dos Estados Unidos em Vichy. 164

BARROS, FRANCISCO DE
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

BARTHELEMY, JOSEPH (1874-1945)
> Jurista francês, autor de um reputado tratado de direito constitucional. Deputado, ministro e secretário de Estado da Justiça do governo de Vichy (27 jan. 1941 / 26 mar. 1943). Assassinado por membros da Resistência. 243

BARUCH, ELIAS
> Cidadão brasileiro residente no Marrocos. 279

BASDEVANT, JULES (1877-1968)
> Jurista francês. Consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros; professor de direito internacional público (1930-1941); juiz da Corte Internacional de Justiça (1946-1964). 232, 238

BAUDOIN, PAUL (1894-1964)
> Inspetor de finanças francês. Homem de confiança de Paul Reynaud, é feito membro da direção do Banco da Indochina; ministro dos Negócios Estrangeiros (16 jun. 1940 / 28 out. 1940); secretário de Estado na presidência do Conselho, participa das manobras para afastar Laval; ministro da Informação (dez. 1940 / jan. 1941); presidente do Banco da Indochina (1941-1944). Condenado (1947) a cinco anos de trabalhos forçados, degradação nacional e confisco de bens, suas penas são comutadas (1949) em cinco anos de indignidade nacional. 129, 134, 141, 172, 173, 187, 251

BAZAINE, FRANÇOIS ACHILLE (1811-1888)
> Marechal francês, vencido pelos prussianos em 1870. 329

BELIN, RENÉ (? -1977)
> Sindicalista francês. Pacifista de esquerda e anticomunista, segundo homem da Confederação Geral do Trabalho (CGT); ministro da Produção Industrial (14 jul. 1940 / 23 fev. 1941). Absolvido, no processo como colaboracionista, por atos de resistência (1949). 121

BENOIST-MÉCHIN, JACQUES (1901-1983)
> Jornalista francês. Integrante do Partido Popular Francês, de Doriot, e do Comitê França-Alemanha. Nomeado, no governo Darlan, secretário-geral da vice-presidência do Conselho; incumbido das relações franco-alemãs, demite-se sob o gabinete Laval (1942). Preso (1945) e condenado à morte pela Alta Corte de Justiça (1947), tem sua pena comutada em prisão perpétua com trabalhos forçados, mas é liberado (1954). Autor

de várias biografias de personagens do Oriente Médio e de uma *Histoire de l'Armée Allemande* (1936-1964). 249, 284, 332, 333, 378, 381, 412, 416, 417

BERGÉRY, GASTON (1892-1974)
> Político francês. Deputado radical e, posteriormente, pelo *Front National;* autor de moção parlamentar a favor de "uma ordem nova, autoritária, nacional, social, anticomunista e antiplutocrática"; embaixador em Moscou (abr./jun. 1941) e Ancara (maio 1942 / set. 1944). Absolvido (1949) no processo como colaboracionista. 114, 137, 248

BISMARCK, OTTO VON (1818-1898)
> Notável político alemão, príncipe de Bismarck. Chanceler da Prússia, responsável pela unificação da Alemanha e pela formação do Império alemão (1870); chanceler do Império (1871-1890). 50, 138, 292

BLANKE, (?)
> Militar alemão. Membro do conselho superior de guerra, incumbido da supervisão das políticas racistas e da *arianização* das empresas francesas. 242

BLUM, LEON (1872-1950)
> Político e escritor francês. Jornalista de *L'Humanité;* deputado e líder do Partido Socialista, como sucessor de Jaurès. Presidente do Conselho no governo da Frente Popular (1936). Detido pelo governo de Vichy, deportado (1943). 197, 328

BOBIN, ROBERT
> Jornalista francês. Redator do jornal *L'Oeuvre*. 191

BOCK, FEODOR VON (1880-1945)
> General alemão, incumbido da unificação com o exército austríaco (1935); faz a campanha da Polônia e, na campanha da França, comanda a ala direita, invadindo a Bélgica e a Holanda; participa da campanha da

Rússia, vencendo Smolensk e levando os exércitos até os Urais; cai em desgraça por opor-se ao avanço até Stalingrado. Moto em combate. 83, 93

BOGOMOLLOF, ALEXANDER
> Embaixador soviético na França. Acompanha o governo em Vichy. Com a ruptura do pacto germânico-soviético e o rompimento de relações entre a União Soviética e o governo francês, passa a ser acreditado, em Londres, junto ao Comitê Nacional Francês. Continua com as mesmas funções em Argel. 248

BOISSON, PIERRE
> Militar francês. Governador-geral da África Ocidental Francesa (1940-1942), opõe-se à tentativa de incluir Dacar na França Livre e, frente à sua resistência, as tropas inglesas se retiram, com descrédito político para o general de Gaulle (1940). Após o desembarque aliado na África do Norte, adere a Darlan (1942). Detido (dez. 1943) e submetido a julgamento (1944); liberado (28 nov. 1945), perde o direito à Legião de Honra e à pensão (1946). 391

BOIVIN-CHAMPEAUX, JEAN (1887-1954)
> Advogado e político francês. Senador, relator do projeto de lei que dá plenos poderes ao marechal Pétain (10 jul. 1940). Continua sua carreira política na IV República. 394

BONDET, (?)
> Militar francês. Capitão do exército, serve no Chade durante a II Guerra Mundial. 241

BONNARD, ABEL (1883-1968)
> Escritor e político francês. Romancista, poeta e ensaísta, de um nacionalismo de tradição *maurrassiana* com conotações antiparlamentares. Adere ao Partido Popular Francês de Doriot e, sob o regime de Vichy, é ministro da Instrução Pública (18 abr. 1942 / 17 ago. 1944). Condenado à morte por contumácia, asila-se na Espanha, onde permanece até sua morte. 319, 382, 417

BONNET, GEORGES (1889-1973)
> Parlamentar francês. Embaixador nos Estados Unidos (1937), ministro das Finanças no gabinete Chautemps (1937-1938), ministro dos Negócios Estrangeiros (1938-1939). Membro do Conselho Nacional sob o regime de Vichy, apóia a cooperação com a Alemanha. Expulso do Partido Radical, elege-se deputado como dissidente (1956-1968). 112, 340

BOUTHILIER, YVES (? -1977)
> Político francês. Ministro das Finanças (16 jun. 1940 / 18 abr. 1942), afastado por Laval. Procurador-geral do Tribunal de Contas (1942); levado para a Alemanha (1944). Condenado (1947) a três anos de prisão. Autor de *Le Drame de Vichy*, *Face à l'ennemi* e *Face à l'allié.* 284

BRANDÃO, ALFREDO DE PIMENTEL (1908-1987)
> Funcionário brasileiro. Auxiliar do consulado-geral em Paris (1937-1943); assessor da legação de Portugal em Paris, na proteção dos interesses brasileiros na zona ocupada da França (maio 1942 / nov. 1944). Admitido à carreira diplomática, exerce suas funções sobretudo em Paris. 315, 372, 373

BRANDÃO, MÁRIO DE PIMENTEL (1889-1956)
> Diplomata brasileiro. Ministro das Relações Exteriores (1937-1938), embaixador em Washington (1938-1939), em Bruxelas (1939-1940), delegado do Brasil à Conferência de Emergência para a Defesa Política do Continente (maio 1942 / dez. 1943), embaixador em Madri (1944), Moscou (1946-1947); Bonn (1950-1951) e secretário-geral do MRE (1951-1953), período em que, por duas vezes, exerce as funções de ministro, interino, das Relações Exteriores. 88, 89

BRASIL, HERMENEGILDO DE ASSIS (? -1941)
> Cidadão brasileiro. De tradicional família gaúcha, jovem voluntário na guerra da Espanha, refugia-se na França, onde é internado em Gurs. Submetido a trabalhos forçados, inclusive na frente de batalha (linha Maginot), escapa e, depois de cobrir 120 km a pé até Paris, contrai uma septicemia, de que vem a falecer (4 jun. 1941). 274

BRIAND, ARISTIDE (1862-1932)

> Advogado, jornalista e político francês. Fundador, com Jean Jaurès, de *L'Humanité;* deputado (1901-1932); membro do Conselho de Ministros em várias funções (1906-1932); artífice da aproximação franco-alemã, assina os acordos de Locarno; instigador do pacto Briand-Kellogg (1928). Prêmio Nobel da Paz (1926). 340

BRINON, FERDINAND DE (1885-1945)

> Diplomata francês. Fundador do Comitê Brasil-Alemanha (1935), embaixador, delegado-geral do governo de Vichy junto às autoridades de ocupação, foge para a Alemanha, onde cria, em Sigmaringen, a delegação governamental francesa. Preso (1945), é condenado à morte e executado em abril do mesmo ano. 161, 196, 197, 310, 312, 313, 326, 382

BÜRCKEL, JOSEF (1895-1944)

> Professor alemão. Membro de primeira hora do Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP), chega a *gauleiter* de Rheinpfalz (Palatinado); comissário do *Reich* para a região do Saar (1935); comissário para a Ostmark (Áustria) e *gauleiter* de Viena (1939-1940); membro do comitê de orçamento do *Reich* e *gauleiter* (1941) da Westmark (Lorena). Suicida-se à entrada dos aliados em Metz. 148

BURGIN, EDWARD LESLIE (1887-1945)

> Político inglês. Ocupou as pastas dos Transportes (1937-1939) e do Abastecimento (1939) no gabinete de Neville Chamberlain. 33

C

CACHIN, MARCEL (1869-1958)

> Senador francês, comunista. Membro do Partido Trabalhista Francês, de Jules Guesde (desde 1891); participa do Congresso Socialista de Amsterdã (1904) e, depois, em Paris (1905), quando cria a *Section Française de l'International Ouvrière* (SFIO). Deputado (1914), é enviado em missão diplomática à Rússia (1917). Com a cisão da SFIO, participa da fundação do Partido Comunista Francês, como membro do comitê dire-

tor, além de dirigir o jornal *L'Humanité* (1918). Membro do *bureau* político (1923); senador (1935), é excluído do Senado (jan. 1940), por não repudiar publicamente o pacto germano-russo. Retorna à política como deputado (1946). 32

CAEIRO DA MATA, JOSÉ (1883-1963)

> Político, diplomata e professor português. Ministro da Educação e dos Negócios Estrangeiros no governo Salazar (1944-1945); embaixador junto ao governo de Vichy; professor universitário em Coimbra e Lisboa, com vários trabalhos publicados na área do direito. 296

CAMPOS, COSTA

> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

CARCOPINO, JERÔME (1881-1970)

> Notável professor e historiador francês. Especialista em História Romana, diretor da Escola Normal Superior (1940-1942), reitor da Academia de Paris. Nomeado secretário de Estado da Educação (1941) no governo Pétain-Darlan, renuncia quando do retorno de Pierre Laval. Processado e preso depois da liberação, é absolvido (1947) por serviços prestados à Resistência e reintegrado em suas funções (1951). Eleito para a Academia Francesa (1955). 148, 209

CARNEIRO, PAULO (1901-1982)

> Cientista e diplomata brasileiro. Professor de química na Escola Politécnica de Paris, doutor pelo Instituto Pasteur (1930), onde trabalha por quatro anos. Adido à embaixada em Paris, colaborador do embaixador Souza Dantas; embaixador junto à Unesco, várias vezes membro e presidente do conselho executivo da organização. Eleito para a Academia Brasileira de Letras (1971). 236, 237, 334

CASSAGNEU, (?)

> Advogado francês. Procurador-geral da Suprema Corte de Justiça, tribunal de exceção sediado em Riom e criado pelo governo Pétain para julgar os responsáveis pela derrota da França. 324

CATHALA, PIERRE (1888-1947)

> Político francês. Colega de liceu, amigo pessoal e conselheiro de Pierre Laval; deputado (desde 1928); subsecretário de Estado e ministro do Interior (13 jan. 1932 / 20 fev. 1932), da Agricultura (1935-1936) e das Finanças (18 abr. 1942 / 17 ago. 1944). Falece em Paris, aguardando julgamento. 340

CATROUX, GEORGES (1877-1969)

> Militar francês. General (1931), comandante do 19o Corpo do Exército na Argélia (1936-1939), governador-geral da Indochina (jul. 1939 / jul. 1940). Adere ao general de Gaulle (ago. 1940); comandante-em-chefe e delegado-geral da França Livre no Oriente Médio (jun./1941). Julgado à revelia e condenado à morte pelo governo de Vichy (1941). Governador da Argélia (1942); intermediário dos generais Giraud, em Argel, e de Gaulle, em Londres (dez. 1942); ministro de Estado incumbido da África do Norte (set. 1944); embaixador na Rússia (1945-1948). Grande-chanceler da Legião de Honra (1954). 151, 250, 252

CAZIOT, PIERRE (1876-1953)

> Político francês. Ministro de Estado da Agricultura; membro do *Crédit Foncier* e da *Société des Agriculteurs du Marquis de Vogüé*. Condenado à degradação nacional, perda dos direitos civis e confisco de 50% do seu patrimônio (1947). 271

CERULI, JOÃO

> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

CHAMBERLAIN, NEVILLE (1869-1940)

> Político inglês. Membro do Parlamento pelo Partido Conservador (1918); ministro da Saúde nos gabinetes Bonar Law (1923) e Baldwin (1924-1929); ministro da Fazenda (*Chancellor of the Exchequer*, 1931-1937) e primeiro-ministro (maio 1937) até a derrota inglesa na Noruega (1940), quando Winston Churchill o substitui. Seu nome é sempre associado à tentativa de apaziguamento com a Alemanha e ao pacto de Munique. 35, 39, 41, 58, 150, 328

CHAMBRUN, CHARLES DE (1875-1952)
> Diplomata francês, conde de Chambrun. Embaixador em Ancara (1928-1933) e Roma (1933-1935). Eleito para a Academia Francesa (1946). 337, 350

CHATEAUBRIANT, ALPHONSE DE BRÉDENBEC (1877-1951)
> Escritor francês, prêmio *Goncourt* (1911). Germanófilo e pró-fascista, visita Hitler em Berchtesgaden (1938); fundador e diretor do hebdomadário colaboracionista *La Gerbe.* Um tribunal francês o condena (1945) à morte por contumácia e à indignidade nacional. Refugia-se na Alemanha; passa à Áustria sob falsa identidade e recolhe-se a um mosteiro do Tirol. 319

CHAUTEMPS, CAMILLE (1885-1963)
> Político francês. Deputado radical (1929-1934); senador (1934); presidente do Conselho de Ministros (1930; nov. 1933 / jan. 1934; jun. 1937 / mar. 1938); vice-presidente do Conselho no gabinete Paul Reynaud; favorece a ascensão do marechal Pétain. Passa a residir nos Estados Unidos (1940). Depois da liberação, divide seu tempo entre Paris e Washington. Grão-mestre da Maçonaria. 104

CHEVALIER, JACQUES
> Educador francês. Professor de filosofia na Universidade de Grenoble; ministro da Educação do governo de Vichy (dez. 1940 / fev. 1941). 209

CHIAPPE, JEAN (1878-1940)
> Político francês. Chefe de polícia (1927-1934); alto-comissário na Síria (1940). A caminho de Damasco, seu avião é abatido pela Royal Air Force (RAF). 150

CHICHÉRY, ABERT (1888-1944)
> Político francês. Deputado pelo Partido Radical; ministro do Comércio (5 jun. 1940 / 12 jul. 1940). 340

CHURCHILL, WINSTON (1874-1965)

> Político inglês, filho de lorde Randolph Churchill, da alta aristocracia, e de Jenny Jerome, norte-americana. Deputado e secretário de Estado (1906); ministro do Comércio (1908) e, logo depois, ministro do Interior e lorde do Almirantado (1911). Exerce numerosas funções de relevo (1917-1922), entre as quais a de ministro do Abastecimento e ministro da Guerra. Ausente do Parlamento (1922-1924), volta ao governo como ministro da Fazenda de Stanley Baldwin (1924-1929). Suas posições com respeito ao auto-governo da Índia, à crise dinástica (1938) e sua insistência na necessidade do rearmamento da Inglaterra o mantêm afastado do governo. Declarada a II Guerra, é feito primeiro-ministro (1940) e conduz a Grã-Bretanha à vitória. Prêmio Nobel de literatura (1953). 33, 82, 83, 88, 138, 215, 216, 217

CIANO, CONDE DE (1903-1944)

> Galeazzo Ciano. Diplomata e político italiano, casa-se com Edda Mussolini (1930). Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália; fuzilado por haver participado de um complô contra Mussolini. 31, 55

CLAUDE, PAUL (1868-1955)

> Poeta, dramaturgo e diplomata francês. Ministro no Rio de Janeiro e Copenhague; embaixador em Tóquio (1922-1928), Washington (1928-1933) e Bruxelas (1933-1936). Membro da Academia Francesa (1946). 410, 411

CLÉMENCEAU, GEORGES EUGÈNE

> Jornalista e político francês. Deputado pelo Partido Radical (a partir de 1876); senador (1902), duas vezes primeiro-ministro (1906-1909; 1917-1920), responsável pelo esforço de guerra e pela vitória da França (1919). 189, 313, 397

CLODIUS, (?)

> Diplomata alemão. Dirigiu as missões alemãs a Belgrado, Sófia e Bucareste (1940). 56

COLETTE, PAUL
> Estudante francês. Muito jovem, comete atentado à bala contra Pierre Laval e Marcel Déat (27 ago. 1941). Condenado à morte, deve ao marechal Pétain a comutação de sua pena em prisão perpétua com trabalhos forçados. 382

CORAP, ANDRÉ (1878-1953)
> General francês. Oficial do estado-maior de Foch e de Pétain na I Guerra Mundial. Captura Abd-el-Krim, no Marrocos (1926). Comandante do 9º e, depois, do 7º Exército, passa para a reserva (1 jul. 1940), acusado de ser um dos principais responsáveis pela derrota da França. 71, 72

COSTA, JOÃO CARLOS
> Cidadão brasileiro. Detido pela polícia francesa quando tentava passar a fronteira para a zona não ocupada. Entregue à polícia alemã, é libertado graças aos bons ofícios do embaixador Souza Dantas (1942). 367

COSTA, MÁRIO
> Cidadão brasileiro, irmão do anterior. Detido nas mesmas circunstâncias e igualmente socorrido por Souza Dantas. 367

COSTA, OTÁVIO CHERMONT DA
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 367, 373

CRASSINE, (?)
> Cidadão francês, não identificado. 248

CSAKY, CONDE
> Istvan Csaky. Político húngaro. Ministro dos Negócios Estrangeiros, assina a adesão da Hungria ao Eixo (nov. 1940). 31

CUNHA, MIGUEL GONÇALVES
> Cidadão brasileiro. Engenheiro metalúrgico, internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 367, 373

D

DALADIER, EDOUARD (1884-1970)

> Político francês. Socialista, ministro das Colônias e da Guerra (1924); presidente do Conselho (1933-1934), ministro da Guerra e vice-presidente do Conselho no gabinete Leon Blum (1936); novamente na presidência do Conselho, assina pela França os acordos de Munique (1938). Cede seu lugar a Paul Reynaud, voltando a integrar o gabinete como ministro dos Negócios Estrangeiros (maio 1940). Com a invasão da França, escapa para o Marrocos; preso por ordem de Pétain, é julgado por traição e entregue aos alemães, que o deportam para Buchenwald (1940-1945). Deputado (1946-1958). 35, 41, 42, 49, 51, 58, 116, 328, 329, 340

DARLAN, FRANÇOIS (1881-1942)

> Almirante e político francês. Comandante da frota atlântica (1934); chefe do estado-maior da Armada (1936); ministro da Marinha sob Pétain (1940); vice-primeiro-ministro, designado sucessor de Pétain (1941). Com o retorno de Laval (17 abr. 1942), Darlan deixa o governo, guardando as funções de comandante-em-chefe das forças de terra, mar e ar. Em Argel quando da invasão da África do norte pelos aliados, é nomeado alto-comissário para a África do norte. Assassinado (24 dez. 1942) por um jovem resistente monarquista, Fernand Bonnier de la Chapelle. 161, 173, 186, 189, 190, 197, 198, 199, 201, 206, 207, 210, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 230, 232, 233, 234, 235, 238, 241, 242, 246, 248, 255, 257, 259, 265, 266, 267, 268, 271, 277, 283, 287, 289, 290, 293, 303, 304, 306, 307, 308, 317, 320, 321, 332, 333, 334, 338, 339, 340, 419, 420

DAUTRY, RAUL (1880-1951)

> Engenheiro francês. Ministro do armamento (1939-1940) durante os gabinetes Daladier e Paul Reynaud; ministro da Reconstrução e Urbanismo no pós-guerra (1944-1946) e administrador-geral do Comissariado da Energia Atômica (1946). 33

DÉAT, MARCEL (1894-1955)

> Político francês. Membro da seção francesa da Internacional Socialista, expulso em 1933. Participa da Frente Popular (1936); dirige o jornal *L'Oeuvre;* torna-se um dos líderes dos pacifistas de esquerda; vota a favor dos plenos poderes ao marechal Pétain (jul. 1940); secretário de Estado para o Trabalho (mar. 1944 / ago. 1944). Condenado à morte por contumácia, no fim da guerra, refugia-se na Alemanha; sob falsa identidade passa à Itália, onde se recolhe a um mosteiro perto de Turim. 162, 163, 178, 187, 188, 213, 225, 261, 319, 336, 359, 382, 392

DECLERQ, (?)

> Político francês que, por haver-se afastado do Partido Comunista, teve seu mandato preservado (1940). 39

DEEGAM, ELIZABETH

> Funcionária da embaixada americana em Vichy. 164

DELONCLE, EUGÈNE (1890-1944)

> Político francês. Formado pela Escola Politécnica, funda o Comitê Secreto de Ação Revolucionária (1936), conhecido como *Cagoule*, grupo de tendência fascista. Aproxima-se de Marcel Déat, mas é excluído do movimento (1942). Executado em seu apartamento (1944), o assassinato é atribuído à *Gestapo*. 248

DENTZ, HENRI-FERNAND (1881-1945)

> General francês. Governador militar de Paris (1940); alto-comissário e comandante das forças francesas na Síria (1940 / 4 abr. 1941). Condenado à morte, tem a pena comutada em prisão perpétua. 91, 92, 241, 249, 250, 270

DERBY, CONDE DE (1865-1948)

> George Villiers Stanley. Político inglês. Membro do Partido Conservador (1892). Secretário de Estado da Guerra (1916-1918; 1922-1924);

embaixador em Paris (1918-1920); chanceler da Universidade de Liverpool (1909-1948). 32

DEWES, (?)
> Político francês que, por se ter afastado do Partido Comunista, teve seu mandato preservado (1940). 39

DORIOT, JACQUES (1898-1945)
> Político francês. Operário, ingressa no Partido Comunista (1920); secretário da Juventude Comunista (1923); deputado (1924); prefeito da cidade operária de Saint Denis (1931). Expulso do Partido Comunista (1934), cria o Partido Popular Francês, de tendência fascista, e o jornal *Le Cri du Peuple*. Une-se à Legião dos Voluntários Franceses. Fundador do *Rassemblement National Populaire*. Morto em Sigmaringen. 114, 225, 270, 319, 320, 321, 333, 359, 361, 416, 417

DORMOY, MAX (1888-1941)
> Político francês. Parlamentar pelo Partido Socialista e prefeito de Montluçon, cujo conselho municipal foi suspenso pelo governo de Vichy (1940). Internado pelos alemães (set. 1940). 122

DREYFUS, ALFRED (1859-1935)
> Militar francês, tenente-coronel durante a I Guerra. Judeu, capitão do estado-maior do Exército francês (1893), acusado injustamente de espionagem (1894), é submetido a um conselho de guerra; condenado, expulso do Exército (1895) e deportado para a Ilha do Diabo (Guiana Francesa). Repatriado e submetido a um segundo conselho (1898), tem sua pena atenuada para 10 anos. Recebe o indulto (1899) e segue buscando o reconhecimento de sua inocência (1906), após o que é reintegrado. Seu processo tornou-se um dos grandes episódios da história política da França. 238

DUVAL, RAYMOND-FRANCIS (1894-1955)
> General francês. Crítico militar da *Revue des Deux Mondes*. 50

E

EFIRA, YVO
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

EULÁLIO, JOAQUIM
> *Consulte*: Nascimento e Silva, Joaquim Eulálio.

F

FALKENHAUSEN, ALEXANDER VON (1878-1966)
> General alemão. Governador militar da Bélgica (1940-1944). Detido depois do atentado de 20 de julho; libertado pelos Aliados (1945); processado e absolvido na Bélgica (1951). 361, 365

FARIA, MÁRIO COSTA
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

FARIA, OSWALDO CUNHA
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

FERRÃO, GASTÃO ARGOLLO
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

FERREIRA, JOAQUIM
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

FLANDIN, PIERRE-ETIENNE (1889-1958)
> Político francês. Ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do governo de Vichy (13 dez. 1940 / 9 fev. 1941); vai para a Argélia (out. 1942), onde é detido (dez. 1944). Condenado (1946) a cinco anos de degradação nacional, tem a pena comutada. 114, 157, 159, 161, 169, 173, 176, 182, 186, 209

FOCH, FERDINAND (1851-1929)

> General francês. Soldado na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871); aluno, professor e diretor da *Ecole de Guerre*, autor de *Les principes de la guerre* (1903) e *De la conduite de la guerre* (1904); general-de-divisão (1911), general-de-exército (1913) e marechal (1918). Durante a I Guerra, no comando do 2º Exército francês, detém o avanço alemão sobre Nancy (1914) e, à frente do 9º Exército na primeira batalha do Marne (set. 1914), impede o avanço inimigo sobre Paris, mas cai em desgraça por ocasião da ofensiva do Somme (jul. / nov. 1916). Nomeado comandante-em-chefe das forças aliadas no *front* ocidental (mar. 1918), lidera a vitória na segunda batalha do Marne (jul. 1918) e a contra-ofensiva aliada que se segue. 75

FOJO, DAVID

> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

FONCK, RENÉ (1894-1953)

> Aviador francês, herói da I Guerra Mundial. 338

FONTOURA, JOÃO NEVES DA (1889-1963)

> Político e diplomata brasileiro. Deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1928-1930; 1935-1937); um dos próceres da Revolução de 1930; apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932. Embaixador em Lisboa (1943-1945); ministro das Relações Exteriores (1946; 1951-1953). 421

FRANCISCI, PEDRO

> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

FRANCK, E. P.

> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

FRANCO BAHAMONDE, FRANCISCO

> General e político espanhol. Lidera as forças nacionalistas que derrubam a República, exerce a chefia do Estado espanhol (1938-1975). 33, 132, 193, 194, 303

G

GABLENZ, CARL AUGUST VON (1893-1942)
> Militar alemão. Barão, comandante de divisão, promovido a major-general da *Luftwaffe* (1 jan. 1941). 320

GAMBETTA, LÉON (1838-1882)
> Político francês. Maçom e republicano, desempenha importante papel nos primórdios da III República, na defesa de Paris e na resistência à ocupação alemã (1870-1871); ministro do Interior no governo da *Défense;* deputado (1871-1882); presidente da Câmara (1879-1881); chefe do gabinete e ministro dos Negócios Estrangeiros (1881-1982). 329

GAMELIN, MAURICE (1872-1958)
> General francês. Chefe da missão militar francesa ao Brasil (1919); chefe do estado-maior do Exército (1935). Substituído pelo general Weygand (17 maio 1940), quando da derrota do exército francês. Detido pelo governo de Vichy (set. 1943), é deportado para a Alemanha. 75, 82, 116, 328

GANCE, ABEL (1889-1981)
> Cineasta francês. Mesmo durante a guerra, continua sua produção cinematográfica (*Venus Aveugle*, 1941; *Capitaine Fracasse*, 1943). Deixa a França em 1943. 294, 295, 297

GAULLE, CHARLES DE (1890-1970)
> General francês. Chefia, de Londres, a resistência francesa à invasão alemã; presidente do governo provisório (9 set. 1944 / 20 jan. 1946). Atendendo ao apelo do presidente Coty, forma o governo de 29 de maio de 1958, que leva à criação da V República. Presidente da França (1959-1969). 84, 88, 111, 114, 119, 147, 150, 151, 157, 188, 222, 240, 250, 252, 260, 288

GIRAUD, HENRI (1879-1949)

> General francês. Comandante do 7º Exército, consegue sustar, em Breda, as forças alemãs. Enviado para conter o avanço alemão nas Ardenas, é feito prisioneiro. Com apoio inglês, consegue fugir do castelo de Königstein (abr. 1942). Comandante das forças francesas na Argélia, assiste à reunião dos grandes em Casablanca (1943) e passa a co-presidir, com de Gaulle, o Comitê Nacional para a Libertação. Ocupa a Córsega. Deixa o comando das Forças Armadas (1944) e passa para a reserva. Deputado à Constituinte (1946); autor de *Mes Evasions* (1942) e *Algérie 1942-1944* (1949). 342, 346, 347, 359, 360

GITTON, MARCEL (1903-1941)

> Operário francês. Militante do Partido Comunista Francês, membro do Comitê Central (1928), do *Bureau* Político (1932). Secretário da organização, torna-se a terceira figura do partido, depois de Thorez e Duclos. Detido pela polícia (1940), supõe-se que, sob coação, abandona o PCF e vincula-se ao *Parti Ouvrier et Paysan* (Partido Trabalhista e Camponês), colaboracionista. É executado na rua. 269

GOEBBELS, JOSEPH (1897-1945)

> Político alemão. Ministro da Propaganda de Hitler, nomeado chanceler do *Reich* por Hitler em seu testamento, devendo o almirante von Doenitz ser o *Führer*. Suicida-se, com sua mulher e filhos, para não cair prisioneiro durante o avanço das tropas russas sobre Berlim. 68, 84, 270

GOERING, HERMAN (1893-1946)

> Militar alemão. Aviador, herói da I Guerra Mundial, adere ao nazismo (1922). Presidente do *Reichstag* (1932); comandante-em-chefe da *Luftwaffe* (1935); incumbido, com plenos poderes, da execução do plano quadrienal, torna-se verdadeiro ditador da economia alemã (1936). Desacreditado pelos insucessos da força aérea (1943), perde seu poder e prestígio. Julgado e condenado à morte pelo tribunal de Nüremberg, suicida-se. 137, 145, 146, 198, 244, 290, 293, 298, 299, 300, 311

GOETHE, JOHANN WOLFGANG VON (1749-1832)
> Poeta, romancista e dramaturgo alemão, uma das maiores figuras da literatura ocidental. 292

GROSS, (?)
> Funcionário da embaixada americana em Vichy. 164

GUILHERMINA (1880-1962)
> Rainha dos Países Baixos (1890, ascensão ao trono; 1898, maioridade; 1948, abdicação). 70

H

HALIFAX, CONDE DE (1881-1959)
> Edward Wood. Político inglês, membro do Partido Conservador. Ministro da Agricultura (1924-1925), vice-rei da Índia (1925-1930); presidente da Junta de Educação no gabinete de união nacional de Ramsey MacDonald (1931). Sucede a seu pai como lorde Halifax e abandona a cadeira na Câmara dos Comuns (1934). Enviado em missão à Alemanha (nov. 1937); secretário para Assuntos Exteriores de Neville Chamberlain (fev. 1938-1940); embaixador em Washington (1941-1946). 59

HERING, PIERRE (1874-1963)
> Militar francês. General da reserva, reconvocado, comandante da região militar de Paris (1939); governador-militar de Paris (1940); comandante do Corpo do Exército (1940); volta à reserva (1940). 91

HERRIOT, EDOUARD (1872-1957)
> Político francês. Membro do Partido Radical; senador (1912); ministro de Obras Públicas e Abastecimento (1916-1917); deputado (1919-1940); primeiro-ministro (1924-1925), evacua o Ruhr, reconhece a URSS e faz do desarmamento uma prioridade; ministro da Instrução Pública (1926-1928); presidente da Câmara de Deputados (1936), opõe-se aos acordos de Munique, ao armistício e favorece a proposta de

Paul Reynaud de continuar, do norte da África, a guerra contra a Alemanha; abstém-se na votação dos poderes excepcionais do marechal Pétain. Depois da guerra, prefeito de Lion e deputado. 32, 122, 393, 394, 397

HESS, RUDOLF (1894-1987)

> Líder nazista, substituto de Hitler. Viaja secretamente para a Inglaterra (maio 1941), para entabular negociações com o governo britânico, com vistas à paz e à união de esforços contra a União Soviética. Feito prisioneiro na Inglaterra (1946), é submetido ao tribunal de Nüremberg, que o condena à prisão perpétua. Falece na prisão de Spandau. 228

HIMMLER, HEINRICH (1900-1945)

> Político alemão. Partidário de Hitler desde que este tentou, sem êxito, tomar o poder em 1923. O homem mais poderoso da Alemanha depois de Hitler. Líder dos *SS*, chefe da *Gestapo* e dos *Waffen SS* (braço armado da guarda pessoal de Hitler). Suicida-se antes de ser submetido a julgamento. 331, 336, 358

HINDENBURG, PAUL LUDWIG HANS ANTON VON BENECKENDORFF UND VON (1847-1934)

> General (1903) e político alemão. Combatente nas guerras Austro-Prussiana (1866) e Franco-Prussiana (1870-1871); aposentado (1911), retorna à ativa por ocasião da I Guerra; comandante-em-chefe das forças alemãs no leste, lidera a vitória sobre os russos na batalha de Tannenberg (1914) e na ocupação da Polônia (1914-1915); marechal-de-campo e comandante-geral das forças alemãs (1916); presidente da República de Weimar (1925-1934), aponta Hitler (1933) como chanceler. 298

HITLER, ADOLF (1889-1945)

> Líder do Partido Nacional Socialista Alemão; ditador da Alemanha (1933-1945), conduz o país à II Guerra Mundial e à derrota; responsável pela política racista do *Reich* e pelo extermínio de judeus e outras minorias étnicas. 35, 41, 50, 55, 56, 60, 62, 110, 127, 129, 132, 134, 139, 140, 142, 156, 157, 160, 161, 170, 181, 183, 185, 186, 223, 232,

234, 244, 248, 255, 266, 276, 277, 280, 283, 284, 285, 288, 291, 293, 300, 304, 306, 308, 312, 323, 328, 331, 343, 360, 382, 401, 416, 418

HOCHI, YOMIURI
> Político e diplomata japonês. Embaixador em Roma; deputado (1942). 410

HORE-BELISHA, ISAAC (1839-1957)
> Político inglês. Advogado, jornalista, eleito para o Parlamento (1923). Fundador do novo *National Liberal Party*, torna-se seu presidente. Ministro dos Transportes (1934-1937); secretário de Estado da Guerra (1937-1940); ministro da Previdência Social (1945). 31

HULL, CORDELL (1871-1955)
> Político norte-americano. Deputado pelo Partido Democrata (1907-1931), senador (1931), renuncia ao mandato para ser secretário de Estado (1933-1944). 43, 44, 164, 241, 242

HUNT, (?)
> Funcionário da embaixada americana em Vichy. 164

HUNTZINGER, CHARLES (1880-1941)
> General francês. Chefe da delegação que assina o armistício (22 jun. 1940), ministro da Guerra (1940). 161, 173, 255, 262, 286, 289

HYMANS, PAUL (1865-1941)
> Político belga. Deputado, líder do Partido Liberal; embaixador em Londres; ministro das Finanças, dos Negócios Estrangeiros (1918-1920, 1924-1925, 1927-1935). Colabora com a criação da Liga das Nações, onde representa seu país (1920-1924). 207

I

ISRAEL, JOSEPH
> Cidadão brasileiro, natural do estado do Amazonas, residente no Marrocos. 278

J

JARDON, EUGÈNE (1895-1977)
> Político francês. Deputado, um dos 80 representantes a votar contra os plenos poderes do marechal Pétain (jul. 1940). Por haver-se afastado do Partido Comunista, tem seu mandato preservado (1940). 39

JEANNENEY, JULES (1864-1957)
> Político francês. Radical, deputado (1902-1909); senador (3 jan. 1909 / 31 dez. 1944); presidente do Senado (3 jun. 1932 / 10 jul. 1942); ministro do governo provisório (1944-1945). 393, 394

JOUVENEL, BERTRAND DE (1903-1987)
> Intelectual francês, autor de importante obra de ciência política. Precursor da ecologia, fundador da revista *Futuribles*. Suas relações com Otto Abetz e as posições independentes que adota ao longo de sua vida ("não se sabe se é de direita ou de esquerda", segundo expressão atribuída a Jean-François Revel), alimentam as suspeitas e acusações de haver colaborado com as tropas de ocupação alemãs. 114

K

KEITEL, WILHELM (1882-1946)
> Militar alemão. General (1933), comandante supremo das Forças Armadas (1938), marechal. Rende-se ao marechal Zhukov (8 maio 1945). Condenado à morte pelo tribunal de Nüremberg, é enforcado (16 out. 1946). 140, 223

KERAZ, JOSÉ
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

KOHT, HALVDAN (1873-1965)
> Político norueguês. Membro do Parlamento pelo Partido do Trabalho; ministro dos Negócios Estrangeiros (1935), segue uma linha pacifista. Quando da invasão alemã (1940), foge para a Inglaterra, onde publica *Norway neutral and invaded* (1941). 40

KONOYE, FUMIMARO (1891-1945)
> Estadista japonês. Príncipe, descendente da antiga família dos Fujiwara. Primeiro-ministro (jun. 1937 / jan. 1939; jul. 1940 / out. 1941), assina os pactos do Eixo. Indiciado por crimes de guerra, suicida-se. 251

KOO, WELLINGTON (1887-1985)
> Diplomata chinês. Graduado pela Universidade de Columbia; fundador do moderno serviço diplomático de seu país, negocia o fim dos chamados "tratados desiguais". Delegado à Conferência de Versalhes (1919); embaixador na França (1936-1941); na Grã-Bretanha (1941-1946), signatário da Carta das Nações Unidas; embaixador nos Estados Unidos (1946-1956); juiz da Corte Internacional da Haia (1957-1967). 252

KRUG VON NIDDA, ROLAND (1895-1968)
> Diplomata alemão. Adido de imprensa à embaixada em Paris; cônsul-geral em Vichy (out. 1941), agindo, de fato, como um representante de Otto Abetz. 273, 281

KÜCHLER, GEORG VON (1881-1968)
> Militar alemão. Marechal-de-campo, participa da invasão da França (1940), sob o comando do general Feodor von Bock, e da Rússia (1941-1944). Preso (1945), condenado (1951) pelo tribunal de Nüremberg a 20 anos de prisão pelo tratamento dado aos prisioneiros na Rússia, é libertado (1955). 83

L

LA FAYETTE, MARQUÊS DE (1757-1834)
> Marie-Joseph Paul Yves Roch Gilbert du Motier. General e político francês. Nobre, militar e líder político, entusiasta da revolução americana, em que serviu como general, ao lado de George Washington (1777-1779; 1781). Ativo nos primeiros estágios da Revolução Francesa (1789-1804), foi o criador da atual bandeira da França. Seus descendentes diretos (a família Chambrun) são cidadãos honorários dos Estados Unidos. 261

LABONNE, ROGER
> Coronel francês. Comandante (ago. 1941 / mar. 1942) da Legião dos Voluntários Franceses contra o bolchevismo, corpo destacado na frente russa. 321

LAFOND, GEORGES (1881- ?)
> Empresário francês. Membro do grupo Mercier e defensor dos trustes de petróleo. 192

LAGARDELLE, HUBERT (1874-1958)
> Advogado francês. Teórico do sindicalismo revolucionário e da greve geral; diretor da revista *Le Mouvement Socialiste;* ministro do Trabalho (18 abr. 1942 / 21 nov. 1943). Preso e condenado após a vitória dos aliados. 350

LAMOUREUX, LUCIEN (1888- ?)
> Político francês. Deputado radical (1929-1936; 1937-1940); ministro da Instrução Pública e Belas Artes (1926), das Colônias (1930), do Orçamento (1933), do Trabalho e Previdência Social (1933-1934), das Colônias (1934), do Comércio e Indústria (1934) e das Finanças (1940). Recusa participar do gabinete Laval (1942). 340

LANGERON, ROGER (1882-1966)
> Político francês. Prefeito do departamento do Marne (1924-1929); prefeito de polícia de Paris (1934); detido pelos alemães (1941). 179, 180

LAUCKEL, (?)
> *Gauleiter* responsável pela organização do trabalho forçado no *Reich*. 413

LAURENCIE, LEON-BENOIT DE FORNEL DE LA (1879-1958)
> General francês. Comandante do 3º Corpo do Exército (1940); delegado do governo francês nos territórios ocupados. 109, 161

LAUZANNE, STÉPHANE (1874- ?)
> Jornalista e editor francês. Incumbido (1916) de organizar a ligação da França com a grande imprensa dos Estados Unidos, no quadro da política de propaganda do governo francês. Editor do *Le Matin* (1920-1940). Julgado por colaboracionismo, condenado e sentenciado a 20 anos de trabalhos forçados, degradação nacional e confisco de propriedade (30 out. 1944). Perdoado e libertado (14 mar. 1951). 212

LAVAL, PIERRE (1883-1945)
> Político francês. Deputado pelo Partido Socialista (1914), desloca-se para a direita depois da I Guerra; primeiro-ministro (1931-1932; 1935-1936); chefe do governo do Estado Francês, sob o marechal Pétain (jul. 1940 / dez. 1940). Graças ao apoio alemão, volta à mesma posição, que acumula com as de ministro dos Negócios Estrangeiros e do Interior (abr. 1942). Ante o avanço das tropas aliadas, o governo retira-se para Belfort e, depois, para Sigmaringen. As tropas americanas na Áustria o extraditam para a França, onde é julgado e executado. 91, 109, 121, 132, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 145, 148, 149, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 197, 198, 199, 218, 219, 225, 225–226, 312, 326, 327, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 368, 369, 370, 371, 378, 379, 380, 382, 382–383, 383, 384, 386, 387, 389, 392, 393, 394, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 421

LEAHY, WILLIAM DANIEL (1875-1959)

> Almirante americano. Comandante de operações navais (1937-1939), passa para a reserva. Governador de Porto Rico (set. 1939 / nov. 1940); embaixador junto ao governo de Vichy (jan. 1940 / maio 1942). Reconvocado (1942), é designado chefe do estado-maior do comandante-em-chefe do Exército e da Marinha (o presidente dos Estados Unidos). Promovido a almirante-de-esquadra (dez. 1944), passa para a reserva (1949). Permanece como conselheiro do secretário de Estado de Marinha e presidente da Fundação de História Naval. 208, 262, 266, 339

LEBRUN, ALBERT (1871-1950)

> Político francês. Depois da Escola Politécnica e da Escola de Minas, opta pela política (1900). Deputado; ministro das Colônias (1911-1914); das Regiões Libertadas (1917-1919); senador (1920); presidente do Senado (1931-1932); presidente da República (1932); reeleito (1939), sendo o último presidente da III República. Detido no Tirol, é autorizado a voltar à França (1943). 54

LÉGER, ALEXIS (1887-1975)

> Diplomata e poeta (pseudônimo Saint-John Perse). Embaixador; secretário-geral do Quai d'Orsay (1933-1940). Exilado nos Estados Unidos, privado da nacionalidade francesa e expulso da Legião de Honra, é reintegrado após a vitória aliada. Retorna à França (1957) e dedica-se unicamente à literatura. Prêmio Nobel (1960). 76

LEHIDEUX, FRANÇOIS (1904-1998)

> Empresário e industrial francês. Diretor-geral das Usinas Renault; presidente da sociedade Caudron S.A. (aviões); administrador da Renault Aviation; secretário de Estado para a Produção Industrial (18 jul. 1941 / 18 abr. 1942); deixa o governo quando da volta de Laval. Detido (1944), é absolvido (1949) por atos de resistência e falta de provas. 284

LEMERY, HENRI (1874-1972)

> Advogado, primeiro antilhano a exercer funções ministeriais na França.

Secretário de Estado para o Comércio e a Indústria (1917-1918); senador (1920); ministro da Justiça (1934); das Colônias (jul./set. 1940). Absolvido pela Alta Corte de Justiça (1947). 113

LEOPOLDO III (1901-1983)

> Rei dos belgas (1934-1950). Assina a rendição às tropas alemãs (1940); seu irmão, Carlos, conde de Flandres, é designado regente (1944); em virtude de crise política resultante da forte oposição dos partidos Liberal e Socialista ao seu retorno, abdica em favor de seu filho, Balduíno (1950). 70, 72, 73, 89

LEVY, LEON

> Auxiliar da embaixada do Brasil em Paris. 317, 318, 421, 422

LEVY, ROBERTO

> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

LUCHAIRE, JEAN

> Jornalista francês. Redator-chefe de *L'Ere Nouvelle;* diretor fundador de *Notre Temps*, financiado pelo Quai d'Orsay. Militante pela reconciliação franco-alemã e amigo de Otto Abetz (desde 1930), o qual, durante a ocupação, o faz diretor (1941) da Corporação Nacional da Imprensa Francesa (da zona norte) e co-presidente (1942) do Comitê Nacional de Coordenação da Imprensa Francesa (das duas zonas). Diretor do jornal *Les Nouveaux Temps* (1940-1944); comissário para a Informação e a Propaganda, em Sigmaringen (1944). 176, 177, 178, 225, 290

LUIZ XIII (1601-1643)

> Rei da França (1610-1643), confiou as rédeas do governo ao cardeal Richelieu. 225

M

MACHADO, LINEU DE PAULA (1880-1942)

> Empresário brasileiro. Diretor das Docas de Santos e da Companhia Belgo-Mineira, grande promotor das relações culturais franco-brasileiras, um dos fundadores do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura; incentivador do turfe, presidente de honra do Jockey Clube Fluminense. 375

MANDEL, GEORGES (1885-1944)

> Político francês. Começa sua carreira como jornalista em *L'Aurore*, jornal de Clemenceau, de cujo ministério participa duas vezes. Deputado (1919), a partir dos anos 1930, denuncia o "perigo alemão". Ministro das Colônias no governo Daladier; opõe-se aos acordos de Munique (1938); ministro do Interior (mar. 1940). Ao tentar passar para o norte da África, de onde pretende continuar em guerra contra a Alemanha (1942), é detido e condenado à prisão perpétua. Transferido para Orianenburg, na Alemanha, e, depois, para Buchenwald, é entregue à milícia francesa (4 jul. 1944), que o fuzila três dias depois. 76

MANGIERI, (?)

> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

MARIN, LOUIS (1861-1970)

> Professor de etnografia e político francês. Deputado (1905-1951); ministro das Pensões, da Saúde Pública (1934); ministro de Estado (sem pasta) nos Ministérios Flandin, Bouisson, Laval e Reynaud. Combate a idéia de armistício (1940) e deixa o cargo. Não participa nem do debate nem da votação de plenos poderes a Pétain. Membro da Assembléia Constituinte (1946-1951). 76

MARION, PAUL (1899-1964)

> Político francês. Ex-comunista e ex-membro do Partido Popular Francês, de Doriot; responsável pela rádio Vichy; secretário-geral adjunto para a

Informação; secretário da Informação e Propaganda (até jan. 1944). Condenado a 10 anos de prisão (1948), é perdoado (1953). 270, 382, 417

MARQUES, JAIME
> Cidadão brasileiro, natural de Belém (PA), residente no Marrocos. 278

MARQUES, JOSEPH
> Cidadão brasileiro, natural de Belém (PA), residente no Marrocos. Irmão do precedente. 278

MARQUES, MOYSÉS
> Cidadão brasileiro, natural de Belém (PA), residente no Marrocos. Irmão dos precedentes. 278

MARQUES, RAFAEL
> Cidadão brasileiro, natural de Belém (PA), residente no Marrocos. Irmão dos precedentes. 278

MARTIN, MAURICE (1878-1952)
> General francês. Comandante das tropas na Indochina (1938). 252

MARTY, ANDRÉ (1886-1956)
> Político francês. Membro do Comitê Central do Partido Comunista e do *Cominterm;* atua na guerra da Espanha e, durante a II Guerra Mundial, na Argélia. Expulso do Partido (1954). 39

MASS, OSCAR VITOR
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

MASSE, PIERRE (1879-1942)
> Político francês. Deputado (1914), subsecretário da Guerra para as Pensões e Justiça Militar, senador. Expulso do Exército como israelita (1940) e preso, recusa a libertação que lhe era oferecida por ser senador; deportado (set. 1942). 270

MATSUOKA, YOSUKE (1880-1946)
> Político japonês. Fervoroso nacionalista, favorece a retirada do Japão da Liga das Nações, depois da condenação pela ocupação da Manchúria; como ministro das Relações Exteriores do Japão, no gabinete do príncipe Konoye (1940-1941), assina os acordos do Eixo; prisioneiro de guerra, faleceu antes de seu julgamento. 251

MAY, ANTONIO
> Cidadão brasileiro. Obteve, com sua esposa, autorização para deixar o território francês. 375

MAZLOUM, ELIAS
> Cidadão brasileiro, naturalizado. Sócio da *Maison René*, empresa sediada em Nice e liquidada em benefício de capitais arianos. 325

MAZLOUM, SYLVIO
> Cidadão brasileiro, naturalizado, irmão do anterior. Sócio da mesma empresa. 325

MEDEIROS DO PAÇO, TRAJANO (1894-1962)
> Diplomata brasileiro. Serve em Vichy (1940-1943); é internado em Mont Doré e Godesberg (jan.-fev./1943). Ministro em Varsóvia (1947-1951); embaixador no Haiti (1956-1957). 199, 257, 259, 313, 317, 318, 324, 329, 341, 353, 361, 365, 371, 386, 387, 397, 406, 409, 411, 417, 421

MEGALE, (?)
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

MELLO, RUBENS FERREIRA DE (1896-1975)
> Diplomata brasileiro. Admitido à carreira diplomática em 1918; ministro de segunda classe em Viena (1938), em Paris (1939-1941), Vichy (1941-1942) e Berna (1942-1944). Embaixador (1946), serve em Madri (1950-1956), Jacarta (1958-1960) e Santiago (1960-1961); em-

baixador junto às Comunidades Européias (1961). 88, 92, 94, 102, 112, 123, 124, 135, 154, 165, 181, 194, 206, 219, 229, 283, 285, 286

MERCIER, DÉSIRÉ-JOSEPH (1851-1926)
> Cardeal belga de notável comportamento durante a I Guerra Mundial. 361

MERMOZ, JEAN (1901-1936)
> Aviador francês. Depois de missões na Síria, é incumbido por Latécoère (1927) de iniciar os vôos na América do Sul; realiza a primeira travessia do Atlântico Sul (1930), entre St. Louis do Senegal e Natal. Falece num acidente aéreo sobre o Atlântico. 392

MISTLER, JEAN (1897-1988)
> Escritor, crítico e político francês. Deputado pelo Partido Radical Socialista (1928-1940); delegado à Sociedade das Nações; subsecretário de Belas Artes (1932); ministro dos Correios (1934); ministro do Comércio no gabinete Daladier; presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara (1936-1940). Recusa participar de gabinete formado por Laval (1942). Eleito para a Academia Francesa (1966), é feito secretário perpétuo (1973) e secretário perpétuo honorário (1985) da instituição. 340, 376

MOLOTOV, VIACHESLAV MKHAILOVITCH (1890-1986)
> Político e diplomata russo. Ativo na revolução de outubro (1917); redator do *Pravda;* começa a trabalhar com Stalin (1922). Presidente do Conselho dos Comissários do Povo (1930-1941); comissário do povo para os Negócios Estrangeiros, em substituição a Litvinov (1939-1949; 1953-1956). Em desgraça sob Kruschev, é feito embaixador na Mongólia (1957-1960) e delegado ante a Agência Internacional de Energia Atômica (1960-1961), em Viena. Expulso do Partido Comunista (1964), foi simbolicamente readmitido dois anos antes de sua morte. 151

MONZIE, ANATOLE DE (1876-1947)
> Político francês. Deputado (1909-1919; 1929-1940); senador (1920-1929); ministro das Finanças (1925-1926), de Obras Públicas (1925-1926; 1938-1940) e da Educação Nacional (1932-1934). Votou a favor dos plenos poderes do marechal Pétain. 376

MOULIN DE LA BARTHÈTE, HENRI DU
> Chefe do Gabinete Civil do marechal Pétain e pessoa do círculo mais íntimo do chefe de Estado. 287, 312, 321, 333, 338

MURLY, (?)
> Diplomata norte-americano, representante de seu país na África. 287

MUSSOLINI, BENITO (1883-1945)
> Político italiano. A princípio socialista, fundador e depois chefe do Partido Fascista (1919), é alçado ao poder em conseqüência da "marcha sobre Roma" (1922) e responsável pela aliança germano-italiana e pela adesão de seu país ao Eixo (1940). Deposto e preso (1943), é reinstalado no poder pelos alemães. Ao final da guerra, é preso e executado por membros da resistência. 31, 43, 55, 56, 66, 142, 193, 194, 350

N

NAPOLEÃO I (1769-1821)
> Imperador dos franceses (1804-1815). 160, 185

NASCIMENTO E SILVA, JOAQUIM EULÁLIO (1883-1965)
> Diplomata brasileiro. Ministro em Atenas (1934-1938) e Varsóvia (maio/set. 1939); aguardando ordens em Atenas, Paris, Angers e Lisboa (1939-1941); ministro em Teerã (1943-1944); embaixador comissionado em Chungking (1944). 314

NEGUS
> *Consulte* Selassié, Hailé

NISHIHARA, ISSAKU
> General-de-brigada japonês. 251, 252

NIVELLE, ROBERT (1856-1924)
> General francês. Sucedeu a Joffre como comandante-em-chefe das Forças Armadas francesas (dez. 1916); o fracasso de sua estratégia ofensiva levou à sua substituição por Pétain (1917). 169

NOËL, LEON (1888-1988)
> Político francês. Delegado-geral do Alto Comissariado nas províncias do Reno; chefe de gabinete do presidente do Conselho; ministro dos Negócios Estrangeiros (1932); embaixador na Polônia (1936-1940); membro da delegação para as negociações do armistício com a Alemanha e Itália; nomeado delegado nos territórios ocupados, renunciou no mesmo dia (9 jul. 1940). Deputado (1951-1955); presidente do Conselho Constitucional (1959-1965). 101, 109

NOGUÈS, CHARLES (1876-1971)
> General francês. Comandante das forças da África setentrional; representante residente no Marrocos (1947). Condenado por contumácia a 20 anos de trabalhos forçados, confisco de todos os bens e perda de direitos civis (1947); entrega-se (1954) e é sentenciado à degradação nacional, depois suspensa pela Corte francesa (1956). 157

O

OBERG, KARL
> General alemão. Chefe das forças *SS* na França (28 abr. 1942). 358

OLIVEIRA, RAUL REGIS DE (1874-1942)
> Diplomata brasileiro. Chefe de missão no México (1923-1925); embaixador em Londres (1925-1926; 1927-1936); delegado, em várias ocasiões, à Liga das Nações. 314

ORMESSON, WLADIMIR D' (1880-1973)
> Jornalista, diplomata e escritor francês. Colaborador do jornal *Le Figaro;* diretor da Cruz Vermelha, embaixador da França na Santa Sé (maio/out. 1940) e na Argentina (1946-1948); presidente da ORTF (Rádio-Televisão Francesa). Membro da Academia Francesa. 117, 220

P

PAPEN, FRANZ VON (1879-1969)
> Político e diplomata alemão. Escolhido chanceler do *Reich* pelo presidente von Hindenburg (jun./dez. 1932); em coalizão com as forças nazistas, permite a ascensão de Hitler, do qual será o vice-chanceler (1933-1934); embaixador na Áustria (1934-1938) e em Ancara (1939-1944). Processado e absolvido pelo tribunal de Nüremberg. 240

PEREIRA, AUGUSTO
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

PERIÈRE, LOTHAR VON ARNAULD DE LA (1886-1941)
> Almirante alemão. Comandante-em-chefe das forças navais alemãs na França; o mais famoso dos comandantes da guerra submarina durante a I Guerra Mundial. 194

PERSHING, JOHN JOSEPH (1860-1948)
> General americano. Aos 80 anos, por sua longa amizade com o marechal Pétain – desde a I Guerra Mundial –, é convidado pelo presidente Roosevelt para ser embaixador dos Estados Unidos na França. Declina por motivos de saúde e é substituído pelo almirante Leahy (1940). Prêmio Pulitzer de história com o livro *My Experiences in the World War* (1932). 262

PESSOA, EPITÁCIO (1865-1942)
> Político paraibano, advogado. Participa da elaboração da Constituição de 1891; ministro da Justiça (1898-1901) no governo Campos Sales;

ministro do Supremo Tribunal Federal (1902-1912); senador pelo estado da Paraíba (1912; 1924); representante do Brasil na Conferência de Paz em Versalhes e na Liga das Nações; presidente da República (1919-1922). 421

PÉTAIN, HENRI PHILIPPE (1856-1951)

> Marechal francês. Herói da I Guerra (1914-1918); ministro da Guerra (1934); embaixador na Espanha (1939-1940); chefe de gabinete depois da derrota de 1940, transfere o governo para Vichy, onde assume o título de chefe de Estado e conduz uma política fascista e de colaboração com a Alemanha. Condenado à morte, tem a pena comutada em prisão perpétua. Morre na ilha de Yeu (1951). 32, 75, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 95, 96, 98, 99, 105, 121, 122, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 149, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 169, 170, 171, 172, 174, 179, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 197, 198, 201, 203, 206, 208, 209, 210, 225, 233, 241, 243, 248, 250, 255, 260, 262, 267, 271, 272, 273, 276, 277, 280, 281, 282, 287, 288, 289, 290, 293, 298, 299, 300, 304, 306, 307, 308, 311, 312, 320, 321, 326, 327, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 343, 352, 353, 392, 393, 394, 395, 413, 416, 419

PEYROUTON, MARCEL (1888-1983)

> Político francês. Residente-geral na Tunísia e no Marrocos; embaixador em Buenos Aires (1936-1940); ministro do Interior (6 set. 1940 / 16 fev. 1941); governador-geral da Argélia (1943); detido (1944). 172, 187, 225, 335

PIERGENTILI, BONDINI

> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

PIERLOT, HUBERT (1883-1963)

> Político, jurista e professor belga. Presidente da União Católica, deputado, senador provincial, ministro do Interior (1934-1935) e da Agricultura (1936-1938); ministro das Relações Exteriores (1939). Com o

início da guerra e contra a decisão do rei Leopoldo III de permanecer na Bélgica (1940), todo o Conselho de Ministros – de que Pierlot é presidente – exila-se em Londres, onde auxilia o governo aliado. Primeiro-ministro (1945). 72, 73

PILLOT, (?)
> Político francês que, por haver-se afastado do Partido Comunista, teve seu mandato preservado (1940). 39

PIO XII (1876-1958)
> Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli. Núncio na Baviera (1917) e junto à República Alemã (1920-1929), negocia a concordata com a Baviera (1924) e com a Prússia (1929); cardeal (1929); secretário de Estado (1930); papa (2 mar. 1939 / 9 out. 1958). 43, 55

PIRES DO RIO OSCAR (1896-1986)
> Diplomata brasileiro. Cônsul em Paris (1938-1942); internado em Baden-Baden (jan./maio 1942); embaixador na Venezuela (1956-1961). 243, 310, 326

PLATON, CHARLES (1886-1944)
> Almirante francês. Governador de Dunquerque (jun. 1940); secretário de Estado para as Colônias; enviado por Laval a Túnis para assegurar a defesa contra os Aliados (1942). 382, 416

POINCARÉ, RAYMOND (1860-1934)
> Estadista francês. Ministro da Instrução Pública (1893), Finanças (1892; 1895-1896); senador (1903; 1920); ministro dos Negócios Estrangeiros (1912); primeiro-ministro (1912-1913); presidente da República (1913-1920); novamente primeiro-ministro (1922-1924; 1926-1929). 188

POLÍTIS, NICOLAU SÓCRATES (1872-1942)
> Internacionalista e diplomata grego. Embaixador da Grécia em Paris; presidente do Instituto de Direito Internacional (1937-1942). 238

POLÔNIO, GASTÃO
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

POTTMAN, (?)
> Cônego, incumbido da conservação do ossuário de Douaumont, monumento funerário aos mortos franceses e alemães da batalha de Verdun, na I Guerra Mundial. 272

PUCHEU, PIERRE (1899-1944)
> Empresário e político francês. Ligado aos mais importantes sindicatos patronais, é feito secretário de Estado para a Produção Industrial (fev. 1941) e do Interior (18 jul. 1941 / 18 abr. 1942). Afastado por Laval, tenta contato com os representantes da França Livre em Argel, onde é preso, processado e fuzilado (20 mar. 1944). 264, 276, 277, 283, 284, 286, 287, 289

Q

QUISLING, VIDKUN (1887-1945)
> Líder fascista norueguês e oficial do Exército. Adido militar em Petrogrado (1918-1919) e Helsinque (1919-1921); ministro da Defesa (1931-1933); fundador do partido fascista Nasjonal Samling (Unidade Nacional, 1933). Colabora com a Alemanha na invasão à Noruega (1940) e é feito ministro-presidente (1942-1945) de um governo fantoche. Preso, condenado por alta-traição e fuzilado (1945). O nome *quisling* passou a ser sinônimo de traidor. 333

R

RAUX, (?)
> Político francês. Deputado que, por se haver afastado do Partido Comunista, teve seu mandato preservado (1940). 39

RÉGNIER, (?)
> Político francês. Deputado pelo Partido Radical, recusa convite para participar do gabinete Laval (1942). 340

REIBEL, (?)
> Político francês. Deputado até 1940 pelo Partido Radical. Convidado por Laval a integrar o ministério, recusa (1942). Autor de *Pourquoi et comment fut decidée la demande d'armistice*. 340

REICHER, BLIMA
> Cidadã brasileira, deportada para a Polônia, esposa de Mendel Reicher. 375

REICHER, MENDEL
> Cidadão brasileiro, residente na França, refugiado em Lisboa. 374, 375

REICHER, TEREZA
> Filha de Blima e Mendel Reicher. 375

REICHER, THÉODORE
> Irmão da precedente. 375

REICHSTADT, DUQUE DE (1811-1832)
> François-Charles-Joseph Bonaparte. Filho de Napoleão I e sua segunda esposa, a arquiduquesa austríaca, Maria Luísa. Após a derrota de seu pai (1815), passou a viver na Áustria, com o título de duque de Reichstadt (1818). Seu corpo foi trasladado para Paris (1940) por iniciativa alemã. 159, 160, 185

REIS, DINARCO
> Cidadão brasileiro, residente em Marselha, ex-combatente nas brigadas republicanas da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). 274, 275

RELLER, (?)
> Agente de Ribbentrop em Paris, controlaria Abetz. 284

REYNAUD, PAUL (1878-1966)
> Político francês. Ministro das Finanças, das Colônias e da Justiça na III República. Presidente do Conselho (21 mar. 1940), é internado pelo governo Pétain e, depois, deportado para Oranienburg e Tirol. Deputado (1946-1962); ministro da Economia e das Finanças (1948). 33, 45, 51, 52, 53, 54, 59, 65, 67, 71, 73, 75, 80, 84, 87, 94, 116, 324

RIBBENTROP, JOACHIM VON (1893-1946)
> Diplomata alemão. Conhece Hitler (1932) e exerce um papel na aproximação entre este e von Papen. Embaixador em Londres (1936-1938); ministro do Exterior (1938-1945). Julgado e condenado à pena capital pelo Tribunal de Nüremberg (1 out. 1946), é enforcado 15 dias depois. 55, 63, 66, 118, 139, 157, 196, 223, 284, 297, 357, 416

RICHELIEU, CARDEAL E DUQUE (1585-1642)
> Armand-Jean du Plessis. Prelado e político francês. Primeiro-ministro de Luís XIII, consolidou o Estado e a monarquia. 225

ROBERT, GEORGES (1875-1965)
> Almirante francês. Alto-comissário nas Antilhas (1939). Em conseqüência de sua adesão ao marechal Pétain, é derrubado por uma revolta de oficiais fiéis à França Livre (1943). 348

ROCHAT, CHARLES
> Diplomata francês. Membro do Conselho de Estado, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros sob Pierre Laval (1942-1944). Acompanha Laval a Sigmaringen. 342

ROEY, JOZEF-ERNEST VAN (1874-1961)
> Prelado belga. Arcebispo de Malines (1925), cardeal (1927). Sua carta pastoral sobre a capitulação da Bélgica (1940) teve grande repercussão. 361, 362, 364

ROMIER, LUCIEN (1880-1944)
> Historiador, jornalista e político francês. Diretor do *Le Figaro* (1934); conselheiro do marechal Pétain, desde os primeiros dias de seu governo; membro do Conselho Nacional; ministro de Estado (ago. 1941), persuade Pétain a desfazer-se de Laval, mas acaba por demitir-se (dez. 1943). 262, 277, 287

ROMMEL, ERWIN JOHANNES EUGEN VON (1891-1944)
> Marechal-de-campo alemão. Famoso pela rapidez de seus deslocamentos, exerce comandos na frente ocidental; comanda a 7ª Divisão Blindada na invasão da França (1940) e o *Afrika Corps*, levando suas tropas até o Egito, onde é derrotado em El Alamein. Envolvido no complô (20 jul. 1944) contra Hitler, suicida-se. 370, 392

ROOSEVELT, FRANKLIN DELANO (1882-1945)
> 32º presidente dos Estados Unidos (1933-1945). 43, 44, 54, 55, 150, 164, 165, 228, 233, 262, 342, 348

ROUX, FRANÇOIS-CHARLES (1909-1999)
> Diplomata francês. Ministro na Tchecoslováquia, embaixador junto à Santa Sé (1932-1940), secretário-geral do Quai d'Orsay, em substituição a Alexis Léger (19 maio 1940). 76

S

SALAZAR, ANTONIO DE OLIVEIRA (1889-1970)
> Político português. Professor da Universidade de Coimbra; ministro da Fazenda; presidente do Conselho de Ministros de Portugal (1932-1968), exerce controle absoluto sobre a vida da nação. 296, 303, 388, 389, 419

SANTOS, JOAQUIM SILVEIRA DOS
> Cidadão brasileiro. Ex-militar e ex-combatente nas brigadas republicanas da Guerra Civil Espanhola, passaporte expedido pelo consulado-geral em Paris. 275

SANTOS, JOSÉ
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

SCAPINI, GEORGES (1893-1976)
> Embaixador francês. Presidente do *Comitê France-Allemagne (1935)*. Membro do Comitê de Ligação Parlamentar para Defesa da Paz, que aprova os plenos poderes ao marechal Pétain. Mais tarde, embaixador de Vichy em Berlim, é incumbido de negociar a restituição dos prisioneiros de guerra e consegue a liberação de três por um: a cada três operários franceses enviados para a Alemanha, a libertação de um prisioneiro de guerra. Preso (1945), escapa para a Suíça antes de ser julgado (1949). Condenado por contumácia a cinco anos de trabalhos forçados. 149

SCARPIGNATO, D.
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

SCHLEIER, RUDOLF (? -1959)
> Diretor do comitê regional francês do partido nazista encarregado da propaganda e, depois, da propaganda sobre a questão judia. Adjunto de Otto Abetz, em Paris. 272

SCHMIDT, EMÍLIO JOÃO
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

SCHWARTZ, (?)
> Rabino. 410, 411

SCIOLETTE, MÁXIMO
> Auxiliar da embaixada em Paris; ministro para assuntos econômicos em Paris (1954-1964). 102, 309, 310, 314, 318, 326

SELASSIÉ, HAILÉ (1892-1975)
> Tafari Makonnen. Também conhecido como O Leão de Judá e Rei dos Reis (*Negus Negest*), torna-se príncipe – *ras* Tafari – ao se casar com

Wayzaro Menen (1911), filha do imperador Menelik II (1889-1913). Regente da imperatriz Zawditu (1917), assume o trono após a morte desta (1930), quando muda seu nome para Hailé Selassié (Poder da Divina Trindade). Governante autocrático, empreende reformas modernizadoras na Etiópia, lidera a resistência contra a invasão italiana (1935) e apóia a criação da Organização da Unidade Africana (1963). Exilado (1936), retorna ao poder (1941) com a ajuda dos Aliados. Deposto por um golpe militar (1974), morre na prisão (1975). Teve influência marcante no movimento negro. 221

SERFATY, LEÃO

> Cidadão brasileiro, natural do Estado do Amazonas, residente no Marrocos. 278

SERFATY, MOYSÉS

> Cidadão brasileiro, natural do estado do Amazonas, residente no Marrocos. 278

SERRANO SÚÑER, RAMÓN (1901-2003)

> Advogado e político espanhol. Concunhado de Francisco Franco, líder da Falange e um dos responsáveis pela institucionalização do Estado espanhol; ministro do Interior (1938-1940) e dos Negócios Estrangeiros (1940). Afasta-se da política em 1942. 118

SOUZA, BRÁULIO MARTINS

> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

STALIN, JOSEPH (1879-1953)

> Revolucionário bolchevique. Sucessor de Lênin, chega a secretário-geral do Partido Comunista, líder do partido e ditador absoluto da União Soviética. Presidiu à transformação da União Soviética numa sociedade industrial e conduziu o esforço de guerra que levou à vitória e ao controle soviético da Europa Oriental. Seu nome está associado ao regime centralizador e às violentas purgas, que causaram um número incalculável de vítimas. 63

STANLEY, OLIVER FREDERICK GEORGE (1896-1950)
> Político inglês. Membro do Parlamento, ministro dos Transportes, presidente do Conselho de Educação, presidente do Conselho de Comércio, secretário de Estado de Guerra (1940) e para as Colônias (1942-1945). 32

STOYADINOVITCH, MILAN
> Economista. Primeiro-ministro da Iugoslávia durante a regência do príncipe Paulo (1935-1941). 63

STRESEMANN, GUSTAV (1878-1939)
> Político alemão. Líder do partido Liberal Nacional, eleito para o *Reichstag* (1907); fundador do Partido do Povo Alemão (*Deutsche Volkspartei*); primeiro-ministro (1923) e ministro das Relações Exteriores na República de Weimar (1923-1929), busca a reconciliação com os antigos inimigos e a redução das reparações de guerra impostas pelo Tratado de Versalhes; consegue a admissão da Alemanha na Liga das Nações (1926). Prêmio Nobel da Paz (1926), ao lado de Aristide Briand. 299

STUDNITZ, BOGISLAV VON (1888-1943)
> General alemão. Governador interino de Paris (1940), morre em acidente de automóvel quando comandante das forças alemãs na região de Salônica, na Grécia. 94

STUELPNAGEL, KARL HEINRICH VON (1886-1944)
> General alemão. Chefe da Comissão de Armistício da França (1940), comandante supremo das forças alemãs na França (1942-1944). Envolvido na conspiração contra Hitler (jul. 1944), tenta suicidar-se, é hospitalizado, julgado e enforcado. 271, 275, 300, 331, 357

SUAREZ, GEORGES (1890-1944)
> Jornalista francês. Diretor do jornal *Aujourd'hui,* apóia – com outros jornalistas e intelectuais, como Alphonse de Chateaubriant, Georges Blond e Drieu de la Rochelle – o Comitê França-Alemanha. Julgado e fuzilado como colaboracionista. 225

T

TAQUES, JOÃO
> Cidadão brasileiro, apontado como possivelmente detido pelos alemães. 367

TASSO, (?)
> Político francês. Deputado, prefeito de Marselha, afastado pelo Marechal Pétain (1940). 122

TAYLOR, MYRON
> Empresário e diplomata norte-americano. Principal executivo da U. S. Steel, delegado à conferência de Evian sobre refugiados (1938), representante pessoal do presidente dos Estados Unidos no Vaticano (1940-1950). 43

THIERS, LOUIS-ADOLPHE (1797-1877)
> Estadista, jornalista e historiador francês. Deputado (1830); ministro das Finanças e do Interior; presidente do Conselho (1836; 1840). Embora tenha desejado a eleição de Luís Bonaparte, não tem um papel importante no II Império, mas exerce grande influência depois da crise de 1870, chegando a ser presidente (1871-1873). 128, 133

THOREZ, MAURICE (1900-1964)
> Político francês. Secretário do Partido Comunista Francês (1930-1964); havendo desertado do exército, por orientação do secretário-geral da Internacional Comunista, Jorge Dimitrov, tem cassada a nacionalidade francesa e refugia-se na União Soviética, onde permanece até o final da guerra. Recuperada a cidadania, volta à vida pública como secretário-geral do PCF, ministro da Função Pública (1945-1947) e vice-presidente do Conselho (1946-1947). 39

THUNN, (?)
> Diplomata alemão, incumbido da ligação entre os membros do corpo diplomático acreditado em Paris. 144, 152, 153

TRUCHARD, (?)
> Político francês. Deputado que, por haver se afastado do Partido Comunista, teve seu mandato preservado (1940). 39

TSVETKOVITCH, DRAGISHA
> Político iugoslavo. Primeiro-ministro da Iugoslávia. 204, 214

U

ULLMAN, LUÍS
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. Após a guerra, secretário da *Maison de l'Amérique Latine,* em Paris. 367, 373

ULLMAN, NATHAN
> Cidadão brasileiro internado no *stalag* n. 112, perto de Compiègne. 373

V

VALAT, FERNAND
> Político francês. Deputado (1940). 39

VALENSI, THÉODORE
> Político, homem de letras e advogado francês. Ex-deputado, é feito refém pelas tropas alemãs, como garantia da ordem pública. 270

VALLAT, XAVIER (1891-1972)
> Político francês. Influenciado por Maurras, católico nacionalista e autoritário, deputado antes de 1940; comissário-geral das Questões Judias, é demitido por opor-se ao uso obrigatório da estrela amarela pelos judeus (1941-1942). Detido (1947), condenado a 10 anos de prisão, é liberado dois anos depois. 203

VELLOSO, PEDRO LEÃO (1887-1947)
> Diplomata brasileiro. Secretário da delegação brasileira às negociações do Tratado de Versalhes; chefe de gabinete do ministro Otávio Mangabeira; chefe de missão em Pequim (1931-1935), Tóquio (1935-1939) e Roma (1939-1941); secretário-geral do MRE (1942-1944); ministro das Relações Exteriores (1945-1946); chefe da missão junto à ONU (1946-1947). 314

VERDILLAC, JOSEPH DE (1883-1963)
> General francês. Comandante da 6ª Divisão no norte da África (1939-1940), comandante no sul da Síria (1941), assistente do comandante-em-chefe no Levante. 249

W

WALDECK-PYRMONT, PRÍNCIPE DE (1896-1967)
> Josias Georg Wilhelm Adolf. Afiliado ao Partido Nazista (1929), torna-se membro da *SS* (1930). General *SS* (1944), estabelece o *Bureau* para a Germanização dos Povos Orientais, sediado em Cassel; condenado à prisão perpétua (1947) por um tribunal americano em Dachau, é libertado (1950) em virtude de seu estado de saúde. 331, 332, 336

WELLES, BENJAMIN SUMNER
> Diplomata norte-americano. Embaixador em Cuba (1933), subsecretário de Estado durante a gestão de Cordell Hull como secretário de Estado (1933-1944). 43, 54, 55

WEYGAND, MAXIME (1867-1965)
> General francês. Chefe do estado-maior das Forças Aliadas na Europa (1918), alto-comissário na Síria (1924-1925), chefe do estado-maior do Exército (1931-1935). Da reserva (1935), é chamado (1939) para chefiar as operações no Oriente Médio; depois da destituição do general Gamelin, é designado comandante-em-chefe das Forças Armadas e, logo

depois, ministro da Defesa do governo de Vichy (1940), comandante-em-chefe da África do Norte (1940-1941) e governador da Argélia (1941). Tendo defendido a retomada da guerra contra a Alemanha, é feito prisioneiro (1942-1945); depois da vitória aliada, é ainda acusado de colaboração, mas liberado (1946) e absolvido (1948). 38, 75, 76, 82, 83, 91, 207, 222, 262, 284, 287, 288, 289, 290, 304

WILSON, HENRY MAITLAND (1881-1964)

> Primeiro barão Wilson (1946). Marechal-de-campo inglês, conhecido como "Jumbo" Wilson. Serviu na Guerra dos Bôeres e na I Guerra Mundial. General-comandante das forças britânicas no Egito (1939); comandante-em-chefe no Oriente Médio (1943-1944); comandante-supremo dos Aliados no Mediterrâneo (1944-1945). 249

WINANT, JOHN G.

> Governador de New Hampshire. Primeiro diretor da Segurança Social nos EUA; diretor-adjunto do *Bureau* Internacional do Trabalho, que se transfere, temporariamente, da Suíça para o Canadá (maio 1940); embaixador dos Estados Unidos na Grã-Bretanha (1941-1946). 240

WINKELMAN, HENRI GERARD (1876-1952)

> General neerlandês, na reserva desde 1934, novamente convocado em 1939. Comandante-em-chefe do exército holandês, rende-se às tropas alemãs (maio 1940). Prisioneiro de guerra (1940-1945). 70

WOODWORT, (?)

> Almirante norte-americano. 379

Y

YBARNEGARAY, JEAN (1883-1956)

> Deputado francês, de direita. Secretário de Estado para a Juventude e a Família (jul./set. 1940); processado (1946), foram-lhe reconhecidos atos de apoio à Resistência. 76

Z

ZAGURY, ETTY
> Cidadã brasileira, nascida em Manicoré, residente no Marrocos. 278

Zagury, Isaac
> Cidadão brasileiro, natural de Belém (PA), residente no Marrocos. 279

ZAGURY, JACOBO
> Cidadão brasileiro, natural de Belém (PA), residente no Marrocos. 278

ZAGURY, JOSEPH
> Cidadão brasileiro, ex-cônsul honorário do Brasil em Casablanca, residente no Marrocos (1941). 278

Coordenação Editorial e Revisão
Maria do Carmo Strozzi Coutinho

Projeto Gráfico, Editoração e Revisão
Natalia Costa

Capa
Carlos Krämer

Reimpresso em 2011